



CONTAS ANUAIS E
RELATÓRIO DE GESTÃO **2017**



CONTAS ANUAIS
E REALATÓRIO
DE GESTÃO

2017

ÍNDICE

AUDITORIA	05
INFORMAÇÃO ECONÔMICA DO GRUPO ELEC NOR	13
RELATÓRIO ANUAL CONSOLIDADO	21
RELATÓRIO DE GESTÃO	123
INFORMAÇÃO ECONÔMICA DA ELEC NOR, S.A.	147



AUDITORIA





Júlio César Leal
Tradutor Público e Intérprete Comercial
Matrícula JUCEB nº 023 – CGA 227.023/001-08
Tradução número T 4673/2018, folha 463, Livro 01-A

Eu, Júlio César Leal Pereira, Tradutor Público e Intérprete Comercial da JUCEB, em conformidade com o Decreto Federal nº 13.609 de 21 de outubro de 1943, Instrução Normativa nº 84 de 29 de fevereiro de 2000 do Deptº. Nacional de Registro do Comércio (DNRC) e Resolução nº 05 de 1º de março de 2005 da Junta Comercial do Estado da Bahia, CERTIFICO que este documento foi traduzido do **espanhol** para o **português**, de acordo com as **cópias digitais** que me foram apresentadas no dia 01 de março de 2018, sendo a respectiva tradução registrada sob o número T 4673/2018, folha 463, do livro 01-A. Constavam apostos, ao longo do documento, os respectivos timbres, carimbos, selos e assinaturas devidos, não sendo necessário apor nesta tradução senão a assinatura do Tradutor. **Tradução oficial** válida em todos os Estados Federados do território nacional e no exterior.

Tradução do documento:

KPMG

KPMG Auditores, S.L.
Torre Iberdrola
Plaza Euskadi, 5
Planta 17
48009 Bilbao

Parecer dos Auditores sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas emitido por um Auditor Independente

Aos acionistas da Elecnor, S.A.:

RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Elecnor, S.A. (Sociedade controladora) e de suas sociedades controladas (Grupo), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017, a conta de resultados, a demonstração do resultado global, a demonstração das mutações no patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e o relatório da diretoria, todos eles consolidados, respeitantes ao exercício encerrado na referida data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam, em todos os aspectos significativos, a imagem fiel do patrimônio e da situação financeira do Grupo em 31 de dezembro de 2017, bem como de seus resultados e fluxos de caixa, todos eles consolidados, respeitantes ao exercício encerrado na referida data, e em conformidade com as Normas Internacionais de Informação Financeira, adotadas pela União Europeia (NIIF-UE), e demais disposições do quadro normativo de informação financeira aplicáveis na Espanha.

Fundamento da opinião

Nossa auditoria foi realizada em conformidade com a norma reguladora da atividade de auditoria de contas em vigor na Espanha. Nossa responsabilidade, de acordo com a referida norma, é descrita mais adiante na seção *Responsabilidades do auditor no que diz respeito à auditoria das demonstrações financeiras consolidadas* do nosso relatório.

Somos independentes do Grupo, de acordo com os requerimentos de ética, incluindo os de independência, que são aplicáveis a nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas na Espanha, conforme é exigido pela norma reguladora da atividade de auditoria de contas. Neste sentido, não prestamos serviços que não sejam de auditoria de contas e não ocorreram situações nem circunstâncias que, de acordo com o estabelecido na citada norma reguladora, tenham afetado a independência necessária de tal modo que ela possa estar comprometida.

Consideramos que a evidência de auditoria que obtivemos proporciona uma base suficiente e adequada para emitirmos nossa opinião.

KPMG Auditores S.L., sociedade espanhola de responsabilidade limitada e firma membro da rede KPMG de firmas independentes filiadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), sociedade suíça.

Inscrita no Registro Oficial de Auditores de Contas com o n.º S0702, e no Registro de Sociedades do Instituto de Revisores Oficiais de Contas com o n.º 10.
Junta Com. Madrid, T. 11.961, F. 90, Sec. 8, H. M -188.007, inscrição 9, N.1.F. B-78510153

Júlio César Leal

Questões-chave da auditoria

As questões-chave da auditoria são aquelas que, conforme o nosso entendimento profissional, tiveram uma importância maior em nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do período atual. Estas questões foram tratadas no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas no seu conjunto, e na formação de nossa opinião sobre elas, e não expressam uma opinião em separado sobre as referidas questões.

Contratos de construção Ver Nota 3.v das demonstrações financeiras consolidadas	
<i>Questão-chave da auditoria</i>	<i>Como foi abordada a questão em nossa auditoria</i>
Grande parte das receitas do Grupo Elecnor é gerada por contratos de construção e prestação de serviços, nos quais a receita é reconhecida pelo método do grau de avanço, isto é, com base no grau de realização do contrato no final de cada período contábil, sendo necessário para determinar a receita a reconhecer que o Grupo faça estimativas dos custos, receitas e resultado previstos de cada um dos contratos. Por isso, a aplicação deste método exige um alto grau de discernimento por parte dos Administradores e um exaustivo controle das estimativas realizadas e dos desvios que possam ocorrer ao longo da duração do contrato. As estimativas devem levar em consideração todos os custos e receitas relacionados com os contratos, incluindo qualquer custo adicional ao que foi inicialmente orçado, os riscos por reclamações que se encontrarem em disputa, bem como as receitas que estiverem em processo de reclamação ou negociação com o cliente. Neste sentido, as receitas são reconhecidas apenas quando podem ser avaliadas de forma confiável, seja provável que a sociedade receba benefícios econômicos da transação, e quando os custos incorridos e os a incorrer, bem como o grau de realização do contrato na data da conclusão, possam ser avaliados de forma confiável. Devido à incerteza associada às mencionadas estimativas e a que as mudanças nas mesmas poderiam ocasionar diferenças materiais nas receitas registradas, considerou-se uma questão-chave da auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os seguintes: - Avaliação da elaboração e implementação dos controles relacionados com o processo de reconhecimento e avaliação de receitas pelo método de grau de avanço e com o processo de controle orçamentário e teste dos controles-chave identificados; - Comprovação de que a metodologia utilizada pelo Grupo para a determinação das receitas, calculadas tomando como base a proporção dos serviços realizados em relação ao total de serviços a prestar, é uma das metodologias aceitas pelo quadro normativo de informação financeira aplicável; - Avaliação das hipóteses utilizadas na elaboração dos orçamentos dos contratos; - A partir de determinados critérios de seleção quantitativos e qualitativos, selecionamos uma amostra dos contratos de construção para avaliar as estimativas realizadas na elaboração da previsão de resultados do contrato e no reconhecimento de receitas. Neste sentido, obtivemos os contratos e a documentação de suporte adicional na qual se baseiam essas estimativas e nas ponderações feitas, neste caso, pelo Grupo; - Análise comparativa do resultado dos contratos finalizados com o resultado orçado, analisando a evolução histórica, o controle orçamentário realizado pelo Grupo e o critério aplicado, e avaliando se, em geral, os orçamentos representam a melhor estimativa, considerando os riscos existentes em cada momento.

Contratos de construção
Ver Nota 3.v das demonstrações financeiras consolidadas

<i>Questão-chave da auditoria</i>	<i>Como foi abordada a questão em nossa auditoria</i>
	- Avaliação de se as previsões reconhecidas no encerramento do exercício, relativas a cada um dos contratos, mostram de forma razoável obrigações presentes, que provavelmente gerem uma saída de benefícios econômicos no futuro, de acordo com o estabelecido nos contratos e obtendo o suporte documental que justifica seu reconhecimento e avaliando o critério aplicado pelo Grupo em suas estimativas; e - Avaliação de se a informação revelada nas demonstrações financeiras consolidadas cumpre os requerimentos do quadro normativo de informação financeira aplicável ao Grupo.

Outra informação: relatório de gestão consolidado

A outra informação compreende, exclusivamente, o relatório de gestão consolidado do exercício de 2017, cuja elaboração é responsabilidade dos administradores da Sociedade controladora, e não faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas não cobre o relatório de gestão consolidado. Nossa responsabilidade sobre a informação contida no relatório de gestão consolidado se encontra definida na norma reguladora da atividade de auditoria de contas, que estabelece dois níveis diferentes sobre a mesma:

- Um nível específico que é aplicável à demonstração da informação não financeira consolidada, bem como a determinada informação incluída no Relatório Anual de Governo Corporativo, conforme é definido no art. 35.2. b) da Lei 22/2015, de Auditoria de Contas, que consiste em comprovar apenas que a referida informação foi disponibilizada no relatório de gestão consolidado ou, se for o caso, que foi incluída neste a referência respeitante ao relatório separado sobre a informação não financeira na forma prevista na norma e, em caso contrário, a informar sobre isso.
- Um nível geral aplicável ao resto da informação incluída no relatório de gestão consolidado, que consiste em avaliar e informar sobre a concordância da citada informação com as demonstrações financeiras consolidadas, a partir do conhecimento do Grupo obtido na realização da auditoria das referidas demonstrações e sem incluir informação diferente da obtida como evidência durante a mesma, bem como avaliar e informar se o conteúdo e apresentação desta parte do relatório de gestão consolidado estão de acordo com a norma que é aplicável. Se, baseando-nos no trabalho que realizamos, concluirmos que existem incorreções materiais, estamos obrigados a informar sobre isso.

Sobre a base do trabalho realizado, conforme o acima referido, comprovamos que a informação mencionada na alínea a) anterior é disponibilizada no relatório de gestão consolidado e que o resto da informação contida no relatório de gestão consolidado concorda com a das demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2017 e que seu conteúdo e apresentação estão de acordo com a norma que é aplicável.

Guilherme Pereira

Responsabilidade dos administradores e do comitê de auditoria no que diz respeito às demonstrações financeiras consolidadas

Os administradores da Sociedade controladora são responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras consolidadas anexas, de forma que expressem a imagem fiel do patrimônio, da situação financeira e dos resultados consolidados do Grupo, em conformidade com as NIIF-UE e demais disposições do quadro normativo de informação financeira aplicável ao Grupo na Espanha, e do controle interno que considerem necessário para permitir a preparação das demonstrações financeiras consolidadas sem incorreção material, devida a fraude ou erro.

Na preparação das demonstrações consolidadas, os administradores da Sociedade controladora são responsáveis pela avaliação da capacidade do Grupo para continuar como empresa em funcionamento, revelando, conforme o caso, as questões relacionadas com a empresa em funcionamento e utilizando o princípio contábil de empresa em funcionamento a não ser que os citados administradores tenham intenção de liquidar o Grupo ou de cessar suas operações, ou então quando não existir outra alternativa realista.

O comitê de auditoria da Sociedade controladora é responsável pela supervisão do processo de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do auditor no que diz respeito à auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nosso objetivo é obter uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, no seu conjunto, não possuem incorreção material devida a fraude ou erro, e emitir um parecer de auditores que contenha nossa opinião.

Segurança razoável significa ter um alto grau de segurança, mas não garante que uma auditoria realizada conforme a norma reguladora da atividade de auditoria de contas em vigor na Espanha detecte, sempre, uma incorreção material, quando existir. As incorreções podem dever-se a fraude ou a erro e consideram-se materiais quando, individualmente ou de forma agregada, se pode prever, razoavelmente, que influem nas decisões econômicas que os usuários tomam com base nas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria, em conformidade com a norma reguladora da atividade de auditoria de contas na Espanha, aplicamos nosso critério profissional e mantemos uma atitude de ceticismo profissional durante toda a auditoria. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de incorreção material nas demonstrações financeiras consolidadas, devida a fraude ou erro, criamos e aplicamos procedimentos de auditoria para dar resposta a esses riscos e obtemos uma evidência de auditoria suficiente e adequada para proporcionar uma base para nossa opinião. O risco de não detectar uma incorreção material decorrente de fraude é mais elevado que no caso de uma incorreção material devida a erro, já que a fraude pode implicar colusão, falsificação, omissões deliberadas, manifestações intencionalmente erradas, ou esquivar o controle interno.
- Obtemos conhecimento do controle interno relevante para a auditoria com o fim de criar procedimentos de auditoria que sejam adequados em função das circunstâncias, e não com a finalidade de exprimir uma opinião sobre a eficácia do controle interno do Grupo.
- Avaliamos se as políticas contábeis aplicadas são adequadas, bem como a razoabilidade das estimativas contábeis e a respectiva informação revelada pelos administradores da Sociedade controladora.
- Opinamos sobre se é adequada a utilização, pelos administradores da Sociedade controladora, do princípio contábil da empresa em funcionamento e, baseando-nos na evidência da auditoria obtida, concluímos sobre se existe ou não uma incerteza material relacionada com fatos ou com condições que possam gerar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para continuar como empresa em funcionamento. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção em

nosso parecer de auditores sobre a respectiva informação revelada nas demonstrações financeiras consolidadas ou, se essas revelações não são adequadas, expressar uma opinião modificada. Nossas conclusões se baseiam na evidência de auditoria obtida até a data do nosso parecer de auditores. No entanto, as condições ou fatos futuros podem ser a causa de que o Grupo deixe de ser uma empresa em funcionamento.

- Avaliamos a apresentação global, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo a informação revelada, bem como se as demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e fatos subjacentes de um modo que expressa a imagem fiel.
- Obtemos evidência suficiente e adequada, quanto à informação financeira das entidades ou atividades empresariais dentro do grupo, para podermos expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e realização da auditoria do Grupo. Somos os únicos responsáveis pela nossa opinião de auditoria.

Mantemos contato com o comitê de auditoria da Sociedade controladora para informar, entre outras questões, sobre o alcance e o momento de realizar a auditoria planejada e os descobrimentos significativos desta, bem como sobre qualquer deficiência importante do controle interno identificada durante a auditoria.

Também proporcionamos ao comitê de auditoria da Sociedade controladora uma declaração de cumprimento dos requerimentos de ética aplicáveis, incluindo os de independência, e informamos o mesmo das questões que, de forma razoável, possam significar uma ameaça para nossa independência e, neste caso, das respectivas garantias.

Entre as questões comunicadas ao comitê de auditoria da Sociedade controladora determinamos as que foram mais significativas na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do período atual e que são, em consequência disso, as questões-chave da auditoria.

Essas questões são descritas no nosso parecer de auditores, a não ser que as disposições legais ou regulamentares proibam revelá-las publicamente.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUERIMENTOS LEGAIS E REGULAMENTARES _____

Relatório adicional para o comitê de auditoria da Sociedade controladora _____

A opinião apresentada neste relatório é coerente com o que foi relatado em nosso relatório adicional para o comitê de auditoria da Sociedade controladora no dia 26 de fevereiro de 2018.

Período de contratação _____

Fomos nomeados auditores do Grupo na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas que teve lugar no dia 16 de maio de 2017, por um período de um ano e com início em 1º de janeiro de 2017.

Anteriormente fomos designados por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas por um período de 3 anos com renovação anual, por isso desde o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 estamos realizando o trabalho de auditoria de contas de forma ininterrupta.

KPMG Auditores, S.L.
Inscrita no R.O.A.C n.º S0702

[Assinatura]
Cosme Carral López Tapia
Inscrito no R.O.A.C.: 18961
26 de fevereiro de 2018

INSTITUTO DE
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS DA ESPANHA

KPMG AUDITORES, S.L.

2018 N.º 03/18/01100

96,00 EU

CARIMBO CORPORATIVO

.....
Relatório de auditoria de contas
sujeito à norma de auditoria de
contas espanhola ou internacional.
.....


Dr. Júlio César Leal Pereira
TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO
JUCEB - Matr. 23
Trad. T4643 FL. 467 Liv. 01-A

Tradutor Juramentado: Júlio César Leal - Rua 6 de Janeiro, 25, Uruguai, Salvador-BA, CEP 40450-260 (Brasil) Tel.: (71) 3451-4412, (71) 3313-3774, (71) 9934-1858
E-mail: julioprof@yahoo.com.br, juliojulio@hotmail.com.br - Home: http://www.juceb.ba.gov.br/leiloeiros_e_tradutores/tradutores/relacao_tradutores
Firma reconhecida no Tabelionato do 9º Ofício de Notas - Av. ACM, Edf. Pituba Parque Center, Pituba - Salvador/Bahia.
Cartório do 12º Ofício - Av. ACM, 34, Edf. Servcenter, Lojas 04/05, Itaigara, SSA-BA, CEP: 41.800-700 - Tel.: (71) 3036-8500, (71) 9977-1380.
Cartório do 13º Ofício - Av. Leovigildo Filgueiras, 112, Garcia, Salvador-BA, CEP 40.100-000. Telf. (71) 3036-7500. Tabela: Cristina Maria Rocha de Almeida.
14º Ofício de Notas de Salvador (BA): Av. Tancredo Neves, 274, Edf. C. E. Iguatemi, Bloco A, Loja 5, C. das Árvores, CP: 41.820-020 - Tel.: 3450-3999.
Tradução nº T 4673/2018, folha 463, Livro 01-A.

INFORMAÇÃO ECONÔMICA DO GRUPO ELECNOR 2017



Demonstração da Situação Financeira Consolidada

em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Milhares de euros)

ATIVO	2017	2016
Ativo não circulante:		
Ativo intangível-		
Fundo de comércio (Nota 7)	28.826	32.107
Outros ativos intangíveis, líquido (Nota 8)	114.698	112.788
	143.524	144.895
Imobilizado tangível, líquido (Nota 9)	1.149.941	1.207.606
Investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 10)	155.997	165.615
Ativos financeiros não circulantes (Nota 11)		
Participações financeiras	2.687	4.432
Outros investimentos financeiros	782.620	778.629
Derivados (Nota 15)	1.036	523
	786.343	783.584
Impostos diferidos ativos (Nota 18)	106.200	98.427
Total do ativo não circulante	2.342.005	2.400.127
Ativo circulante:		
Estoque (Nota 3.q)	8.703	14.947
Devedores comerciais e outras contas a receber (Nota 12.a)	931.514	1.031.068
Devedores comerciais, empresas relacionadas (Nota 26)	12.645	18.890
Administração Pública, devedora (Nota 19)	61.067	59.103
Fazenda Nacional, devedora por Imposto sobre Sociedades (Nota 19)	13.626	7.314
Outros devedores	19.826	13.311
Investimentos em empresas relacionadas no curto prazo (Nota 26)	1	15
Derivados (Nota 15)	4.031	458
Outros ativos circulantes	10.909	10.550
Caixa e outros ativos líquidos equivalentes (Nota 12 b)	398.161	317.350
Ativos não circulantes mantidos para a venda (Nota 3.g)	423	47.143
Total do ativo circulante	1.460.906	1.520.149
Total do Ativo	3.802.911	3.920.276

As notas explicativas consolidadas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Passivo e patrimônio líquido	2017	2016
Patrimônio líquido (Nota 13):		
Da Sociedade controladora-		
Capital social	8.700	8.700
Outras reservas	733.439	699.166
Diferenças de conversão (Nota 13)	(223.487)	(150.368)
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 13)	(61.244)	(71.796)
Resultado do exercício atribuído à Sociedade controladora	71.227	68.465
Dividendo por conta do exercício (Nota 5)	(4.611)	(4.481)
	524.024	549.686
De participações não controladoras (Nota 13)	380.037	430.354
Total do patrimônio líquido	904.061	980.040
Passivo não circulante:		
Subvenções (Nota 3.s)	5.947	7.578
Receitas diferidas	1.882	2.160
Provisões para riscos e despesas (Nota 16)	15.236	18.719
Obrigações e outros valores negociáveis (Nota 14)	538.796	38.689
Dívida financeira (Nota 14)	910.709	1.139.319
Derivados (Notas 14 e 15)	9.077	28.920
Outros passivos não circulantes	27.052	19.644
Impostos diferidos passivos (Nota 18)	87.750	87.384
Total do passivo não circulante	1.596.449	1.342.413
Passivo circulante:		
Provisões para riscos e despesas (Nota 16)	44.872	26.621
Obrigações e outros valores negociáveis (Nota 14)	113.350	74.298
Dívida financeira (Nota 14)	90.059	190.940
Derivados (Notas 14 e 15)	1.140	5.821
Credores comerciais, empresas coligadas e relacionadas (Nota 26)	2.474	2.437
Credores comerciais e outras contas a pagar-		
Dívidas por compras ou por prestação de serviços	498.869	514.472
Adiantamentos de clientes e faturamento antecipado (Nota 17)	371.442	583.925
	870.311	1.098.397
Outras dívidas-		
Administração Pública, credora (Nota 19)	63.409	61.417
Fazenda Nacional, credora por Imposto sobre Sociedades (Nota 19)	19.076	26.716
Outros passivos circulantes (Nota 13 e 21)	97.710	86.839
	180.195	174.972
Ativos não circulantes mantidos para a venda (Nota 3.g)	-	24.337
Total do passivo circulante	1.302.401	1.597.823
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.802.911	3.920.276

As notas explicativas consolidadas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Contas de resultados consolidadas

correspondentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Milhares de euros)

	(Débito) Crédito	
	2017	2016
Operações continuadas:		
Valor líquido do volume de negócios (Nota 21)	2.316.786	2.035.136
Variação do estoque de produtos acabados e em elaboração (Nota 3.q)	(4.064)	1.777
Aprovisionamentos (Nota 21)	(1.148.654)	(1.038.781)
Outras receitas operacionais (Notas 2.f, 3.i e 3.s)	88.197	132.224
Despesas com pessoal (Nota 21)	(620.054)	(551.345)
Outras despesas operacionais (Nota 21)	(356.588)	(334.699)
Amortizações, deterioração e dotações para provisões (Nota 21)	(93.875)	(77.584)
Resultado Operacional	181.748	166.728
Receitas financeiras (Notas 11 e 21)	80.592	67.856
Despesas financeiras (Nota 21)	(91.431)	(100.711)
Diferenças de câmbio (Nota 3.e)	(39.694)	(6.946)
Deterioração e resultado por alienação de instrumentos financeiros	64	(314)
Variação do valor justo de instrumentos financeiros	(517)	486
Participação no resultado do exercício dos investimentos contabilizados aplicando o método de equivalência patrimonial (Nota 10)	587	2.210
Resultado antes de impostos	131.349	129.309
Impostos sobre lucros (Nota 19)	(35.504)	(43.573)
Resultado do exercício proveniente de operações continuadas	95.845	85.736
Resultado do exercício	95.845	85.736
Atribuível a:		
Acionistas da Sociedade controladora	71.227	68.465
Juros minoritários (Nota 13)	24.618	17.271
Lucro por ação (em euros) (Nota 28)		
Básico	0,84	0,81
Diluído	0,84	0,81

As notas explicativas consolidadas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração do Resultado Global Consolidado

nos exercícios encerrados em domingo, 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Milhares de euros)

	Notas explicativas	Exercício 2017	Exercício 2016
RESULTADO CONSOLIDADO DA CONTA DE RESULTADOS (I)		95.845	85.736
Outro resultado global			
Itens que serão reclassificados para resultados			
Receitas e despesas imputadas diretamente no patrimônio líquido:			
- Para as coberturas de fluxos de caixa	Nota 15	(17.275)	(9.581)
- Diferenças de Conversão	Nota 13	(124.114)	153.328
- Participação em outro resultado global dos investimentos contabilizados pelo método de equivalencia patrimonial	Nota 10	1.591	(12.305)
- Efeito tributário	Notas 15 e 18	(587)	2.592
TOTAL DAS RECEITAS E DESPESAS IMPUTADAS DIRETAMENTE NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO (II)		(140.385)	134.034
Transferência para a conta de resultados consolidada:			
- Para as coberturas de fluxos de caixa	Nota 15	10.634	9.325
- Participação em outro resultado global dos investimentos contabilizados pelo método de equivalencia patrimonial	Nota 10	8.802	11.056
- Efeito tributário	Notas 15 e 18	(1.903)	(2.331)
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS PARA A CONTA DE RESULTADOS CONSOLIDADA (III)		17.533	18.050
TOTAL DAS RECEITAS E DESPESAS CONSOLIDADAS RECONHECIDAS (I+II+III)		(27.007)	237.820
a) Atribuídas à entidade controladora		8.660	155.628
b) Atribuídas a participações não controladoras		(35.667)	82.192

As notas explicativas consolidadas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido Consolidado

nos exercícios encerrados em domingo, 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Milhares de euros)

	Capital social	Ajustes de avaliação	Reserva legal	Outras reservas restritas	Outros Reservas Voluntárias	Reservas em sociedades consolidadas	Ações Próprias	Diferenças de conversão	Total Reservas	Resultado líquido do exercício	Dividendo por conta entregue no exercício	Participações não controladoras	Total Patrimônio
Saldo em quinta-feira, 31 de dezembro de 2015	8.700	(71.781)	1.743	25.143	491.983	160.598	(22.341)	(237.546)	419.580	65.662	(4.350)	322.560	740.371
Total das receitas e despesas reconhecidas do exercício de 2016	-	(15)	-	-	-	-	-	87.178	87.178	68.465	-	82.192	237.820
Distribuição do resultado:									0				
Para reservas	-	-	-	-	13.577	29.230	-	-	42.807	(42.807)	-	-	-
Para dividendo complementar (Notas 5 e 13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.505)	-	(1.170)	(19.675)
Para dividendo por conta do exercício de 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.350)	4.350	-	-
Compra de ações próprias	-	-	-	1.214	(1.214)	-	(1.214)	-	(1.214)	-	-	-	(1.214)
Venda de ações próprias	-	-	-	(1.566)	1.372	-	1.566	-	1.372	-	-	-	1.372
Transferência entre reservas	-	-	-	-	(2.626)	2.626	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo por conta entregue no exercício de 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.481)	-	(4.481)
Variações de participações em sociedades controladas (Nota 13.e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	937	937
Outras operações societárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.279	24.279
Outros	-	-	-	-	-	(925)	-	-	(925)	-	-	1.556	631
Saldo em sábado, 31 de dezembro de 2016	8.700	(71.796)	1.743	24.791	503.092	191.529	(21.989)	(150.368)	548.798	68.465	(4.481)	430.354	980.040
Total das receitas e despesas reconhecidas do exercício de 2017	-	10.552	-	-	-	-	-	(73.119)	(73.119)	71.227	-	(35.667)	(27.007)
Distribuição do resultado:									-				
Para reservas	-	-	-	-	11.831	32.636	-	-	44.467	(44.467)	-	-	-
Para dividendo complementar (Notas 5 e 13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.517)	-	(2.758)	(22.275)
Para dividendo por conta do exercício de 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.481)	4.481	-	-
Compra de ações próprias	-	-	-	3.124	(3.124)	-	(3.124)	-	(3.124)	-	-	-	(3.124)
Venda de ações próprias	-	-	-	(3.881)	4.908	-	3.881	-	4.908	-	-	-	4.908
Dividendo por conta entregue no exercício de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.611)	-	(4.611)
Variações de participações em sociedades controladas (Nota 13.e)	-	-	-	-	-	(9.162)	-	-	(9.162)	-	-	(19.911)	(29.073)
Outras operações societárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.006	5.006
Outros	-	-	-	-	-	(2.816)	-	-	(2.816)	-	-	3.013	197
Saldo em domingo, 31 de dezembro de 2017	8.700	(61.244)	1.743	24.034	516.707	212.187	(21.232)	(223.487)	509.952	71.227	(4.611)	380.037	904.061

Demonstração do fluxo de caixa Consolidado

nos exercícios encerrados em domingo, 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Milhares de euros)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Resultado consolidado do exercício	95.845	85.736
Ajustes por-		
Amortizações	67.115	78.501
Deterioração e resultado líquido por alienação de imobilizado tangível e de outros ativos intangíveis	1.827	-
Variação de provisões para riscos e despesas e outras provisões (Nota 21)	23.115	2.784
Imputação receitas diferidas	-	(138)
Imputação das subvenções de imobilizado	(492)	(596)
Resultado líquido de sociedades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 10)	(587)	(2.210)
Variação do valor justo de instrumentos financeiros (Nota 15)	-	(486)
Deterioração e resultado líquido por alienação de instrumentos financeiros (Notas 2.g e 13)	(16.348)	(21.715)
Receitas e despesas financeiras (Nota 21)	10.839	32.855
Diferenças de câmbio	39.694	6.946
Outros Rendimentos e Gastos	1.415	-
Imposto sobre sociedades	35.504	43.573
Recursos provenientes das operações	257.927	225.250
Variação do capital circulante:		
Variação de devedores comerciais e outros ativos circulantes	66.116	(65.839)
Variação do estoque	6.244	87
Variação de credores comerciais e outras contas a pagar	(216.788)	83.911
Variação em outros ativos e passivos circulantes	(15.143)	(4.586)
Imposto sobre lucros pagos	(55.637)	(40.761)
Fluxos líquidos de caixa de atividades operacionais (I)	42.719	198.062
Fluxos de caixa por atividades de investimento:		
Aquisição de ativos intangíveis (Nota 8)	(11.120)	(1.998)
Saídas de caixa por contribuições as empresas coligadas (Nota 10)	-	(247)
Aquisição de carteira de valores e outros investimentos financeiros não circulantes (Nota 11)	(138.752)	(115.217)
Aquisição de ativos fixos tangíveis (Nota 9)	(98.226)	(135.364)
Dividendos recebidos de empresas coligadas (Nota 10)	8.399	2.989
Juros cobrados	60.046	61.626
Cobranças por alienação de empresas do grupo, associadas e entidades controladas conjuntamente (Notas 2.g e 13)	24.011	33.754
Cobranças por alienação de ativos tangíveis, intangíveis e não circulantes (Notas 8 e 9)	5.006	3.380
Cobranças derivadas de ativos financeiros, líquido (Nota 11)	31.908	6.733
Outras cobranças	-	(1.849)
Fluxos líquidos de caixa das atividades de investimento (II)	(118.728)	(146.193)
Fluxos de caixa por atividades de financiamento:		
Entradas de caixa por dívida financeira e outra dívida no longo prazo (Nota 14)	1.414.091	602.364
Juros pagos (Nota 14)	(108.236)	(95.935)
Reembolso de dívida financeira e outra dívida no longo prazo (Nota 14)	(1.129.070)	(580.321)
Subvenções recebidas	-	1.034
Pagamentos de dividendos	(26.755)	(24.025)
Cobranças/Pagamentos líquidos derivados de contribuições/devoluções de fundos por/aos sócios não controladores (Nota 13)	5.006	25.217
Entradas de caixa por alienação de ações próprias (Nota 13)	4.908	1.372
Saídas de caixa por compra e venda de ações próprias (Nota 13)	(3.124)	(1.214)
Fluxos líquidos de caixa das atividades de financiamento (III)	156.820	(71.508)
Efeito das variações no perímetro de consolidação (IV)	-	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa (I+II+III+IV)	80.811	(19.639)
Caixa e equivalentes a caixa no início do período	317.350	336.989
Caixa e equivalentes a caixa no fim do período	398.161	317.350

As notas explicativas consolidadas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

RELATÓRIO ANUAL CONSOLIDADO 2017

Preparadas em conformidade
com as Normas Internacionais
de Informação Financeira
adotadas pela União Europeia



Relatório da Diretoria consolidado

correspondente ao exercício
anual encerrado em 31 de dezembro de 2017

1. SOCIEDADES DO GRUPO E SOCIEDADES COLIGADAS

A Elecnor, S.A. (a Sociedade controladora) foi constituída por tempo indeterminado no dia 6 de junho de 1958, e sua sede social está situada na Calle Marqués de Mondéjar 33, Madrid (Espanha).

A Sociedade controladora tem por objeto, de acordo com seus Estatutos Sociais:

- a mais ampla atividade comercial com base na engenharia, projeto, construção, montagem, reparação, manutenção e conservação de toda classe de obras e instalações de qualquer gênero ou espécie, no sentido mais amplo da palavra, isto é, a execução completa das mesmas com ou sem fornecimento de material, por conta própria e de terceiros, de forma exclusiva ou através de associação em qualquer uma de suas modalidades;
- a prestação de serviços públicos e privados de coleta de todo tipo de resíduos, varredura e limpeza das ruas, transferência e transporte dos resíduos até o lugar de depósito final, destino final dos mesmos, reciclagem, tratamento e depósito de resíduos públicos, privados, industriais, hospitalares, patológicos, limpeza, manutenção e conservação de esgotos e, em geral, serviços de saneamento urbano, e qualquer outro serviço complementar dos mesmos relacionado direta ou indiretamente com aqueles, entendido em sua mais ampla aceção;
- o projeto, pesquisa, desenvolvimento, construção, exploração, manutenção e comercialização de estações e instalações de tratamento, recuperação e eliminação de resíduos, bem como a compra e venda dos subprodutos originados dos referidos tratamentos;
- o projeto, pesquisa, desenvolvimento, construção, exploração, manutenção e comercialização de fábricas e instalações de tratamento de águas e depuração de águas residuais e resíduos, a recuperação e a eliminação de resíduos, bem como a compra e a venda dos subprodutos que forem originados desses tratamentos;
- o aproveitamento, transformação e comercialização de toda classe de água;

As atividades enumeradas também poderão ser desenvolvidas pela Sociedade controladora, total ou parcialmente, de modo indireto, através da participação em outras sociedades com objeto análogo, tanto na Espanha como no exterior. O Grupo Elecnor não desenvolverá nenhuma atividade para as quais as Leis exijam condições ou limitações específicas enquanto não cumprir integralmente as mesmas.

As sociedades controladas realizam, basicamente, as diferentes atividades que integram o objeto social acima indicado, bem como a exploração de parques de geração de energia eólica, termossolar e fotovoltaica, prestação de serviços de pesquisa, assessoramento e desenvolvimento de software aeronáutico e aeroespacial, bem como a fabricação e distribuição de painéis solares e usinas de exploração fotovoltaica.

No site www.elecnor.com e em sua sede social podem ser consultados os Estatutos Sociais e demais informação pública sobre a Sociedade.

Adicionalmente às operações que realiza diretamente, a Elecnor, S.A., tal como foi comentado, é líder de um grupo de sociedades controladas, que se dedicam a diversas atividades e que constituem, junto com ela, o Grupo Elecnor (daqui em diante denominado o "Grupo" ou o "Grupo Elecnor"). Consequentemente, a Sociedade controladora é obrigada a elaborar, além das suas próprias demonstrações financeiras individuais, demonstrações financeiras consolidadas, que também incluem as participações em negócios conjuntos e investimentos em sociedades coligadas.

No Anexo I se inclui a informação sobre as sociedades controladas e coligadas, contabilizadas aplicando o método de equivalência patrimonial, incluídas na consolidação do Grupo Elecnor.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

a) Bases de apresentação e quadro normativo de informação financeira aplicável ao Grupo-

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos registros contábeis da Elecnor, S.A. e das entidades consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2017 foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Informação Financeira adotadas pela União Europeia (NIIF-UE) e com as demais disposições do quadro normativo de informação financeira que são aplicáveis, com o objetivo de mostrar a imagem fiel do patrimônio consolidado e da situação financeira consolidada da Elecnor, S.A e sociedades dependentes em 31 de dezembro de 2017 e do rendimento financeiro consolidado, dos seus fluxos de caixa consolidados e das mudanças no patrimônio líquido consolidado correspondentes ao exercício anual encerrado nessa data.

O Grupo adotou as NIIF-UE no dia 1º de janeiro de 2004 e aplicou, nessa data, a NIIF 1 “Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Informação Financeira”.

Os Administradores da Sociedade controladora entendem que as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2017, que foram elaboradas no dia 21 de fevereiro de 2018, serão aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas sem alteração alguma.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Elecnor correspondentes ao exercício de 2016 foram aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas da Elecnor, S.A. realizada em 16 de maio de 2017.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas sob a hipótese de empresa em funcionamento, utilizando o princípio de custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que tenham sido registrados pelo valor justo.

b) Adoção das Normas Internacionais de Informação Financeira (NIIF)-

Normas e interpretações emitidas não vigentes

As novas normas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017 não representaram uma alteração da política contábil no Grupo. Adicionalmente, a Sociedade não adotou antecipadamente nenhuma norma.

Foram emitidas pelo IASB novas normas contábeis (NIIF) e interpretações (CINIIF) aplicáveis aos exercícios contábeis iniciados após o dia 1º de janeiro de 2018. Uma amostra da natureza da alteração da política contábil e da avaliação, por parte da Diretoria do Grupo Elecnor, do impacto das novas normas que puderam ter efeito nas demonstrações financeiras do Grupo é resumida a seguir:

IFRS 16 Arrendamentos – emitida em janeiro de 2016

A NIIF 16 elimina o modelo de contabilidade dual para arrendatários que diferencia os contratos de arrendamento financeiro, registrados no balanço, dos arrendamentos operativos para os quais não se exige o reconhecimento das quotas de arrendamento futuras. Em vez disso, é desenvolvido um modelo único, dentro do balanço, que é semelhante ao arrendamento financeiro atual. No caso do arrendador se mantém a prática atual, isto é, os arrendadores continuam classificando os arrendamentos como arrendamentos financeiros e operativos.

Esta norma entra em vigor para os exercícios a partir de 1º de janeiro de 2019, embora seja permitido adotá-la antecipadamente no exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016 se se adota a NIIF 15.

O Grupo está avaliando o impacto da nova norma, que será incluída nas demonstrações do exercício de 2018.

IFRS 9 Instrumentos financeiros

Esta norma, que substitui parcialmente a NIC 39, simplifica os critérios de reconhecimento e avaliação dos instrumentos financeiros, conservando um modelo misto de avaliação e estabelecendo apenas duas categorias principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. O critério de classificação é fundamentado no modelo de negócio da entidade e nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Do mesmo modo, simplifica e confere maior flexibilidade para a contabilização de coberturas.

O Grupo Elecnor estima que esta norma não representará um impacto significativo nos seguintes aspectos das demonstrações financeiras consolidadas:

- Em relação aos novos critérios de classificação e medição dos ativos financeiros, a maior parte deles continuará sendo avaliada por seu custo amortizado, com exceção apenas dos instrumentos financeiros derivados, que serão avaliados por um valor justo.
- Em relação ao cálculo da depreciação de valor dos ativos financeiros, o Grupo aplicará a abordagem simplificada, que considera as perdas creditícias esperadas durante toda a vida do ativo. Devido à alta qualidade creditícia dos ativos financeiros do Grupo, estima-se que a probabilidade de não pagamento aplicável a eles não será significativa. O impacto estimado pelo Grupo em relação a este ponto é de aproximadamente 5 milhões de euros como maior depreciação de valor das contas a receber.
- É permitido aplicar a contabilidade de coberturas às coberturas econômicas que, sob a atual NIC 39, não cumprem os requisitos de cobertura: principalmente a cobertura de componentes de risco de contratos não financeiros e a consideração de item coberto para a combinação de um derivado e de um elemento que poderia cumprir com as características de um item coberto. Não se produz um impacto significativo no patrimônio do Grupo por este conceito.

Por outro lado, a IFRS 9 estabelece que, se a Sociedade revisar as suas estimativas de pagamentos de um passivo financeiro, se ajustará o valor do passivo financeiro para refletir os novos fluxos descontados à taxa de juros efetiva original, reconhecendo o efeito no resultado do exercício. Isto representa uma diferença em relação ao critério seguido até agora, pelo qual, nos passivos financeiros nos quais a modificação não fosse substancial, se modificava a taxa de juros efetiva futura sem registrar nenhum impacto nas demonstrações de resultados nesse determinado momento.

Esta modificação representará um impacto positivo no patrimônio líquido do Grupo de entre 10 - 15 milhões de euros, a ser registrada na epígrafe de "Dívida financeira" do passivo não circulante e "Investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial" do ativo não circulante (pelos refinanciamentos das sociedades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial).

NIIF 15 Rendimentos de contratos de clientes

A IFRS 15 "Receitas ordinárias procedentes de contratos com clientes" determina os critérios para o reconhecimento de receitas ordinárias procedentes de contratos com os clientes. Esta norma substitui a NIC 18 "Receitas ordinárias" e a NIC 11 "Contratos de construção".

A nova norma estabelece que as receitas ordinárias se reconhecem em função do valor que se espera receber do cliente quando se produz a transferência do controle de um bem ou serviço para o cliente. A transferência de controle pode ocorrer em um momento determinado ou ao longo do tempo. Quando um único contrato incluir mais de uma obrigação de cumprimento para com o cliente, a receita será reconhecida com base nos preços de venda independente relativos das diferentes obrigações de cumprimento.

A principal mudança nas políticas contábeis que o Grupo Elecnor estima que esta nova norma produzirá nas suas demonstrações financeiras consolidadas corresponde à mudança do critério de reconhecimento de receitas procedentes de modificações de contratos e transações sujeitas a contraprestação variável.

Com relação a isso, no caso de receitas procedentes de modificações de contrato, a IFRS 15 requer aprovação por parte do cliente, critério mais exigente que os requisitos de probabilidade e confiabilidade na estimativa da atual norma (NIC 11 e NIC 18) e, do mesmo modo, nas transações sujeitas a contraprestação variável, estabelecem-se requisitos mais exigentes para o reconhecimento de receitas, incluindo requisitos de alta probabilidade.

O Grupo Elecnor adotará a IFRS 15 utilizando a forma retroativa, o que implica a realização de um ajuste contra reservas pelo efeito cumulativo no exercício de 2018.

O Grupo Elecnor avaliou o impacto desta alteração normativa, estimando que este ascenderá a aproximadamente 24

milhões de euros de ajuste negativo do patrimônio líquido do Grupo, com crédito a Devedores comerciais e outras contas a receber (Nota 12).

c) Moeda funcional e moeda de apresentação-

As Demonstrações de resultados do exercício consolidadas são apresentadas em milhares de euros, arredondadas para o milhar mais próximo, que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade controladora.

d) Estimativas contábeis relevantes e hipóteses e julgamentos relevantes na aplicação das políticas contábeis-

A informação contida nestas demonstrações financeiras consolidadas é responsabilidade do Conselho de Administração da Elecnor.

A preparação das Demonstrações de resultados do exercício consolidadas em conformidade com a IFRS-UE requer a aplicação de estimativas contábeis relevantes e a realização de julgamentos, estimativas e hipóteses no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Neste sentido, resume-se a seguir um detalhe dos aspectos que requereram um maior grau de julgamento, complexidade, ou nos quais as hipóteses e estimativas são significativas para a preparação das Demonstrações de resultados do exercício consolidadas.

- O Grupo realiza o ensaio de depreciação anual do fundo de comércio. A determinação do valor recuperável de uma divisão à qual se atribuiu o fundo de comércio implica o uso de estimativas. O valor recuperável é o maior do valor justo menos os custos de alienação ou disposição por outra via e o seu valor em uso. O Grupo geralmente utiliza métodos de desconto de fluxos de caixa para determinar esses valores. Os cálculos de desconto de fluxos de caixa se baseiam nas projeções para 5 anos dos orçamentos aprovados pelo Grupo para os ativos de infraestruturas, e nas projeções de toda a vida útil regulamentar para os ativos patrimoniais. Os fluxos consideram a experiência passada e representam a melhor estimativa sobre a evolução futura do mercado. Os fluxos de caixa a partir do 5º ano para os ativos de infraestruturas se extrapolam utilizando taxas de crescimento individuais. As hipóteses chave para avaliar o valor razoável menos os custos de alienação ou disposição por outra via e o valor em uso incluem as taxas de crescimento, a taxa de desconto e as taxas tributáveis. As estimativas, incluindo a metodologia utilizada, podem ter um impacto significativo nos valores e na perda por depreciação de valor (Nota 7).
- O Grupo realiza uma parte significativa de suas atividades em contratos de construção com clientes. O Grupo reconhece os contratos de construção segundo o método de grau de avanço. Este método implica a necessidade de realizar estimativas do custo total e da receita total de cada obra, incluindo, se for o caso, reclamações e incentivos, e constituindo provisões caso haja estimativa de perdas no contrato (nota 16). O Grupo revisa continuamente todas as estimativas dos contratos e as ajusta consequentemente.
- O cálculo de provisões por reclamações de clientes, garantias e litígios está sujeito a um elevado grau de incerteza.

Do mesmo modo, apesar de as estimativas realizadas pelos Administradores da Sociedade terem sido calculadas em função da melhor informação disponível em 31 de dezembro de 2017, podem ocorrer acontecimentos no futuro que obriguem a sua modificação nos exercícios seguintes. O efeito nas Demonstrações de resultados do exercício consolidadas das modificações que, conforme o caso, sejam decorrentes dos ajustes a serem realizados durante os próximos exercícios será registrado de forma prospectiva.

e) Comparação da informação-

Conforme as exigências da NIC 1, a informação contida neste Relatório da Diretoria, relativa ao exercício de 2017, é apresentada, para efeitos comparativos, junto com a informação semelhante, relativa ao exercício de 2016, que não constitui, por si mesma, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Elecnor, respeitantes ao exercício de 2016.

Alguns valores correspondentes ao exercício de 2016 foram reclassificados nas presentes demonstrações financeiras consolidadas com o propósito de torná-las comparáveis com as do exercício atual e, assim, facilitar sua confrontação. Com relação a isso, as reclassificações correspondem com a reclassificação de imobilizado tangível, à epígrafe de Ativo intangível – Outros Ativos Intangíveis no valor de 60,381 milhões de euros, e com a reclassificação de Credores comerciais e outras contas a pagar à epígrafe Provisões para riscos e despesas do passivo circulante no valor de 26,621 milhões de euros.

f) Variações no perímetro de consolidação-

As variações mais significativas ocorridas no perímetro de consolidação no exercício de 2017 foram as seguintes:

- O Grupo alienou a sua participação na sociedade Bulgana Wind Farm PTY LTD pelo valor de 15 milhões de euros, aproximadamente, registrando-se a mais valia respectiva na epígrafe de “Outras receitas operacionais” da demonstração de resultados consolidada anexa.
- O Grupo alienou sua participação na sociedade Barcaldine Remote Community Solar Farm PTY LTD no valor aproximado de 33,4 milhões de dólares australianos, sendo a respectiva mais valia registrada na epígrafe “Outras receitas operacionais” da demonstração de resultados consolidada anexa. O Grupo classificou em 31 de dezembro de 2016 todos os ativos e passivos associados a esta sociedade como Ativos não circulantes mantidos para venda e Passivos associados a ativos não circulantes mantidos para venda, com base nos acordos adotados na ata do Conselho de Administração com data de 19 de outubro de 2016.

A variação mais significativa ocorrida no perímetro de consolidação no exercício de 2016 foi a seguinte:

- No dia 26 de julho de 2016, o Grupo alienou sua participação na sociedade Parques Eólicos Villanueva, S.L. e em suas sociedades controladas no valor de 33,8 milhões de euros de euros, aproximadamente, sendo a respectiva mais valia registrada na rubrica “Outras receitas operacionais” da conta de resultados consolidada anexa.

3. PRINCÍPIOS CONTÁBEIS

a) Entidades controladas-

São consideradas controladas aquelas sociedades sobre as quais a Sociedade, direta ou indiretamente através de controladas, exerce o controle. A Sociedade controla uma entidade controlada quando, por seu envolvimento na mesma, está exposta ou tem direito, a rendimentos variáveis e tem capacidade de influência em relação a esses rendimentos através do poder que exerce sobre a mesma. A Sociedade tem o poder quando possui direitos substantivos em vigor que lhe outorgam a capacidade de dirigir as atividades relevantes. A Sociedade está exposta, ou tem direito, a rendimentos variáveis pelo seu envolvimento na entidade controlada, quando os rendimentos que obtém por esse envolvimento podem variar em função da evolução econômica da entidade.

Os rendimentos, despesas e fluxo de caixa das entidades controladas são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data de aquisição, que é aquela em que o Grupo obtém o controle efetivo das mesmas. As entidades controladas foram excluídas da consolidação da perda de controle.

As transações e saldos mantidos com empresas do Grupo e os lucros ou perdas não realizados foram eliminados no processo de consolidação. No entanto, as perdas não realizadas foram consideradas como um indicador de depreciação de valor dos ativos transmitidos.

As políticas contábeis das entidades controladas se adaptaram às políticas contábeis do Grupo para transações e outros eventos que, sendo similares, ocorreram em circunstâncias parecidas.

As Demonstrações de resultados do exercício ou demonstrações financeiras das entidades controladas utilizadas no processo de consolidação foram referidas na mesma data de apresentação e no mesmo período que as da Sociedade controladora.

As participações não controladoras nos ativos líquidos das sociedades controladas são identificadas dentro do patrimônio de forma separada do patrimônio da Sociedade controladora. As quotas não controladoras nos resultados consolidados do exercício (e no resultado global total consolidado do exercício) também são apresentadas de forma separada na conta de resultados consolidada.

As alterações na participação de uma sociedade controlada que não originam uma perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio, isto é, qualquer diferença é reconhecida diretamente no patrimônio.

b) Combinações de negócio-

O Grupo aplicou a exceção contemplada na NIIF 1 “Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Informação Financeira”, motivo pelo qual só as combinações de negócios efetuada a partir de 1º de janeiro de 2004, data de transição às NIIF-UE, foram registradas pelo método de aquisição. As aquisições de entidades efetuadas antes dessa data foram registradas de acordo com os PCGA anteriores, uma vez consideradas as correções e ajustamentos necessários na data de transição.

O Grupo aplicou a IFRS 3 “Combinações de negócio” revisada em 2008 nas transações realizadas a partir de 1º de janeiro de 2010.

Nas combinações de negócios, o Grupo aplica o método de aquisição.

A data de aquisição é quando o Grupo obtém o controle do negócio adquirido.

A contraprestação entregue pela combinação de negócios é determinada na data de aquisição pela soma dos valores justos dos ativos entregues, dos passivos incorridos ou assumidos, dos instrumentos de patrimônio líquido emitidos e de qualquer contraprestação contingente que dependa de fatos futuros ou do cumprimento de determinadas condições em troca de controle do negócio adquirido.

Os custos relacionados com a aquisição se reconhecem como gastos à medida que ocorrem.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos são medidos pelo seu valor justo na data de aquisição, e a participação não controladora é avaliada pela parte proporcional dessa participação nos ativos líquidos identificáveis. Os passivos assumidos incluem os passivos contingentes na medida em que representem obrigações atuais que surjam de acontecimentos passados e seu valor justo possa ser medido com confiabilidade.

O excesso existente entre a contraprestação entregue, mais o valor atribuído às quotas não controladoras e o valor líquido dos ativos adquiridos e os passivos assumidos, é registrado como fundo de comércio. Se for o caso, a falta, depois de avaliar o valor da contraprestação entregue, o valor atribuído às quotas não controladoras e a identificação e avaliação dos ativos líquidos adquiridos, é reconhecida em resultados.

Perda de controle

Quando o Grupo perde o controle sobre uma sociedade controlada, dá de baixa os ativos (incluindo o Fundo de Comércio) e passivos da controlada e a participação não controladora pelo seu valor contábil na data em que perder o controle, reconhecer a contraprestação recebida e a participação mantida na referida sociedade pelo seu valor justo na data em que se perde o controle, reconhecendo-se o resultado pela diferença. O outro resultado global correspondente à sociedade controlada é transferido integralmente para resultados ou para reservas, de acordo com sua natureza.

Participações não controladoras

As participações minoritárias nas entidades controladas adquiridas a partir de 1º de janeiro de 2004 se registram na data de aquisição pela porcentagem de participação no valor justo dos ativos líquidos identificáveis. As participações minoritárias nas entidades controladas adquiridas antes da data de transição foram reconhecidas pela porcentagem de participação no patrimônio líquido destas na data da primeira consolidação.

As participações minoritárias são apresentadas no patrimônio líquido consolidado de forma separada do patrimônio atribuído aos acionistas da Sociedade controladora. As participações minoritárias nos resultados consolidados do exercício (e no resultado global total consolidado do exercício) são igualmente apresentadas de forma separada na demonstração de resultados consolidada (estado do resultado global consolidado).

A participação do Grupo e as participações minoritárias nos resultados consolidados do exercício (o resultado global total consolidado do exercício) e nas mudanças no patrimônio líquido das entidades controladas, uma vez considerados os ajustes e eliminações derivados da consolidação, é determinada a partir das participações na propriedade no encerramento do exercício, sem considerar o possível exercício ou conversão dos direitos de voto potenciais e uma vez descontado o efeito dos dividendos, acordados ou não, de ações preferenciais com direitos cumulativos que tenham sido classificados nas demonstrações de patrimônio líquido. No entanto, a participação do Grupo e as participações minoritárias são determinadas considerando o exercício eventual de direitos de voto potenciais e outros instrumentos financeiros derivados que, de maneira geral, outorguem acesso atualmente aos benefícios econômicos associados com as participações na propriedade, ou seja, o direito de participar nos dividendos futuros e mudanças no valor das entidades controladas.

A partir de 1º de janeiro de 2010, os resultados e cada componente do outro resultado global se destinam ao patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Sociedade controladora e às participações minoritárias em proporção a sua participação, embora isso implique um saldo devedor de participações minoritárias. Os acordos celebrados entre o Grupo e as participações minoritárias se reconhecem como uma transação separada.

c) Entidades coligadas-

São consideradas entidades controladas aquelas sociedades sobre as quais a Sociedade, direta ou indiretamente através de controladas, exerce influência significativa. A influência significativa é o poder de intervir nas decisões de política financeira e de exploração que uma entidade tem, sem que suponha a existência de controle ou de controle conjunto

sobre a mesma. Na avaliação da existência de influência significativa são considerados os direitos de voto potenciais exercíveis ou conversíveis na data de encerramento de cada exercício, considerando, também, os direitos de voto potenciais que o Grupo ou outra entidade possuam.

Os investimentos em entidades associadas são registrados pelo método da participação a partir da data em que se exerce influência significativa até a data em que a Sociedade não puder continuar justificando a existência da mesma. Segundo este método, inicialmente, o investimento é registrado pelo seu custo de aquisição, incluindo com caráter adicional qualquer custo diretamente atribuível à aquisição.

O excedente entre o custo do investimento e a porcentagem correspondente ao Grupo nos valores justos dos ativos líquidos identificáveis se registra como fundo de comércio, que se inclui no valor contábil do investimento. O faltante, depois de avaliados os valores do custo de investimento e a identificação e avaliação dos ativos líquidos da coligada, se registra como receita na determinação da participação do investidor nos resultados da coligada do exercício em que tiver sido adquirida.

Se o investimento resulta da perda de controle de uma sociedade controlada que não era constitutiva de um negócio, o custo do investimento é o valor justo, líquido das eliminações dos resultados derivados da perda de controle.

As políticas contábeis das entidades coligadas foram objeto de uniformização temporal e valorativa nos mesmos termos aos que se faz referência nas entidades controladas.

A participação do Grupo nos lucros ou nas perdas das sociedades coligadas obtidas a partir da data de aquisição é registrada como um aumento ou uma diminuição do valor dos investimentos com crédito ou débito na rubrica "Participação no resultado do exercício dos investimentos contabilizadas aplicando o método de equivalência patrimonial" da conta de resultados. Igualmente, a participação do Grupo em "outro resultado global" das coligadas obtido a partir da data de aquisição é registrada como um aumento ou diminuição do valor dos investimentos nas coligadas, sendo reconhecida a contrapartida por natureza em "outro resultado global" da Demonstração do Resultado Global Consolidado. As distribuições de dividendos são registradas como reduções do valor dos investimentos. Para determinar a participação do Grupo nos lucros ou nas perdas, incluindo as perdas por deterioração de valor reconhecidas pelas coligadas, são consideradas as receitas ou as despesas derivadas do método de aquisição.

A participação do Grupo nos lucros ou perdas das entidades coligadas e nas mudanças no patrimônio líquido é determinada com base na participação na propriedade no encerramento do exercício, sem considerar o possível exercício ou conversão dos direitos de voto potenciais. No entanto, a participação do Grupo se determina considerando o exercício eventual de direitos de voto potenciais e outros instrumentos financeiros derivados que, de maneira geral, outorguem acesso atualmente aos benefícios econômicos associados com as participações na propriedade, ou seja, o direito de participar nos dividendos futuros e mudanças no valor das entidades coligadas.

As perdas nas sociedades coligadas que correspondem ao Grupo se limitam ao valor do investimento líquido, exceto naqueles casos nos quais tiver sido assumido, por parte do Grupo, obrigações legais ou implícitas, ou tiverem sido efetuados pagamentos em nome das sociedades coligadas. Para efeitos de reconhecimento das perdas por deterioração em coligadas, considera-se investimento líquido o resultado de acrescentar ao valor contábil resultante da aplicação do método da participação o correspondente a qualquer outra rubrica que, em resumo, faça parte do investimento nas coligadas. O excesso das perdas sobre o investimento em instrumentos de patrimônio é aplicado ao resto de rubricas em ordem inversa à prioridade na liquidação. Os lucros obtidos posteriormente por aquelas coligadas nas quais se tiver limitado o reconhecimento de perdas ao valor do investimento serão registrados na medida em que excedam as perdas não reconhecidas previamente.

Neste sentido, se a parte que corresponder ao Grupo nas perdas de uma coligada for igual ou exceder sua participação nessa coligada, deixará de reconhecer a parte que lhe possa corresponder em ulteriores perdas. Para esses efeitos, a participação na coligada será igual ao valor contábil registrado do investimento, calculado segundo o método de equivalência patrimonial, ao que será acrescentado o valor de qualquer outra parte no longo prazo que, em resumo, fizer parte do investimento líquido do Grupo na associada.

Os lucros e perdas não realizados nas transações realizadas entre o Grupo e as entidades coligadas só são reconhecidos na medida em que correspondem a participações de outros investidores não relacionados. Se isenta da aplicação deste critério o reconhecimento de perdas não realizados que constituam uma evidência da depreciação de valor do ativo transmitido. Apesar disso, os lucros e perdas derivados de transações entre o Grupo e as entidades coligadas de ativos líquidos constitutivos de um negócio se reconhecem em sua totalidade.

Depreciação de valor

O Grupo aplica os critérios de depreciação desenvolvidos na NIC 39: Instrumentos financeiros: Reconhecimento e

avaliação com o objetivo de determinar se é necessário registrar perdas por depreciação adicionais às já registradas no investimento líquido na coligada, ou em qualquer outro ativo financeiro mantido com esta, como consequência da aplicação do método de equivalência patrimonial.

O cálculo da depreciação se determina como resultado da comparação do valor contábil associado ao investimento líquido na coligada com seu valor recuperável, entendendo-se por valor recuperável o maior do valor em uso ou valor justo menos os custos de alienação ou disposição por outra via. Neste sentido, o valor em uso se calcula em função da participação do Grupo no valor atual dos fluxos de caixa estimados das atividades ordinárias e dos valores que possam ter resultado da alienação final da coligada.

d) Negócios conjuntos-

São considerados acordos conjuntos aqueles nos que existe um acordo contratual para compartilhar o controle sobre uma atividade econômica, de forma que as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime do Grupo e do resto de participantes ou operadores. A avaliação da existência de controle conjunto é realizada considerando a definição de controle das entidades controladas.

- **Negócios conjuntos:** Os investimentos nos negócios conjuntos são registrados aplicando o método da participação acima exposto.
- **Operações conjuntas:** Nas operações conjuntas, o Grupo reconhece nas demonstrações financeiras consolidadas seus ativos, incluída sua participação nos ativos controlados de forma conjunta; seus passivos, incluída sua participação nos passivos nos que tenha incorrido conjuntamente com os outros operadores; as receitas auferidas pela venda da sua parte da produção derivada da operação conjunta, sua parte das receitas obtidas da venda da produção derivada da operação conjunta e suas despesas, incluída a parte que lhe corresponder das despesas conjuntas. O Grupo inclui dentro desta categoria as UTEs (União Temporária de Empresas) e determinadas sociedades estrangeiras consideradas como um veículo semelhante ao da UTE através das quais desenvolver parte da sua atividade.

e) Transações e saldos em moeda estrangeira -

Transações, saldos e fluxos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas em moeda funcional mediante a aplicação das taxas de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira nas datas em que forem realizadas as transações.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos em euros aplicando a taxa existente no encerramento do exercício, ao passo que os não monetários avaliados pelo custo histórico são convertidos aplicando as taxas de câmbio aplicadas na data em que a transação ocorreu. Por último, a conversão em euros dos ativos não monetários avaliados pelo valor justo foi efetuada aplicando a taxa de câmbio na data em que se procedeu à quantificação do mesmo.

Conversão de negócios no estrangeiro

O Grupo se valeu da isenção contemplada na NIIF 1 "Adoção pela primeira vez das NIIF" relativa a diferenças de conversão acumuladas, pelo que as diferenças de conversão reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas geradas antes do dia 1º de janeiro de 2004 foram incluídas nas reservas por ganhos acumulados. A partir da referida data, a conversão em euros de negócios no estrangeiro cuja moeda funcional não é a de um país hiperinflacionário foi realizada através da aplicação do seguinte critério:

- Os ativos e passivos, incluindo o fundo de comércio e os ajustes aos ativos líquidos derivados da aquisição dos negócios, incluindo os saldos comparativos, são convertidos à taxa de câmbio de encerramento na data de cada balanço;
- As receitas e despesas, incluindo os saldos comparativos, são convertidas às taxas de câmbio em vigor na data de cada transação; e
- As diferenças de câmbio que resultarem da aplicação dos critérios acima referidos são reconhecidas como diferenças de conversão em outro resultado global.

Este mesmo critério é aplicável à conversão das demonstrações financeiras das sociedades contabilizadas pelo método da participação, reconhecendo as diferenças de conversão relativas à participação do Grupo em outro resultado global. As diferenças de conversão registradas em outro resultado global se reconhecem nos resultados como um ajuste feito ao resultado na venda seguindo os critérios expostos nas seções de entidades controladas e coligadas.

Negócios estrangeiros em economias hiperinflacionárias

As demonstrações financeiras das sociedades do Grupo cuja moeda funcional é a de uma economia hiperinflacionária são expressas novamente em termos da unidade de medida corrente na data do balanço.

Os resultados e a situação financeira dos negócios no estrangeiro do Grupo, cuja moeda funcional é a moeda de uma economia hiperinflacionária são convertidos em euros como segue:

- Os ativos e passivos, incluindo o fundo de comércio e os ajustes aos ativos líquidos derivados da aquisição dos negócios, rubricas do patrimônio líquido, despesas e receitas e fluxos de caixa, são convertidos à taxa de câmbio de encerramento na data do balanço mais recente.
- Os saldos comparativos são os apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício anterior e não são ajustados pelas variações posteriores ocorridas no nível de preços ou nas taxas de câmbio. O efeito do ajuste sobre os saldos do exercício anterior é reconhecido como uma reserva de revalorização em outro resultado global.

O impacto nas presentes Demonstrações de resultados do exercício consolidadas da conversão destes negócios de acordo com o exposto anteriormente não é significativo.

f) Custos por juros-

O Grupo reconhece os custos por juros diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados como maior valor destes. Os ativos qualificados são aqueles que requerem um período de tempo substancial antes de poderem ser utilizados ou ser passíveis de alienação. Quando o financiamento tiver sido obtido especificamente para o ativo qualificado, o valor dos juros a capitalizar se determina em função dos custos reais incorridos durante o exercício menos os rendimentos obtidos pelos investimentos temporários realizados com tais fundos (Nota 3.i).

A capitalização dos juros começa quando se houver incorrido nas despesas relacionadas com os ativos, tiverem incidido os juros e se está realizando as atividades necessárias para preparar os ativos ou partes destes para seu uso desejado ou venda, e termina quando forem concluídas todas ou praticamente todas as atividades necessárias para preparar os ativos ou partes de ativos para seu uso pretendido ou venda. No entanto, a capitalização de juros é suspensa durante os períodos em que se interrompe o desenvolvimento das atividades, se estes se alongam de maneira significativa no tempo, exceto quando o atraso temporal for necessário para deixar o ativo em condições de funcionamento ou para a venda.

g) Ativos não circulantes mantidos para a venda-

Os ativos não circulantes ou grupos alienáveis de elementos cujo valor contábil será recuperado fundamentalmente através de uma transação de venda, em vez de por uso continuado, se classificam como ativos não circulantes mantidos para venda. Para classificar os ativos não circulantes ou grupos alienáveis de elementos como mantidos para venda, estes devem, em suas condições atuais, encontrar-se disponíveis para alienação, sujeita exclusivamente aos termos usuais e habituais às transações de venda, sendo igualmente necessário que a transação se considere altamente provável.

Os ativos não correntes ou grupos alienáveis de elementos classificados como mantidos para a venda não são amortizados, sendo avaliados pelo seu menor valor contábil e justo valor, menos os custos de alienação ou disposição por outra via.

O Grupo classificou os ativos e passivos da filial Barcaldine Remote Community Solar Farm PTY LTD, correspondentes, principalmente, ao imobilizado tangível no valor de 42 milhões de euros, receitas diferidas no valor de 16 milhões de euros e dívidas com instituições de crédito no valor de 8 milhões de euros, como mantidos para a venda em 19 de outubro de 2016 com base nos acordos tomados na ata do Conselho de Administração na referida data. Durante o exercício de 2017 procedeu-se à venda desta sociedade (ver nota 2.f).

h) Ativos Intangíveis-

Fundo de comércio

O fundo de comércio se determina seguindo os critérios expostos na seção de combinações de negócios.

O fundo de comércio não se amortiza, mas se comprova a sua depreciação com periodicidade anual ou mais frequente se existirem indícios de uma potencial perda do valor do ativo. Para este efeito, o fundo de comércio resultante da

combinação de negócios se destina a cada uma das unidades geradoras de caixa ou grupos de unidades do Grupo que se espera que beneficiem das sinergias da combinação, e se aplicam os critérios referidos na seção j) depreciação de valor. Depois do reconhecimento inicial, o fundo de comércio é avaliado por seu custo menos as perdas por depreciação de valor acumuladas.

As perdas por deterioração relacionadas com os fundos de comércio não são objeto de reversão posterior.

O fundo de comércio gerado internamente não é reconhecido como um ativo.

Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis se apresentam na demonstração da situação financeira consolidada por seu valor de custo diminuído do valor das amortizações e perdas por depreciação acumuladas.

Os ativos intangíveis são amortizados linearmente ao longo das suas vidas úteis.

Deterioração do valor dos ativos

O Grupo avalia e determina as perdas e as reversões das perdas por depreciação de valor do ativo intangível de acordo com os critérios mencionados na seção j.

i) Imobilizado tangível-

Reconhecimento inicial

O imobilizado tangível é reconhecido por seu custo, subtraída a amortização acumulada e, conforme o caso, a perda acumulada por depreciação do valor. No entanto, antes do dia 1º de janeiro de 2004, o Grupo Elecnor atualizou o valor de determinados ativos do imobilizado tangível de acordo com os diversos dispositivos legais a esse respeito. O Grupo Elecnor, de acordo com as NIIF, considerou o valor dessas revalorizações como parte do custo dos referidos ativos por entender que elas equivaliam à evolução dos índices dos preços.

O custo do imobilizado tangível inclui a estimativa dos custos de desmontagem ou remoção, bem como da reabilitação do lugar sobre o qual se encontra localizado, sempre que essas constituírem obrigações incorridas como consequência do seu uso e com propósitos distintos da produção de inventários. Com relação a isso, dado que o Grupo Elecnor não tem a obrigação de fazer face a custos significativos em relação ao fechamento das suas instalações, a demonstração da situação financeira consolidada anexa não inclui nenhuma provisão para este item, a não ser por uma provisão por desmontagem no valor de 5 milhões de euros referente ao parque de Canadá (Nota 16).

Os custos capitalizados incluem as despesas financeiras relativas ao financiamento externo incorridas durante o período de construção em obras com um período superior a um ano. O total de despesas financeiras acumuladas ativadas na rubrica "Imobilizado tangível, líquido" do ativo da demonstração da situação financeira consolidada no exercício de 2017 ascende a 75.034.000 (€63.298.000 em 2016).

Os trabalhos realizados pelo Grupo para seu próprio imobilizado são expressos pelo custo acumulado que resulta de acrescentar aos custos externos os custos internos, determinados em função dos consumos próprios de materiais de armazém e dos custos de fabricação, sendo estes determinados segundo as taxas horárias de absorção semelhantes às usadas para a avaliação de estoques. Durante o exercício de 2017 o valor registrado por este item ascende a 57.528.000 (€98.678.000 em 2016), e foram registrados na rubrica "Outras receitas operacionais" da conta de resultados consolidada, correspondentes, principalmente, à construção de parques eólicos e linhas de transmissão de energia.

Custos posteriores

Posteriormente ao reconhecimento inicial do ativo, só se capitalizam os custos incorridos que venham a gerar benefícios econômicos futuros que possam ser qualificados como prováveis e cujo valor puder ser estimado com confiabilidade. Neste sentido, os custos derivados da manutenção diária do imobilizado tangível se registram nos resultados à medida que se incorrem.

As substituições de elementos do imobilizado tangível susceptíveis de capitalização supõem a redução do valor contábil dos elementos substituídos. Nos casos em que o custo dos elementos substituídos não tiver sido amortizado de forma independente e não seja viável determinar o seu valor contábil, utiliza-se o custo da substituição como indicativo do custo dos elementos no momento de sua aquisição ou construção.

Amortizações

A amortização dos elementos de imobilizado tangível é feita distribuindo o seu valor amortizável de forma linear ao longo de sua vida útil.

A amortização dos elementos do imobilizado tangível se determina mediante a aplicação dos seguintes critérios:

	Anos de vida útil estimada	
	2017	2016
Construções	33-50	33-50
Instalações técnicas e maquinaria (*)	10-25	10-25
Aparelhos e ferramentas	3 -10	3-10
Móveis e Utensílios	3-10	3-10
Equipamentos para Processamento Eletrônico de Dados	3-5	3-5
Elementos de Transporte	2-10	2-10
Outro imobilizado	3-10	3-10

(*) Inclui a maquinaria e instalações relacionadas com projetos eólicos, basicamente aerogeradores.

O Grupo revisa o valor residual, a vida útil e o método de amortização do imobilizado tangível no encerramento de cada exercício. As modificações dos critérios inicialmente estabelecidos se reconhecem como uma mudança de estimativa.

Depreciação do valor dos ativos

O Grupo avalia e determina as perdas e as reversões das perdas por depreciação de valor do imobilizado tangível de acordo com os critérios mencionados na seção j.

Os Administradores da Sociedade controladora consideram que o valor contábil dos ativos não ultrapassa o valor recuperável dos mesmos, sendo este calculado em função dos fluxos de caixa futuros que esses ativos geram (Nota 3.j).

j) Depreciação de valor dos ativos não financeiros sujeitos a amortização ou depreciação-

O Grupo segue o critério de avaliar a existência de indícios que possam revelar a potencial deterioração de valor dos ativos não financeiros sujeitos a amortização ou depreciação, com o intuito de comprovar se o valor contábil dos mencionados ativos excede seu valor recuperável.

Do mesmo modo e independentemente da existência de qualquer indício de depreciação de valor, o Grupo averigua pelo menos uma vez por ano a potencial depreciação do valor que possa afetar o fundo de comércio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida.

O valor recuperável dos ativos é o maior entre o seu valor justo menos os custos de alienação e o seu valor em uso.

O cálculo do valor em uso do ativo se realiza em função dos fluxos de caixa futuros esperados decorrentes da utilização do ativo, das expectativas sobre possíveis variações no valor ou da distribuição temporal dos fluxos, do valor temporal do dinheiro, do preço a pagar por tolerar a incerteza relacionada com o ativo e de outros fatores que os participantes do mercado poderiam considerar ao fazer a avaliação dos fluxos de caixa futuros relacionados com o ativo.

Em caso de o valor recuperável ser inferior ao valor líquido contábil do ativo, a respectiva perda por deterioração é registrada com débito na rubrica "Amortizações, deterioração e dotações para provisões" da conta de resultados consolidada anexa.

O Grupo avalia em cada data de encerramento se existe algum indício de que a perda por depreciação de valor reconhecida nos exercícios anteriores deixou de existir ou se pode ter diminuído. As perdas por depreciação do valor correspondentes ao fundo de comércio não são reversíveis. As perdas por depreciação do resto de ativos só se revertem se tiver havido uma mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo.

k) Arrendamentos-

O Grupo classifica como arrendamentos financeiros os contratos que, no início, transferem de forma substancial os riscos e lucros inerentes à propriedade dos ativos para o arrendatário. Caso contrário, se classificam como arrendamentos operacionais.

O Grupo tem cedido o direito de uso de determinados ativos sob contratos de arrendamento.

Arrendamento mercantil

No começo do prazo do arrendamento, o Grupo reconhece um ativo e um passivo pelo menor do valor justo do bem arrendado ou do valor atual dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os custos diretos iniciais se incluem como maior valor do ativo. Os pagamentos mínimos se dividem entre os encargos financeiros e a redução da dívida pendente de pagamento. As despesas financeiras se atribuem à demonstração de resultados consolidada mediante a aplicação do método da taxa de juros efetiva.

Os princípios contábeis que se aplicam aos ativos utilizados pelo Grupo em virtude da celebração de contratos de arrendamento classificados como financeiros são os mesmos que são desenvolvidos na seção i). No entanto, se não existe uma segurança razoável de que o Grupo vai obter a propriedade no final do prazo de arrendamento dos ativos, estes se amortizam durante o menor período, seja sua vida útil ou o prazo do arrendamento.

Arrendamentos operacionais

As cotas derivadas dos arrendamentos operacionais se reconhecem como despesas na epígrafe "Outras despesas operacionais" da demonstração de resultados consolidada de forma linear durante o prazo do arrendamento, exceto quando outra base sistemática de distribuição for mais representativa por refletir mais adequadamente o padrão temporal dos lucros do arrendamento.

Durante os exercícios de 2017 e 2016 as despesas por arrendamento incluídas na rubrica "Outras despesas operacionais" da conta de resultados consolidada anexa ascenderam a aproximadamente €63.894.000 e a €48.851.000, respectivamente. Os contratos de arrendamento operacional mais significativos que o Grupo Elecnor tem nos exercícios de 2017 e 2016 são os que se referem à maquinaria e aos elementos de transporte, bem como aos imóveis utilizados no desenvolvimento de sua atividade.

No encerramento do exercício de 2017 e 2016 o Grupo tem contratadas com as partes arrendadoras as seguintes quotas de arrendamento mínimas, de acordo com as atuais em vigor, sem ter em conta a repercussão de despesas comuns, aumentos futuros pelo IPC, nem atualizações futuras de rendimentos pactuados contratualmente (em milhares de euros):

Valor nominal		
Arrendamentos operacionais - quotas mínimas	2017	2016
Menos de um ano	16.270	16.406
Entre um e cinco anos	30.259	17.902
Mais de cinco anos	37.308	23.241
TOTAL	83.837	57.549

As quotas mínimas de arrendamentos operacionais não incluem os arrendamentos de maquinaria e de elementos de transporte que são arrendados durante o período de duração das obras que o Grupo executa, já que os Administradores da Sociedade controladora estimam que não há compromissos no longo prazo em relação a esses arrendamentos.

l) Concessões administrativas-

O Grupo faz a exploração de diversos ativos mediante contratos de concessão de serviços outorgados por diferentes entidades públicas.

O Grupo analisa em função das características dos contratos se estes são abrangidos pela CINIIF 12 Contratos de Concessão de Serviços.

Nos contratos de concessão abrangidos pela CINIIF 12, os serviços de construção e prestação de serviços são reconhecidos seguindo a política contábil de receitas ordinárias. Neste sentido, os contratos de construção ou melhoria da infraestrutura são registrados em conformidade com a política contábil aplicável aos mesmos, e os serviços de manutenção e exploração são reconhecidos seguindo o disposto na política contábil de prestação de serviços.

Dado que com base nesses contratos o Grupo presta vários serviços (construção, manutenção e serviços de operação), as receitas são reconhecidas de acordo com os valores razoáveis de cada serviço prestado.

O Grupo reconhece a contraprestação recebida pelos contratos de construção como um ativo financeiro, apenas na medida em que existir um direito contratual incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro, quer diretamente do cedente quer de um terceiro.

Neste sentido:

- As concessões de transmissão do Brasil das quais o Grupo Elecnor participa são reguladas no respectivo Contrato de Concessão assinado entre a Concessionária de Transmissão (a Concessionária) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
- O Contrato de Concessão regula a obrigação, por parte da Concessionária, de construir infraestruturas e operá-las durante um prazo de 30 anos. Como contrapartida é estabelecido o direito incondicional da Concessionária de receber dinheiro, mediante a fixação de uma remuneração exata e quantificada, Receita Anual Permitida (RAP), que o concessionário receberá durante o período de operação das infraestruturas.
- A RAP é atualizada periodicamente para registrar o efeito de certas variáveis econômicas, principalmente a inflação.
- A responsabilidade da Concessionária se limita a manter a infraestrutura disponível para ser utilizada, e sua remuneração não é afetada pelo fato de ela ser usada ou não.
- Existe um protocolo de penalidades aplicadas pela ANEEL para hipóteses de indisponibilidade da infraestrutura por causa atribuível à Concessionária, porém estas estão limitadas a um valor máximo de 2% da RAP dos 12 últimos meses, isto é, 98% da RAP é cobrado em qualquer caso. Do mesmo modo, estas penalidades foram mínimas nos últimos exercícios.

Serviços de construção

O valor recebido ou a receber pela construção das infraestruturas por explorar é registrado pelo seu valor justo. Este valor será contabilizado como um ativo financeiro se a concessionária tiver um direito contratual incondicional de receber essas quantias por parte da entidade concedente, isto é, independentemente da utilização do serviço público em questão por parte dos usuários do mesmo. Em compensação, serão contabilizados como um ativo intangível se o recebimento desses valores estiver submetido ao risco de demanda do serviço.

Esses ativos, após o seu reconhecimento inicial, serão contabilizados de acordo com o referido para cada tipo de ativo nas normas de avaliação correspondentes (ver seção v).

Serviços de manutenção e operação

Se contabilizarão de acordo com o explicado na seção v.

m) Instrumentos financeiros-

Classificação de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados no momento de seu reconhecimento inicial como um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de patrimônio, em conformidade com o fundo econômico do acordo contratual e com as definições de ativo financeiro, passivo financeiro ou de instrumento de patrimônio desenvolvidas na NIC 32 "Instrumentos financeiros: Apresentação".

Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se converte em parte obrigada do contrato ou do negócio jurídico, conforme as disposições do mesmo.

Devido à natureza dos instrumentos financeiros do Grupo, os Administradores da Sociedade controladora consideram que o valor contábil deles, que se ajusta em caso de ser verificada uma deterioração, é uma aproximação válida ao seu valor justo.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registrados, inicialmente, pelo seu valor justo mais, em caso de o ativo não ser reconhecido como ativo financeiro negociável, os custos inerentes à operação.

O Grupo Elecnor classifica seus ativos financeiros, sejam circulantes ou não circulantes, nas seguintes categorias:

- **Empréstimos e contas a receber:** Os empréstimos e contas a receber são ativos financeiros não derivados com cobranças fixas ou determináveis sem cotação em um mercado ativo, diferentes daqueles classificados em outras categorias de ativos financeiros. Estes ativos se reconhecem inicialmente por seu valor justo, incluindo os custos de transação incorridos, e se avaliam posteriormente por seu custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.
- **Investimentos mantidos até o vencimento:** Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivados com cobranças fixas ou determináveis e vencimentos fixos que o Grupo tem a intenção efetiva e a capacidade de conservar até o seu vencimento, diferentes daqueles classificados em outras categorias. Os critérios de avaliação aplicáveis aos instrumentos financeiros classificados nesta categoria são iguais aos aplicáveis aos empréstimos e contas a receber.
- **Ativos financeiros disponíveis para a venda:** O Grupo classifica nesta categoria os instrumentos financeiros não derivados que são designados como tais ou que não cumprem os requisitos que determinariam a sua inclusão nas categorias anteriores, e que correspondem quase na totalidade a investimentos financeiros em capital. Os ativos financeiros disponíveis para venda se reconhecem inicialmente pelo valor justo mais os custos de transação diretamente atribuíveis à compra. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros classificados nesta categoria se avaliam com um valor justo, reconhecendo perdas ou ganhos em outro resultado global, com exceção das perdas por depreciação e das perdas e ganhos pela taxa de câmbio dos instrumentos de dívida. Os valores reconhecidos em outro resultado global são reconhecidos em resultados quando ocorre a baixa dos ativos financeiros e, se for o caso, pela perda por depreciação. Apesar disso, os juros calculados pelo método da taxa de juros efetiva e os dividendos se reconhecem em resultados seguindo os critérios expostos na seção v) Reconhecimento de receitas.

A Diretoria do Grupo Elecnor determina a classificação mais apropriada para cada ativo no momento de sua aquisição.

O Grupo Elecnor dá de baixa um ativo financeiro da sua demonstração da situação financeira quando os direitos contratuais a receber um "cash flow" por esse ativo tenham vencido, ou quando esse ativo for vendido ou transmitido para outra sociedade, transferindo-se substancialmente todos os riscos e vantagens associadas ao mesmo.

Categoria de instrumentos financeiros pelo valor justo

A seguir é mostrada uma análise dos instrumentos financeiros que em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são avaliados pelo valor justo depois do seu reconhecimento inicial, agrupados por níveis de 1 a 3, dependendo do sistema de cálculo do valor justo:

- **Nível 1:** seu valor justo é obtido da observação direta de sua cotação em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** seu valor justo é determinado mediante a observação no mercado de inputs, diferentes dos preços incluídos na categoria 1, que são observáveis para os ativos e passivos, quer diretamente (preços), quer indiretamente (v.gr. que são obtidos dos preços).
- **Nível 3:** seu valor justo é determinado mediante técnicas de avaliação que incluem inputs para os ativos e passivos não observados diretamente nos mercados.

Valor justo em 31 de dezembro de 2017

Milhares de euros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros não circulantes				
Instrumentos financeiros derivativos (Notas 11 e 15)	-	1.036	-	1.036
Participações líquidas em capital (Nota 11)	-	-	2.687	2.687
Ativos financeiros circulantes				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	4.031	-	4.031
Passivo não circulante				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	(9.077)	-	(9.077)
Passivo circulante				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	(1.140)	-	(1.140)
	-	(5.150)	2.687	(2.463)

Valor justo em 31 de dezembro de 2016

Milhares de euros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros não circulantes				
Instrumentos financeiros derivativos (Notas 11 e 15)	-	523	-	523
Participações líquidas em capital (Nota 11)	-	-	4.432	4.432
Ativos financeiros circulantes				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	458	-	458
Passivo não circulante				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	(28.920)	-	(28.920)
Passivo circulante				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	(5.821)	-	(5.821)
	-	(33.760)	4.432	(29.328)

Depreciação de valor dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são analisados pela Diretoria do Grupo Elecnor que comprova se existe evidência objetiva de deterioração como resultado de um ou mais eventos que ocorreram depois do reconhecimento inicial do ativo e se esse evento que causou a perda tem um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou do grupo de ativos financeiros.

O montante da perda por depreciação de valor de ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado é a diferença entre o valor contábil do ativo financeiro e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, excluindo as perdas creditícias futuras em que não se tiver incorrido, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo.

A perda por depreciação de valor de ativos financeiros avaliados pelo custo amortizado se reconhece registrando o débito nos resultados, e é reversível em exercícios posteriores se tal redução puder ser objetivamente relacionada com um evento posterior ao seu reconhecimento. No entanto, a reversão da perda tem como limite o custo amortizado que teriam os ativos se não tivesse sido registrada a perda por depreciação de valor. A reversão da perda se reconhece no saldo da conta de abatimento.

O Grupo Elecnor considera como indicadores objetivos da deterioração de seus ativos financeiros, entre outros, os seguintes:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou da contraparte,
- Inadimplência ou atrasos no pagamento,
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo credores comerciais e outras contas a pagar, que não se classificam por valor justo com mudanças nos resultados, se reconhecem inicialmente por seu valor justo, subtraindo, se for o caso, os custos de transação diretamente atribuíveis à sua emissão. Após o reconhecimento inicial, os passivos classificados nesta categoria se avaliam por seu custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva.

O Grupo dá baixa a um passivo financeiro ou uma parte deste quando tiver cumprido com a obrigação contida no passivo, ou quando estiver legalmente dispensado da responsabilidade principal contida no passivo, seja em virtude de um processo judicial ou pelo credor.

A troca de instrumentos de dívida entre o Grupo e a contraparte ou as modificações substanciais dos passivos inicialmente reconhecidos se contabilizam como um cancelamento do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro, sempre que os instrumentos tiverem condições substancialmente diferentes.

O Grupo considera que as condições são substancialmente diferentes se o valor atual dos fluxos de caixa descontados sob as novas condições, incluindo qualquer comissão paga líquida de qualquer comissão recebida, e utilizando para o desconto a taxa de juros efetiva original, difere ao menos em 10% do valor atual descontado dos fluxos de caixa que ainda restarem do passivo financeiro original.

Se a troca se registra como um cancelamento do passivo financeiro original, os custos ou comissões se reconhecem em resultados, passando a fazer parte do resultado desta. Caso contrário os custos ou comissões ajustam o valor contábil do passivo e se amortizam pelo método de custo amortizado durante a vida restante do passivo modificado.

O Grupo contratou com diversas entidades financeiras operações de confirming para a gestão dos pagamentos aos fornecedores. O Grupo aplica os critérios anteriores para avaliar se deve dar baixa ao passivo original com os credores comerciais e reconhecer um novo passivo com as entidades financeiras. Os passivos comerciais cuja liquidação se encontra gerenciada pelas entidades financeiras são apresentados na ementa de credores comerciais e outras contas a pagar, quando o Grupo só tiver cedido a gestão de pagamento às entidades financeiras, mantendo-se como principal responsável pelo pagamento das dívidas perante os credores comerciais.

Contabilidade de operações de cobertura

As atividades do Grupo estão expostas, fundamentalmente, a riscos financeiros decorrentes das variações de taxas de câmbio e das taxas de juros. Para cobrir esses riscos, o Grupo Elecnor utiliza seguros de câmbio, "cross currency swaps" e contratos de permuta financeira sobre taxas de juros com fins de cobertura.

Os instrumentos financeiros derivados que não cumprem com os critérios da contabilidade de coberturas expostos a seguir se classificam e avaliam como ativos ou passivos financeiros de valor justo com mudanças em resultados. Os derivativos financeiros são registrados, inicialmente, na demonstração da situação financeira consolidada pelo seu valor justo; mais, se for o caso e para aqueles que cumprem os critérios da contabilidade de coberturas, os custos de transação, que são diretamente atribuíveis à contratação dos mesmos; ou menos, se for o caso, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à emissão dos mesmos e, posteriormente, são realizadas as correções valorativas necessárias para refletir seu valor de mercado em cada momento. Os lucros ou perdas das citadas flutuações são registradas da seguinte forma:

- Nas coberturas de fluxos de caixa, as alterações no valor de mercado dos instrumentos financeiros derivados de cobertura são registradas, na parte em que essas coberturas não são efetivas, na conta de resultados consolidada, registrando-se a parte efetiva em Outro resultado global, acumulando-se na rubrica "Ajustes no patrimônio por avaliação" do patrimônio líquido. A perda, ou o ganho acumulado na referida rubrica, é transferida para a conta de resultados consolidada à medida que o elemento coberto vai afetando a conta de resultados ou no exercício em que este é alienado.

O Grupo Elecnor realiza periodicamente o teste de eficiência em suas coberturas, que são elaborados de forma prospectiva e retrospectiva. Toda operação de cobertura é apresentada para sua aprovação ao Conselho de Administração da Sociedade correspondente do Grupo e ao Conselho de Administração da Elecnor, S.A. e é documentada e assinada pelo Diretor Financeiro correspondente seguindo os requisitos marcados pela NIC 39.

No início da cobertura, o Grupo designa e documenta formalmente as relações de cobertura, bem como o objetivo e a estratégia que assume em relação às mesmas. A contabilização das operações de cobertura só é aplicável quando se espera que a cobertura seja altamente eficaz no início de cobertura e nos exercícios seguintes para conseguir

compensar as alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, durante o período para o qual a mesma foi designada (análise prospectiva) e a eficácia real se encontre num intervalo de 80% – 125% (análise retrospectiva) e possa ser determinada com confiabilidade.

Do mesmo modo, nas coberturas dos fluxos de caixa das transações previstas, o Grupo avalia se essas transações são altamente prováveis e se apresentam uma exposição às variações nos fluxos de caixa que poderiam, em último caso, afetar o resultado do exercício.

- No momento de descontinuidade da cobertura, a perda ou o ganho acumulados na referida data na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” são mantidos nessa rubrica até ser realizada a operação coberta, momento no qual ajustará o lucro ou a perda da referida operação. No momento em que não se espera que a operação coberta ocorra, a perda ou o ganho reconhecidos na mencionada rubrica serão imputados à conta de resultados.

Os derivativos implícitos noutros instrumentos financeiros, se for o caso, são contabilizados separadamente quando suas características e riscos não estejam estreitamente relacionados com os instrumentos financeiros nos quais se encontram implícitos, e sempre que o conjunto não esteja sendo contabilizado pelo valor de mercado, registrando as variações de valor com débito ou crédito na conta de resultados consolidada.

n) Ações próprias em carteira-

A aquisição pelo Grupo de instrumentos de patrimônio da Sociedade controladora se apresenta pelo custo de aquisição e aparecem registrados por seu custo total como um componente separado, diminuindo a epígrafe “Patrimônio Líquido – Outras reservas” da demonstração da situação financeira consolidada por um valor de 21,232 milhões de euros, aproximadamente (21,989 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016). Em 31 de dezembro de 2017 representavam 2,66 % (2,83% em 31 de dezembro de 2016) do capital emitido nessa data (Nota 13).

Nas transações realizadas com instrumentos de patrimônio próprio não se reconhece nenhum resultado.

A amortização posterior dos instrumentos da Sociedade dominante dá lugar a uma redução de capital no valor nominal de tais ações, e a diferença positiva ou negativa entre o preço de aquisição e o nominal das ações se debita ou credita nas contas de reservas.

Os lucros e perdas obtidos pelo Grupo Elecnor na alienação destas ações próprias também são registrados na rubrica “Patrimônio Líquido – Outras reservas” da demonstração da situação financeira consolidada anexa.

o) Distribuições a Acionistas-

Os dividendos em dinheiro ou em espécie se reconhecem como uma redução de patrimônio líquido no momento em que tem lugar a sua aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

Neste sentido, o dividendo por conta aprovado pelo Conselho de Administração durante o exercício de 2017 aparece diminuindo os fundos próprios do Grupo Elecnor (Nota 5). No entanto, o dividendo complementar proposto pelo Conselho de Administração da Elecnor à sua Assembleia Geral de Acionistas não é deduzido dos fundos próprios enquanto não for aprovado pela referida Assembleia.

p) Lucros por ação-

O lucro básico por ação é calculado como quociente entre o lucro líquido do período atribuível à Elecnor e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante esse período, sem incluir o número médio de ações da Elecnor em carteira.

Por sua parte, o lucro por ação diluído é calculado como o quociente entre o resultado líquido do período atribuível aos acionistas ordinários e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, ajustado pela média ponderada das ações ordinárias que seriam emitidas se todas as ações ordinárias potenciais fossem convertidas em ações ordinárias da sociedade.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o lucro básico por ação coincide com o diluído, dado que não existiram ações potenciais em circulação durante esse exercício.

q) Inventários-

Esta rubrica da demonstração da situação financeira consolidada registra os ativos que o Grupo Elecnor:

- Possui para sua venda no decorrer ordinário de seu negócio,
- Tem em processo de produção, construção ou desenvolvimento com essa finalidade, salvo no que diz respeito às obras em andamento para as quais o reconhecimento de receitas é feito conforme o indicado na seção v.1), ou
- Prevê consumi-los no processo de produção ou na prestação de serviços.

Os estoques são avaliados pelo menor valor entre o custo e seu valor líquido realizável. O custo inclui todas as despesas derivadas de sua aquisição e transformação, incluindo aquelas em que tenha incorrido para dar-lhes sua condição e localização atuais.

Se os estoques forem produtos que habitualmente não são intercambiáveis entre si, seu custo será estabelecido de forma específica, ao passo que para o resto será utilizado o método do custo médio ponderado.

O valor líquido realizável é o preço estimado de venda menos os custos estimados para terminar sua produção e os necessários para realizar a venda.

A composição da rubrica “Estoques” do Grupo Elecnor para os exercícios de 2017 e 2016 é que segue:

	Milhares de euros	
	31/12/2017	31/12/2016
Matérias-primas e outros aprovisionamentos	6.318	8.551
Estoques comerciais	291	710
Produtos em elaboração e acabados	2.094	5.686
	8.703	14.947

r) Numerário e outros meios líquidos equivalentes-

O dinheiro e outros meios líquidos equivalentes incluem o montante em caixa e os depósitos bancários à vista em entidades de crédito. Também se incluem sob este conceito outros investimentos a curto prazo de grande liquidez, desde que sejam facilmente conversíveis em valores determinados de dinheiro e estejam sujeitos a um risco insignificante de mudanças de valor. Para este efeito se incluem os investimentos com vencimentos inferiores a três meses desde a data de aquisição.

O Grupo classifica os fluxos de caixa correspondentes aos juros recebidos e pagos e aos dividendos recebidos e pagos como atividades de financiamento e investimento.

s) Subvenções oficiais de Administração Pública-

As subvenções oficiais de Administração Pública se reconhecem quando existe uma segurança razoável do cumprimento das condições associadas à sua concessão e cobrança.

Subvenções de capital

As subvenções de capital concedidas na forma de ativos monetários se reconhecem com crédito na epígrafe “Passivo não circulante – subvenções” da demonstração da situação financeira consolidada, e se atribuem à ementa outras receitas à medida que se amortizam os correspondentes ativos financiados.

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo Elecnor tem recebidas e pendentes de atribuir aos resultados subvenções de capital no valor de €5.900.000 (€7.600.000 em 2016). O valor das subvenções oficiais de capital atribuído ao resultado no exercício de 2017 ascendeu a €492.000, aproximadamente (€596.000 em 2016) dentro da rubrica “Outras receitas de exploração”.

Subvenções de exploração

As subvenções à exploração são atribuídas aos resultados no exercício em que se incorre nas despesas subvencionadas correspondentes. A rubrica “Outras receitas operacionais” da demonstração dos resultados consolidada correspondente aos exercícios de 2017 e 2016 inclui uns valores de aproximadamente €3.361.000 e €3.849.000, respectivamente, por este título. A maior parte das subvenções à exploração recebidas pelo Grupo Elecnor no exercício de 2017 estão relacionadas com os custos suportados pela Deimos Space, S.L.U. e pelas suas filiais no desenvolvimento de suas atividades.

t) Provisões-

A política do Grupo é a de constituir provisões no valor estimado necessário para fazer face adequadamente a responsabilidades, quer sejam legais, quer implícitas, prováveis ou certas, provenientes de contingências, litígios em andamento ou obrigações, que surjam como resultado de acontecimentos passados, sempre que for provável aqueles que significarem para o Grupo desprender-se de recursos e que seja possível realizar uma estimativa razoável do valor das mesmas. Sua dotação é efetuada no nascimento da responsabilidade ou da obrigação (Nota 16) com débito na rubrica da conta de resultados que corresponder conforme a natureza da obrigação, pelo valor presente da provisão quando o efeito da atualização da obrigação for significativo.

Os valores reconhecidos na demonstração da situação financeira consolidada correspondem à melhor estimativa feita à data de encerramento dos pagamentos necessários para liquidar a obrigação presente, depois de considerados os riscos e incertezas relacionados com a provisão.

As obrigações isoladas se avaliam pelo desenlace individual que resultar mais provável. Se a obrigação implica uma população importante de ementas uniformes, esta se avalia ponderando os desenlaces possíveis por suas probabilidades.

As provisões não incluem o efeito fiscal.

As provisões se reverterem contra resultados quando não for provável que exista uma saída de recursos para cancelar tal obrigação. A reversão se realiza contra a ementa de resultados em que se tiver registrado o gasto correspondente e o excedente, se houver, se reconhece na ementa outras receitas.

Por outro lado, os passivos contingentes não são reconhecidos, dado que se referem a obrigações possíveis (dependem da ocorrência ou não de eventos futuros incertos) ou a obrigações presentes que não cumprem o reconhecimento de provisão (porque não é provável ou seu valor não pode ser medido com confiabilidade) (Nota 16 e 20).

Provisões por desmontagem

As provisões a que se faz referência nesta seção se reconhecem seguindo os critérios gerais de reconhecimento de provisões e se registram como o maior valor de custo dos elementos de imobilizado tangível com os que estiverem relacionadas (ver seção i).

u) Indenizações por demissão-

As indenizações por cessação são reconhecidas na data anterior, entre a que o Grupo já não pode retirar a proposta e quando se reconhecem os custos de uma reestruturação que significa o pagamento de indenizações por cessação.

Nas indenizações por cessação, consequência da decisão dos funcionários de aceitarem uma proposta, considera-se que o Grupo já não pode retirar a proposta, na data anterior entre a que os funcionários aceitam a proposta e quando surtir efeito uma restrição sobre a capacidade do Grupo de retirar a proposta.

Nas indenizações por cessação involuntária, considera-se que o Grupo já não pode retirar a proposta quando comunicou aos funcionários afetados, ou aos representantes sindicais, o plano; e, quando as ações necessárias para completá-lo indicam que é improvável que sejam feitas alterações significativas no plano, identifica-se o número de funcionários que irão cessar, sua categoria de emprego ou funções e o local de trabalho e a data de cessação esperada, e se estabelecem as indenizações por cessação que os funcionários irão receber com suficiente detalhamento, de forma que os funcionários possam determinar o tipo e o valor das remunerações que receberão quando cessem.

v) Reconhecimento de receitas-

As receitas por vendas e a prestação de serviços são reconhecidas pelo valor de mercado dos bens ou direitos recebidos em contraprestação pelos bens e serviços prestados, conforme corresponder, no decorrer da operação normal do negócio das sociedades do Grupo, líquido de descontos e de impostos aplicáveis.

v.1 Contratos de construção

Quando for possível realizar uma estimativa confiável do resultado de um contrato de construção, as receitas e as despesas derivadas do mesmo serão reconhecidas através da aplicação do método do grau de avanço, isto é, em função do grau de realização de cada uma das obras na data da demonstração da situação financeira.

Isso significar reconhecer como receita em cada exercício a porcentagem das receitas totais estimadas, que comportem

os custos incorridos no mesmo sobre os custos totais estimados.

As receitas ordinárias dos contratos de construção incluem o valor inicial da receita acordada, qualquer modificação incorporada na abrangência dos trabalhos contemplados no contrato, e os valores relacionados com reclamações que se considerem prováveis, sempre que estes últimos conceitos puderem ser avaliados com confiabilidade.

Do mesmo modo, os custos dos contratos de construção incluem as despesas diretamente relacionadas com o contrato, aquelas relacionadas com a atividade do contrato em geral que possam ser atribuídas a este, e qualquer outro custo que se possa repercutir no cliente, de acordo com os termos do contrato. Os custos do contrato compreendem da mesma forma aqueles incorridos durante a sua negociação, se puderem ser identificados e avaliados com confiabilidade, sempre que se considerar provável a aceitação do contrato por parte do cliente.

As perdas que possam ocorrer nas obras em andamento são registradas, na sua totalidade, quando forem conhecidas ou possam ser estimadas.

O Grupo apresenta separadamente na demonstração da situação financeira consolidada um único montante bruto, ativo ou passivo, correspondente às posições devedoras ou credoras mantidas com os clientes. Tal montante representa a diferença positiva (ativo) ou negativa (passivo) entre as despesas incorridas mais os ganhos reconhecidos em resultados, e a soma das perdas reconhecidas em resultados e das certificações realizadas e faturadas.

Os valores correspondentes a certidões ou faturamentos antecipados são registrados na rubrica “Credores comerciais e outras contas a pagar – Adiantamentos de clientes e faturamento antecipado” do passivo da demonstração da situação financeira consolidada anexa nos valores de €332.313.000 e €468.496.000, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente (Nota 17).

O Grupo Elecnor reconheceu como volume de negócios, em relação a diversos contratos de grau de avanço e prestação de serviços que mantém, uns valores de aproximadamente €2.172.000.000 e de €1.866.000.000, respectivamente, em 31 Dezembro 2017 e 2016 (Nota 21). Do mesmo modo, o valor dos custos incorridos nos contratos de construção e prestação de serviços no exercício de 2017 ascende a, aproximadamente, €1.858.000 (€1.583.000 em 2016).

Por último, os valores relativos às retenções nos pagamentos efetuados pelos clientes ascendem a €33.369.000 e a €30.725.000, respectivamente, para os exercícios de 2017 e de 2016, e estão registrados na rubrica “Devedores comerciais e outras contas a receber” do ativo da demonstração da situação financeira consolidada anexa.

v.2 Prestação de serviços

As receitas ordinárias derivadas da prestação de serviços se reconhecem considerando o grau de avanço da prestação na data de encerramento, quando o resultado da transação pode ser estimado com confiabilidade. Esta circunstância se produz quando o montante das receitas, o grau de avanço, as despesas já incorridas e as pendentes puderem ser avaliados com confiabilidade e for provável que se recebam os lucros econômicos derivados da prestação do serviço.

v.3 Juros e dividendos

Os juros são reconhecidos pelo método da taxa de juros efetiva, que é a taxa de atualização que iguala o valor em livros de um instrumento financeiro com os fluxos de caixa estimados ao longo da vida esperada do instrumento, a partir das suas condições contratuais e sem considerar as perdas por risco de crédito futuras.

As receitas por dividendos provenientes de investimento em instrumentos de patrimônio são reconhecidas em resultados quando tenham surgido para o Grupo os direitos a recebê-las.

w) Imposto sobre lucros-

A despesa ou receita pelo imposto sobre os ganhos compreende tanto o imposto corrente como o imposto diferido.

O imposto corrente é a quantidade a pagar ou a recuperar pelo imposto sobre os ganhos relativo ao ganho ou perda fiscal consolidada do exercício. Os ativos ou passivos por imposto sobre os ganhos correntes se avaliam pelas quantias que se espera pagar ou recuperar das autoridades fiscais, utilizando a norma e as alíquotas de impostos aprovadas ou em vias de serem aprovadas na data de encerramento.

Os passivos por imposto diferido são os montantes a pagar no futuro a título de imposto sobre sociedades relacionados com as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os ativos por imposto diferido são os montantes a recuperar a título de imposto sobre sociedades devido à existência de diferenças temporárias dedutíveis, bases tributáveis negativas compensáveis ou deduções pendentes de aplicação. Para este efeito se entende por diferença temporária a diferença

existente entre o valor contábil dos ativos e passivos e sua base fiscal.

O imposto sobre os ganhos corrente ou diferido se reconhece em resultados, exceto quando surgir de uma transação ou acontecimento econômico que tenha sido reconhecido no mesmo exercício ou em outro diferente contra patrimônio líquido ou de uma combinação de negócios.

Se existir incerteza sobre se será aceitado um tratamento fiscal pela autoridade fiscal correspondente, o Grupo reconhece o possível ativo ou passivo de acordo com as normas de ativos contingentes e provisões.

Reconhecimento de passivos por imposto diferido

O Grupo reconhece os passivos por imposto diferido em todos os casos.

Reconhecimento de ativos por imposto diferido

O Grupo reconhece os ativos por imposto diferido sempre que:

- seja provável que existam ganhos fiscais futuros suficientes para sua compensação ou quando a legislação fiscal contemplar a possibilidade de conversão futura de ativos por imposto diferido em um crédito exigível perante a Administração Pública. No entanto, os ativos que surgirem do reconhecimento inicial de ativos ou passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e, na data da transação, não afetar nem o resultado contábil nem a base tributável fiscal, não são objeto de reconhecimento;
- correspondam a diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e negócios conjuntos na medida em que as diferenças temporárias sejam revertidas em um futuro previsível e se espere gerar ganhos fiscais futuros positivos para compensar as diferenças.

Considera-se provável que o Grupo disponha de ganhos fiscais suficientes para recuperar os ativos por imposto diferido sempre que existirem diferenças temporárias tributáveis em quantia suficiente, relacionadas com a mesma autoridade fiscal e referidas ao mesmo sujeito passivo, cuja reversão se espere em um mesmo exercício fiscal no qual se preveja que se revertam as diferenças temporárias dedutíveis, ou em exercícios nos que uma perda fiscal, surgida por uma diferença temporária dedutível, possa ser compensada com ganhos anteriores ou posteriores.

Com o intuito de determinar os ganhos fiscais futuros, o Grupo leva em conta as oportunidades de planejamento fiscal sempre que tiver a intenção de adotá-las ou for provável que as venha a adotar.

Avaliação de ativos e passivos por imposto diferido

Os ativos e passivos por impostos diferidos se avaliam pelas alíquotas de impostos que se aplicarem nos exercícios em que se espera realizar os ativos ou pagar os passivos, a partir da normativa e alíquotas que estiverem aprovadas ou estejam a ponto de serem aprovadas, e depois de considerar as consequências fiscais que decorrerão da forma em que o Grupo espera recuperar os ativos ou liquidar os passivos. Para este efeito, o Grupo considerou a dedução por reversão de medidas temporárias desenvolvida na disposição transitória trigésima sétima da Lei 27/2014 espanhola, de 27 de novembro, do Imposto sobre Sociedades, como um ajuste à alíquota de impostos aplicável à diferença temporária dedutível associada à não dedutibilidade das amortizações praticadas nos exercícios 2013 e 2014 e à atualização de balanços da Lei 16/2012, de 27 de dezembro.

O Grupo revisa na data de encerramento do exercício o valor contábil dos ativos por impostos diferidos, com o objetivo de reduzir esse valor na medida em que não seja provável que venham a existir suficientes bases tributáveis positivas futuras para compensá-los.

Os ativos por impostos diferidos que não cumprirem as condições anteriores não são reconhecidos na demonstração da situação financeira consolidada. O Grupo reconsidera, no encerramento do exercício, se se cumprem as condições para reconhecer os ativos por impostos diferidos que previamente não haviam sido reconhecidos.

Classificação

Os ativos e passivos por impostos diferidos se reconhecem na demonstração da situação financeira consolidada como ativos ou passivos não circulantes, independentemente da data esperada de realização ou liquidação.

x) Demonstração dos fluxos de caixa consolidada-

Na demonstração dos fluxos de caixa consolidada, preparada de acordo com o método indireto, são utilizadas as seguintes expressões nos seguintes sentidos:

- Fluxos de caixa. Entradas e saídas de dinheiro e dos seus equivalentes, entendendo isso como os investimentos no curto prazo de grande liquidez e sem risco significativo de alterações em seu valor.
- Atividades operacionais. Atividades típicas das entidades que formam o Grupo Elecnor, bem como outras atividades que não podem ser qualificadas de investimento ou de financiamento.
- Atividades de investimento. As de aquisição, alienação ou disposição por outros meios de ativos no longo prazo e outros investimentos não incluídos no numerário e os seus equivalentes.
- Atividades de financiamento. Atividades que causam alterações no tamanho e na composição do patrimônio líquido e dos passivos que não fazem parte das atividades operacionais.

Os fluxos de dinheiro correspondentes à atividade de exploração se correspondem com a atividade ordinária do Grupo. Com relação a isso, durante o exercício 2017 se executaram projetos para os quais foram recebidos adiantamentos no exercício 2016, com seu correspondente impacto na variação do capital circulante. Com impacto nessa mesma epígrafe, a Sociedade controladora mantém descontadas faturas de clientes em suas linhas de factoring no encerramento de 2017 por um montante substancialmente menor em relação ao encerramento do exercício precedente.

Do mesmo modo, os fluxos líquidos de caixa da atividade de investimento são motivadas, principalmente, pelos novos investimentos no imobilizado tangível e concessões (ver nota 9 e 11) e pelas baixas do perímetro de consolidação (ver nota 2.g).

Adicionalmente, os fluxos líquidos de dinheiro das atividades de financiamento se correspondem principalmente com o valor de notas promissórias emitido e cancelado no Mercado Alternativo de Renda Fixa em 2017 em relação ao exercício de 2016, assim como pela emissão de bônus de projeto destinada ao financiamento das linhas de transmissão do Chile (ver Nota 14).

y) Informação financeira por segmentos-

Um segmento de exploração é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais se pode obter receitas ordinárias e incorrer em despesas, e cujos resultados de exploração são revistos de forma regular pela máxima autoridade na tomada de decisões de exploração do Grupo, para decidir sobre os recursos que devem ser atribuídos ao segmento, avaliar seu rendimento e em relação ao qual se dispõe de informação financeira diferenciada.

z) Meio ambiente-

O Grupo realiza operações cujo propósito principal é prevenir, reduzir ou reparar o dano que, como resultado de suas atividades, possa causar ao meio ambiente.

As despesas derivadas das atividades ambientais são reconhecidas como Outras despesas de exploração no exercício em que ocorrem.

Os elementos do imobilizado tangível adquiridos com o propósito de serem utilizados de forma duradoura na sua atividade e cuja finalidade principal é minimizar o impacto ambiental e a proteção e a melhoria do meio ambiente, incluindo a redução ou a eliminação da poluição futura das operações do Grupo, são reconhecidos como ativos mediante a aplicação de critérios de avaliação, apresentação e detalhamento condizentes com os que são mencionados na seção i).

aa) Moeda estrangeira-

A moeda funcional da Sociedade controladora é o euro. Consequentemente, todos os saldos e transações denominados em moedas diferentes do euro serão considerados como denominados em moeda estrangeira.

As operações realizadas em moeda diferente do euro serão registradas em euros pelas taxas de câmbio em vigor no momento da transação. Durante o exercício, as diferenças verificadas entre a taxa de câmbio contabilizada e a que se encontra em vigor na data da cobrança ou pagamento serão registradas com débito ou crédito nos resultados, exceto nos seguintes casos:

- Diferenças de câmbio derivadas de operações de cobertura ou "hedging" (Nota 15).
- Diferenças de câmbio decorrentes de um passivo em moeda estrangeira que é tratado de forma contábil como uma

cobertura para o investimento líquido da empresa numa entidade estrangeira.

Do mesmo modo, a conversão dos valores de renda fixa, bem como dos créditos e débitos em moeda diferente da moeda funcional em 31 de dezembro de cada ano é realizada pela taxa de câmbio de fechamento.

As diferenças de avaliação ocorridas são registradas com débito ou crédito na rubrica “Diferenças de câmbio” da conta de resultados consolidada.

Aquelas operações realizadas em moeda estrangeira nas quais o Grupo Elecnor decidiu mitigar o risco das taxas de câmbio mediante a contratação de derivativos financeiros ou outros instrumentos de cobertura serão registradas conforme os princípios descritos na Nota 3.m.

Com caráter geral, as moedas funcionais das sociedades consolidadas e coligadas radicadas no estrangeiro coincidem com suas moedas de apresentação. Do mesmo modo, nenhuma das moedas funcionais das sociedades consolidadas e coligadas radicadas no estrangeiro corresponde a economias consideradas hiperinflacionárias, conforme os critérios estabelecidos a esse respeito pelas Normas Internacionais de Informação Financeira, salvo no caso da Venezuela. No encerramento contábil dos exercícios de 2017 e 2016 foram expressas novamente as referidas demonstrações financeiras em termos da unidade de medida corrente em 31 de dezembro de 2017 e 2016. As demonstrações financeiras da Venezuela estavam elaboradas utilizando o método do custo histórico e foram expressas novamente aplicando um índice geral de preços 2.873,96% (700% em 2016). Em 31 de dezembro de 2017 o impacto acumulado no patrimônio líquido, pelo fato de terem sido expressas novamente, ascende a €6.483.000 aproximadamente (€2.496.000, aproximadamente, em 31 de dezembro de 2016).

4. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A Elecnor está exposta a determinados riscos financeiros, que gere através do agrupamento de sistemas de identificação, medição, limitação de concentração e supervisão. O gerenciamento e a limitação dos riscos financeiros são efetuados coordenadamente entre a Diretoria Corporativa e as diversas Unidades de Negócio e Filiais que compõem o Grupo. As operações ligadas à gestão dos riscos financeiros são aprovadas ao mais alto nível de decisão e conforme as normas, políticas e procedimentos estabelecidos.

Risco de taxa de câmbio

O risco de mercado pelo risco de taxa de câmbio é consequência das operações que o Grupo efetua nos mercados internacionais no decorrer dos seus negócios. Uma parte das receitas e custos com aprovisionamentos está denominada em moeda diferente da moeda funcional. Por esse motivo, poderia existir o risco de as flutuações nas taxas de câmbio destas moedas em relação a moeda funcional afetarem os lucros do Grupo.

Com o objetivo de gerir e minimizar este risco, a Elecnor utiliza estratégias de cobertura, dado que o objetivo é gerar lucros apenas através do desenvolvimento das atividades ordinárias que ela desempenha, e não através da especulação sobre as flutuações na taxa de câmbio.

Os instrumentos utilizados para conseguir essa cobertura são, basicamente, o endividamento indexado na moeda de cobrança do contrato, seguros de câmbio e operações de permuta financeira, através das quais a Elecnor e a Instituição Financeira trocam as correntes de um empréstimo expresso em euros pelas correntes de outro empréstimo expresso em outra moeda, bem como a utilização de “cesta de moedas” para cobrir financiamentos mistos indexados em diferentes moedas.

Em 31 de dezembro de 2017, se o euro tivesse desvalorizado/valorizado em 10% com relação ao dólar estadounidense, mantendo as demais variáveis constantes, o lucro consolidado depois dos impostos teria sido superior e inferior em 14,885 milhões de euros e 12,179 milhões de euros, respectivamente (16,425 milhões de euros e 13,439 milhões de euros, respectivamente, em 2016), principalmente como resultado da conversão de devedores comerciais e contas a pagar. O Grupo está exposto principalmente ao risco da taxa de câmbio por operações com a moeda dólar.

A seguir são detalhadas as principais exposições do Grupo ao risco da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2017 e 2016. As tabelas anexas refletem o valor contábil dos instrumentos financeiros ou classes de instrumentos financeiros do Grupo denominados em moeda estrangeira:

Exercício de 2017

Milhares de euros					
	Créditos a empresas do grupo a longo prazo	Devedores comerciais e outras contas a receber	Investimentos em empresas do grupo a curto prazo	Numerário e outros ativos líquidos equivalentes	Credores comerciais e contas a pagar
MXN	-	2.034	-	-	-
USD	29.655	107.967	42.285	3.226	(4.510)
DZD	-	21.184	-	-	(12.255)
GBP	5.099	-	-	-	-
HTG	-	10.050	-	-	(9.255)
JOD	-	5.950	-	-	(6.747)
OMR	-	7.347	-	2.792	-
AOA	-	1.125	-	1.069	-
HNL	-	-	-	-	(5.320)
TOTAL	34.754	155.657	42.285	7.087	(38.087)

Exercício de 2016

Milhares de euros					
	Créditos a empresas do grupo a longo prazo	Devedores comerciais e outras contas a receber	Investimentos em empresas do grupo a curto prazo	Numerário e outros ativos líquidos equivalentes	Credores comerciais e contas a pagar
MXN	-	4.799	13.477	165	(4.285)
USD	31.451	162.586	3.287	8.687	(8.907)
DZD	-	25.480	-	845	(17.473)
GBP	8.214	857	-	-	-
HTG	-	7.624	-	-	(3.875)
JOD	-	23.846	-	105	(39.606)
PEN	-	15.350	8.487	-	-
BRL	-	2.083	-	-	-
OMR	-	8.674	-	1.199	(5.444)
AOA	-	335	-	6.875	-
AUD	-	1.372	7.912	-	-
TOTAL	39.665	253.006	33.163	17.876	(79.590)

Risco da taxa de juros-

As variações nas taxas de juros alteram o valor justo daqueles ativos e passivos nos quais incide uma taxa de juros fixa, bem como os fluxos futuros dos ativos e passivos indexados a uma taxa de juros variável. A Elecnor dispõe de financiamento externo para a realização das suas operações, fundamentalmente no que respeita à promoção, construção e exploração dos parques eólicos, projetos termossolares e concessões de infraestruturas elétricas, e que são realizadas sob a modalidade de "Project Finance". Este tipo de contratação exige que sejam fechados contratualmente os Riscos de Juros através da contratação de instrumentos de cobertura de taxas.

Tanto para os financiamentos do tipo “Project Finance” como para os financiamentos corporativos o endividamento é em sua maioria contratado a taxas de juros variáveis, utilizando, conforme o caso, instrumentos de cobertura para minimizar o risco de juros do financiamento. Os instrumentos de cobertura, que se destinam, especificamente, a dívida financeira e que têm, no máximo, os mesmos valores nominais e as mesmas datas de vencimento que os elementos cobertos, são, basicamente, swaps de taxas de juros (IRS), cuja finalidade é ter um custo de juros fixo para os financiamentos inicialmente contratados a taxas de juros variáveis. De qualquer modo, as coberturas de taxa de juros são contratadas com um critério de eficiência contábil.

A sensibilidade da dívida do Grupo Elecnor diante das flutuações da taxa de juros, considerando os instrumentos de cobertura existentes (Notas 14 e 15), é a seguinte:

Exercício	Milhares de euros		
	Aumento/redução da taxa de juros (pontos básicos)	Efeito no resultado (antes de impostos)	Efeito no patrimônio (antes de impostos)
	+50	(1.730)	(1.730)
2017	-50	1.431	1.431

Exercício	Milhares de euros		
	Aumento/redução da taxa de juros (pontos básicos)	Efeito no resultado (antes de impostos)	Efeito no patrimônio (antes de impostos)
	+50	(2.611)	(2.611)
2016	-50	2.119	2.119

Outros riscos de preço-

O Grupo também está exposto de forma menos significativa ao risco de que os seus fluxos de caixa e resultados sejam afetados, entre outras questões, pela evolução do preço da energia. Nesse sentido, para gerir e minimizar este risco, o Grupo utiliza, pontualmente, estratégias de cobertura (ver nota 6 e 7).

Risco de liquidez-

O risco de liquidez é mitigado mediante a política de manter tesouraria e instrumentos altamente líquidos e não especulativos no curto prazo, como a aquisição temporária de Letras do Tesouro com pacto de recompra não opcional e depósitos em dólares em muito curto prazo, através de instituições de crédito importantes para poder cumprir seus compromissos futuros, bem como a contratação de facilidades creditícias comprometidas por um valor suficiente para suportar as necessidades previstas.

Na nota 14 se discriminam os vencimentos dos passivos financeiros.

Risco de crédito

O principal Risco de Crédito é atribuível às contas a cobrar por operações comerciais, na medida em que uma contraparte ou um cliente não responder às suas obrigações contratuais. Para mitigação deste risco, opera-se com clientes com um apropriado histórico de crédito; além disso, dada a atividade e os setores nos quais opera, a Elecnor conta com clientes de alta qualidade creditícia. No entanto, em vendas internacionais a clientes não recorrentes, são utilizados mecanismos como a carta de crédito irrevogável e a cobertura de apólices de seguros para garantir a cobrança. Adicionalmente, é efetuada uma análise da solidez financeira do cliente e são incluídas no contrato condições específicas, que visam garantir a cobrança do valor.

No caso dos parques eólicos, a energia gerada, de acordo com o quadro regulatório elétrico em vigor, é vendida no Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL), cobrando as receitas do operador do mercado OMIE, com um sistema de garantia de pagamentos e da Comissão Nacional de Energia e proficiência (CNMC), entidade reguladora dos mercados energéticos da Espanha, dependente do Ministério da Indústria. Por sua vez, Ventos do Sul Energia, S.A., Parques Eólicos Palmares, Ltda., Ventos dos Índios, S.A. e Ventos do Litoral Energia, S.A. E Ventos dos Índios Energía, S.A. (Brasil) assinaram contratos de venda da energia elétrica que gerarão por um período de 20 anos com as companhias de

distribuição elétrica brasileiras correspondentes. Do mesmo modo, Eóliennes de L'Érable tem celebrado um contrato de venda da energia elétrica que gerar por um período de 20 anos com a companhia elétrica canadense Hydro-Québec.

Por sua vez, quanto às linhas de transmissão, mais especificamente as que prestam seus serviços no Brasil em regime de concessão, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) tem a responsabilidade de coordenar as cobranças e pagamentos do sistema, e indica mensalmente à Concessionária as sociedades que deverão pagar-lhe: geradoras, grandes consumidoras e transmissoras conectadas ao sistema. Essas sociedades depositam, previamente à sua conexão ao sistema, uma garantia que será executada em caso de não pagamento, sendo imediatamente desconectadas do sistema, e a obrigação de pagamento é, neste momento, distribuída entre o resto de usuários do sistema. Deste modo, a concessionária tem a cobrança garantida pelo sistema elétrico nacional. A respeito disso, nos anos durante os quais o Grupo operou nestas linhas, não se produziu nenhuma falta de pagamento por parte dos usuários das linhas.

Em relação às linhas de transmissão do Chile, estas pertencem ao sistema de transmissão nacional (antes denominado troncal), no qual o Coordenador Elétrico Nacional (CEN) é o responsável por coordenar o fluxo de pagamentos às empresas transmissoras. Até dezembro do ano 2018 se aplicará o regime atualmente vigente, no qual as responsáveis por efetuar o pagamento às empresas transmissoras são as empresas geradoras. A partir do ano 2019 se incorporarão as empresas distribuidoras às responsáveis por efetuar os pagamentos, pelo que a partir dessa data se contará com uma carteira de pagadores mais diversificada. A garantia de cobrança do sistema de transmissão nacional se sustenta em um Procedimento do CEN que estabelece que, diante de eventuais faltas de pagamento por parte de um coordenado (empresa sujeita a coordenação por parte do CEN), esse incumpridor é desligado do sistema, repartindo a obrigação de pagamento pelas demais empresas coordenadas.

Elecnor trata sempre de tomar todas as medidas que vêm sendo adotadas para mitigar esse risco, e realiza análises periódicas da sua exposição ao risco creditício, realizando as correspondentes correções valorativas por depreciação. Na nota 12.a se inclui um detalhamento do montante vencido de Dívidas comerciais e outras contas a receber e a depreciação em 31 de dezembro de 2017.

Risco Regulatório.

Quanto ao Risco Regulatório e, particularmente, àquele que diz respeito às energias renováveis, a Elecnor faz um acompanhamento pormenorizado que visa registrar adequadamente seu impacto nas contas de resultados consolidadas.

5. DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração da Elecnor, S.A. (Sociedade controladora do Grupo Elecnor) proporá, em sua reunião do mês de março, tal como nos exercícios anteriores, a distribuição do resultado do exercício de 2017, estabelecendo nesse momento, portanto, a parte do mesmo que será destinada a dividendo complementar e a reservas voluntárias.

Na Assembleia Geral de 16 de maio de 2017 foi distribuído um dividendo complementar no valor de €19.517.000 e relativo a um dividendo por ação de €0,28 euros, considerando o dividendo por conta do exercício de 2016 pago em janeiro de 2017 no valor de €4.481.000.

O Conselho de Administração da Sociedade controladora aprovou, em sua reunião de 22 de novembro de 2017, a distribuição de um dividendo por conta do exercício de 2017, no valor de €4.611.000, o qual foi registrado diminuindo o patrimônio líquido na rubrica "Dividendo por conta do exercício" do passivo da demonstração da situação financeira consolidada anexa, o qual foi creditado com data de 17 de janeiro de 2018.

Estas quantidades a distribuir não excediam dos resultados obtidos desde o fim do último exercício pela Sociedade controladora, deduzida a estimativa do Imposto sobre sociedades a ser pago sobre tais resultados, de acordo com o estabelecido no artigo 277 do Texto Consolidado da Lei das Sociedades de Capital espanhola.

O balanço contábil de previsão formulado de acordo com os requisitos legais anteriores e que evidenciava a existência de liquidez suficiente para a distribuição do mencionado dividendo foi o seguinte:

SITUAÇÃO DO CIRCULANTE EM 31 de outubro de 2017
(Excluídos os Estoques e Ajustes por Periodização)

Milhares de euros	
Valores realizáveis -	
Clientes	747.616
Outras contas	127.968
	875.584
Dívida no curto prazo -	
Fornecedores	268.393
Empréstimos no curto prazo	259.293
Outras contas	138.759
	666.445
TOTAL CIRCULANTE	209.139
Disponibilidade de numerário:	
Contas caixa/bancos (incluída moeda estrangeira)	69.168
TOTAL DISPONIBILIDADES	69.168
Dividendo bruto por conta proposto-	
(0,053 euros por 87.000.000 de ações)	4.611
% sobre lucro líquido na data	23,24%
% sobre saldo circulante + disponibilidades	1,66%

6. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A NIIF 8 exige que os segmentos operativos sejam identificados com base na informação que a gerência da entidade utiliza para tomar decisões sobre questões relativas às operações. Neste sentido, os Administradores da Sociedade controladora consideram que os segmentos sobre os que deve informar, por constituírem a base sobre os quais o Grupo toma suas decisões para destinar recursos e cujos resultados de operação são revistos de forma regular pela máxima autoridade para avaliar seu rendimento, são os de Infraestruturas e Patrimonial. Do mesmo modo, em cada um destes mercados são obtidas receitas correspondentes às diferentes atividades que o Grupo desenvolve.

O segmento patrimonial engloba tanto a atividade de concessões quanto a de exploração de parques eólicos devido a que a evolução e o acompanhamento dos resultados gerados por ambas são medidos e geridos conjuntamente, bem como a tomada de decisões empresariais.

a) Informação sobre segmentos de operação-

Os ativos e passivos de uso geral, bem como os resultados gerados por eles, não foram objeto de atribuição ao resto de segmentos. Da mesma forma, não foram objeto de atribuição as rubricas de conciliação que surgem ao comparar o resultado de integrar as demonstrações financeiras dos diferentes segmentos de operação (que são elaboradas com critérios de gestão) com as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Elecnor. Na informação assinalada a seguir estes elementos aparecerão sob a rubrica "Corporativos".

A informação relativa aos segmentos de operação é discriminada a seguir:

- a) O detalhamento dos ativos e passivos por segmentos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é o seguinte:

Exercício de 2017

Milhares de euros					
	Infraestruturas	Patrimonial	Corporativos	Intersegmentos	Total em 31/12/2017
Conta de resultados					
Valor líquido do volume de negócios	2.119.434	232.018	-	(34.666)	2.316.786
Resultado operacional	117.612	86.529	(22.351)	(42)	181.748
Receitas financeiras	17.212	63.380	-	-	80.592
Despesas financeiras	(15.738)	(75.770)	-	77	(91.431)
Variação do valor justo de Instrumentos financeiros	(97)	(420)	-	-	(517)
Diferenças de câmbio	(41.588)	2.536	(607)	(35)	(39.694)
Deterioração e resultado por alienação de instrumentos financeiros	75	(11)	-	-	64
Participação em ganhos líquidos de coligadas	653	(66)	-	-	587
Imposto sobre lucros	(15.925)	(26.865)	7.861	(575)	(35.504)
Resultados minoritários	70	(25.345)	-	657	(24.618)
Resultado consolidado sociedade controladora	62.274	23.968	(15.097)	82	71.227

Exercício de 2016

Milhares de euros					
	Infraestruturas	Patrimonial	Corporativos	Intersegmentos	Total em 31/12/2016
Conta de resultados					
Valor líquido do volume de negócios	1.891.910	211.213	200	(68.187)	2.035.136
Resultado operacional	88.020	89.841	(11.106)	(27)	166.728
Receitas financeiras	9.547	57.224	1.085	-	67.856
Despesas financeiras	(21.369)	(79.342)	-	-	(100.711)
Variação do valor justo de Instrumentos financeiros	736	(250)	-	-	486
Diferenças de câmbio	(960)	(5.986)	-	-	(6.946)
Deterioração e resultado por alienação de instrumentos financeiros	(314)	-	-	-	(314)
Participação em ganhos líquidos de coligadas	4.902	(4.787)	2.095	-	2.210
Imposto sobre lucros	(27.571)	(18.370)	3.031	(663)	(43.573)
Resultados minoritários	-	(18.497)	-	1.226	(17.271)
Resultado consolidado sociedade controladora	52.989	19.834	(4.895)	537	68.465

b) O detalhamento dos ativos e passivos por segmentos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é o seguinte:

Exercício de 2017

Milhares de euros					
	Infraestruturas	Patrimonial	Corporativos	Intersegmentos	Total em 31/12/2017
Ativo-					
Imobilizado Tangível	116.072	1.033.946	-	(77)	1.149.941
Ativos Intangíveis	34.881	108.643	-	-	143.524
Impostos diferidos ativos	63.642	36.312	2.147	4.099	106.200
Inventários	7.371	1.332	-	-	8.703
Devedores	973.900	63.241	12.645	(198)	1.049.588
Investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	68.637	84.491	18.969	(16.100)	155.997
Ativos financeiros não circulantes	38.914	743.693	3.736	-	786.343
Ativos não circulantes mantidos para a venda	423	-	-	-	423
Resto de ativos (*)	137.596	226.131	45.203	(6.738)	402.192
TOTAL ATIVO	1.441.436	2.297.789	82.700	(19.014)	3.802.911
Passivo e Patrimônio-					
Dívida Financeira não circulante	19.875	1.069.095	369.612	-	1.458.582
Provisões para riscos e despesas	6.479	5.104	-	3.653	15.236
Receitas diferidas e subvenções	5.896	1.933	-	-	7.829
Outros Passivos não circulantes	14.072	12.980	-	-	27.052
Impostos diferidos passivos	22.193	65.373	-	184	87.750
Dívida Financeira circulante	129.347	72.847	2.356	-	204.549
Dívidas não Financeiras circulantes	989.155	102.010	6.829	(142)	1.097.852
Passivos não circulantes mantidos para a venda	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	121.530	950.186	506.073	(673.729)	904.061
TOTAL PASSIVO	1.308.547	2.279.528	884.870	(670.034)	3.802.911

(*) Inclui, fundamentalmente, a rubrica "Numerário e outros ativos líquidos equivalentes".

Milhares de euros					
	Infraestruturas	Patrimonial	Corporativos	Intersegmentos	Total em 31/12/2016
Ativo-					
Imobilizado Tangível	150.374	1.132.462	-	(14.849)	1.267.987
Ativos Intangíveis	37.184	47.330	-	-	84.514
Impostos diferidos ativos	46.281	48.496	-	3.650	98.427
Inventários	11.751	3.196	-	-	14.947
Devedores	1.071.663	49.886	18.891	(203)	1.140.237
Investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	17.547	128.584	19.484	-	165.615
Ativos financeiros não circulantes	42.562	736.049	4.973	-	783.584
Ativos não circulantes mantidos para a venda	47.143	-	-	-	47.143
Resto de ativos (*)	209.088	108.743	15	(24)	317.822
TOTAL ATIVO	1.633.593	2.254.746	43.363	(11.426)	3.920.276
Passivo e Patrimônio-					
Dívida Financeira não circulante	25.771	874.107	307.050	-	1.206.928
Provisões para riscos e despesas	10.030	8.689	-	-	18.719
Receitas diferidas e subvenções	7.515	2.223	-	-	9.738
Outros Passivos não circulantes	8.595	11.049	-	-	19.644
Impostos diferidos passivos	11.135	75.908	-	341	87.384
Dívida Financeira circulante	143.691	125.036	2.332	-	271.059
Dívidas não Financeiras circulantes	1.194.021	99.994	15.314	(6.902)	1.302.427
Passivos não circulantes mantidos para a venda	24.337	-	-	-	24.337
Patrimônio líquido	108.221	1.052.631	500.043	(680.855)	980.040
TOTAL PASSIVO	1.533.316	2.249.637	824.739	(687.416)	3.920.276

(*) Inclui, fundamentalmente, a rubrica "Numerário e outros ativos líquidos equivalentes".

b) Informação sobre produtos e serviços-

As atividades nas quais o Grupo Elecnor opera são:

- Eletricidade
- Instalações
- Gás
- Geração de Energia
- Ferrovias
- Construção
- Meio Ambiente e Água
- Infraestruturas de Telecomunicações
- Sistemas de Telecomunicações
- Manutenção

A geração de energia elétrica (enquadrada no setor de Geração de Energia) através de parques eólicos e usinas termossolares, principalmente, é um dos negócios do Grupo Elecnor que é realizado através do subgrupo Enerfín, no que respeita aos parques eólicos, e da Celeo Termosolar, S.L. (Subgrupo Celeo), no que se refere às usinas termossolares. Ambas as atividades se encontram enquadradas no segmento patrimonial.

A atividade de geração elétrica das sociedades controladas espanholas integradas no Grupo Elecnor está regulada pela Lei 24/2013 de 26 de dezembro que derroga a Lei 54/1997, de 27 de novembro, do setor elétrico, bem como pelas disposições regulamentares posteriores que desenvolvem a mesma.

Com data de 28 de dezembro de 2012 foi publicada a Lei 15/2012, de 27 de dezembro, de medidas fiscais para a sustentabilidade energética, a qual estabelece um novo imposto sobre o valor da produção de energia elétrica que onera a realização de atividades de produção e incorporação ao sistema elétrico de energia elétrica no sistema elétrico espanhol. A base tributável do imposto é constituída, portanto, pelo valor total que corresponder ao contribuinte receber pela produção e incorporação ao sistema de energia elétrica no período tributário, que coincide com o ano civil, sendo a alíquota de 7% sobre a mesma.

Esta lei também estabelece, em seu dispositivo final primeiro, uma alteração na Lei 54/1997, em virtude da qual a energia elétrica imputável à utilização de um combustível numa instalação de geração que utilizar como energia primária alguma das energias renováveis não consumíveis, não será objeto de regime econômico primado, aspecto pelo qual poderiam ser afetadas as usinas termossolares que o Grupo está construindo.

Com data de 2 de fevereiro de 2013 foi publicado o Real Decreto-lei 2/2013, de 1º de fevereiro, de medidas urgentes no sistema elétrico e no setor financeiro que contemplou, entre outras questões, as seguintes:

- Com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013, a atualização das remunerações, tarifas e prêmios recebidos pelos sujeitos do sistema elétrico e que até a entrada em vigor deste Real Decreto-lei fosse calculada de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), passaria a ser calculadas em virtude do Índice de Preços ao Consumidor a impostos constantes sem alimentos não elaborados nem produtos energéticos.
- Também é alterado o Real Decreto 661/2007, de 25 de maio, pelo qual é regulada a atividade de produção de energia elétrica em regime especial, de forma que é estabelecida uma fórmula única de remuneração para as instalações de regime especial: é estabelecido que essa remuneração seja realizada sob a fórmula de tarifa regulada, salvo se o titular da instalação decidir receber apenas o preço de mercado (sem prêmio). É eliminada, portanto, a opção "pool" mais prêmio, sistema utilizado habitualmente neste tipo de instalações.

Com data de 13 de julho de 2013 foi aprovado o Real Decreto-Lei 9/2013, de 12 de julho, pelo qual são tomadas medidas urgentes para garantir a estabilidade financeira do sistema elétrico que contempla, entre outras questões, as seguintes:

- É anunciado que o Governo é habilitado para aprovar um novo regime jurídico e econômico para as instalações de produção de energia elétrica existentes a partir de fontes de energia renovável, cogeração e resíduos. Assim, é alterado o artigo 30.4 da Lei 54/1997, de 27 de novembro, do Setor Elétrico para introduzir os princípios concretos sobre os que esse regime será articulado, com o fim de limitar a margem de atuação do Governo no desenvolvimento dos regimes de remuneração para estas instalações. Este será baseado no recebimento das receitas derivadas da participação no mercado, com uma remuneração adicional que, em caso de ser necessário, cubra aqueles custos de investimento que uma empresa eficiente e bem administrada não recupere no mercado. Neste sentido, conforme a jurisprudência comunitária entender-se-á por empresa eficiente e bem administrada aquela empresa dotada dos meios necessários para o desenvolvimento de sua atividade, cujos custos são os de uma empresa eficiente nessa atividade e considerando as receitas correspondentes e um lucro razoável pela realização de suas funções.
- Para o cálculo da remuneração específica será considerada uma instalação-tipo, as receitas pela venda da energia gerada avaliada pelo preço do mercado de produção, os custos de exploração médios necessários para realizar a atividade e o valor do investimento inicial da instalação-tipo, tudo isso para uma empresa eficiente e bem administrada. Deste modo é instaurado um regime de remuneração sobre parâmetros padrões em função das diferentes instalações-tipo que forem estabelecidas.
- Para articular este novo regime se procede à derrogação do artigo 4 do Real Decreto-lei 6/2009, de 30 de abril, pelo qual são tomadas determinadas medidas no setor energético e é aprovado o bônus social, do Real Decreto 661/2007, de 25 de maio, pelo qual é regulada a atividade de produção de energia elétrica em regime especial e do Real Decreto 1578/2008, de 26 de setembro, de remuneração da atividade de produção de energia elétrica mediante tecnologia solar fotovoltaica para instalações posteriores à data limite de manutenção da remuneração do Real Decreto 661/2007, de 25 de maio, para essa tecnologia. No entanto, com o fim de manter tanto os fluxos de remunerações para as instalações quanto o resto de procedimentos, direitos e obrigações, dispõe-se que o que está previsto nas normas citadas será aplicável, salvo certos pormenores, com caráter transitório enquanto não tiver sido aprovado o desenvolvimento regulamentar do presente Real Decreto-Lei.
- Deste modo, as instalações serão objeto, se for o caso, de uma liquidação por conta, ao abrigo deste regime transitório e, posteriormente, após serem aprovados os dispositivos normativos necessários para a aplicação do novo regime econômico, serão submetidas à regularização correspondente pelos direitos de cobrança ou obrigações de pagamentos decorrentes da aplicação da nova metodologia, com efeitos a partir da entrada em vigor do presente real decreto-lei.
- Por conseguinte, mesmo quando for fixada a efetividade dos dispositivos normativos de remunerações que forem aprovados com efeitos a partir da entrada em vigor do presente real decreto-lei, a norma outorga a necessária

previsibilidade aos agentes já que estabelece o mecanismo de remuneração, com participação no mercado e cobrança de uma remuneração do investimento, e determina, além disso, a taxa de rentabilidade razoável para a instalação-tipo.

- Por outro lado, para as instalações que tiveram direito ao regime econômico primado na entrada em vigor do presente real decreto-lei, se determina uma rentabilidade, antes de impostos, que poderá ser revisada ao fim de seis anos.

Do mesmo modo, com data de 10 de junho de 2014, é publicado o RD 403/2014 de 6 de junho de 2014 pelo qual é regulada a atividade de produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis, cogeração e resíduos. Posteriormente, com data de 21 de junho de 2014, é publicada a Portaria IET/1045/2014, de 16 de junho, pela qual são aprovados "os parâmetros de remunerações das instalações-tipo" aplicáveis a determinadas instalações de produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis, cogeração e resíduos.

De acordo com o referido, e considerando que o objetivo do Governo era reduzir os prêmios ao setor de energias renováveis, o Grupo Elecnor recalculou os fluxos futuros de todos os ativos ligados à referida norma, ao considerar que podia ser um indício de deterioração dos mesmos.

Por outro lado, os parques eólicos situados no Brasil e no Canadá têm assinados contratos de compra e venda de energia elétrica, durante um período de 20 anos, com diversos compradores (Eletrobras, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e Hydroquebec), sendo que estes contratos foram assinados no marco dos programas desenvolvidos pelo Governo Federal do Brasil.

Os Administradores consideram que não existem outras regulações sobre energias renováveis que possam afetar significativamente as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017.

c) Informação geográfica-

A seguir detalhamos, para os países mais significativos, as receitas ordinárias provenientes de clientes externos e os ativos não correntes que não são instrumentos financeiros, correspondentes a 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Receitas ordinárias

Milhares de euros		
País	2017	2016
Espanha	938.520	915.826
Brasil	303.668	205.983
Angola	83.780	82.624
EUA	161.378	143.869
Austrália	52.395	1.921
Chile	133.930	104.583
México	94.927	138.883
Outros	548.188	441.447
	2.316.786	2.035.136

Ativos não circulantes

2017

Milhares de euros			
País	Imobilizado intangível	Fundo de comércio	Imobilizado tangível
Canadá	-	-	192.282
Brasil	204	-	305.251
Chile	64.843	-	394.468
Portugal	-	4.385	-
Reino Unido	-	5.690	89
EUA	1.206	296	-
Espanha	48.358	17.861	240.979
Resto	87	594	16.872
	114.698	28.826	1.149.941

Ativos não circulantes

2016

Milhares de euros			
País	Imobilizado intangível	Fundo de comércio	Imobilizado tangível
Canadá	-	-	218.086
Brasil	334	-	357.864
Chile	75	-	431.790
Portugal	-	4.227	-
Reino Unido	53	5.690	97
EUA	683	329	10.827
Espanha	51.235	15.347	230.917
Resto	27	6.514	18.406
	52.407	32.107	1.267.987

7. FUNDO DE COMÉRCIO

A seguir é apresentado o detalhamento do saldo da rubrica “Ativo intangível – Fundo de comércio” das demonstrações da situação financeira consolidadas dos exercícios de 2017 e 2016, em função das sociedades que as originam, bem como o movimento ao longo dos referidos exercícios:

Exercício de 2017

Milhares de euros					
	Saldo na 31/12/2016	Deterioração (Nota 21)	Baixa	Outros	Saldo na 31/12/2017
Sociedades consolidadas por consolidação global:					
Parques eólicos:					
- Eólicas Páramo de Poza, S.A.	513	(513)	-	-	-
Galicia Vento, S.L.	8.702	-	-	-	8.702
- Aerogeneradores del Sur, S.A.	3.630	-	-	-	3.630
- Bulgana Wind Farm Pty LTD	349	-	(349)	-	-
Outros negócios:					
Deimos Space, S.L.U.	158	-	-	-	158
Deimos Engenharia, S.A.	4.227	-	-	-	4.227
Ehisa Construcciones y Obras, S.A.	1.932	-	-	-	1.932
Hidroambiente, S.A.U.	388	-	-	-	388
- Instalaciones y Proyectos de Gas, S.A.U. (*)	1.031	-	-	-	1.031
- Helios Inversión y Promoción Solar, S.L.U.	1.125	-	-	-	1.125
- Zaragoza 2005, S.L.U.	290	(290)	-	-	-
- Ditra Cantabria, S.A.U.	2.096	(2.096)	-	-	-
Jomar Seguridad, S.L.U.	1.647	-	-	-	1.647
- Belco Elecnor Electric, Inc.	329	-	-	(33)	296
IQA Operations Group Limited	5.690	-	-	-	5.690
	32.107	(2.899)	(349)	(33)	28.826

Milhares de euros						
	Saldo na 31/12/2015	Adições	Deterioração (Nota 21)	Transferências para Ativos não circulantes mantidos para a venda.	Outros	Saldo na 31/12/2016
Sociedades consolidadas por consolidação global:						
Parques eólicos:						
- Eólicas Páramo de Poza, S.A.	1.104	-	(591)	-	-	513
Galicia Vento, S.L.	8.702	-	-	-	-	8.702
- Aerogeneradores del Sur, S.A.	3.630	-	-	-	-	3.630
- Bulgana Wind Farm Pty LTD	85	264	-	-	-	349
Outros negócios:						
Deimos Space, S.L.U.	158	-	-	-	-	158
Deimos Engenharia, S.A.	4.227	-	-	-	-	4.227
Ehisa Construcciones y Obras, S.A.	1.932	-	-	-	-	1.932
Hidroambiente, S.A.U.	388	-	-	-	-	388
- Instalaciones y Proyectos de Gas, S.A.U. (*)	1.031	-	-	-	-	1.031
- Helios Inversión y Promoción Solar, S.L.U.	1.125	-	-	-	-	1.125
- Zaragoza 2005, S.L.U.	290	-	-	-	-	290
- Ditra Cantabria, S.A.U.	2.096	-	-	-	-	2.096
Jomar Seguridad, S.L.U.	1.647	-	-	-	-	1.647
- Belco Elecnor Electric, Inc.	331	-	-	-	(2)	329
IQA Operations Group Limited	5.690	-	-	-	-	5.690
- Barcaldine Remote Community Solar Farm Pty LTD	936	-	-	(936)	-	-
	33.372	264	(591)	(936)	(2)	32.107

(*) Sociedade fusionada com a Elecnor, S.A.

Tal como é indicado na Nota 3.j o Grupo avalia anualmente a deterioração de seus fundos de comércio.

As unidades geradoras de numerário, consideradas para efeitos dos correspondentes testes de deterioração dos fundos de comércio, incluídos no quadro anterior, são identificadas com as próprias sociedades às quais foram atribuídos os mesmos já que, e com caráter geral, essas sociedades são configuradas como entidades monoprojeto.

O valor recuperável é o maior entre o valor de mercado diminuído pelos custos de venda e o valor de uso, entendendo este como o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, aprovados pela Diretoria e considerados razoáveis. Para o cálculo do valor de uso as hipóteses utilizadas incluem as taxas de desconto, taxas de crescimento e alterações esperadas nos preços de venda e nos custos. Os Administradores da Sociedade controladora estimam as taxas de desconto que registram o valor do dinheiro no tempo e os riscos associados à unidade geradora de numerário.

Em particular, e em relação aos testes de deterioração dos fundos de comércio atribuídos a parques ou projetos eólicos situados na Espanha, os quais são feitos considerando o valor dos mesmos conjuntamente com o valor registrado dos ativos imobilizados correspondentes, que ascende a €94.000.000 (€101.000.000 em 2016) (Nota 9), as estimativas relativas ao volume de negócios são realizadas tendo em conta as previsões setoriais em relação ao preço pool e a legislação aplicável (Nota 6.b), considerando aumentos anuais de acordo com uma estimativa prudente da evolução do índice de preços, bem como os níveis de produção médios obtidos em exercícios anteriores ou estimados pelos estudos realizados para tal efeito por peritos independentes. As principais hipóteses utilizadas pelos Administradores da Sociedade controladora na realização dos testes de deterioração de 2017 e 2016 foram as seguintes:

- Receitas: com base em estimativas internas e, se for o caso, em fontes externas. O preço pool aplicado para o ano de 2018 foi estimado em 42,16 €/MWh.
- Taxa de desconto: 5,54% (*).
- Período das projeções: em função da vida útil restante do imobilizado (nota 3.j.).

(*) Taxa após o efeito fiscal devido a que neste tipo de projetos o componente fiscal é muito significativo, e uma variável fundamental na hora de tomar a decisão de investir. Nestes testes foram empregados fluxos líquidos de impostos.

Dos resultados obtidos nesses testes, bem como nas análises de sensibilidade realizadas pela Diretoria, revelou-se uma deterioração de 513.000 euros no fundo de comércio registrado na sociedade controlada Eólicas Paramo de Poza, S.A. Do mesmo modo, das análises de sensibilidade realizadas pela Diretoria, que incluem variações em função dos desvios ocorridos nas principais estimativas do exercício anterior, também não foi deduzida nenhuma depreciação.

Por outro lado, e em relação aos testes de depreciação do restante dos fundos de comércio, as taxas de desconto empregadas ficam entre 5% e 8%. As taxas de crescimento e as variações em preços e custos se baseiam nas previsões internas e setoriais e na experiência e expectativas futuras, respectivamente, não sendo, em geral, superiores a 8%. Nos casos em que estes cálculos contemplam a estimativa de uma renda perpétua se considera um crescimento de 2%.

Como resultado destas análises tão pouco se evidenciou qualquer depreciação adicional, apesar de que a análise de sensibilidade sobre o fundo de comércio da Deimos Engenharia, S.A. que pressupõe uma redução da margem estimada de cerca de 10%, reflete uma depreciação de aproximadamente um milhão de euros.

Além disso, desta análise se conclui que, apesar de a sociedade do grupo IQA Operations Group Ltd se encontrar em uma situação de perdas e com fundos próprios negativos, os fluxos estimados não evidenciam nenhuma depreciação. É necessário ressaltar que estes fluxos se baseiam na melhoria a curto prazo pela formalização de novos contratos. Em relação à queda do fundo de comércio da sociedade Ditra Cantabria, S.A., esta corresponde à liquidação dessa sociedade no presente exercício, o que representou uma perda de 2 milhões de euros registrada na epígrafe de "Amortizações, deterioração e dotações para provisões" da demonstração de resultados consolidada anexa.

8. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento havido neste capítulo da demonstração da situação financeira consolidada nos exercícios de 2017 e de 2016 foi o seguinte:

Milhares de euros						
	Despesas de desenvolvimento	Propriedade industrial	Aplicativos informáticos	Concessões administrativas	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo na 01/01/2016	1.084	3.211	8.658	56.335	88.290	157.578
Variação no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	-	-	-	(5.006)	-	(5.006)
Adições	135	-	1.712	151	-	1.998
Baixas	-	(142)	(334)	-	(402)	(878)
Diferenças de conversão (Nota 13)	-	138	98	-	-	236
Saldo na 31/12/2016	1.219	3.207	10.134	51.480	87.888	153.928
Adições	190	-	3.188	-	7.742	11.120
Baixas	-	-	(30)	-	-	(30)
Transferências	-	-	(23)	-	-	(23)
Diferenças de conversão (Nota 13)	-	(97)	(71)	-	(3.030)	(3.198)
Saldo na 31/12/2017	1.409	3.110	13.198	51.480	92.600	161.797
Amortização Acumulada -						
Saldo na 01/01/2016	819	2.272	7.209	17.660	8.776	36.736
Variação no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	-	-	-	(1.244)	-	(1.244)
Dotações (Nota 21)	133	241	1.005	2.573	1.973	5.925
Baixas	-	(27)	(283)	-	-	(310)
Diferenças de conversão (Nota 13)	-	30	3	-	-	33
Saldo na 31/12/2016	952	2.516	7.934	18.989	10.749	41.140
Dotações (Nota 21)	147	136	1.199	2.578	1.972	6.032
Baixas	-	-	(23)	-	-	(23)
Transferências	-	-	(19)	-	-	(19)
Diferenças de conversão (Nota 13)	-	(34)	3	-	-	(31)
Saldo na 31/12/2017	1.099	2.618	9.094	21.567	12.721	47.099
Total Outros Ativos Intangíveis, líquidos	310	492	4.104	29.913	79.879	114.698

O capítulo "Outros ativos intangíveis" do quadro anterior inclui um valor bruto de €27.507.000, correspondente ao valor justo estimado dos contratos com as administrações públicas para a manutenção e conservação de rodovias da sociedade controlada Audeca, S.L.U. na data de aquisição da mesma por parte do Grupo Elecnor, o que aconteceu em 2010. O Grupo amortiza este ativo num período de 15 anos, que é o período médio de duração estimado dos referidos contratos, com base na experiência histórica e tendo em conta as respectivas renovações. A amortização dos exercícios de 2017 e 2016 por este título ascendeu a €1.972.000, aproximadamente e respectivamente.

Além disso, o capítulo "Outros ativos intangíveis" do quadro anterior inclui em 31 de dezembro de 2017 um valor bruto de 64,718 milhões de euros (60,381 milhões de euros em 2016) correspondente ao fornecimento elétrico das linhas de transmissão no Chile cuja vida útil é indefinida, pelo que não estão sujeitas a um processo de amortização, mas sim de avaliação da depreciação anual. Estas avaliações permitem concluir que não existe nenhum risco de depreciação, uma vez que em análises de sensibilidade muito abrangentes não se identificou nenhum tipo de depreciação.

Dentro do capítulo de "Concessões administrativas" estão registrados, no valor de €29.721.000 (€32.282.000 em 2016), aproximadamente, correspondente à estimativa do seu valor justo (calculado com base no valor justo da contraprestação

entregue, que é a construção), líquido das respectivas amortizações, os investimentos realizados em diferentes centrais de tratamento de águas cuja construção e exploração é feita em regime de concessão, em virtude das respectivas concessões administrativas conferidas pelo Instituto Aragonés del Agua. Através dessas concessões, o Grupo Elecnor explora as mencionadas centrais de tratamento de águas obtendo suas receitas em função do volume de m³ de água que depurar. Em 31 de dezembro de 2017 estão sendo exploradas todas as centrais de tratamento de águas, e a duração das concessões é de 20 anos.

Durante a fase de exploração, o pagamento das obrigações decorrentes dos contratos por parte do Instituto Aragonés del Agua para os correspondentes exercícios será realizado através da aprovação das relações avaliadas que mensalmente sejam emitidas, e da apresentação de faturas, sobre a base das tarifas estabelecidas, as quais poderão ser objeto de revisão ao longo da vida do contrato.

O concessionário terá a seu cargo a gestão das centrais de tratamento de águas, devendo zelar, em todo momento, pelo bom funcionamento das mesmas. Em caso de interrupção dos serviços das centrais de tratamento de águas, o concessionário deverá restaurá-los com a maior diligência, sem que tenha direito de cobrar nenhuma tarifa pela instalação afetada durante o período da interrupção.

A concessão será considerada extinta por cumprimento quando decorrer o prazo inicialmente estabelecido ou, se for o caso, o que resultar das prorrogações ou reduções que tiverem sido acordadas. O concessionário ficará obrigado a entregar à Administração concedente, em bom estado de conservação e uso e de forma gratuita, as obras incluídas na concessão, bem como os bens e instalações necessários para sua exploração.

No exercício de 2017, as receitas geradas por estas concessões ascenderam a €6.373.000 (€6.433.000 no exercício de 2016), aproximadamente, as quais se encontram registradas na rubrica "Valor líquido do volume de negócios" da conta de resultados consolidada anexa.

Os valores dos ativos intangíveis em exploração, totalmente amortizados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, ascendem a aproximadamente €9.389.000 e €8.544.000, respectivamente.

9.IMOBILIZADO TANGÍVEL

O movimento havido neste capítulo da demonstração da situação financeira consolidada nos exercícios de 2017 e de 2016 foi o seguinte:

Milhares de euros

	Terrenos	Construções, Instalações Técnicas e Maquinaria	Aparelhos e Ferramentas	Móveis e Utensílios	Equipamentos para Processamento Eletrônico de Dados	Elementos de Transporte	Outro Imobilizado	Imobilizado em andamento	Total
CUSTO:									
Saldo em 1 de janeiro de 2016	24.871	1.471.457	13.835	8.240	13.669	23.222	9.965	71.346	1.636.605
Variação no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	-	(89.707)	-	-	(56)	-	-	-	(89.763)
Adições	20	23.163	3.951	1.543	1.437	4.211	986	105.810	141.121
Baixas	(3)	(3.370)	(2.432)	(627)	(966)	(1.153)	(302)	(243)	(9.096)
Transferências	2.024	77.673	71	177	(226)	-	(3.564)	(77.503)	(1.348)
Transferências para Ativos não circulantes mantidos para a venda.	(402)	-	-	-	-	-	-	(39.642)	(40.044)
Diferenças de conversão (Nota 13)	521	133.969	114	295	369	443	(96)	4.155	139.770
Saldo em 31 de dezembro de 2016	27.031	1.613.185	15.539	9.628	14.227	26.723	6.989	63.923	1.777.245
Variação no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	-	(756)	-	-	-	-	-	-	(756)
Adições	-	14.715	4.414	530	1.678	4.308	1.721	87.530	114.896
Baixas	-	(26.291)	(2.768)	(1.323)	(630)	(2.638)	(384)	(2.118)	(36.152)
Transferências	1.274	93.193	59	191	(941)	139	(123)	(93.792)	-
Diferenças de conversão (Nota 13)	931	(110.311)	(651)	28	4	5.925	(157)	(9.724)	(113.955)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	29.236	1.583.735	16.593	9.054	14.338	34.457	8.046	45.819	1.741.278
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA:									
Saldo em 1 de janeiro de 2016	-	461.143	2.700	5.581	8.523	13.218	3.640	-	494.805
Variação no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	-	(24.972)	-	-	(56)	-	-	-	(25.028)
Dotações (Nota 21)	-	62.078	785	880	1.487	3.960	899	-	70.089
Baixas	-	(2.848)	(235)	(460)	(576)	(1.073)	(8)	-	(5.200)
Transferências	-	(4.980)	-	(112)	(70)	-	85	-	(5.077)
Diferenças de conversão (Nota 13)	-	32.948	121	212	237	542	(19)	-	34.041
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	523.369	3.371	6.101	9.545	16.647	4.597	-	563.630
Variação no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	-	(24)	-	-	-	-	-	-	(24)
Dotações (Nota 21)	-	53.895	1.239	678	1.500	2.920	851	-	61.083
Baixas	-	(19.863)	(259)	(373)	(337)	(2.055)	(212)	-	(23.099)
Transferências	-	(916)	224	(96)	(932)	267	105	-	(1.348)
Diferenças de conversão (Nota 13)	-	(18.638)	(319)	164	111	6.733	(101)	-	(12.050)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	537.823	4.256	6.474	9.887	24.512	5.240	-	588.192
DETERIORAÇÃO:									
Saldo em 1 de janeiro de 2016	-	2.056	-	-	-	-	-	-	2.056
Transferências	1.278	2.675	-	-	-	-	-	-	3.953
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.278	4.731	-	-	-	-	-	-	6.009
Baixas	-	(3.476)	-	-	-	-	-	-	(3.476)
Transferências	155	457	-	-	-	-	-	-	612
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.433	1.712	-	-	-	-	-	-	3.145
Custo líquido, em 31 de dezembro de 2017	27.803	1.044.200	12.337	2.580	4.451	9.945	2.806	45.819	1.149.941

A rubrica “Construções, Instalações Técnicas e Maquinaria” inclui, principalmente, o valor bruto e a amortização acumulada dos parques eólicos em funcionamento que foram construídos em exercícios anteriores, bem como das linhas de transmissão no Chile que começaram a ser exploradas em 2015.

Em 31 de dezembro de 2017 a epígrafe de “Imobilizado em curso” do quadro anterior inclui, principalmente, os investimentos realizados em 2017 nas linhas de transmissão no Chile, no valor aproximado de 27 milhões de euros, cuja data estimada de implementação é fevereiro de 2018, e adições a um parque eólico espanhol no valor de 17 milhões de euros (investimentos nas linhas de transmissão no Chile no valor aproximado de 58 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016).

As principais adições de imobilizado tangível do exercício de 2017 corresponderam aos mencionados investimentos realizados em linhas de transmissão no Chile, cuja data estimada de implementação é fevereiro de 2018, bem como os investimentos em um parque eólico espanhol (investimentos nas linhas de transmissão no Chile e na construção de um parque fotovoltaico na Austrália no exercício de 2016).

As retiradas de imobilizado por variação do perímetro de consolidação em 2016 correspondem, na sua totalidade, aos investimentos em parques eólicos da sociedade controlada Parques Eólicos de Villanueva, S.L.U. e de suas sociedades controladas, a qual foi vendida para um terceiro no presente exercício (Nota 2.f)

Por outro lado, em 31 de dezembro de 2016 foi transferido para a rubrica “Ativos não correntes mantidos para a venda” os mencionados investimentos realizados para a construção de um parque fotovoltaico na Austrália através da sociedade controlada Barcaldine Remote Community Solar Farm Pty, Ltd, a qual se encontrava em processo de venda na mencionada data.

O valor de ativos tangíveis destinados à garantia do cumprimento de determinados empréstimos bancários ascende, antes de amortizações, em 1 de dezembro de 2017 a €920.000.000 (€1.068.000.000 em 2016), aproximadamente, a maioria decorrentes de projetos eólicos empreendidos por empresas do Grupo (Nota 14).

Os escritórios utilizados pelo Grupo no desenvolvimento de sua atividade, com exceção dos adquiridos no exercício de 2007 mediante um contrato de leasing, referem-se, na maior parte, a espaços comerciais alugados.

O valor do imobilizado tangível do Grupo que, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, está totalmente amortizado e em uso, ascende a €68.606.000 e a €69.717.000, respectivamente. Desses valores, €56.459.000 e €55.948.000, respectivamente, correspondem à Sociedade controladora. O detalhamento por natureza do imobilizado tangível da Sociedade controladora totalmente amortizado no encerramento de 2017 e de 2016 é o seguinte:

Milhares de euros		
	2017	2016
Construções, Instalações Técnicas e Maquinaria	51.047	51.070
Móveis e Utensílios	1.885	1.568
Equipamentos para Processamento Eletrônico de Dados	3.064	2.836
Elementos de Transporte	463	474
	56.459	55.948

A política do Grupo é formalizar apólices de seguro para cobrir os possíveis riscos a que estão sujeitos os diversos elementos de seu imobilizado tangível, bem como as possíveis reclamações que possam ser apresentadas pelo exercício de sua atividade, entendendo que essas apólices cobrem suficientemente os riscos aos que estão submetidos.

10. INVESTIMENTOS CONTABILIZADOS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 as participações em empresas coligadas do Grupo Elecnor que foram avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 3.c) são as seguintes:

Milhares de euros

Sociedade	2017	2016
Cosemel Ingeniería, A.I.E.	78	119
Parque Eólico Gaviota, S.A.	36	181
Jauru Transmissora de Energia, S.A.	22.305	24.194
Brilhante Transmissora de Energia, S.A.	32.045	37.212
Sociedad Aguas Residuales Pirineos, S.A.	3.851	4.934
Gasoducto de Morelos, S.A.P.I. de C.V.	14.089	13.762
Dioxipe Solar, S.L.	27.310	25.490
Aries Solar Termoeléctrica, S.L.	40.112	36.880
Brilhante Transmissora de Energia, S.A. II	3.873	4.752
Morelos O&M, SAPI de C.V.	209	177
Morelos EPC, SAPI de C.V.	12.089	17.914
	155.997	165.615

Os movimentos efetuados nos exercícios de 2017 e de 2016 nesta rubrica da demonstração da situação financeira consolidada foram os seguintes:

Milhares de euros

	2017	2016
Saldo no início do exercício	165.615	124.632
Resultado do exercício	587	2.210
Aumentos de capital	-	60.870
Diferenças de conversão	(12.107)	14.111
Dividendos cobrados	(8.399)	(2.989)
Variação do perímetro de consolidação	-	122
Variação valor justo decorrente de cobertura (líquida de efeito tributário)	10.393	(1.249)
Outros movimentos	(92)	57
Transferência para ativos financeiros (*)	-	(32.149)
Saldo no fim do exercício	155.997	165.615

(*) Reclassificação da depreciação registrada em 31 de dezembro de 2016 nos créditos concedidos à Dioxipe Solar, S.L. como consequência da capitalização do empréstimo participativo (Nota 11).

No Anexo IV são apresentados os principais valores das sociedades multigrupo.

Os aumentos de capital do exercício de 2016 correspondem, principalmente, ao aumento de capital social com prêmio de emissão aprovado pela sociedade Diosipe Solar, S.L. no valor total de €103.000.000, sendo subscrito pela Sociedade 55,7% do mesmo.

Por outro lado, no exercício de 2017 a desvalorização do real brasileiro em relação ao euro significou uma redução do patrimônio líquido das sociedades brasileiras avaliadas pelo método de equivalência patrimonial no processo de conversão das suas demonstrações financeiras na moeda funcional do Grupo (aumento do patrimônio líquido das sociedades brasileiras avaliadas pelo método de equivalência patrimonial no processo de conversão das suas demonstrações financeiras na moeda funcional do Grupo pela valorização do real brasileiro em relação ao euro no exercício de 2016).

No exercício de 2010, o Grupo adquiriu 55% das sociedades controladas Dioxipe Solar, S.L. e Aries Solar Termoeléctrica, S.L., cujo objeto social consiste na construção e na exploração de três usinas termossolares de tecnologia cilindro-parabólica em Extremadura e em Castilla La Mancha. No referido exercício também foram assinados diversos acordos

entre os sócios das mesmas, os quais regulavam suas relações como sócios, suas relações com as próprias sociedades, a gestão e a administração das mesmas, bem como os diferentes aspectos do desenvolvimento dos projetos e suas fases posteriores. Em particular, eram estabelecidas uma série de matérias reservadas sobre as quais qualquer decisão a tomar exige unanimidade.

As matérias reservadas, cuja decisão sobre as mesmas exige a unanimidade de todos os sócios da Assembleia Geral, são as seguintes:

- a) Devolução do Prêmio, aumento ou redução de capital social, alterações dos estatutos e, em particular, a aprovação de quaisquer cláusulas em matéria de restrições à transmissão de participações,
- b) Fusão, cisão, transformação, dissolução, cessão global de ativos e passivos e disposição de uma parte substancial dos ativos,
- c) Participação em qualquer joint venture, sociedade ou associação, ou a aquisição de qualquer participação no capital social ou dos ativos e negócios de qualquer outra sociedade,
- d) Celebração, alteração, modificação e/ou finalização de quaisquer contratos assinados com os sócios ou sociedades que façam parte de seu Grupo, ou a aprovação de qualquer operação com entidades vinculadas às anteriores,
- e) Aprovação da concessão aos sócios, ou entidades relacionadas, de empréstimos, penhores ou garantias de qualquer tipo,
- f) Alteração do número de conselheiros,
- g) Nomeação ou cessação de auditores,
- h) Alteração da política de maximização de distribuições aos sócios,
- i) Acordos relativos a decisões fundamentais do Projeto sobre qualquer alteração de atividade, assinatura de qualquer operação, contrato ou operação que altere a natureza do negócio ou o âmbito do Projeto ou o altere de forma substancial, e o abandono do Projeto, bem como a celebração de qualquer contrato que não se refira à atividade habitual, ou que não seja realizada no decorrer habitual do negócio da Sociedade,
- j) Alteração do regime fiscal,
- k) Acordos relativos à assinatura do Financiamento do Projeto e a qualquer possível refinanciamento, e
- l) Alteração dos termos dos contratos de crédito que constituam o Financiamento do Projeto que afetem a TIR sobre o Investimento da Data de Encerramento Financeiro ou as garantias do Financiamento, ou a rescisão desses contratos.

No que diz respeito às matérias reservadas, cuja decisão sobre as mesmas por parte dos Administradores do Conselho de Administração deve ser unânime, estas seriam as seguintes:

- a) Concessão de empréstimos, créditos ou qualquer outra forma de financiamento ou a prestação de qualquer garantia a um terceiro,
- b) Assunção de qualquer endividamento, e a outorga de garantias diferentes das exigidas pelos fornecedores correntes,
- c) Aprovação do Plano de Negócio e o primeiro Orçamento de Exploração,
- d) Aprovação do Orçamento de Exploração quando este comportar um aumento de despesas totais que ultrapasse 10% do orçamento do exercício anterior,
- e) Outorga de procurações relativas a matérias reservadas,
- f) Alteração de contratos de financiamento relativos ao Financiamento do projeto,
- g) Constituição de filiais ou aquisição de ações em outras sociedades,
- h) Aumentos do Capital Social,
- i) Outorga do Certificado de Aceitação Provisória e Definitiva da estação, conforme o contrato EPC, aprovação de waivers e variações do contrato EPC, O&M e/ou "Owner's Engineering".

Dada a natureza das matérias reservadas, e dos regimes de maiorias estabelecidos para a tomada de deliberações relativa às mesmas, o GRUPO Elecnor considerou, de acordo com os princípios de consolidação descritos na Nota 3.c, que a participação nestas sociedades deve ser qualificada como um negócio conjunto, e em particular como entidades controladas em conjunto; por isso, essas participações foram consolidadas conforme o método de equivalência patrimonial. Na data de formulação destas demonstrações financeiras consolidadas, as três usinas termossolares nas quais estes projetos são concretizados estão em funcionamento.

O Grupo analisou o impacto das alterações regulatórias ocorridas no exercício de 2012 nas referidas sociedades coligadas, revendo em 2013 as projeções financeiras desses projetos, e realizando os respectivos testes de deterioração das imobilizações tangíveis dos mesmos, considerando tanto a situação regulatória do momento quanto as diferentes incertezas existentes em relação ao desenvolvimento e futuro desempenho do setor.

Todas as hipóteses e estimativas realizadas pelos administradores em relação aos testes de deterioração das participações nas Sociedad Dioxipe Solar, S.L. e Aries Solar Termoeléctrica, S.L., registram os valores contemplados na Portaria IET/1045/2014, pela qual são aprovados os parâmetros retributivos das instalações-tipo, aplicáveis a

determinadas instalações de produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis, cogeração e resíduos. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não houve variações nas principais hipóteses nas análises prévias, portanto, ao não haver indícios de depreciação, não foram realizados novos testes.

Neste sentido deve-se destacar que os projetos termossolares em que o Grupo teve participação estão sujeitos a uma regulação que garante uma rentabilidade razoável de projeto para uma empresa eficiente e bem administrada, até determinado valor de investimento inicial.

Visando manter no tempo esta rentabilidade razoável, a retribuição regulatória é construída sobre o rendimento médio das Obrigações do Estado a dez anos no mercado secundário, acrescida de um diferencial. Assim, as variações no custo de capital são transferidas para as receitas esperadas, de modo que essas variações no custo de capital não afetam o valor recuperável.

Adicionalmente, existem determinadas obrigações assumidas pelas entidades acreditadas cujo descumprimento poderia ser causa de resolução antecipada obrigatória dos referidos empréstimos. Na opinião dos Administradores da Sociedade controladora, essas obrigações foram cumpridas no exercício de 2017 para a maior parte dos financiamentos, e não se esperam eventuais incumprimentos das mesmas no futuro.

A respeito disso, o acordo de reestruturação formalizado pela Aries Solar Termoelétrica, S.L. registra o compromisso de amortizar antecipadamente 31 milhões de euros num prazo de 5 anos, de acordo com o calendário a seguir (valor acumulado em cada exercício), tendo sido amortizado um valor total de 18,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017:

Exercício	Milhares de euros
2015	2.500
2016	8.180
2017	14.880
2018	22.320
2019	31.000

Nos Anexos I e III é incluída uma relação das participações em empresas coligadas e negócios conjuntos na qual é detalhada a informação legal e financeira mais significativa das mesmas.

11. ATIVOS FINANCEIROS NÃO CIRCULANTES

O detalhamento dos instrumentos financeiros não circulantes diferentes das sociedades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial é o seguinte:

	Ativos financeiros disponíveis para a venda	Empréstimos e contas a receber				
	Participações líquidas no capital	Instrumentos derivativos de ativo (Nota 15)	Empréstimos no longo prazo (Nota 26)	Concessões administrativas	Outros ativos não circulantes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.401	7.958	57.555	467.066	48.099	585.079
Variação no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	57	-	-	-	(4.257)	(4.200)
Adições	125	-	1.950	89.495	22.649	114.219
Baixas	(151)	(7.736)	-	(5.476)	(9.891)	(23.254)
Transferências (Nota 10)	-	-	(28.160)	-	-	(28.160)
Deterioração	-	-	(250)	-	-	(250)
Diferenças de conversão	-	-	481	131.085	8.283	139.849
Variação no valor de mercado	-	301	-	-	-	301
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.432	523	31.576	682.170	64.883	783.584
Variação no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	-	-	-	-	3.598	3.598
Adições	1.150	513	875	119.774	10.974	133.286
Baixas	-	-	-	(6.640)	(25.268)	(31.908)
Transferências (Nota 10)	(2.895)	-	-	-	2.895	-
Deterioração	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	(2.665)	-	-	(2.665)
Diferenças de conversão	-	-	-	(94.375)	(5.177)	(99.552)
Variação no valor de mercado	-	-	-	-	-	-
Saldo no 31 de dezembro de 2017	2.687	1.036	29.786	700.929	51.905	786.343

a) Participações líquidas no capital-

O valor justo das participações mantidas nesta rubrica foi determinado utilizando estimativas internas realizadas pelo Grupo dado que não existem preços de cotação das mesmas em mercados organizados.

b) Empréstimos no longo prazo-

O capítulo "Empréstimos no longo prazo" do quadro anterior em 31 de dezembro de 2017 inclui, principalmente, diversos empréstimos concedidos a empresas coligadas do Grupo Elecnor (Notas 10 e 26).

Com data de 5 de março de 2010 a sociedade controlada Celeo Termosolar, S.L. concedeu à Dioxipe Solar, S.L. um crédito participativo subordinado ao financiamento principal obtido pela mesma (Nota 10) no valor de €68.514.000, aproximadamente, com vencimento em 6 de março de 2030 para o financiamento de uma usina termosolar em Extremadura (Notas 10 e 20). Esse crédito incorre numa taxa de juros que é composta por um juro fixo anual e por um juro variável anual indexado aos lucros brutos do acreditado antes de impostos e antes de deduzir os juros correspondentes a este crédito participativo, ou a qualquer outra dívida subordinada. O valor disposto em 31 de dezembro de 2015 ascendia a 60,309 milhões de euros depreciado em 32,149 milhões de euros, aproximadamente, e durante o exercício de 2016 este crédito foi capitalizado em sua totalidade.

No exercício de 2012 a Sociedade realizou diversas contribuições à sociedade controlada Gasoducto de Morelos S.A.P.I. de C.V. a título de futuros aumentos de capital por um valor total de 33,483 milhões de dólares, aproximadamente, explorando parte delas em vários empréstimos cujo saldo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 ascendia a 21,674 milhões de euros e 24,340 milhões de euros, respectivamente (25,588 milhões de dólares a 31 de dezembro de 2017 e

2016, respectivamente), e que geram juros anuais de 7,5%. A estes valores deve-se acrescentar os juros devidos e não cobrados no montante de 7,981 milhões de euros e 7,111 milhões de euros, respectivamente.

c) Concessões administrativas-

Atualmente o Grupo Elecnor se encontra desenvolvendo e executando em regime de concessão diversos projetos para a construção e exploração e manutenção de diversas linhas de transmissão de energia elétrica no Brasil, através de suas filiais constituídas para isso, e cuja sociedade líder no mencionado país é a Celeo Redes Brasil, S.A. De acordo com os contratos de concessão, o Grupo cobrará um valor determinado ao longo do período da concessão como remuneração, tanto pelos trabalhos de construção, quanto pelos de exploração e manutenção, o que não depende da utilização que, se for o caso, for feita das citadas linhas de transmissão. Os períodos de concessão se situam em torno a 30 anos, aproximadamente. Esse valor determinado a receber será objeto de atualização periódica em função de determinadas variáveis, tais como as taxas de juros, o índice geral de preços ao consumidor e outras taxas de referência do mercado segundo é estabelecido pelos diferentes contratos, embora as alterações não sejam significativas.

O Grupo se compromete, em virtude dos acordos de concessão, a implantar integralmente as instalações de transmissão num período determinado, bem como a prestar os serviços de operação e manutenção utilizando materiais, equipamentos de qualidade e mantendo as instalações e os métodos operativos adequados que garantam bons níveis de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, esforço permanente na redução de custos, integração social e conservação do meio. A entidade concessionária não poderá ceder ou dar em garantia os ativos associados ao serviço público de transmissão sem a autorização da ANEEL.

A extinção da concessão ocorrerá nos seguintes casos: termo final do contrato, vencimento, rescisão, anulação por vício ou irregularidade ou extinção da transmissora. A extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente de todos os bens ligados ao serviço, iniciando-se as avaliações das análises correspondentes, as quais servirão, se for o caso, para determinar a indenização da transmissora. Os bens deverão estar em condições adequadas de operação e técnicas, mantidas de acordo com os procedimentos de redes aprovados pela ANEEL que permitam a continuidade do serviço público de transmissão de energia.

Na conclusão final do contrato, é facultado à ANEEL, por critério exclusivo dela, prorrogar o contrato. O prazo de renovação máxima é pelo mesmo período da concessão e através de requerimento da transmissora. Também poderá ser acordada uma eventual prorrogação do prazo de concessão em função do interesse público e das condições estipuladas no contrato.

A transmissora poderá promover a rescisão do contrato em caso de descumprimento pelo poder concedente das normas estabelecidas no contrato. Neste caso, a transmissora não poderá interromper a prestação do serviço até a aprovação, por decisão judicial, que decreta a extinção do contrato.

De acordo com os critérios descritos na Nota 4.I, o Grupo possui no momento inicial um ativo financeiro pelo valor justo das importâncias a receber pela construção das infraestruturas, o que é avaliado pelo seu custo amortizado a partir daí, utilizando o método de juros efetivos. De acordo com este critério, o Grupo registrou, no exercício de 2017, com crédito na rubrica "Receitas financeiras" da conta de resultados do exercício mencionado, o valor de €48.264.000 (€45.229.000 no exercício de 2016), aproximadamente, correspondente ao efeito financeiro da aplicação do referido método. As adições do exercício de 2017 correspondem principalmente a uma nova concessão no Brasil.

A seguir é detalhado o calendário esperado de cobranças relativas ao saldo não corrente em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Milhares de euros

31/12/2017	
2019	6.343
2020	9.350
2021	6.573
2022	7.007
2023 e seguintes	671.656
Total	700.929

Milhares de euros

	31/12/2016
2018	4.011
2019	7.265
2020	10.708
2021	7.528
2022 e seguintes	652.658
Total	682.170

d) Outros ativos não circulantes-

A composição do capítulo "Outros ativos não circulantes" do quadro anterior é a seguinte:

Milhares de euros

	2017	2016
Conta de reserva do serviço da dívida	25.173	32.648
Fianças	3.072	2.368
Outros	23.660	28.808
	51.905	63.824

O capítulo "Conta de reserva do serviço da dívida" inclui os valores que as sociedades controladas Parque Eólico Malpica S.A., Ventos Do Sul Energia, S.A., Parques Eólicos Palmares, S.A., Ventos da Lagoa, S.A., Ventos do Litoral Energia, S.A e Ventos dos Índios Energia, S.A. deverão manter em depósitos bancários em virtude dos contratos de financiamento assinados pelas mesmas (Nota 14), e que ascendem a 1,211 milhões de euros, 5,245 milhões de euros, 1,693 milhões de euros, 1,693 milhões de euros, 1,489 milhões de euros e 1,398 milhões de euros, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017 [7,578 milhões de euros, 5,48 milhões de euros, 2,136 milhões de euros, 2,826 milhões de euros, 1,91 milhões de euros e 1,438 milhões de euros, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016].

Adicionalmente, este capítulo inclui o valor da conta de reserva do serviço da dívida das sociedades concessionárias LT Triangulo, S.A., Vila Do Conde Transmissora de Energia, S.A., Coqueiros Transmissora de Energia, S.A., Pedras Transmissora de Energia, S.A., Encruzo Novo Transmissora de Energia, S.A., Caiua. Transmissora de Energia, S.A., Integração Maranhense Transmissora de Energia, S.A. e Linha de Transmissão Corumba, LTDA no valor de 12.444.000 euros, aproximadamente [11.280.000 euros, aproximadamente, em 31 de dezembro de 2016].

Sobre esses depósitos incide uma taxa de juros de mercado.

A Elecnor, S.A. também tem fianças e depósitos por arrendamentos no valor de €3.025.000, aproximadamente (€2.321.000 em 31 de dezembro de 2016).

Os ativos financeiros não correntes em 1 de dezembro de 2017 e 2016 estão registrados pelo seu custo amortizado, exceto os instrumentos derivados que são registrados por seu justo valor.

12. ATIVOS FINANCEIROS CIRCULANTES

a) Devedores comerciais e outras contas a receber-

O capítulo "Devedores comerciais e outras contas a receber" do ativo circulante da demonstração da situação financeira registra as contas a receber que o Grupo tem como consequência das operações realizadas com terceiros.

Em 31 de dezembro de 2017, essa rubrica inclui um valor aproximado de 24 milhões de euros referentes a reclamações em andamento das filiais Belco (USA) e Elecnor do Brasil, relativas aos seguintes projetos:

- Projeto Los Angeles Federal Court House: o valor da reclamação ascende a 3,1 milhões de euros. Foram documentadas reivindicações no valor de 17,8 milhões de euros e se iniciou um procedimento judicial.
- Projeto de Santa Mónica Community College: o valor da reivindicação chega a 4,9 milhões de euros devido a mudanças na abrangência do contrato original.
- Projetos de concessões de Integração Maranhense TE e Caiua TE: o montante em reivindicação ascende a 16 milhões de euros; foram reivindicados 19 milhões de euros com base em perícias independentes e se iniciou um procedimento de arbitragem.

Em 31 de dezembro de 2017 Devedores comerciais e outras contas a receber inclui um valor aproximado de 303,6 milhões de euros correspondentes a obra executada e por faturar (285,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016).

Do mesmo modo, em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Grupo não possui contratos de obra com margens negativas cuja perda estimada seja significativa.

Em 31 de dezembro de 2017 o Grupo mantém direitos de cobrança formalizados em notas promissórias e recebidos como adiantamento de uma obra em andamento na Venezuela com um valor nominal de 166,25 milhões de dólares. Estas notas promissórias geram uma taxa de juros de 6,5% e têm vencimento em 2018 e 2019. Devido às circunstâncias em que se encontra este país e às consequências que estas provocam sobre o projeto, os Administradores da Sociedade controladora não deram valor a estas notas promissórias e o avanço e a abrangência definitiva do projeto se encontram condicionados à efetiva cobrança destes. Neste sentido, no exercício de 2017 foram cobradas notas promissórias que venciam durante o mesmo ano pelo valor de 23,750 milhões de dólares, tendo o Grupo reconhecido receitas de exploração no valor de 21,740 milhões de euros correspondentes à produção realizada no exercício. Do mesmo modo foram cobrados juros no valor de 12,35 milhões de dólares, tendo sido reconhecidas receitas financeiras no valor de 11 milhões de euros (ver nota 21).

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 existiam contas a receber vencidas não depreciadas no valor de 150,853 milhões de euros e de 130,093 milhões de euros, respectivamente. A análise de antiguidade destas contas é a seguinte:

Milhares de euros		
Descrição	2017	2016
Saldos não vencidos	780.661	900.975
Até 6 meses	82.552	54.772
Entre 6 e 12 meses	20.354	25.868
Superior a 12 meses	47.947	49.453
TOTAL	931.514	1.031.068

O Grupo também dota uma provisão para a cobertura das dívidas em situação irregular por pagamento atrasado, suspensão de pagamentos, insolvência ou outras causas, após um estudo individualizado sobre a possibilidade de receber as mesmas. As dotações são realizadas em função das melhores estimativas no encerramento do exercício.

A seguir é apresentado o movimento havido durante os exercícios de 2017 e de 2016, bem como a composição da rubrica "Deterioração de contas a receber" em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

Milhares de euros						
	31/12/2016	Dotações	Cancelamento de Saldos Incobráveis	Reversão	Diferenças de conversão	31/12/2017
Deterioração	70.720	4.577	(506)	(6)	(313)	75.098

Milhares de euros						
	31/12/2015	Dotações	Cancelamento de Saldos Incobráveis	Reversão	Diferenças de conversão	31/12/2016
Deterioração	76.796	2.640	(1.379)	(7.337)	-	70.720

b) Numerário e outros meios líquidos equivalentes

A composição deste capítulo da demonstração da situação financeira consolidada anexa é a seguinte:

Milhares de euros		
	2017	2016
Outros ativos líquidos equivalentes	49.181	82.446
Tesouraria	348.980	234.904
	398.161	317.350

O saldo da rubrica "Outros ativos líquidos equivalentes" em 31 de dezembro de 2017 e 2016 inclui, principalmente, valores de renda fixa e depósitos a prazo fixo com vencimento inferior a 3 meses contratados pela sociedade Elecnor Chile S.A., que incorrem numa taxa de juros de mercado.

Esta epígrafe inclui em 31 de dezembro de 2017 um valor aproximado de 96 milhões de euros proporcionado pelos parques eólicos e pelas concessionárias (78 milhões de euros a 31 de dezembro de 2016).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social-

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o capital social da Elecnor, S.A. estava representado por 87.000.000 ações ordinárias ao portador de €0,10 de valor nominal cada uma, totalmente subscritas e integralizadas.

As ações da Elecnor, S.A. têm cotação no mercado contínuo espanhol.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a composição dos acionistas da Sociedade controladora, bem como sua participação, era a seguinte:

% Participação		
	2017	2016
Cantiles XXI, S.L.	52,76%	52,76%
Bestinver Gestión, S.A., S.G.I.I.C.	4,76%	4,76%
Outros (*)	42,48%	42,48%
	100,00%	100,00%

(*) Todos eles com % de participação inferior a 3%. Também se incluem as ações próprias da Sociedade controladora que ascendem a 2,66% em 2017 (2,83% em 2016 (Nota 3.n)).

b) Ajustes de avaliação patrimonial-

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios de 2017 e de 2016 é o seguinte:

Milhares de euros									
	31/12/2015	Contratação	Varição no valor de mercado	Liquidação de derivativos	31/12/2016	Contratação	Varição no valor de mercado	Liquidação de derivativos	31/12/2017
Por integração global - Cobertura de fluxos de caixa:									
Swaps de taxas de juros (IRS) (Nota 15)	(38.190)	-	(8.524)	17.061	(29.653)	-	892	6.192	(22.569)
Outras coberturas contábeis	-	-	-	-	-	(19.622)	-	-	(19.622)
Seguros de taxa de câmbio (Nota 15)	3.064	(2.499)	-	(4.672)	(4.107)	2.313	-	4.442	2.648
Outros (Nota 11)	1.636	-	-	-	1.636	-	-	-	1.636
	(33.490)	(2.499)	(8.524)	12.389	(32.124)	(17.309)	892	10.634	(37.907)
Imposto diferidos por ajustes de avaliação patrimonial (Nota 19)									
	8.143	625	2.331	(4.406)	6.693	(694)	(223)	(2.431)	3.345
Total ajustes de avaliação patrimonial pelo método de consolidação global									
	(25.347)	(1.874)	(6.193)	7.983	(25.431)	(18.003)	669	8.203	(34.562)
Sociedades em equivalência patrimonial									
	(51.273)	-	(12.293)	11.056	(52.510)	-	1.591	8.802	(42.117)
Minoritários									
	4.839	-	2.098	(792)	6.145	9.615	575	(900)	15.435
Total ajustes de avaliação patrimonial pelo avaliação									
	(71.781)	(1.874)	(16.388)	18.247	(71.796)	(8.388)	2.835	16.105	(61.244)

O capítulo "Outras coberturas contábeis" corresponde à designação de uma relação de cobertura realizada pelo Grupo à dívida em UF que o grupo Celeo Redes tem, cuja moeda funcional é o dólar. O risco coberto nesta relação de cobertura é a variabilidade ao valor em USD dos fluxos de receita futuros denominados em UF, e a transação coberta são as receitas previstas altamente prováveis em UF. O instrumento de cobertura é o componente de moeda estrangeira da dívida financeira denominada em UF em relação ao total da dívida.

c) Outras Reservas-

O detalhamento, por itens, do saldo deste capítulo da demonstração da situação financeira consolidada é o seguinte:

Milhares de euros		
	2017	2016
Reservas restringidas		
Reserva legal	1.743	1.743
Reserva fundo de comércio	1.031	1.031
Reserva de capitalização	1.756	1.756
Reserva de redenominação em euro	15	15
Reserva para ações próprias (Nota 3.n)	21.232	21.989
	25.777	26.534
Outras reservas	516.707	503.092
Reservas da Sociedade controladora	542.484	529.626
Reservas em sociedades consolidadas (*)	212.187	191.529
Diferenças de conversão	(223.487)	(150.368)
Ações próprias (Nota 3.n)	(21.232)	(21.989)
	2	548.798

(*) Inclui os ajustes de consolidação e uniformizações.

Reserva legal-

De acordo com o artúgi 274 do Texto Consolidado da Lei das Sociedades de Capital espanhola, deve destinar-se um valor igual a 10% do lucro do exercício à reserva legal até esta atingir, pelo menos, 20% do capital social. Esse limite já foi alcançado.

A reserva legal poderá ser utilizada para aumentar o capital na parte de seu saldo que ultrapassar 10% do capital já aumentado. A não ser para a finalidade acima mencionada, e enquanto não ultrapassar 20% do capital social, esta reserva poderá ser destinada apenas à compensação de perdas, e desde que não existam outras reservas disponíveis suficientes para esse fim.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Sociedade controladora tem dotada esta reserva com o limite mínimo estabelecido pelo Texto Consolidado da Lei das Sociedades de Capital.

Reserva pelo fundo de comércio-

A reserva pelo fundo de comércio provém integralmente da Sociedade controladora. Essa reserva foi dotada em conformidade com o artigo 273.4 do Texto Consolidado da Lei das Sociedades de Capital, que estabelecia que, em todo caso, devia dotar-se uma reserva indisponível equivalente ao fundo de comércio que aparecia na demonstração da situação financeira individual da Sociedade, destinando-se para tal efeito uma cifra do lucro que represente, no mínimo, 5% do montante do citado fundo de comércio. Se não houver lucro, ou este for insuficiente, deverão ser utilizadas reservas de livre disposição.

Reserva de capitalização-

A reserva de capitalização foi dotada em conformidade com o artigo 25 da Lei do Imposto sobre Sociedades, que estabelece que a reserva seja dotada no valor do direito à redução da base tributável do exercício. O direito à redução da base tributável ascende a 10% do acréscimo dos fundos próprios, conforme é definido no referido artigo, sem que em nenhum caso possa ultrapassar do montante de 10% da base tributável positiva do período tributável prévia à redução e à integração à qual se refere o ponto 12 do artigo 11 da Lei e à compensação de bases tributáveis negativas. Não obstante, em caso de a base tributável ser insuficiente para aplicar a redução, as quantias pendentes podem ser objeto de aplicação nos períodos tributários que finalizem nos dois anos imediatos e sucessivos ao encerramento do período tributário em que se tiver gerado o direito à redução, junto com a redução que possa corresponder no referido exercício e com o limite indicado. A reserva é indisponível e está condicionada a que se mantenha o acréscimo de fundos próprios durante um prazo de 5 anos contados do encerramento do período tributário ao que a redução corresponder, a não ser que existam perdas contábeis.

d) Ações próprias em carteira-

Em virtude das deliberações que, sucessivamente, estão sendo tomadas pela Assembleia Geral de Acionistas da Elecnor, S.A., durante os últimos exercícios foram sendo adquiridas diversas ações próprias da mencionada sociedade, cujo destino é a sua alienação progressiva no mercado. Em particular, no dia 23 de maio de 2012, a Assembleia Geral de Acionistas acordou autorizar por um período de cinco anos a aquisição, por ela mesma ou através de sociedades do Grupo, de ações emitidas pela Sociedade até um 10% do capital social, sempre que o preço de compra não difira, em mais ou menos, de 30% do preço de mercado.

Segundo a ata da Assembleia Geral dos Acionistas de 16 de maio de 2017, se autoriza o Conselho de Administração para a aquisição de ações próprias da Sociedade controladora por ela mesma ou pelas sociedades controladas, autorizando a aquisição de, no máximo, o número de ações que a Lei ou as disposições legais de cumprimento obrigatório prevejam a cada momento e que, atualmente, somado às já possuídas pela Sociedade, não exceda 10% do seu capital social, por um preço de aquisição mínimo do valor nominal das ações e um preço máximo que não exceda 30% do seu valor de cotação em Bolsa, e por um prazo de cinco anos, deixando sem efeito a autorização concedida na Assembleia Geral dos Acionistas de 23 de maio de 2012.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Sociedade controladora possui ações próprias por um valor que ascende a 21,232 milhões de euros e 21,989 milhões de euros, respectivamente, as quais se encontram registradas diminuindo a epígrafe "Outras reservas" do patrimônio líquido da demonstração da situação financeira consolidada.

O detalhamento e o movimento das ações próprias durante o exercício de 2016 e 2017 é o seguinte:

Nº de ações	
Ações próprias em 31 de dezembro de 2015	2.483.110
Aquisição de ações próprias	156.011
Venda de ações próprias	(175.089)
Ações próprias em 31 de dezembro de 2016	2.464.032
Aquisição de ações próprias	275.341
Venda de ações próprias	(428.723)
AÇÕES PRÓPRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	2.310.650

A compra e venda das ações próprias representou valores de 3,124 milhões e 4,908 milhões de euros, respectiva e aproximadamente (1,215 e 1,372 milhões de euros, respectiva e aproximadamente em 31 de dezembro de 2016), obtendo uma mais valia de 1,027 milhões de euros que foi registrada diretamente na epígrafe de reservas (perda de 194 mil euros em 2016).

A totalidade das ações próprias que a Sociedade controladora mantinha em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 representavam 2,66 % e 2,83 %, respectivamente, do total de ações que compõem o capital social da Elecnor S.A. nas referidas datas.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 continua constituída a correspondente reserva indisponível para ações próprias no valor das ações da Elecnor, S.A. em carteira nas referidas datas.

e) Participações não controladoras-

A composição da rubrica "Patrimônio Líquido - De Participações não controladoras" do passivo da demonstração da situação financeira consolidada anexa durante os exercícios de 2017 e de 2016 é a seguinte:

Milhares de euros		
	2017	2016
Elecven Construcciones, S.A.	97	(49)
Rasacaven, S.A.	-	160
Sociedad Aragonesa de Estaciones Depuradoras, S.A.	1.282	1.234
Elecnor Argentina, S.A.	2	(4)
IQA Operations Group Limited	-	(27)
Ventos Do Sul Energia, S.A.	12.981	12.586
Subgrupo Enerfín	-	22.468
Parque Eólico Malpica, S.A.	434	961
Galicia Vento, S.L. (*)	1.774	-
Eólica Páramo de Poza, S.A. (*)	2.639	-
Parques Eólicos Palmares, S.A.	7.124	8.817
Ventos do Litoral Energia, S.A.	6.193	6.748
Ventos da Lagoa, S.A.	5.836	6.324
Éoliennes de l'Érable SEC.	10.658	16.138
Ventos dos Índios Energia, S.A.	4.335	5.014
Subgrupo Celeo Redes	325.664	349.154
Betonor, Ltda.	507	563
Grupo Elecnor Angola	541	602
Outros	(30)	(335)
	380.037	430.354

(*) Em 31 de dezembro de 2016 estas participações estavam incluídas dentro das participações minoritárias do Subgrupo Enerfín Enervento.

Durante o exercício de 2017 o Grupo procedeu à compra de 30% do subgrupo Enerfín Enervento pelo valor de 29 milhões de euros, sendo o valor aproximado das Participações minoritárias na data de compra de 20 milhões de euros. Esta transação representou um impacto no património líquido do Grupo de aproximadamente 9 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2017 o mencionado valor a pagar se encontra pendente de pagamento registrado na epígrafe de Outros passivos correntes da demonstração da situação financeira consolidada.

Esse tipo de transação não foi realizado durante o exercício de 2016.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o fundo de investimentos APG possui 49% do Subgrupo Celeo Redes.

O movimento havido durante os exercícios de 2017 e de 2016 nesta rubrica da demonstração da situação financeira consolidada é detalhado a seguir:

Miles de euros	
Saldo al 31 de diciembre de 2015	322.560
- Resultado del ejercicio	17.271
Milhares de euros	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	322.560
- Resultado do exercício	17.271
- Variação no valor de mercado dos instrumentos de cobertura (*)	(1.229)
- Dividendos distribuídos	(1.170)
- Diferenças de conversão (**)	66.150
- Redução de capital	(2.448)
- Aumento de capital	26.727
- Variação de quotas	937
- Outros	1.556
Saldo em 31 de dezembro de 2016	430.354
- Resultado do exercício	24.618
- Variação no valor de mercado dos instrumentos de cobertura (*)	(9.290)
- Dividendos distribuídos	(2.758)
- Diferenças de conversão (**)	(50.995)
- Redução de capital	(4.873)
- Aumento de capital	9.879
- Variação de quotas	(19.911)
- Outros	3.013
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	380.037

(*) Referem-se às variações na avaliação dos Swaps de cobertura que o Grupo Elecnor utiliza (Nota 15).

(**) Referem-se, principalmente, às diferenças de conversão geradas no subgrupo Celeo Redes por suas participações no Brasil.

A informação relacionada com as participações não controladoras significativas em sociedades controladas, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é apresentada a seguir (a informação financeira é discriminada antes de efetuar as eliminações intragrupo):

2017

Milhares de euros

	Subgrupo Celeo Redes	Éoliennes de L'Érable
Ativo circulante	195.825	11.224
Ativo não circulante:	1.200.613	192.253
Passivo circulante	64.957	17.716
Passivo não circulante	766.298	159.004
Receitas ordinárias	65.910	30.153
Resultado do exercício	37.069	1.497
Resultado global total	(47.696)	(326)

2016

Milhares de euros

	Subgrupo Celeo Redes	Éoliennes de L'Érable	Enerfín Enervento
Ativo circulante	67.979	13.455	10.152
Ativo não circulante:	1.201.624	217.585	127.397
Passivo circulante	133.309	16.372	22.643
Passivo não circulante	520.074	177.640	36.819
Receitas ordinárias	55.820	28.864	30.065
Resultado do exercício	28.289	2.912	(1.841)
Resultado global total	109.669	8.355	(1.697)

f) Diferenças de conversão-

As diferenças de conversão acumuladas no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e 2016 de cada uma das moedas significativas são as seguintes:

Diferenças de conversão	Milhares de euros	
	2017	2016
Brasil	(176.525)	(121.537)
Venezuela	(39.724)	(40.698)
Argentina	(3.493)	(3.215)
Canadá	(7.833)	(6.707)
Chile	4.246	13.061
EUA	(329)	2.876
Outros	171	5.852
TOTAL	(223.487)	(150.368)

14. DÍVIDA FINANCEIRA

Como parte fundamental de sua estratégia, o Grupo possui uma política de máxima prudência financeira. A estrutura de capital objetivo está definida por esse compromisso de solidez e pelo objetivo de maximizar a rentabilidade do acionista.

No entanto, determinados projetos, basicamente a construção e a exploração de parques eólicos e de suas correspondentes linhas de interligação elétrica e subestações, bem como de infraestruturas de distribuição elétrica e centrais de tratamento de águas residuais que o Grupo explora em regime de concessão, das quais o mesmo é titular, são financiadas, na maior parte, mediante empréstimos sindicados em regime de "Project Finance". Em virtude desses

empréstimos, as sociedades controladas, titulares dos referidos projetos, assumem determinadas limitações à distribuição de dividendos, a qual está sujeita ao cumprimento de certas condições, como a constituição de uma nova conta de reserva para o serviço da dívida. Do mesmo modo, essas sociedades controladas deverão manter um quociente de Fundos Alheios/Recursos Próprios e uma estrutura de recursos próprios determinados.

A quantificação da estrutura de capital objetivo, excluído o efeito dos projetos financiados pelo financiamento sem recurso, é estabelecida como relação entre o financiamento líquido e os do patrimônio líquido, de acordo com o quociente:

$$\frac{\text{Dívida financeira líquida}}{\text{Dívida financeira líquida} + \text{Patrimônio Líquido}}$$

A dívida financeira líquida inclui as seguintes rubricas da demonstração da situação financeira consolidada (após ser eliminado o efeito da dívida financeira líquida dos projetos financiados através do financiamento sem recurso):

Milhares de euros		
	2017	2016
Passivo não circulante – Dívida financeira	395.502	332.821
Passivo circulante – Dívida financeira	133.220	178.897
Ativos financeiros circulantes – Outros investimentos financeiros	(53.192)	(78.955)
Numerário e outros ativos líquidos equivalentes	(252.846)	(160.578)
DÍVIDA FINANCEIRA LÍQUIDA	222.684	272.185

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, Passivos não circulantes e circulantes – Dívida financeira corresponde principalmente ao total da Dívida financeira e Derivados do quadro seguinte, excluindo a totalidade dos empréstimos concessões, Empréstimos sindicados parques eólicos, Passivos financeiros por emissão de obrigações e outros valores negociáveis (concessões e fotovoltaicos) e Derivados associados a Parques eólicos, fotovoltaicos e concessões, e 7 milhões de euros de empréstimos concedidos por entidades públicas que gerem uma taxa de juros e que se encontrem registrados dentro da epígrafe de Outros passivos não circulantes e circulantes da demonstração da situação financeira consolidada anexa.

Em 31 de dezembro de 2017, Ativos financeiros correntes e Numerário e outros ativos líquidos equivalentes, corresponde ao total de Numerário e outros ativos líquidos equivalentes da demonstração da situação financeira consolidada anexa, excluindo a tesouraria dos projetos financiados através do financiamento sem recurso no valor aproximado de 96 milhões de euros (78 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016) (ver nota 12.b).

A evolução e a análise deste quociente são feitas de forma contínua, efetuando-se, além disso, estimativas de futuro do mesmo como fator fundamental e limitativo na estratégia de investimentos e na política de dividendos do Grupo. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, esse quociente se situou em aproximadamente 19,76 % e 21,74 %, respectivamente.

A composição das rubricas “Dívida financeira e derivados” do passivo não circulante e do passivo circulante das demonstrações da situação financeira consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 anexas é a seguinte:

Milhares de euros

	2017		2016	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Empréstimos e créditos sindicados	363.612	2.231	300.819	2.228
Empréstimos concessões	242.088	23.550	475.513	53.910
Empréstimos sindicados parques eólicos-	285.787	34.381	340.479	47.875
Empréstimos com garantia pessoal	-	-	-	5.054
Empréstimos com garantia hipotecária	11.627	2.145	7.197	672
Passivos financeiros por emissão de obrigações e outros valores negociáveis-promissórias	-	99.574	-	72.628
Passivos financeiros por emissão de obrigações e outros valores negociáveis-concessões	501.874	11.969	-	-
Passivos financeiros por emissão de obrigações e outros valores negociáveis-fotovoltaicos	36.922	1.806	38.689	1.670
Créditos IVA Parques Eólicos e concessões	-	-	-	6.962
Linhas de créditos com garantia pessoal	-	23.828	8.173	67.949
Títulos pendentes de vencimento	-	-	-	2.710
Juros incorridos não pagos	-	2.285	-	-
Dívidas por arrendamento mercantil (Nota 9)	7.595	1.640	7.138	1.596
Instrumentos derivativos de cobertura (Nota 15):				
Parques eólicos, fotovoltaicos e concessões	2.424	1.140	19.427	1.256
Resto	6.653	-	9.493	4.565
TOTAL	1.458.582	204.549	1.206.928	271.059

O detalhamento por vencimentos da dívida anterior é o seguinte para os exercícios 2017 e 2016:

Milhares de euros

Dívidas com vencimento em	31/12/2017
2019	101.073
2020	112.295
2021	146.493
2022 e seguintes	1.098.721
TOTAL	1.458.582

Milhares de euros

Dívidas com vencimento em	31/12/2016
2018	102.148
2019	131.525
2020	153.098
2021 e seguintes	820.157
TOTAL	1.206.928

Empréstimos e créditos sindicados-

Com data de 21 de julho de 2014, a Elecnor formalizou um Contrato de financiamento syndicado no valor de €600.000.000 com um grupo de 19 instituições financeiras, que substituiu os €401.000.000 dispostos na data de refinanciamento syndicado assinado em 2012. Esse financiamento foi estruturado em duas partes: uma parte empréstimo por €300.000.000 com amortizações parciais, e uma parte linha de crédito revolving com um limite de €300.000.000 e vencimento em julho de 2019.

Com data de 2 de julho de 2015, a Elecnor assinou uma primeira Novação deste Contrato, subscrito por 18 das 19 entidades acreditadas, com o objetivo de alterar as condições financeiras (reduzindo a margem aplicável) e aumentar o prazo de financiamento.

Com data de 29 de junho de 2016, a Elecnor assinou uma segunda Novação deste Contrato, subscrito por 17 das 18 entidades acreditadas. Bankinter cedeu 22 milhões de euros, dos quais 16 milhões foram subscritos por Abanca e 6 milhões por Kutxabank, enquanto que Credit Agrícola cedeu 25 milhões de euros integralmente a Abanca.

Com data de 31 de outubro de 2017, a Elecnor assinou uma terceira Novação deste Contrato, subscrito por 16 das 17 entidades acreditadas. Esta novação implicou:

- uma redução no limite disponível da parte crédito (B) do financiamento syndicado até o limite de 200 milhões de euros,
- uma nova parte na escalada da margem aplicável em função do coeficiente da Dívida financeira líquida EBITDA,
- A ampliação do prazo de financiamento, atrasando um ano a data de cada uma das amortizações parciais e a data de devolução da parte crédito, cujo vencimento passa para julho de 2022.

A Sociedade analisou se existem alterações importantes das condições, sendo em ambos exercícios inferior a 10%, pelo que se concluiu que não ocorre um cancelamento dos passivos originais.

Em relação à cobertura do risco de juros, antes da Notação existiam swaps vinculados que cobriam 100% do calendário do empréstimo. Decidiu-se cobrir o risco de juros do nocional adicional decorrente da Novação, e com isso foram contratados 8 swaps novos de tipo IRS, com um nocional inicial de 15 milhões de euros e um nocional máximo de 145 milhões de euros e um novo basis swap. Em 31 de dezembro de 2017 existem 31 swaps de tipo IRS e 4 basis swap atribuídos ao financiamento syndicado. Os vencimentos dos swaps, bem como as datas de liquidação dos juros, coincidem com as do contrato de empréstimo ao qual estão atribuídos.

Sobre esse financiamento syndicado incide uma taxa de juros indexado à Euribor do prazo do período de juros escolhido pelo credenciado (1, 3 ou 6 meses) mais um diferencial, o qual se encontra indexado ao nível do rácio Dívida Financeira Líquida/(EBITDA + Dividendos de Projetos). A Sociedade se comprometeu a cumprir durante a duração do contrato de financiamento bancária diferentes rácios ((Dívida financeira líquida/EBITDA), (EBITDA/Despesas financeiras líquidas) e (Dívida financeira líquida/Fundos Próprios)), que serão calculados sobre a base dos correspondentes valores consolidados do Grupo Elecnor. O descumprimento poderia ser motivo de rescisão de contrato. Adicionalmente, o empréstimo contempla a obrigação de cumprir com os Rácios de Cobertura de Garantias que em 31 de dezembro de 2017 se cumprem.

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo disposto do contrato de financiamento syndicado ascende a 355 milhões de euros, o que corresponde a 300 milhões de euros da parte do empréstimo e 55 milhões de euros da parte do crédito (300 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016 correspondentes à parte do empréstimo).

A Sociedade contratou, durante o exercício de 2017, coberturas de taxas de juros vinculadas ao financiamento syndicado por um valor igual ao obtido com a terceira novação. Do mesmo modo, a Sociedade contratou, durante o exercício de 2016, coberturas de taxas de juros vinculadas ao financiamento syndicado obtido durante 2016. Todos esses contratos foram mantidos no exercício.

O contrato de financiamento syndicado acima referido (parte empréstimo e parte crédito) gera uma taxa de juros média de 2,23%, tendo gerado em 2017, a título de juros, 7,462 milhões de euros, considerando o efeito das coberturas no valor de 2,771 milhões de euros (7,618 milhões de euros de juros no exercício de 2016 que incluía a despesa financeira por coberturas no valor de 2,991 milhões de euros) que a Sociedade tem registrados na epígrafe "Despesas financeiras" da demonstração de resultados do exercício de 2017 anexa.

Empréstimos concessões-

Com data de 12 de novembro de 2015, a sociedade Charrua Transmisora de Energía, S.A. assinou um empréstimo em regime "Project finance" no valor de \$175.000.000, além de um crédito de financiamento de IVA no valor de \$23.000.000.

Esse financiamento visa a construção e a futura exploração de uma linha de transmissão de energia no Chile (ver Nota 9). Esse financiamento com vencimento final em 2034 incorre numa taxa de juros indexada à Libor a 180 dias, acrescida de um diferencial de 1,65% aumentando-se 0,25% a cada cinco anos. O valor disposto em 31 de dezembro de 2016 ascendia a 110,6 milhões de euros, dos quais 102,9 correspondiam ao empréstimo e o resto ao crédito de financiamento do IVA. Adicionalmente foi contratada uma operação de cobertura de 70% do principal do empréstimo para cobrir a possível variação ascendente das taxas de juros do crédito.

Com data de 29 de janeiro de 2015, a sociedade Alto Jahuel Transmisora de Energía, S.A. assinou um empréstimo em regime "Project finance" no valor de \$100.000.000, além de um crédito de financiamento de IVA no valor de \$15.000.000. Esse financiamento visa a construção e a futura exploração de uma linha de transmissão de energia no Chile (ver Nota 9). Esse financiamento com vencimento final em 2035 incorre numa taxa de juros indexada à Libor a 180 dias, acrescida de um diferencial de 2,25%, mais um aumento de 0,25% a cada cinco anos para a parte em dólares e o ICP NOMINAL, acrescida de um diferencial de 3,25% durante o período de construção e de 3% durante o período de exploração para a parte em Pesos. O valor disposto em 31 de dezembro de 2016 ascendia a 88 milhões de euros.

Com data de 15 de janeiro de 2013, a concessionária Alto Jahuel Transmisora de Energía, S.L. assinou um empréstimo em regime "Project finance" no valor de \$167.000.000, além de um crédito de financiamento de IVA no valor de \$29.000.000. Esse financiamento visa a construção e a futura exploração de uma linha de transmissão de energia no Chile (ver Nota 9). Sobre esse financiamento com vencimento final em 2032, incide uma taxa de juros indexada à Libor a 180 dias, acrescida de um diferencial de 3% para a parte em dólares, o TAB UF a 180 dias mais um diferencial de 1,60% durante o período de construção e um 1,25% durante o período de exploração para a parte em UF e o ICP nominal, acrescida de um diferencial de 3,30% durante o período de construção e 2,95% durante o período de exploração para a parte em Pesos. O valor disposto em 31 de dezembro de 2016 ascendia a 125,9 milhões de euros, que correspondiam integralmente ao empréstimo. Adicionalmente foi contratada uma operação de cobertura de 75% do principal do empréstimo para cobrir a possível variação ascendente das taxas de juros do crédito.

Os três empréstimos anteriores foram cancelados no presente exercício através da formalização da emissão de bônus de projeto destinada ao financiamento das linhas de transmissão no Chile, conforme indicado na seção "Passivos financeiros por emissão de obrigações - concessões".

Na data de formalização da dívida sindicada anterior das filiais Charrua Transmisora de Energía, S.A. e Alto Jahuel Transmisora de Energía, S.A., o Grupo formalizou adicionalmente várias operações de cobertura para proteger-se da possível variação por subida das taxas de juros variáveis. Nesse momento inicial, essas operações de cobertura contratadas estavam associadas às futuras necessidades de financiamento destas sociedades, por isso o cancelamento da dívida anterior não implicou uma ruptura da relação de cobertura com base na estratégia da mesma desenvolvida na documentação inicial. O Grupo mantém como "Ajustes de avaliação patrimonial" o valor justo destes instrumentos financeiros no momento do refinanciamento, transferindo-o para a demonstração de resultados consolidada no decorrer do novo financiamento.

Com data de 5 de julho de 2007, a concessionária Sociedad Aragonesa de Aguas Residuales, S.A.U. contratou um crédito com um limite de €23.000.000, com vencimento em 5 de dezembro de 2026. A concessionária dispôs de todo o crédito. Este financiamento incorre numa taxa de juros da Euribor, mais um diferencial. A despesa financeira em que este empréstimo incorreu nos exercícios de 2017 e de 2016 ascendeu a, aproximadamente, €121.000 e €166.000, respectivamente. O saldo pendente de amortização em 31 de dezembro de 2017 a longo e curto prazo ascende a 13,803 milhões de euros, aproximadamente (15,082 milhões em 31 de dezembro de 2016). Esta sociedade contratou um swap de taxa de juros de €17.250.000 para cobrir a possível variação ascendente das taxas de juros do crédito. Os vencimentos das liquidações dos juros coincidem com as liquidações dos juros do crédito.

Com data de 21 de julho de 2009, a concessionária Sociedad Aragonesa de Estaciones Depuradoras, S.A. contratou um crédito com um limite de €15.500.000 com vencimento em 31 de dezembro de 2026. A concessionária dispôs de todo o crédito. Este financiamento incorre numa taxa de juros da Euribor, mais um diferencial. A despesa financeira em que este empréstimo incorreu nos exercícios de 2017 e de 2016 ascendeu a, aproximadamente, €289.000 e €326.000, respectivamente. Esta sociedade contratou um swap de taxa de juros de €11.625.000 para cobrir a possível variação ascendente das taxas de juros do crédito. Os vencimentos das liquidações dos juros coincidem com as liquidações dos juros do crédito. O valor pendente de pagamento do crédito em 31 de dezembro de 2017 ascendia a €10.243.000 (€11.095.000 em 31 de dezembro de 2016).

Com data de 30 de dezembro de 2013 a sociedade Integração Maranhense T. de Energia, S.A. obteve um crédito no valor de R\$142.000.000, cujo último vencimento é o dia 15 de fevereiro de 2029. O referido empréstimo incorre numa taxa de juros resultante de acrescentar uma margem de 2,42% sobre a taxa de juros de Longo Prazo. Em 31 de dezembro de 2017, o valor disposto desse empréstimo, com vencimento no longo e curto prazo, é de €29.900.000 (Em 31 de dezembro de 2016, o valor disposto desse empréstimo é de €37.400.000).

Com data de 23 de dezembro de 2013, a concessionária Caiua T. Energía, S.A. obteve um crédito no valor de R\$84.600.000, cujo último vencimento é o dia 15 de fevereiro de 2028. O referido empréstimo incorre numa taxa de juros resultante de acrescentar uma margem de 1,97% sobre a taxa de juros de Longo Prazo. Em 31 de dezembro de 2017, o valor disposto desse empréstimo, com vencimento no longo e curto prazo, é de €18.300.000 (Em 31 de dezembro de 2016, o valor disposto desse empréstimo é de €22.800.000).

Durante o exercício de 2010 a sociedade LT Triângulo, S.A. passou a ser consolidada pelo método de consolidação global, já que o Grupo passou a deter a totalidade do seu capital social. Esta entidade obteve um empréstimo em regime de "Project Finance" de uma entidade financiadora com data de 7 de outubro de 2008 e último vencimento em 15 de julho de 2023 para o financiamento das infraestruturas de transmissão de energia elétrica objeto da concessão, o que incorre numa taxa de juros resultante de acrescentar uma margem de mercado sobre a taxa de juros variável no longo prazo do país (TJLP). Em 31 de dezembro de 2017, o valor pendente de pagamento deste empréstimo ascende a €39.800.000, aproximadamente (€53.200.000 em 2016).

No exercício de 2011, o Grupo Elecnor adquiriu 66% da Vila do Conde Transmissora de Energia, S.A., passando a consolidar essa sociedade pelo método de consolidação global. Com data de 19 de dezembro de 2006 o BNDES concedeu à Vila do Conde Transmissora de Energia, S.A. um crédito destinado ao financiamento da construção de linhas de transmissão de energia elétrica com vencimento em 15 de abril de 2019. Esse crédito é dividido em dois subcréditos: o subcrédito A incorre numa taxa de juros resultante de acrescentar uma margem de mercado sobre o custo médio ponderado da captação de moeda estrangeira pelo BNDES, e o subcrédito B incorre numa taxa de juros resultante de acrescentar uma margem de mercado sobre a taxa de juros variável no longo prazo do país. Em 31 de dezembro de 2017, o valor pendente de pagamento desse empréstimo, com vencimento no longo e curto prazo, ascende a €6.000.000, aproximadamente (€12.000.000, aproximadamente em 31 de dezembro de 2016).

Além disso, em 28 de dezembro de 2016 a sociedade Cantareira Transmissora de Energia, S.A. obteve um crédito no valor de R\$424,7 milhões de reais, cujo último vencimento é o dia 15 de fevereiro de 2029. Sobre o mencionado crédito incide uma taxa de juros resultante de acrescentar uma margem de 2,12% sobre a Taxa de Juros de Longo Prazo. Em 31 de dezembro de 2017 o valor disposto deste empréstimo, com vencimento a longo prazo, era de 115 milhões de euros (a 31 de dezembro de 2016 não havia nada disposto).

A devolução dos empréstimos à LT Triângulo, S.A. e à Vila do Conde Transmissora de Energia, S.A. está garantida por penhor sobre os direitos da concessão, garantia sobre a totalidade de ações, garantia sobre os direitos de crédito por prestação de serviços e aval bancário. Adicionalmente, as mencionadas sociedades controladas devem manter, durante a vigência do contrato de empréstimo, os seguintes quocientes financeiros:

- O índice de cobertura resultante de dividir o fluxo de caixa disponível entre os juros a pagar mais a amortização do principal deve ser igual ou superior a 1,3.
- Índice de capitalização (Patrimônio/Ativo Total) igual ou superior a 0,3.

Empréstimos sindicados parques eólicos-

No exercício de 2017 o Grupo obteve um financiamento para a renovação do parque eólico de Malpica por 11,95 milhões de euros. Esse financiamento, com vencimento mínimo de 7 anos, gera uma taxa de juros equivalente ao EURIBOR a seis meses mais uma margem de mercado. O coeficiente de cobertura anual do serviço da dívida principal deve ser, conforme consta das escrituras do empréstimo, superior a um determinado coeficiente durante toda a vida do empréstimo. A sociedade obriga-se a manter uma conta reserva para o serviço da dívida com um valor mínimo equivalente ao valor que alcance o serviço da dívida nos doze meses seguintes. Do mesmo modo, com o propósito reduzir o risco da taxa de juros, P.E.Malpica tem assinado um contrato swap de taxa de juros a uma taxa fixa de 0,755% que cobre 75% da dívida ativa. Por outro lado, com data de 28 de abril de 2017, Galicia Vento S.L. procedeu a cancelar antecipadamente a sua dívida bancária que, em 31 de dezembro de 2016, chegava a 14,418 milhões de euros.

No exercício de 2012, o Grupo obteve financiamento sindicado para a construção de um parque eólico em Quebec (Canadá) por C\$250.000.000, aproximadamente (Éoliennes de l'Érable Inc.). Esse financiamento, com vencimento em 2033, incorre numa taxa de juros indexada à cotação do bônus canadense. Para esse empréstimo sindicado em regime de "Project Finance", o quociente de cobertura anual do serviço da dívida principal deve ser, conforme consta das escrituras do empréstimo de financiamento, superior a um determinado coeficiente durante toda a vida do empréstimo. Durante 2014 foi transferido tanto o ativo quanto o passivo da Éoliennes de L'Érable Inc para a sociedade Éoliennes de L'Érable Sec, sendo transferido também este empréstimo.

Do mesmo modo, no exercício de 2015, a Éoliennes de L'Érable SEC obteve um financiamento sindicado no valor de 35 milhões de dólares canadenses. Sobre esse financiamento com vencimento em 2033 incide uma taxa de juros fixa. Para esse empréstimo, o RCSD deve ser superior a um determinado coeficiente durante toda a vida do empréstimo.

Conjuntamente, em 31 de dezembro de 2017, a Éoliennes de L'Érable SEC mantém uma dívida pendente de 160,1 milhões de euros (178,9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016).

Em 31 de dezembro de 2017, o resto das dívidas com instituições de crédito incluídas nesta epígrafe se refere, principalmente, aos saldos dos empréstimos sindicados que Ventos Do Sul Energia, S.A., S.L.U., Parques Eólicos Palmares, S.A., Ventos da Lagoa, S.A., Ventos do Litoral, S.A., e Ventos dos Índios S.A., assinaram e têm dispostos com diversas instituições financeiras nos valores de 34,048 milhões de euros, 28,658 milhões de euros, 27,42 milhões de euros, 26,91 milhões de euros e 31,327 milhões de euros, aproximada e respectivamente, em regime de "project finance" (54,203 milhões de euros, 35,531 milhões de euros, 33,803 milhões de euros, 33,078 milhões de euros e 38,094 milhões de euros, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016). Esses empréstimos foram recebidos para o financiamento da construção dos parques eólicos e de suas respectivas linhas de interconexão elétrica e subestações dos quais essas sociedades são titulares. O empréstimo sindicado recebido pela Ventos do Sul Energia, S.A., em reais brasileiros, tem um limite equivalente a R\$529.000.000 (Nota 20). Desde o dia 31 de dezembro de 2007, este empréstimo estava totalmente disponível. Igualmente, os empréstimos recebidos pela Parques Eólicos Palmares, S.A., Ventos da Lagoa, S.A., Ventos do Litoral, S.A. e Ventos dos Índios, S.A. têm uns limites de R\$153.653.000, R\$150.821.000, R\$141.250.000 e R\$134.573.000, sucessiva e respectivamente.

A amortização dos empréstimos sindicados se realizará em 144, 192, 192, 192 e 192 amortizações mensais nos empréstimos concedidos a Ventos Do Sul Energia, S.A., Parques Eólicos Palmares, S.A., Ventos do Litoral, S.A., Ventos do Lagoa, S.A. e Ventos dos Índios, S.A., respectivamente.

Para os empréstimos obtidos em reais, a taxa de juros aplicável é resultado da adição de uma margem de mercado sobre a taxa de juros variável a longo prazo do país ("TJLP"). Nestes empréstimos existe a obrigação de manter uns coeficientes de cobertura da dívida dentro de determinados limites, bem como depositar em uma conta reserva um valor monetário que cubra pelo menos três mensalidades de pagamento do capital e dos juros. Na opinião dos Administradores da Sociedade controladora não ocorreu nenhum problema em relação ao cumprimento dos contratos.

Em garantia do empréstimo de P.E. Malpica S.A. constituiu um direito real de penhor sobre as ações da respectiva sociedade controlada e, adicionalmente, sobre as indenizações, compensações e/ou sanções que possam ser geradas a favor da mesma, em relação aos contratos de execução de obra e de gestão da exploração e sobre todas as contas de tesouraria dessa sociedade. Em relação à Ventos do Sul Energia, S.A., à Parques Eólicos Palmares, S.A., à Ventos da Lagoa, S.A. e à Ventos do Litoral, S.A., Ventos dos Índios estas sociedades assinaram com as instituições financeiras uma garantia fiduciária sobre o imobilizado tangível.

Do mesmo modo, as sociedades controladas assumiram, em virtude desses empréstimos, diversas limitações à liberdade de alienação de suas imobilizações tangíveis e de distribuição de dividendos. Essas restrições estão sujeitas ao cumprimento de certas condições, como a manutenção do quociente de cobertura da dívida estipulado nas escrituras dos empréstimos de financiamento e da constituição da conta de reserva para o serviço da dívida (Nota 11).

Os Administradores consideram que todas as condições estabelecidas pelos empréstimos sindicados assinados estão sendo cumpridas, e que o financiamento em regime de "Project Finance" irá sendo atendido normalmente com as receitas geradas pela atividade de cada projeto.

Passivos financeiros por emissão de obrigações e outros valores negociáveis-promissórias-

A Elecnor, S.A. começou o exercício de 2017 com um saldo emitido em notas promissórias no Mercado Alternativo de Renda Fixa (MARF) de 73 milhões de euros. As novas emissões do exercício de 2017 somaram 662 milhões de euros e os vencimentos 635 milhões de euros, por isso o saldo vivo em 31 de dezembro de 2017 é de 100 milhões de euros (1.000 títulos de 100.000 euros de valor nominal unitário).

A Elecnor, S.A. começou o exercício de 2016 com um saldo emitido em notas promissórias no Mercado Alternativo de Renda Fixa (MARF) de 100 milhões de euros. As novas emissões do exercício do 2016 somaram 402 milhões de euros e os vencimentos 429 milhões de euros, pelo que o saldo vivo em 31 de dezembro de 2016 foi de 73 milhões de euros (730 títulos de 100.000 euros de valor nominal unitário).

Os programas de notas promissórias em vigor durante os exercícios de 2017 e 2016 contemplam um limite máximo de emissões vivas em cada momento de 250 milhões de euros e 200 milhões de euros, respectivamente.

Estas notas promissórias geraram no exercício de 2017 a título de juros 1,418 milhões de euros (1,293 milhões de euros no exercício de 2016), que o Grupo tem registrados na epígrafe "Despesas financeiras" da demonstração de resultados consolidada anexa.

Passivos financeiros por emissão de obrigações e outros valores negociáveis-fotovoltaicos-

Com data de 29 de dezembro de 2016, foi cancelado o Empréstimo Sindicado da Siberia Solar, S.L.U. cujo valor pendente de amortização em 31 de dezembro de 2015 ascendia a 24 milhões de euros aproximadamente, mediante a emissão de Bônus no valor de 41,6 milhões de euros. Sobre este financiamento incide uma taxa de juros fixo anual de 3,948%, com último vencimento em 30 de junho de 2038.

Em 31 de dezembro de 2017 o valor pendente de pagamento, com vencimento a longo e curto prazo, ascendeu a 38,7 milhões de euros, e gerou no exercício de 2017 a título de juros 1,677 milhões de euros, que o Grupo tem registrados na epígrafe "Despesas financeiras" da demonstração de resultados consolidada anexa.

Passivos financeiros por emissão de obrigações e outros valores negociáveis- concessões-

Em 11 de maio de 2017 o Grupo Elecnor formalizou a emissão de bônus de projeto destinada ao financiamento das linhas de transmissão no Chile, e que substitui o anterior financiamento bancário.

Esta emissão de bônus, no montante total de 593,9 milhões de dólares e com vencimento em 2047 (emissão a 30 anos), está composta de duas partes: uma parte em dólares americanos no valor de US\$379 milhões, a uma taxa de juros fixa anual de 5,2%, e uma parte local chilena em Unidades de Fomento (UF), no valor de UF 5.410.500 (aproximadamente US\$214 milhões), a uma taxa de juros fixa anual de 2,99%.

Os fundos provenientes desta emissão de bônus contam com a garantia dos projetos e foram destinados ao refinanciamento (cancelamento antecipado do financiamento existente) dos projetos de linhas de transmissão no Chile, e o restante, para outros fins corporativos da sociedade emissora ou de seus sócios. Em 31 de dezembro de 2016 o montante de dívidas com entidades de crédito associado a estes projetos ascendia a 324 milhões de euros.

Empréstimos com garantia pessoal

Durante o exercício de 2017 a Elecnor não contratou os novos empréstimos bancários com garantia pessoal.

Resto de financiamento

O Grupo Elecnor contratou, no exercício de 2007, um empréstimo com garantia hipotecária para a aquisição de um galpão industrial em Valência para desenvolver sua atividade de fabricação de módulos solares (Nota 9). O saldo pendente de vencimento desse empréstimo ascende a €7.208.000, aproximadamente, em 31 de dezembro de 2017 (€7.983.000 em 31 de dezembro de 2016).

Em 31 de dezembro de 2017, a Elecnor, S.A., incluindo a parte B do financiamento sindicado, mantém abertas com diferentes instituições 8 linhas de crédito com um limite máximo total de 311 milhões de euros (9 linhas de crédito com um limite máximo total de 396 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016). Sobre as linhas de crédito incide uma taxa de juros indexada ao EURIBOR/LIBOR acrescida de um diferencial de mercado, e a maioria vence em um ano, ou em até três anos com renovações tácitas anuais. O montante disposto a 31 de dezembro de 2017 das linhas de crédito ascende a 19 milhões de euros, sendo o limite de 111 milhões de euros sem incluir a parte B do financiamento sindicado.

Este financiamento bancário gerou juros no valor de 3,026 milhões de euros aproximadamente, que o Grupo tem registrados na epígrafe "Despesas financeiras" da demonstração de resultados consolidada anexa (2,236 milhões de euros aproximadamente em 2016).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Grupo Elecnor não tem dívidas com instituições de crédito indexadas a uma taxa de juros fixa por um valor significativo, salvo pelo efeito das operações de cobertura que são descritas na Nota 15.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Grupo Elecnor utiliza instrumentos financeiros derivativos para cobrir os riscos aos que estão expostas suas atividades, operações e fluxos de caixa futuros decorrentes das variações das taxas de câmbio e das taxas de juros, as quais afetam os resultados do Grupo. O detalhamento das composições dos saldos que registram a avaliação de derivativos das demonstrações da situação financeira consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é o seguinte:

Milhares de euros

	2017				2016			
	Ativo não circulante (Nota 11)	Ativo circulante	Passivo não circulante (Nota 14)	Passivo circulante (Nota 14)	Ativo não circulante (Nota 11)	Ativo circulante	Passivo não circulante (Nota 14)	Passivo circulante (Nota 14)
COBERTURA DE TAXA DE JUROS								
Cobertura de fluxos de caixa:								
Swaps de taxas de juros	1.036	-	9.077	1.140	523	-	28.920	1.256
COBERTURA DE TAXA DE CÂMBIO								
Cobertura de fluxos de caixa:								
Seguros de câmbio	-	4.031	-	-	-	458	-	4.565
	1.036	4.031	9.077	1.140	523	458	28.920	5.821

Taxa de câmbio-

O Grupo Elecnor utiliza instrumentos de cobertura da taxa de câmbio principalmente para suavizar o possível efeito negativo que as variações nas taxas de câmbio possam significar nos fluxos de caixa futuros correspondentes a dois tipos de transações:

- Pagamentos correspondentes a contratos de obra e fornecimento cuja moeda é diferente do euro.
- Cobranças correspondentes a contratos de obra cuja moeda é diferente do euro.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o valor nominal total objeto de cobertura da taxa de câmbio é o seguinte:

Moedas	31.12.2017	31.12.2016
Milhares de Dólares americanos	3.203	43.566
Milhares de dólares australianos	157.010	-
Milhares de pesos chilenos	12.660.875	-
Milhares de libras esterlinas	297	-
Milhares de euros	-	532

Do total de nominais cobertos em 31 de dezembro de 2017:

- 87,249 milhões de euros correspondem a seguros de vendas de dólares australianos para cobrir futuros fluxos de pagamentos a fornecedores em dólares americanos e euros (14,035 milhões de euros em 2016),
- 16,259 milhões de euros correspondem a compras de pesos chilenos contra dólares para cobrir o risco de pagamentos a fornecedores em pesos chilenos,
- 18,44 milhões de euros correspondem às vendas a prazo de dólares americanos para cobrir as cobranças nessa moeda,
- 5,508 milhões de euros correspondem a compras a prazo de dólares americanos para cobrir o risco de pagamento a fornecedores em um contrato na Jordânia,
- 332 mil euros correspondem à compra de libras esterlinas para cobrir o risco de mudança de pagamentos a fornecedores nessa moeda.

Do total de valores nominais cobertos em 31 de dezembro de 2016, 14,035 milhões de euros correspondem a seguros de compras de dólares americanos para cobrir futuros fluxos de pagamento nessa moeda, e 31,766 milhões de euros correspondem a seguros de venda de dólares para cobrir fluxos futuros de cobranças nessa moeda.

O valor da contrapartida em euros do valor nominal objeto de cobertura da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2017 ascende a €47.799.000, aproximadamente (€46.333.000 aproximadamente em 2016).

Está previsto que o vencimento destes seguros de câmbio coincida com a corrente real de pagamentos e cobranças que estão cobrindo, sendo o risco de variações nos fluxos de caixa esperados muito baixos, já que existem contratos assinados que mostram o calendário de pagamentos e de cobranças correspondente.

Taxa de juros-

O Grupo Elecnor realiza operações de cobertura de taxa de juros de acordo com sua política de gestão de riscos. Essas operações visam suavizar o efeito que a variação nas taxas de juros pode ter sobre os fluxos de caixa futuros de determinados créditos e empréstimos indexados a uma taxa de juros variável, associados ao financiamento corporativo da Sociedade controladora e aos financiamentos dos projetos. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o valor nominal total dos passivos objeto de cobertura de taxa de juros é de €324.621.000 e €548.077.000, respectivamente.

A seguir é mostrado o detalhamento dos vencimentos dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

31/12/2017						
Milhares de euros						
Vencimento						
	2018	2019	2020	2021	2022 e seguintes	Total
Cobertura de taxa de câmbio:						
Venda de CAD (*)	134.367	-	-	-	-	134.367
Venda de USD (*)	20.396	-	-	-	-	20.396
Compras de GBP (*)	177	120	-	-	-	297
Compra de pesos chilenos (*)	10.706.825	1.954.050	-	-	-	12.660.875
Cobertura de taxas de juros	850	770	690	250	1.107	3.667
Cross currency swap:						
Fluxo em GBP (*)	4.500	-	-	-	-	4.500
Fluxo em USD (*)	42.500	-	-	-	-	42.500

(*) Dados expressos na moeda estrangeira correspondente.

31/12/2016						
Milhares de euros						
Vencimento						
	2017	2018	2019	2020	2021 e seguintes	Total
Cobertura de taxa de câmbio:						
Venda de USD (*)	(17.075)	(11.284)	(1.857)	-	-	(30.216)
Compra de USD (*)	13.350	-	-	-	-	13.350
Compra de EUR (*)	532	-	-	-	-	532
Cobertura de taxas de juros	(8.775)	(6.018)	(5.315)	(4.648)	(7.768)	(32.524)
Cross currency swap:						
Fluxo em GBP (*)	7.100	-	-	-	-	7.100
Fluxo em AUD (*)	24.100	-	-	-	-	24.100
Fluxo em USD (*)	(56.328)	-	-	-	-	(56.328)

(*) Dados expressos na moeda estrangeira correspondente.

O vencimento dos valores nominais dos diferentes instrumentos financeiros derivativos acima descritos, sem incluir os de cobertura de taxa de câmbio, é o seguinte:

31/12/2017

Milhares de euros

Vencimento						
	2018	2019	2020	2021	2022 e seguintes	Total
Cobertura de taxas de juros	2.077	37.028	46.852	81.951	156.713	324.621

31/12/2016

Milhares de euros

Vencimento						
	2017	2018	2019	2020	2021 e seguintes	Total
Cobertura de taxas de juros	28.372	39.533	60.415	90.911	328.846	548.077

Os swaps de taxas de juros têm o mesmo valor nominal, ou inferior, que os principais vivos dos empréstimos cobertos e o mesmo vencimento que as datas de liquidações de juros dos empréstimos que estão cobrindo.

Em relação às coberturas de taxas de câmbio quanto às taxas de juros, nos exercícios de 2017 e de 2016 não ocorreu nenhuma circunstância que exija a modificação da política de contabilidade de coberturas, inicialmente adotada, na hora de contabilizar os derivativos. Durante os exercícios de 2017 e 2016 o Grupo Elecnor não manteve derivativos que não cumpram as condições para serem considerados cobertura contábil.

Avaliação-

O valor de mercado dos diferentes instrumentos financeiros é calculado através dos seguintes procedimentos:

- O valor de mercado dos derivativos cotados num mercado organizado é a sua cotação no encerramento do exercício.
- No caso dos derivativos não negociáveis em mercados organizados o Grupo Elecnor utiliza, para avaliá-los, as avaliações enviadas pelas instituições financeiras, bem como as hipóteses baseadas nas condições de mercado na data de encerramento do exercício. Mais especificamente, o valor de mercado dos swaps de taxa de juros é calculado através da atualização pela taxa de juros de mercado da diferença de taxas do swap, enquanto o valor de mercado dos contratos de taxa de câmbio no futuro é determinado descontando os fluxos futuros estimados utilizando as taxas de câmbio futuras existentes no encerramento do exercício.

Este procedimento também é utilizado para avaliar o mercado dos empréstimos e créditos existentes devido às operações de permuta financeira denominadas "cross currency swaps", mediante as quais o Grupo e o banco se intercambiam as correntes de um empréstimo expresso em euros, pelas correntes de outro empréstimo expresso em dólares (canadenses/americanos), liquidando-se a diferença que resultar no vencimento. No encerramento do exercício, o Grupo converte o empréstimo em dólares (mais os juros incorridos) à taxa de câmbio de encerramento e o compara com o empréstimo em euros (mais os juros incorridos), registrando o valor líquido (a diferença) nas rubricas "Outros ativos circulantes", "Ativos financeiros não circulantes" ou "Dívida financeira", dependendo do saldo devedor ou credor e de seu vencimento, sendo gerado como contrapartida uma receita ou uma despesa por diferenças de câmbio.

As principais características dos "cross currency swaps" em vigor em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são as seguintes:

Milhares de euros

	2017	2016
Valor Nominal em Moeda Estrangeira (USD)	42.500	(56.328)
Valor Nominal em Moeda Estrangeira (GBP)	4.500	7.100
Valor Nominal em Moeda Estrangeira (AUD)	-	24.100
Contravalor em euros	41.098	(28.637)
Valor justo no encerramento do exercício	291	309

Os contratos em vigor em 31 de dezembro de 2017 tinham a data de início estabelecida nos dias 28, 29 e 30 de dezembro de 2017, sendo sua data de vencimento, em todos os casos, em janeiro de 2018.

Os contratos em vigor em 31 de dezembro de 2016 tinham a data de início estabelecida nos dias 28, 29 e 30 de dezembro de 2016, sendo sua data de vencimento, em todos os casos, em janeiro de 2017.

Esses instrumentos financeiros não foram designados como de cobertura, de forma que o Grupo registra, no encerramento de cada exercício, a variação em seus valores justos diretamente na conta de resultados consolidada correspondente.

16. PROVISÕES

O detalhamento de provisões para riscos e gastos e sua classificação entre circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é o seguinte

Milhares de euros				
	2017		2016	
	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante
Litígios e responsabilidades	9.778	24.831	13.204	20.694
Desmontagem	4.985	-	4.966	-
Outros	473	20.041	549	5.927
TOTAL	15.236	44.872	18.719	26.621

O movimento e composição das epígrafes "Provisões para riscos e despesas" da demonstração da situação financeira consolidada durante os exercícios de 2017 e 2016 é o seguinte:

Milhares de euros				
	Litígios e responsabilidades	Desmontagem	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	26.605	4.989	7.858	39.452
Dotações com débito nas perdas e ganhos (Nota 21)	5.450	-	876	6.326
Reclassificação	4.989	-	-	4.989
Diferenças de conversão	193	(23)	-	170
Pagamento	(1.472)	-	(1.118)	(2.590)
Reversões com crédito nas perdas e ganhos (Nota 21)	(1.465)	-	(1.140)	(2.605)
Outros	(402)	-	-	(402)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	33.898	4.966	6.476	45.340
Dotações com débito nas perdas e ganhos (Nota 21)	6.427	350	12.955	19.732
Reclassificação	(59)	-	2.892	2.833
Diferenças de conversão	(1.200)	(331)	(31)	(1.562)
Pagamento	(3.057)	-	(1.734)	(4.791)
Reversões com crédito nas perdas e ganhos (Nota 21)	(1.400)	-	(44)	(1.444)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	34.609	4.985	20.514	60.108

O Grupo realiza uma estimativa da avaliação dos passivos gerados por litígios e semelhantes. Com exceção de determinados passivos nos que se pode estimar que a saída dos fluxos será a curto prazo, o Grupo não pode estimar com confiabilidade o momento exato da saída dos fluxos, e, portanto, não inclui nos mesmos efeito de atualização.

O Grupo, por suas atividades, se encontra exposto a numerosas reclamações e litígios. A rubrica "Provisões para litígios e responsabilidades" do quadro anterior inclui a melhor estimativa do Grupo sobre possíveis penalidades e outras contingências em relação à execução de diferentes projetos desenvolvidos, principalmente, no exterior. Os Administradores estimaram que a provisão dotada cobre de forma razoável os prováveis desembolsos que ocorrerão no futuro decorrentes de fatos passados.

Em 31 de maio de 2017 a CNMC notificou a Sociedade controladora sobre a abertura, junto com outras 15 empresas, de um processo sancionador por uma possível infração no âmbito da construção e manutenção de sistemas de eletrificação e de equipamentos eletromecânicos em linhas ferroviárias. Este processo se encontra atualmente em fase de investigação. Nestas circunstâncias e com a informação disponível até a data de formulação destas demonstrações financeiras consolidadas, os Administradores da Sociedade controladora não podem estimar com confiabilidade o valor da sanção hipotética, e, portanto, não reconheceram nenhuma provisão a esse respeito. Mas em todo caso, consideram que este fato não teria um impacto significativo sobre o patrimônio do Grupo.

17. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES E FATURAMENTO ANTECIPADO

A composição desses itens incluídos na rubrica "Credores comerciais e outras contas a pagar" da demonstração da situação financeira consolidada anexa é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2017	2016
Faturamento antecipado (Nota 3.v)	332.313	468.496
Adiantamento de clientes	39.129	115.429
	371.442	583.925

O faturamento antecipado é composto pelas faturas emitidas por conta, de acordo com as condições temporárias estipuladas nos contratos de obra atualmente em andamento.

Os adiantamentos de clientes se referem, basicamente, aos valores pagos por antecipado pelos clientes antes de ser iniciada a execução dos respectivos contratos. Esses adiantamentos vão sendo descontados do faturamento efetuado durante a prossecução desses contratos.

18. IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS E PASSIVOS NO LONGO PRAZO

O movimento e a composição das rubricas "Impostos diferidos ativos" e "Impostos diferidos passivos" da demonstração da situação financeira consolidada anexa durante os exercícios de 2017 e de 2016 são os seguintes:

	31/12/2015	Transferências	Crédito/ débito na conta de resultados	Crédito/ débito na reserva de avaliação de ativos e passivos	Diferenças de conversão	Baixas do perímetro	31/12/2016	Transferências	Crédito/ débito na conta de resultados	Crédito/ débito na reserva de avaliação de ativos e passivos	Diferenças de conversão	31/12/2017
Impostos diferidos ativos:												
Avaliação de instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	11.347	-	(2.652)	554	154	-	9.403	25	(5.236)	(1.497)	(291)	2.404
imobilizado tangível/intangível	11.791	1.233	(2.768)	-	4	(541)	9.719	(37)	(1.270)	-	6	8.418
Créditos fiscais	11.549	(1.037)	11.465	-	1.141	-	23.118	2.726	(1.517)	-	(1.703)	22.624
Deduções e bonificações pendentes de aplicar	4.015	1.208	207	-	193	(160)	5.463	432	1.132	-	(301)	6.726
Perdas sucursais exterior	8.831	-	(466)	-	-	-	8.365	-	(8.029)	-	-	336
Provisões não dedutíveis (Nota 16)	15.403	502	6.932	-	541	-	23.378	(450)	10.493	-	(874)	32.547
Outros impostos diferidos ativos	17.497	(549)	103	-	2.670	(740)	18.981	(2.803)	18.319	-	(1.352)	33.145
	80.433	1.357	12.821	554	4.703	(1.441)	98.427	(107)	13.892	(1.497)	(4.515)	106.200
Impostos diferidos passivos:												
Imobilizado tangível/intangível	20.280	2.576	9.863	-	2.482	-	35.201	(25)	167	-	(2.253)	33.090
Fundo de comércio	3.304	-	(1.060)	-	-	-	2.244	-	301	-	-	2.545
Avaliação de instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	2.691	-	-	(2.542)	-	-	149	-	-	1.035	(47)	1.137
Operação de alienação da Enerfin Enervento, S.A.	6.796	-	(1.133)	-	-	-	5.663	-	-	-	-	5.663
Dedução prêmio de emissão	2.374	-	-	-	-	-	2.374	-	-	-	-	2.374
Outros impostos diferidos passivos	31.516	(1.392)	3.804	-	7.825	-	41.753	25	6.885	-	(5.722)	42.941
	66.961	1.184	11.474	(2.542)	10.307	-	87.384	-	7.353	1.035	(8.022)	87.750

Os ativos e passivos por impostos diferidos cujo prazo de realização ou de reversão for inferior a 12 meses são pouco significativos.

Os capítulos “Impostos diferidos ativos – Imobilizado tangível/intangível” e “Impostos diferidos passivos – Imobilizado tangível/intangível” do quadro anterior incluem, principalmente, as diferenças temporárias surgidas como consequência das diferenças entre o valor contábil e fiscal de diferentes elementos do imobilizado tangível e do ativo intangível, bem como as diferenças temporárias derivadas das diferenças entre a amortização contábil e fiscal destes elementos do ativo não corrente (Notas 8 e 9).

Os capítulos “Impostos diferidos ativos – Créditos fiscais” e “Impostos diferidos ativos – Deduções e bonificações pendentes de aplicar” do quadro anterior incluem, respectivamente, os créditos fiscais por bases tributáveis negativas e deduções pendentes de compensação por parte de diversas sociedades do Grupo que foram ativados por serem considerados pelos Administradores da Sociedade controladora recuperáveis com as receitas previstas que serão obtidas pelas mesmas nos próximos exercícios.

O capítulo “Impostos diferidos ativos – Provisões não dedutíveis” do quadro anterior inclui, principalmente, o impacto fiscal dos ajustes ao resultado contábil como consequência de diferentes provisões que não se consideraram dedutíveis no momento do seu registro contábil (Notas 12.a e 16).

Os capítulos “Impostos diferidos ativos – Outros impostos diferidos ativos” e “Impostos diferidos passivos – Outros impostos diferidos passivos” do quadro anterior incluem, principalmente, o impacto fiscal de diferentes receitas e despesas cujo efeito fiscal não coincide com o momento de seu registro contábil, bem como as diferenças temporárias surgidas como consequência das diferenças entre o valor contábil e fiscal de determinados ativos, principalmente ativos financeiros (Nota 11). Do mesmo modo, no exercício de 2017 se incluiu neste capítulo o ativo por imposto diferido correspondente ao ajuste pelo efeito da correção de receitas com relação a uma obra em andamento na Venezuela, de acordo com os critérios descritos na Nota 12.

O capítulo "Impostos diferidos passivos – Operação de alienação da Enerfín Enervento, S.A." do quadro anterior corresponde ao impacto fiscal da mais-valia obtida apenas em nível consolidado pelo Grupo em virtude do aumento de capital com prêmio de emissão da mesma assinada por um terceiro em 2005.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os créditos fiscais por bases tributáveis negativas ativadas, bem como os ativos e passivos por impostos diferidos por entidades/subgrupos são detalhados a seguir:

2017

Milhares de euros			
	Créditos fiscais	Ativo por imposto diferido	Passivo por imposto diferido
Elecnor, S.A.	1.641	40.830	3.714
Aplicaciones Técnicas de la Energía, S.A.	3.476	4.671	-
Subgrupo Celeo	2.280	18.959	58.713
Subgrupo Enerfín	7.282	18.228	20.512
Audeca	-	139	3.697
Elecnor do Brasil	3.374	5.644	-
IQA	-	698	-
Elecnor Chile	4.152	13.243	-
Resto	419	3.788	1.115
TOTAL	22.624	106.200	87.750

2016

Milhares de euros			
	Créditos fiscais	Ativo por imposto diferido	Passivo por imposto diferido
Elecnor, S.A.	-	23.737	3.889
Aplicaciones Técnicas de la Energía, S.A.	4.170	5.490	-
Subgrupo Celeo	10.527	31.884	56.203
Subgrupo Enerfín	3.498	16.922	22.751
Audeca	-	186	4.190
Elecnor do Brasil	3.300	3.300	-
IQA	960	1.064	-
Elecnor Chile	-	8.151	-
Resto	663	7.693	351
TOTAL	23.118	98.427	87.384

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhamento das bases tributáveis negativas em milhares de euros não ativadas das entidades/grupos fiscais mais significativos, bem como a sua data de validade, é como segue:

	Bases tributáveis negativas a compensar não ativadas	Ano de validade
Celeo Redes	3.964	sem vencimento
Celeo Concesiones	2.643	sem vencimento
Atersa	3.381	sem vencimento
Elecnor do Brasil	9.922	sem vencimento
Montelecnor	16.703	2020 - 2021
Elecnor Argentina	4.637	2019 - 2021
Belco	-	-
IQA	6.150	sem vencimento
Elecnor, INC	33.349	sem vencimento
80.749		

A partir do presente exercício a sociedade filial Belco consolida-se com a Elecnor Inc para fins fiscais.

	Bases tributáveis negativas a compensar não ativadas	Ano de validade
Celeo Redes	3.681	sem vencimento
Celeo Concesiones	1.158	sem vencimento
Atersa	1.218	sem vencimento
Elecnor do Brasil	13.067	sem vencimento
Montelecnor	16.704	2020 - 2021
Elecnor Argentina	4.637	2019 - 2021
Belco	7.950	sem vencimento
IQA	3.496	sem vencimento
Elecnor, INC	29.524	sem vencimento
81.435		

19. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A composição das rubricas "Ativo corrente – Administrações Públicas devedoras" e "Fazenda Nacional, devedora por Imposto sobre Sociedades" e "Outras dívidas – Administrações Públicas credoras" e "Fazenda Nacional, credora por Imposto sobre Sociedades" do ativo e do passivo, respectivamente, da demonstração da situação financeira consolidada em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são as seguintes:

	2017	2016
Administração Pública, devedora-		
Fazenda Nacional, devedora por IVA	30.769	21.349
Fazenda Nacional, devedora por IRPF	187	-
Fazenda Nacional, retenções e pagamentos por conta	5.522	10.489
Fazenda Nacional, devedora por Imposto sobre Sociedades	13.626	7.314
Fazenda Nacional, devedora por diversos itens (*)	16.970	21.993
Organismos da Seguridade Social, devedores	7.606	5.272
Subvenções	13	-
Total	74.693	66.417
Administração Pública, credora-		
Fazenda Nacional, credora por IVA	32.371	22.425
Fazenda Nacional, credora por retenções efetuadas	9.315	11.563
Fazenda Nacional, credora por Imposto sobre Sociedades	19.076	26.716
Fazenda Nacional, credora por outros itens (*)	11.476	15.690
Organismos da Seguridade Social, credores	10.224	11.739
Outros	23	-
Total	82.485	88.133

(*) Principalmente provenientes das UTEs e das filiais exteriores.

No encerramento do exercício de 2017, as Sociedade do Grupo têm abertos para inspeção os exercícios desde 2013 para todos os impostos aos quais está sujeita, salvo o imposto sobre sociedades que tem aberto desde o exercício de 2012. Como consequência das diferentes interpretações que possam ser feitas à norma fiscal em vigor, poderiam existir determinados passivos de carácter contingente que não são susceptíveis de quantificação objetiva. Não obstante, os Administradores da Sociedade controladora consideram que foram feitas adequadamente as liquidações dos referidos impostos, pelo que, mesmo em caso de surgirem discrepância na interpretação da regulamentação em vigor pelo tratamento fiscal concedido às operações, os eventuais passivos resultantes, em caso de se materializar, não afetariam de modo significativa as demonstrações financeiras consolidadas em anexo (nota 16).

Atualmente a Sociedade controladora se encontra imersa num processo de inspeção fiscal que abrange os exercícios de 2011 a 2013 em relação ao imposto de sociedade, e de 2012 a 2014 para os restantes impostos.

O quadro que é apresentado a seguir estabelece a determinação da despesa gerada pelo Imposto sobre Sociedades nos exercícios de 2017 e de 2016, que é a seguinte:

	2017	2016
Resultado consolidado antes de impostos	131.349	129.309
Despesas não dedutíveis	8.473	6.196
Receitas não computáveis (**)	(78.677)	(5.996)
Resultado líquido de sociedades integradas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 10)	(587)	(2.210)
Outros	585	(566)
Reserva de capitalização	-	(1.397)
Créditos fiscais não ativados aplicados	(6.364)	(5.223)
Bases tributáveis negativas não ativadas (***)	33.381	34.502
Resultado contábil ajustado	88.160	154.615
Imposto bruto calculado pela taxa tributária em vigor em cada país (*)	31.167	44.582
Deduções da quota por incentivos fiscais e outras	(728)	(1.162)
Regularização da despesa por Imposto sobre Sociedades do exercício anterior	(523)	(1.685)
Ativação bases tributáveis de exercícios anteriores	(2.204)	-
Efeito mudança alíquota em impostos diferidos	(1.897)	-
Depreciação de créditos fiscais ativados nos exercícios anteriores	8.532	-
Outros ajustes	1.157	1.838
Despesa gerada por Impostos sobre os ganhos	35.504	43.573

(*) As diferentes sociedades estrangeiras controladas consolidadas pelo método de consolidação global calculam a despesa por Imposto sobre Sociedades, bem como as quotas resultantes dos diferentes impostos que lhe são aplicáveis, em conformidade com suas correspondentes legislações, e de acordo com as taxas tributáveis em vigor em cada país.

(**) As receitas não computáveis relativas ao exercício de 2017 e 2016 incluem os ajustes ao resultado contábil por receitas por alienação de participações financeiras que são isentas de tributação (Notas 2.f e 13), bem como pelos resultados de sucursais.

(***) Corresponde em 2017 principalmente às Sociedades Belco Elecnor Electric, INC pelo valor de 4,5 milhões de euros, IQA pelo valor de 2,8 milhões de euros, Celeo Redes Brasil, S.A. pelo valor de 6 milhões de euros e Elecnor Perú pelo valor de 10 milhões de euros (Belco Elecnor Electric, INC pelo valor de 7,6 milhões de euros, Monelecnor, S.A. pelo valor de 9,7 milhões de euros, Celeo Redes Chile, S.A. pelo valor de 5 milhões de euros e Elecnor do Brasil, LTDA pelo valor de 5,3 milhões de euros em 2016).

A Lei 27/2014, de 27 de novembro de 2014, do Imposto sobre Sociedades, aprovada em 28 de novembro de 2014 e que significa uma completa revisão da anterior norma reguladora do referido Imposto, entrou em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015. Entre as numerosas alterações normativas introduzidas pela mencionada norma nova, destaca-se a não dedutibilidade fiscal das perdas por deterioração de carteira e a isenção para evitar a dupla tributação sobre dividendos e rendas derivadas da transmissão de valores representativos dos fundos próprios de entidades residentes e não residentes em território espanhol, bem como a alteração da taxa tributária, que passou a ser de 28% para 2015 e de 25% para 2016 e seguintes.

A seguir são detalhados os principais componentes da despesa incorrida por Impostos sobre os ganhos nos exercícios de 2017 e de 2016:

	2017	2016
Imposto corrente		
Do exercício	41.410	44.767
Ajustes de exercícios anteriores	(523)	(1.685)
Outros ajustes	1.157	1.838
Imposto diferido		
Valor da despesa (receita) por impostos diferidos relacionado com o nascimento e a reversão de diferenças temporárias	(6.539)	(1.347)
DESPESA GERADA POR IMPOSTOS SOBRE OS GANHOS	35.505	43.573

Do mesmo modo, a seguir é detalhada a quantia e a data de validade das diferenças temporárias dedutíveis, perdas ou créditos fiscais para os quais não foram reconhecidos ativos por impostos diferidos na demonstração de resultados consolidada em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (em milhares de euros):

Bases tributáveis negativas a compensar

Ano de validade	31/12/2017
2019	1.914
2020	8.273
2021	11.153
2022	830
2023	213
2026	142
Sem vencimento	65.134
Total	87.659

Bases tributáveis negativas a compensar

Ano de validade	31/12/2016
2019	1.914
2020	8.273
2021	11.153
2022	1.405
2023	216
Sem vencimento	61.332
Total	84.293

Créditos fiscais por deduções e outros itens a aplicar

Ano de validade	31/12/2017
2018	141
2027	622
2028	890
2029	451
2030	124
2031	141
Sem vencimento	2.146
Total	4.515

Créditos fiscais por deduções e outros itens a aplicar

Ano de validade	31/12/2016
2018	141
2027	626
2028	890
2029	451
2030	124
2031	141
2033	117
2034	109
Sem vencimento	399
Total	2.998

As bases tributáveis negativas a compensar e os créditos fiscais por deduções e outros itens a aplicar acima descritos foram gerados por diferentes sociedades pertencentes ao Grupo Elecnor e a sua recuperabilidade futura está condicionada à obtenção de bases tributáveis positivas suficientes por parte das próprias sociedades que os geraram.

Como consequência das diferentes interpretações que possam ser feitas à norma fiscal em vigor, poderiam existir determinados passivos de carácter contingente que não são susceptíveis de quantificação objetiva. No entanto, segundo a opinião dos Administradores da Sociedade controladora, a possibilidade de que em futuras inspeções sejam materializados esses passivos contingentes nas sociedades do Grupo é remota, e, em qualquer caso, a dívida tributária que pudesse derivar deles não afetaria significativamente as demonstrações financeiras do Grupo Elecnor.

20. GARANTIAS COMPROMETIDAS COM TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o risco por avais recebidos e fianças de licitação, boa execução ou garantia de obras, correspondentes, principalmente, à Sociedade controladora, e o seu detalhamento, é o seguinte:

Milhares de euros		
	2017	2016
De execução de obras	596.037	602.268
De adiantamentos de contratos:		
Em vigor	196.839	174.599
Pendentes de cancelar	67.304	16.782
Em garantia de obras	329.450	354.230
De licitação de obras	60.356	64.947
Outros	71.325	57.380
TOTAL	1.321.311	1.270.206

Em 31 de dezembro de 2017 a Sociedade controladora tem avais prestados no valor de 64 milhões de euros ao cliente Bungala em duas linhas diferentes, estes são os montantes mais relevantes entre os avais restantes (92 milhões de euros para cliente EDC Electricidad Caracas a título de garantia de execução de obra e adiantamento de contratos em 31 de dezembro de 2016).

O montante de avais restante e de avais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é composto por numerosos avais de valor pouco significativo de modo individual, relacionados, todos eles, com a atividade normal do Grupo.

Os Administradores da Sociedade controladora estimam que os passivos que possam ser originados pelos avais prestados, se houver, não significariam perdas significativas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

21. RECEITAS E DESPESAS

Valor líquido do volume de negócios-

O detalhamento deste saldo das demonstrações dos resultados consolidadas dos exercícios de 2017 e de 2016 é o seguinte:

Milhares de euros

	2017	2016
Contratos de construção e prestação de serviços	2.172.046	1.866.515
Venda de bens e energia	144.740	168.621
Total	2.316.786	2.035.136

Aprovisionamentos-

O detalhamento deste saldo das demonstrações dos resultados consolidadas dos exercícios de 2017 e de 2016 é o seguinte:

Milhares de euros

	2017	2016
Compras de matérias-primas e outros provisionamentos	1.146.002	1.037.551
Variação de estoques comerciais, matérias-primas e outros estoques	2.652	1.230
Total	1.148.654	1.038.781

Outras despesas operacionais-

O detalhamento deste saldo das demonstrações dos resultados consolidadas dos exercícios de 2017 e de 2016 é o seguinte:

Milhares de euros

	2017	2016
Arrendamentos	57.412	53.293
Reparação e conservação	27.918	25.915
Serviços profissionais independentes	82.953	77.002
Transportes	16.585	15.395
Prêmios de seguro	10.014	9.296
Serviços bancários	9.112	8.458
Publicidade e propaganda	1.815	1.685
Fornecimentos	35.908	33.332
Tributos	39.487	40.933
Outras despesas	75.384	69.390
Total	356.588	334.699

Despesas com pessoal-

O detalhamento deste saldo das demonstrações dos resultados consolidadas dos exercícios de 2017 e de 2016 é o seguinte:

Milhares de euros

	2017	2016
Salários e ordenados	468.040	420.905
Indenizações	12.276	2.831
Seguridade Social a cargo da empresa	92.828	84.414
Outras despesas sociais	46.910	43.195
Total	620.054	551.345

Em 31 de dezembro de 2017 está pendente de pagamento o valor de 7,831 milhões de euros do montante anterior de indenizações (1,526 milhões de euros em 2016).

Além disso, em 31 de dezembro de 2017, a epígrafe de "Outros passivos não circulantes" inclui um valor aproximado de 21 milhões de euros, correspondente a remunerações pendentes de pagamento (25 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016).

O número médio de pessoas empregadas no decorrer dos exercícios de 2017 e de 2016, distribuído por categorias e sem incluir os negócios conjuntos, foi o seguinte:

Categorias	Número médio de funcionários	
	2017	2016
Diretoria	26	29
Área Técnica	3.838	3.198
Área de Administração	1.483	1.497
Chefias intermédias	1.135	1.091
Oficiais	5.497	5.090
Especialistas	954	1.034
Serventes	923	828
Subalternos	239	310
Total	14.095	13.077

Do quadro de funcionários médio do Grupo durante 2017 e 2016, 6.219 e 5.646 pessoas, respectivamente, possuíam contratos de caráter eventual.

Do mesmo modo, a distribuição por sexos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, detalhada por categorias e sem incluir os negócios conjuntos, é a seguinte:

Categorias	31/12/2017		31/12/2016	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Diretoria	24	2	25	2
Área Técnica	3.075	529	2.990	493
Área de Administração	611	841	631	850
Chefias intermédias	1.057	102	1.055	39
Oficiais	5.095	67	5.100	78
Especialistas	740	27	983	24
Serventes	775	38	811	28
Subalternos	115	46	242	54
Total	11.492	1.652	11.837	1.568

O número médio de pessoas empregadas pela Sociedade controladora, com deficiência maior ou igual a 33%, detalhado por categorias, é o seguinte:

Categorias	2017	2016
Área Técnica	11	9
Área de Administração	7	8
Especialistas	-	2
Chefias intermédias	3	4
Oficiais	17	14
Serventes	1	1
Subalternos	1	-
Total	40	38

A Elecnor, S.A. fechou o exercício de 2017 com um quadro de funcionários de 7.347 pessoas na Espanha, das quais 40 são portadoras de deficiência, o que significa um 0,54% do quadro de funcionários na Espanha. Elecnor, S.A., tem concedida a excepcionalidade através de medidas alternativas. As compras realizadas no Centro Especial de Emprego e certificadas durante o exercício de 2017 ascenderam a €2.189.000, o que equivaleria a uma contratação adicional de 8,42% do quadro de funcionários com deficiência. Com tudo isso, seria um total de 9,34%, superando assim a quota de cumprimento obrigatório (2%).

Amortizações e provisões-

O detalhamento deste saldo das demonstrações dos resultados consolidadas dos exercícios de 2017 e de 2016 é o seguinte:

Milhares de euros

	2017	2016
Dotações para amortizações de imobilizado tangível (Nota 9)	61.083	70.089
Dotações para amortizações de ativos intangíveis (Nota 8)	6.032	5.925
Variação de provisões para riscos e despesas (Nota 16)	18.288	3.721
Variação de deteriorações de contas a receber (Nota 12)	4.571	(4.697)
Deterioração fundo de comércio (Nota 7)	2.899	591
Variação de outras provisões	1.002	1.955
Total	93.875	77.584

Receias financeiras-

O detalhamento deste saldo das demonstrações dos resultados consolidadas dos exercícios de 2017 e de 2016 é o seguinte:

Milhares de euros

	2017	2016
Receitas de outros valores negociáveis e créditos com terceiros	14.741	7.090
Outras receitas financeiras e receitas semelhantes (Notas 11 e 12)	65.851	60.766
Total	80.592	67.856

Durante o exercício de 2017 foi capitalizado um valor de €11.7.000.000 (€6.000.0000 em 2016) a título de juros, sendo a taxa de capitalização de 6% aproximadamente em ambos os exercícios.

Despesas financeiras-

O detalhamento deste saldo das contas de resultados consolidadas dos exercícios de 2017 e de 2016 é o seguinte:

Milhares de euros

	2017	2016
Despesas financeiras de emissão de obrigações e outros valores negociáveis	19.565	1.293
Despesas financeiras com instituições de crédito (*)	68.051	94.536
Outras despesas financeiras	3.815	4.882
	91.431	100.711

(*) Derivados principalmente dos "Project finance" dos parques eólicos e fotovoltaicos, das sociedades concessionárias, dos empréstimos sindicados da Elecnor, S.A. e dos Swaps de taxa de juros (IRS) (Notas 14 e 15).

As despesas financeiras se referem, quase totalmente, com a aplicação do método da taxa de juros efetiva aos passivos financeiros na categoria de empréstimos e contas a pagar.

22. INTERESSES EM NEGÓCIOS CONJUNTOS

No exercício de 2017 e de 2016 o balanço e a demonstração dos resultados das Uniões Temporárias de Empresas, nas quais participam a Elecnor, S.A. ou suas sociedades controladas, são incorporados pelo método de consolidação proporcional nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, de acordo com o disposto na NIC 31.

A relação das Uniões Temporárias de Empresas (UTE), a percentagem de participação do Grupo, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, bem como o valor da obra executada em 2017 e em 2016 e a carteira de encomendas no encerramento, são incluídos no Anexo II destas demonstrações financeiras consolidadas.

A contribuição dos negócios conjuntos para as diferentes epígrafes da demonstração da situação financeira e da demonstração de resultados (consolidadas) em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 anexas foi a seguinte:

ATIVO	Milhares de euros		PASSIVO	Milhares de euros	
	2017	2016		2017	2016
Imobilizado intangível	35	1	Resultado exercício	24.287	12.317
Imobilizado tangível	3.219	1.974	Dívidas com instituições de crédito	-	4.019
Imobilizado financeiro	28	28	Credores no longo prazo	7.459	4.055
Inventários	7.264	14.028	Credores e dívidas no		
Devedores	105.111	136.935	curto prazo	143.519	188.568
Investimentos financeiros temporários	3.018	10.241			
Tesouraria	53.210	41.304			
Ajustes por periodização	3.380	4.448			
TOTAL	175.265	208.959	TOTAL	175.265	208.959

Milhares de euros

Conta de Resultados	2017	2016
Valor líquido volume de negócios	250.397	255.174
Aprovisionamentos	(183.999)	(197.300)
Receitas acessórias	(342)	333
Despesas com pessoal	(12.454)	(12.857)
Serviços externos	(18.841)	(23.081)
Tributos	(2.215)	(2.343)
Perdas por deterioração e variação de provisões por operações comerciais	(1.222)	(437)
Outras despesas de gestão	(144)	-
Dotação para a amortização	(645)	(376)
Deterioração e resultado por alienação de imobilizado	26	18
Excesso de provisões	2	-
Receias financeiras	477	358
Despesas financeiras	(4.144)	(5.938)
Diferenças de câmbio	499	(820)
Impostos estrangeiros	(3.108)	(414)
TOTAL	24.287	12.317

23. CARTEIRA DE ENCOMENDAS

A carteira de encomendas pendente de executar em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 pela Sociedade controladora, excluídas as Uniões Temporárias de Empresas (Nota 22) e detalhada por linhas de negócio, é a seguinte:

Milhares de euros

Por Áreas Geográficas	2017	2016
Nacional	319.310	338.280
Exterior	1.167.944	1.270.621
TOTAL	1.487.254	1.608.901
Por Atividades		
Eletricidade	313.103	269.884
Instalações	15.502	32.345
Gás	35.168	147.870
Geração de Energia	892.920	860.849
Ferrovias	72.999	83.500
Construção	22.759	67.931
Meio ambiente e água	13.276	10.997
Telecomunicações e sistemas	76.905	97.001
Manutenção	44.622	38.524
TOTAL	1.487.254	1.608.901

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017 a carteira de encomendas pendente de executar pelas sociedades controladas ascende a €673.455.000 (€729.830.000 em 2016), basicamente relacionada com as realizadas para empresas do setor elétrico.

24. REMUNERAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

a) Remunerações e outros proventos do Conselho de Administração-

Durante o exercício de 2017, os membros do Conselho de Administração da Sociedade controladora receberam remunerações no valor de €6.971.000 por todos os itens (€7.225.000 no exercício de 2016). Essas remunerações incluem as decorrentes da sua qualidade de pessoal diretivo.

A Sociedade controladora satisfaz um valor de €4.000, aproximadamente, a título de seguros de vida contratados a favor dos membros antigos ou atuais do Conselho de Administração (€23.000 no exercício de 2016).

Do mesmo modo, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Sociedade controladora não tinha contraídas obrigações em matéria de pensões, nem garantias com os membros antigos ou atuais do referido Órgão de Administração, bem como nenhum crédito concedido.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Conselho de Administração da Sociedade controladora é composto por 14 membros, sendo um deles mulher.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor satisfeito pela Sociedade controladora, a título de prêmio de seguro de responsabilidade civil de todos os administradores ou de algum deles, por danos ocasionados por atos ou omissões no exercício do cargo não foi significativo.

No primeiro semestre de 2017 e em virtude dos acordos adotados na Assembleia Geral de Acionistas com data de 16 de maio de 2017, efetivou-se a remuneração extraordinária a favor de Fernando Azaola Arteche, em sua condição de Conselheiro, na quantia acordada de 2 milhões de euros.

b) Situações de conflito de interesse dos Administradores-

Os Membros do Conselho de Administração da Elecnor, S.A., e as pessoas ligadas aos mesmos, não incorreram em nenhuma situação de conflito de interesse que devesse ser objeto de comunicação, de acordo com o disposto no Artigo 229 do TRLSC.

c) Transações alheias ao negócio ordinário ou em condições diferentes de mercado realizadas pelos Administradores-

Durante o exercício de 2017 e 2016 os Administradores da Sociedade não realizaram com esta nem com sociedades do Grupo operações alheias ao negócio ordinário ou em condições diferentes às de mercado.

25. REMUNERAÇÕES DA ALTA DIRETORIA

As funções da Diretoria Executiva são desenvolvidas principalmente pelo Conselheiro Delegado da Sociedade controladora.

26. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As condições das transações com as partes relacionadas são equivalentes às que ocorrem em transações feitas em condições de mercado. As transações efetuadas pelo Grupo com as sociedades participadas não consolidadas por consolidação global ou proporcional, e com as sociedades não incluídas no perímetro de consolidação durante o exercício de 2017 e de 2016, são as seguintes:

Exercício de 2017

Milhares de euros		
	Vendas e outras receitas operacionais	Receitas financeiras
Pelo método de equivalência patrimonial:		
Dioxipe Solar, S.L.	5.011	-
Aries Solar Termoeléctrica, S.L.	9.600	-
Gasoducto de Morelos, SAPI de CV	502	1.649
Morelos EPC, SAPI de CV	1.573	3.583
TOTAL	16.686	5.232

Exercício de 2016

Milhares de euros		
	Vendas e outras receitas operacionais	Receitas financeiras
Pelo método de equivalência patrimonial:		
Dioxipe Solar, S.L.	5.273	-
Aries Solar Termoeléctrica, S.L.	10.360	-
Gasoducto de Morelos, SAPI de CV	350	2.093
Morelos EPC, SAPI de CV	2.076	-
TOTAL	18.059	2.093

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a composição dos saldos a receber e a pagar a estas sociedades participadas não consolidadas por consolidação global ou proporcional, e com as sociedades não incluídas no perímetro de consolidação, decorrentes das operações anteriores, é a seguinte:

	2017			2016		
	Contas a receber		Contas a pagar	Contas a receber		Contas a pagar
	Outros investimentos financeiros (Nota 11)	Devedores comerciais, empresas vinculadas	Credores comerciais, empresas coligadas e vinculadas	Outros investimentos financeiros (Nota 11)	Devedores comerciais, empresas vinculadas	Credores comerciais, empresas coligadas e vinculadas
Pelo método de equivalência patrimonial:						
Cosemel Ingeniería, A.I.E.	-	-	5	-	-	5
Dioxipe Solar, S.L.	-	7.573	-	-	7.605	-
Aries Solar Termoeléctrica, S.L.	131	2.227	-	125	5.646	-
Gasoducto Morelos S.A.P.I. de CV	29.655	2.173	-	31.451	2.207	-
Brilhante Transmisora de Energía, S.A.	-	-	-	-	67	-
Morelos EPC, SAPI de CV	-	361	(37)	-	3.145	-
Jauru Transmissora de Energía, S.A.	-	212	-	-	-	-
Morelos O&M	-	53	-	-	220	-
Outras sociedades:						
Centro Logístico Huerta del Peñón, S.L.	-	-	-	-	-	-
Enertel, S.A.	-	45	1	-	-	-
Cantiles XXI, S.L. (Nota 5)	-	-	2.499	-	-	2.432
Outros	-	1	6	-	-	-
	29.786	12.645	2.474	31.576	18.890	2.437

Elecnor, S.A. concluiu em 2013 a construção das plantas termossolares para Dioxipe Solar, S.L. e Aries Solar Termoeléctrica, S.L. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não resta nenhum montante de pagamento à Elecnor, S.A. por parte das sociedades em função dos contratos de construção. Tudo o que está pendente de cobrança de ambas as sociedades no encerramento de ambos os exercícios é devido aos contratos de manutenção.

Em 31 de dezembro de 2017 a sociedade Bestinver Gestión, S.A., S.G.I.I.C. tem uma participação significativa na Elecnor, S.A., Sociedade controladora do GRUPO Elecnor. Durante o exercício não foi realizada nenhuma transação com a referida sociedade, nem há saldos pendentes de cobrança ou pagamento em 31 de dezembro de 2017.

27. HONORÁRIOS POR SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES DE CONTAS

A empresa auditora (KPMG Auditores, S.L.) das demonstrações financeiras anuais do Grupo faturou durante os exercícios concluídos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 honorários líquidos por serviços profissionais, de acordo com o detalhamento a seguir:

	Milhares de euros	
Descrição	2017	2016
Por serviços de auditoria	276	264
Por outros serviços de Verificação contábil	106	108
TOTAL	382	372

Os valores incluídos no quadro anterior incluem a totalidade dos honorários relativos aos serviços realizados durante os exercícios de 2017 e 2016, independentemente do momento de sua faturação.

Outros serviços de verificação contábil correspondem à revisão limitada de demonstrações de resultados intermédias e relatórios de procedimentos acordados sobre o cumprimento de convênios e procedimentos acordados sobre controle interno da informação financeira, prestados por KPMG Auditores, S.L. a Elecnor e suas sociedades controladas durante o exercício terminado em 31 de dezembro de 2017.

Por outro lado, outras entidades afiliadas a KPMG International faturaram ao Grupo durante os exercícios terminados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 honorários líquidos por serviços profissionais de acordo com o detalhamento seguinte:

Milhares de euros

Descrição	2017	2016
Por serviços de auditoria	429	397
Por outros serviços de Verificação contábil	126	79
Por serviços de assessoria fiscal	35	66
Por outros serviços	1.080	667
TOTAL	1.670	1.209

Por outro lado, outros auditores faturaram ao Grupo durante os exercícios concluídos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 honorários líquidos por serviços profissionais, de acordo com o detalhamento a seguir:

Milhares de euros

Descrição	2017	2016
Serviços de Auditoria	509	445
Serviços de Assessoria Fiscal	373	70
Outros serviços	207	56
TOTAL	1.089	571

28. LUCROS POR AÇÃO

Os lucros básicos por ação correspondentes aos exercícios de 2017 e de 2016 são os seguintes:

	2017	2016
Lucro líquido atribuível (Milhares de euros)	71.227	68.465
Número de ações totais em circulação	87.000.000	87.000.000
Menos – Ações próprias (Nota 13 d)	(2.310.650)	(2.464.032)
Número médio ponderado de ações em circulação	84.689.350	84.535.968
Lucros básicos por ação (euros)	0,84	0,81

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Elecnor, S.A., Sociedade controladora do Grupo Elecnor, não emitiu instrumentos financeiros nem outros contratos que dão direito ao seu possuidor a receber ações ordinárias da Sociedade. Como consequência, os lucros diluídos por ação coincidem com os lucros básicos por ação.

29. INFORMAÇÃO AMBIENTAL

O respeito pelo meio ambiente e a sustentabilidade fazem parte da cultura e dos valores essenciais da Elecnor. O Grupo tem um compromisso responsável com a proteção do ambiente e com a eficiência no consumo de recursos energéticos. O Sistema de Gestão Ambiental da Elecnor define uma sistemática para identificar, avaliar e registrar os aspectos ambientais originados das atividades da empresa, a fim de determinar quais deles são significativos e aplicar os mecanismos de correção mais eficazes para minimizar o seu alcance.

Em 2017 o Grupo adaptou a sua Certificação Multisite às últimas modificações feitas às normas ISO 9001:2015 e 14001:2015. Trata-se de um certificado único para todas as organizações da Elecnor Infraestructuras que contém a abrangência das diferentes atividades e de todos os centros de trabalho que até agora estavam certificados em cada uma delas de forma individual.

O certificado para a Gestão da Qualidade (ER-0096/1995) e para a Gestão Ambiental (GA-2000/0294) inclui as seguintes áreas do Grupo:

- Subdireção Geral Grandes Redes.
- Subdireção Geral Energia.
- Subdireção Geral Instalações e Redes: Diretoria Centro e Delegações Norte, Diretoria Nordeste, Diretoria Leste, Diretoria Sul, Elecnor Meio Ambiente, Elecnor Segurança, Área 3, Equipamento, Design e Interiores, e Elecnor Infraestructure S.R.L. (Itália); Ehisa Construcciones y Obras; e Aplicaciones Técnicas de la Energía.

Do mesmo modo, se mantêm os certificados de Gestão do Meio Ambiente das seguintes filiais:

- Audeca, (GA-1999/0134)
- Deimos, (ES 028048-2)
- Hidroambiente, (SGI 1201167/12)
- Jomar Seguridad (GA-2014/0085)
- Enerfín, (GA-2003/0416)

Em 2017 o Grupo Elecnor renovou o certificado AENOR Meio Ambiente CO₂ Verificado segundo a norma ISO 14064-1. Com esta verificação, o Grupo obtém um apoio independente e rigoroso da quantificação de suas emissões de gases do efeito estufa (GEE) em suas atividades, visando melhorar sua gestão ambiental e energética.

Além disso, consolidou-se a implantação e a certificação pela AENOR do Sistema de Gestão Energética (GE-2013/0033) segundo a norma UNE-EN ISO 50001:2011, reforçando-se, assim, o compromisso do Grupo com a sustentabilidade. Na luta contra as mudanças climáticas, o Grupo Elecnor continua desenvolvendo estratégias próprias que contribuirão para reduzir as emissões de GEE, o que faz dele parte ativa na proteção do meio ambiente.

Nessa mesma linha, a companhia calculou a sua pegada de carbono e conseguiu o certificado de inscrição no Registro de pegada de carbono, compensação e projetos de absorção de dióxido de carbono do Ministério de Agricultura, Alimentação e Meio Ambiente.

Conjuntamente, o Grupo Elecnor desenvolveu em 2017 uma análise de risco climático que lhe permitirá, junto com a pegada de carbono, definir uma estratégia de mudança climática para reduzir o seu impacto, aumentar a sua resiliência e aproveitar as oportunidades que resultarem das mudanças climáticas.

30. INFORMAÇÃO SOBRE O PERÍODO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES. DISPOSIÇÃO FINAL SEGUNDA DA LEI 31/2014, DE 3 DE DEZEMBRO

A informação sobre o período médio de pagamento a fornecedores da Sociedade controladora para os exercícios de 2017 e 2016 é a seguinte:

	Dias	
	2017	2016
Período médio de pagamento a fornecedores	61	65
Rácio das operações pagas	66	72
Rácio das operações pendentes de pagamento	42	39
	Contravalor em Milhares de euros	
Total pagamentos realizados	811.700	746.641
Total pagamentos pendentes	195.010	194.830

Os dados expostos no quadro anterior sobre pagamentos a fornecedores fazem referência a credores comerciais por dívidas com fornecedores de bens e serviços, de modo que incluem os dados relativos às ementas "Credores comerciais e outras contas a pagar - Dívidas por compras ou por prestação de serviços".

Dados de empresas 2017

(Milhares de euros)

EXERCÍCIO DE 2017	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta
Sociedades participadas consolidadas				
Por consolidação global				
Elecnor, S.A.				
Aplicaciones Técnicas de la Energía, S.L. (ATERSA)	ESPAÑA	Deloitte	Energia solar	100,00%
Área 3 Equipamiento y Diseño del Interiorismo, S.L.U.	ESPAÑA	***	Obras de design de interiores	100,00%
Audeca, S.L.U.	ESPAÑA	KPMG	Restauração e reflorestamento do meio natural e exploração de estradas.	100,00%
Barcaldine Remote Community Solar Farm PTY, LTD(*)	AUSTRÁLIA	ESV	Promoção, construção e exploração parques fotovoltaicos	20,00%
BETONOR, S.L.	ANGOLA	***	Sem atividade	51,00%
Celeo Concesiones E Inversiones, S.L.U.	ESPAÑA	KPMG	Gestão e administração de empresas	100,00%
Celeo Termosolar, S.L.	ESPAÑA	KPMG	Construção e subsequente exploração de usinas termossolares.	100,00%
Corporación Electrade, S.A.	VENEZUELA	***	Construção e montagem	100,00%
Deimos Engenharia, S.A.	PORTUGAL	ESAC Espírito Santo Associados	Prestação de serviços em áreas de telecomunicações, energia aeronáutica e espacial	100,00%
Deimos Space, S.L.U.	ESPAÑA	KPMG	Análise, engenharia e desenvolvimento de missões espaciais e software	100,00%
Ehisa Construcciones y Obras, S.A.	ESPAÑA	Luis Ruiz- Apilanez	Construção e montagem	100,00%
Elecdal, URL	ARGÉLIA	***	Construção e montagem	100,00%
Elecdor, S.A.	EQUADOR	Batallas & Batallas Auditores	Construção e montagem	100,00%
Elecen, S.A.	HONDURAS	***	Construção e montagem	100,00%
Elecfance, S.A.S.U.	FRANÇA	Excelia Conseil	Estudo e realização de atividades elétricas	100,00%
Elecnor Argentina, S.A.	ARGENTINA	SMS	Construção e montagem	99,89%
Elecnor Australia PTY, Ltd.	AUSTRÁLIA	ESV	Gestão e administração de empresas	100,00%
Elecnor Chile, S.A.	CHILE	Armando Vergara Gutiérrez	Construção e montagem	100,00%
Elecnor de Mexico, S.A.	MEXICO	KPMG	Construção e montagem	100,00%
Elecnor Do Brasil, L.T.D.A.	BRASIL	KPMG	Construção e montagem	100,00%
Elecnor Energie and Bau, GmbH	ALEMANHA	***	A mais ampla atividade comercial com base em engenharia, projeto, construção, montagem, reparação, movimento e conservação de toda classe de obras, instalação de qualquer tipo, particularmente eficiência energética e renováveis.	100,00%
Elecnor Montagens Eletricas.Ltda.	BRASIL	***	Construção e montagem	100,00%
Elecnor Perú, S.A.	PERU	KPMG	Construção e montagem	100,00%
Elecnor Seguridad, S.L.	ESPAÑA	***	Instalação e manutenção de sistemas de segurança contra incêndios	100,00%
Elecnor South Africa (PTY) LTD	ÁFRICA DO SUL	***	Construção e montagem	100,00%
Elecnor, INC	EUA	RP&B	Instalações	100,00%
Electrolíneas de Ecuador, S.A.	EQUADOR	Batallas & Batallas Auditores	Construção e montagem	100,00%

EXERCÍCIO DE 2017	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta
Elecven Construcciones, S.A.	VENEZUELA	Deloitte	Construção e montagem	100,00%
Enerfín Sociedad de Energía, S.L.	ESPANHA	Deloitte	Gestão e administração de empresas	99,99%
Enertel, S.A. de C.V.	MEXICO	KPMG	Construção e montagem	99,99%
Grupo Elecnor Angola	ANGOLA	***	Atividades nas áreas das obras públicas e construção civil	55,00%
Hidroambiente, S.A.U.	ESPANHA	KPMG	Atividades de meio ambiente	100,00%
IDDE, S.A.	ESPANHA	***	Comercial	100,00%
IQA Operations Group LTD	ESCÓCIA	KPMG	Instalações elétricas	100,00%
Jomar Seguridad, S.L.U.	ESPANHA	***	Venda, instalação e manutenção de sistemas de segurança contra incêndios e segurança	100,00%
Montagens Elétricas da Serra, Ltda.	BRASIL	***	Construção e montagem	100,00%
Montelecnor, S.A.	URUGUAI	Ernst & Young	Construção e montagem	100,00%
Omninstal Electricidade, S.A.	PORTUGAL	KPMG	Construção e montagem	100,00%
Rasacaven, S.A.	VENEZUELA	Deloitte	Construção e montagem	96,99%
Sociedad Aragonesa de Aguas Residuales, S.A.U.	ESPANHA	KPMG	Construção e exploração de usinas do plano especial de depuração	100,00%
Vilhena Montagens Elétricas, Ltda	BRASIL	***	Construção e montagem	100,00%
CELEO CONCESIONES E INVERSIONES, S.L.U.				
Celeo Energía S.L. (*)	ESPANHA	***	Promoção, construção e exploração de qualquer classe de energia e serviços, fornecimentos, tratamento de resíduos, etc.	100,00%
Celeo Redes, SLU(*)	ESPANHA	KPMG	Gestão e administração de empresas	51,00%
Helios Inversión Y Promoción Solar, S.L.U.(*)	ESPANHA	***	Promoção, construção e exploração parques fotovoltaicos	100,00%
CELEO ENERGIA, S.L.				
Celeo Energía Brasil, LTDA(*)	BRASIL	***	Promoção, construção e exploração de qualquer classe de energia e serviços, fornecimentos, tratamento de resíduos, etc.	100,00%
Celeo Energía Chile, SPA(*)	CHILE	KPMG	Promoção, construção e exploração de qualquer classe de energia e serviços, fornecimentos, tratamento de resíduos, etc.	100,00%
CELEO REDES BRASIL, S.A.				
Caiua Transmissora De Energia, S.A. (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	26,01%
Cantareira Transmissora De Energia, S.A. (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	26,01%
Coqueiros Transmissora de Energia, S.A. (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%
Encruzo Novo Transmissora de Energia, Ltda. (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%
Integração Maranhense Transmissora De Energia, S.A. (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	26,01%
Linha De Transmissão Corumba, Ltda(*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%
Lt Triangulo, S.A(*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%
Pedras Transmissora De Energia, S.A. (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%
Vila Do Conde Transmissora de Energia, S.A. (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%

EXERCÍCIO DE 2017	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta
CELEO REDES CHILE Ltda				
Celeo Redes Operación Chile, S.A. (*)	CHILE	KPMG	Exploração de instalações de aproveitamento energético	51,00%
CELEO REDES CHILE OPERACIÓN, S.A				
Alto Jahuel Transmisora de Energía, S.A.	CHILE	KPMG	Promoção, construção e exploração de instalações de energia elétrica	51,00%
Charrua Transmisora De Energia, S.A.	CHILE	KPMG	Montagem, instalação, exploração de Nova Linha , 2 x 5 Charrua – Ancoa	51,00%
Diego de Almagro Transmisora de Energía, S.A. (*)	CHILE	KPMG	Promoção, construção e exploração de instalações de energia elétrica	51,00%
Celeo Redes, S.L.U.				
Celeo Redes Brasil, S.A. (*)	BRASIL	KPMG	Promoção, construção e exploração de instalações de energia elétrica	51,00%
Celeo Redes Chile, Ltda. (*)	CHILE	KPMG	Exploração de instalações de aproveitamento energético	51,00%
Corporación Electrade				
Electrade Investment, Ltda (*)	BARBADOS	***	Venda de materiais	100,00%
Deimos Space, S.L.U.				
Deimos Castilla La Mancha, S.L.U. (*)	ESPAÑA	KPMG	Desenvolvimento de software, engenharia e assistência técnica no ramo da teledetecção	100,00%
Deimos Space UK, Limited (*)	INGLATERRA	KPMG	Análise, engenharia e desenvolvimento de missões espaciais e software	100,00%
S.C. Deimos Space, S.R.L. (*)	ROMÊNIA	***	Análise, engenharia e desenvolvimento de missões espaciais e software	100,00%
Elecnor FINANCIERA, S.L.				
Parque Eólico Malpica, S.A. (*)	ESPAÑA	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	95,55%
Elecnor Australia				
Green Light Contractors PTY, LTD (*)	AUSTRÁLIA	ESV	Construção de um parque fotovoltaico	100,00%
Elecnor, INC				
Belco Elecnor Electric INC (*)	EUA	RP&B	Instalações elétricas	100,00%
Elecnor Hawkeye, LLC (*)	EUA	***	Instalações elétricas	100,00%
Electrol, S.A.				
Zogu, S.A. (*)	EQUADOR	Batallas & Batallas Auditores	Construção e montagem	100,00%
ENERFIN ENERVENTO EXTERIOR, S.L.				
Eólica la Vela (*) (****)	COLÔMBIA	***	Promoção de parques eólicos	100,00%
Eólica los Lagos (*) (****)	CHILE	***	Promoção de parques eólicos	100,00%
Eólica Musichi (*) (****)	COLÔMBIA	***	Promoção de parques eólicos	100,00%
Guajira Eólica I, S.A.S. (*)	COLÔMBIA	***	Promoção de parques eólicos	100,00%
Guajira Eólica II, S.A.S. (*) (****)	COLÔMBIA	***	Promoção de parques eólicos	100,00%
Parques Eólicos Palmares, S.A. (*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de concessões de serviços transmissores de energia elétrica	80,00%

EXERCÍCIO DE 2017	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta
Río Sul 1 Energía, LTDA(*)	BRASIL	Deloitte	Gestão e administração de empresas	100,00%
Río Sul 2 Energía, LTDA(*)	BRASIL	***	Gestão e administração de empresas	100,00%
Ventos da Lagoa, S.A.(*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80,00%
Ventos de Cabo Verde I, S.A.(*)	BRASIL	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Ventos de Cabo Verde II, S.A.(*)	BRASIL	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Ventos de Cabo Verde III, S.A. (*)	BRASIL	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Ventos de Granjas Vargas Energía, S.A. (*)	BRASIL	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Ventos de Granjas Vargas II Energía, S.A.(*)	BRASIL	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Ventos do Litoral Energía,S.A.(*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80,00%
Ventos do Sul, S.A.(*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80,00%
Vientos de Yucatán S.A. de C.V.(*) [****]	MEXICO	***	Promoção de parques eólicos	100,00%
Ventos dos Índios Energía,S.A.(*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80,00%

ENERFIN ENERGY CO OF CANADA, INC

Lambton Enerwind General Partner INC (GP)(*)	CANADÁ	***	Administração e assessoria	100,00%
Lambton Enerwind Limited Partnership (SEC)(*)	CANADÁ	***	Promoção de parques eólicos	100,00%
Investissements Eoliennes de L'Érable, INC.(*)	CANADÁ	***	Administração e assessoria	100,00%
Investissements Eoliennes de L'Érable, SEC. (*)	CANADÁ	***	Administração e assessoria	100,00%

ENERFIN SOCIEDAD DE ENERGÍA,S.L.

Elecnor Financiera, S.L. (*)	ESPAÑA	***	Administração e assessoria	100,00%
Enerfera, S.R.L. (*)	ITÁLIA	***	Construção, exploração e aproveitamento dos recursos eólicos	100,00%
Enerfín do Brasil Sociedad de Energía LTDA (*)	BRASIL	***	Promoção e direção de atividades eólicas	100,00%
Enerfín Energy Company, INC (*)	EUA	***	Promoção e direção de atividades eólicas	100,00%
Enerfín Energy Company of Canada, INC (*)	CANADÁ	***	Gestão e administração de empresas	100,00%
Enerfín Enervento Exterior,S.L (*)	ESPAÑA	Deloitte	Gestão e administração de empresas	100,00%
Enerfín Enervento,S.A. (*)	ESPAÑA	Deloitte	Gestão e administração de empresas	100,00%
Enerfín Québec Services,INC (*)	CANADÁ	***	Gestão e administração de empresas	100,00%
Enerfín Developments British Columbia, Inc(*)	CANADÁ	***	Promoção e direção de atividades eólicas	100,00%
Parque Eólico Cofrentes, S.L.U.(*)	ESPAÑA	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Sdad Eólica Corrales de Herrera, S.L.(*) [****]	ESPAÑA	***	Promoção de parques eólicos	100,00%

ENERFIN, ENERVENTO, S.A.

Aerogeneradores del Sur, S.A. (*)	ESPAÑA	Deloitte	Construção, exploração e aproveitamento dos recursos eólicos	100,00%
Eólica Montes de Cierzo, S.L. (*)	ESPAÑA	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Eólica Páramo de Poza, S.A.(*)	ESPAÑA	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	70,00%
Galicia Vento, S.L. (*)	ESPAÑA	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	90,60%

EXERCÍCIO DE 2017	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta
EOLIENNES DE L'ÉRABLE COMANDITAIRE, INC				
Eoliennes de l'Érable Commandité INC(*)	CANADÁ	***	Administração e assessoria	100,00%
Eoliennes de L'Érable, SEC. (*)	CANADÁ	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	51,00%
Helios Inversión Y Promoción Solar,S.L.U.				
Celeo Fotovoltaico, S.L.U. (*)	ESPANHA	KPMG	Promoção, construção e exploração parques fotovoltaicos	100,00%
Hidroambiente, S.A.U.				
Everblue Private Limited (*)	ÍNDIA	***	Atividades de meio ambiente	100,00%
Sdad Aragonesa De Estaciones Depuradoras, S.A.(*)	ESPANHA	KPMG	Construção e exploração de usinas do plano especial de depuração	60,00%
INVESTISSEMENTS EOLIENNES DE L'ÉRABLE SEC				
Éoliennes l'Érable Commanditaire INC(*)	CANADÁ	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Zogu,S.A.				
CLN,S.A.(*)	VENEZUELA	***	Sem atividade	100,00%
Sociedades participadas consolidadas Pelo método de equivalência patrimonial (Nota 10)				
Controlada da:				
Elecnor,S.A.				
Cosemel Ingenieria, Aie		***	Promoção, comercialização e desenvolvimento de atividades de instalações e eletrificações ferroviárias de alta velocidade	33,33%
Gasoducto de Morelos, S.A.P.I.(Sdad Anónima Promotora de Inversión) de C.V.	MEXICO	Deloitte	Exploração e manutenção do gasoduto Morelos	50,00%
Morelos EPC, S.A.P.I. de CV	MEXICO	Deloitte	Construção, engenharia e fornecimento do gasoduto Morelos	50,00%
MORELOS O&M, SAPI, CV	MEXICO	***	Mantenimiento Gasoducto Morelos	50,00%
Sdade. Aguas Residuales Pirineos,S.A.	ESPANHA	***	Construção e exploração de usinas do plano especial de depuração	50,00%
CELEO REDES BRASIL,S.A.				
Brilhante II Transmissora De Energia SA (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	25,50%
Brilhante Transmissora De Energia SA (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	25,50%
Jauru Transmissora De Energia,S.A.(*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	16,99%
Celeo Termosolar,S.L.				
Aries Solar Termoeléctrica, S.L. (*)	ESPANHA	KPMG	Desenvolvimento, construção e exploração de usinas de energia solar termoelétrica	55,70%
Dioxipe Solar,S.L.(*)	ESPANHA	KPMG	Desenvolvimento, construção e exploração de usinas de energia solar termoelétrica	55,00%

EXERCÍCIO DE 2017	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta
Elecnor FINANCIERA, S.L.				
Parque Eólico La Gaviota, S.A.	ESPANHA	Ernst & Young	Exploração de instalações de aproveitamento energético	37,33%

(*) Sociedades participadas indiretamente pela Elecnor, S.A.

(**) Sociedades não obrigadas legalmente a submeter as suas demonstrações financeiras a auditoria.

(***) Sociedades incorporadas ao perímetro de consolidação no Exercício de 2017.

Dados de empresas 2016

(Milhares de euros)

EXERCÍCIO DE 2016	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta
Sociedades participadas consolidadas				
Por consolidação global				
Controlada da: Elecnor, S.A.				
Elecven Construcciones, S.A.	VENEZUELA	Deloitte	Construção e montagem	96,20%
Elecdor, S.A.	EQUADOR	Atig Auditores	Construção e montagem	100,00%
Elecnor Do Brasil, L.T.D.A.	BRASIL	KPMG	Construção e montagem	100,00%
IDDE, S.A.	Madrid	***	Comercial	100,00%
Omninstal Electricidade, S.A.	PORTUGAL	KPMG	Construção e montagem	100,00%
Elecnor Argentina, S.A.	ARGENTINA	SMS	Construção e montagem	99,90%
Rasacaven, S.A.	VENEZUELA	Deloitte	Construção e montagem	93,72%
Electrolíneas de Ecuador, S.A.	EQUADOR	Atig Auditores	Construção e montagem	100,00%
Elecnor Perú, S.A.	PERU	KPMG	Construção e montagem	100,00%
Corporación Electrade, S.A.	VENEZUELA	***	Construção e montagem	100,00%
Elecnor Chile, S.A.	CHILE	Armando Vergara Gutiérrez	Construção e montagem	100,00%
Hidroambiente, S.A.U.	Getxo (Vizcaya)	KPMG	Atividades de meio ambiente	100,00%
Deimos Engenharia, S.A.	PORTUGAL	ESAC Espírito Santo Associados	Prestação de serviços em áreas de telecomunicações, energia aeronáutica e espacial	100,00%
Celeo Concesiones E Inversiones, S.L.U.	Madrid	KPMG	Gestão e administração de empresas	100,00%
Área 3 Equipamiento y Diseño del Interiorismo, S.L.U.	Madrid	***	Obras de design de interiores	100,00%
Celeo Termosolar, S.L.	Madrid	KPMG	Construção e subsequente exploração de usinas termosolares.	100,00%
Audeca, S.L.U.	Madrid	KPMG	Restauração e reflorestamento do meio natural e exploração de estradas.	100,00%
Deimos Castilla La Mancha, S.L.U.	Ciudad Real	KPMG	Desenvolvimento de software, engenharia e assistência técnica no ramo da teledetecção	100,00%
Elecfance, S.A.S.U.	França	Excelia Conseil	Estudo e realização de atividades elétricas	100,00%
Ditra Cantabria, S.A.U.	Santander	***	Instalação de redes elétricas	100,00%
Jomar Seguridad, S.L.U.	Guadalajara	***	Venda, instalação e manutenção de sistemas de segurança contra incêndios e segurança	100,00%
Elecnor Energie and Bau, GmbH	ALEMANHA	***	A mais ampla atividade comercial com base em engenharia, projeto, construção, montagem, reparação, movimento e conservação de toda classe de obras, instalação de qualquer tipo, particularmente eficiência energética e renováveis.	100,00%
IQA Operations Group LTD	ESCÓCIA	KPMG	Instalações elétricas	96,88%
Elecnor Australia PTY, Ltd.	AUSTRÁLIA	ESV	Gestão e administração de empresas	100,00%
Elecnor South Africa (PTY) LTD	África do Sul	***	Construção e montagem	100,00%
Grupo Elecnor Angola	Angola	***	Atividades nas áreas das obras públicas e construção civil	55,00%
BETONOR, S.L. (****)	ANGOLA	***	Sem atividade	51,00%
Montelecnor, S.A.	URUGUAI	Ernst & Young	Construção e montagem	100,00%

EXERCÍCIO DE 2016	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta
Elecnor de Mexico, S.A.	MEXICO	KPMG	Construção e montagem	100,00%
Enertel, S.A. de C.V.	MEXICO	KPMG	Construção e montagem	99,99%
Ehisa Construcciones y Obras, S.A.	Saragoça	Luis Ruiz- Apilanez	Construção e montagem	100,00%
Deimos Space, S.L.U.	Madrid	KPMG	Análise, engenharia e desenvolvimento de missões espaciais e software	100,00%
Elecen, S.A.	HONDURAS	***	Construção e montagem	100,00%
Elecnor Seguridad, S.L.	Madrid	***	Instalação e manutenção de sistemas de segurança contra incêndios	100,00%
Elecnor, INC	Delaware (EUA)	RP&B	Instalações	100,00%
Aplicaciones Técnicas de la Energía, S.L. (ATERSA)	Valência	Deloitte	Energia solar	100,00%
Elecnor Montagens Eletricas.Ltda.	BRASIL	***	Construção e montagem	100,00%
Enerfín Sociedad de Energía, S.L.	Madrid	Deloitte	Gestão e administração de empresas	99,99%
Sociedad Aragonesa de Aguas Residuales, S.A.U.	Saragoça	KPMG	Construção e exploração de usinas do plano especial de depuração	100,00%
Montagens Elétricas da Serra, Ltda.	BRASIL	***	Construção e montagem	100,00%
Barcaldine Remote Community Solar Farm PTY, LTD (*)	AUSTRÁLIA	ESV	Promoção, construção e exploração parques fotovoltaicos	100,00%
Elecdal, URL	ARGÉLIA	***	Construção e montagem	100,00%
CELEO CONCESIONES E INVERSIONES,S.L.U.				
Celeo Redes,SLU (*)	Madrid	KPMG	Gestão e administração de empresas	51,00%
Celeo Energía S.L. (*)	ESPANHA	***	Promoção, construção e exploração de qualquer classe de energia e serviços, fornecimentos, tratamento de resíduos, etc.	100,00%
Helios Inversión Y Promoción Solar,S.L.U. (*)	Madrid	***	Promoção, construção e exploração parques fotovoltaicos	100,00%
CELEO ENERGIA,S.L.				
Celeo Energía Chile,SPA (*)	CHILE	KPMG	Promoção, construção e exploração de qualquer classe de energia e serviços, fornecimentos, tratamento de resíduos, etc.	100,00%
Celeo Energía Brasil, LTDA (*)	BRASIL	***	Promoção, construção e exploração de qualquer classe de energia e serviços, fornecimentos, tratamento de resíduos, etc.	100,00%
CELEO REDES BRASIL,S.A.				
Encruzo Novo Transmissora de Energia, Ltda. (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%
Integração Maranhense Transmissora De Energia,S.A. (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	26,01%
Linha De Transmissão Corumba, Ltda (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%
Caiua Transmissora De Energia,S.A. (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	26,01%
Cantareira Transmissora De Energia,S.A. (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	26,01%
Coqueiros Transmissora de Energía, S.A. (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%
Pedras Transmissora De Energía, S.A. (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%
Vila Do Conde Transmissora de Energia, S.A. (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%
Lt Triangulo, S.A (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%

EXERCÍCIO DE 2016	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta
Vilhena Montagens Elétricas, Ltda (*)	BRASIL	***	Construção e montagem	100,00%
CELEO REDES CHILE Ltda				
Celeo Redes Operación Chile, S.A. (*)	CHILE	KPMG	Exploração de instalações de aproveitamento energético	51,00%
CELEO REDES CHILE OPERACIÓN, S.A				
Diego de Almagro Transmisora de Energía, S.A. (*) (****)	CHILE	KPMG	Promoção, construção e exploração de instalações de energia elétrica	51,00%
Alto Jahuel Transmisora de Energía, S.A. (*)	CHILE	KPMG	Promoção, construção e exploração de instalações de energia elétrica	50,99%
Charrúa Transmisora De Energia, S.A. (*)	CHILE	KPMG	Montagem, instalação, exploração de Nova Linha , 2 x 5 Charrua – Ancoa	51,00%
Celeo Redes, S.L.U.				
Celeo Redes Brasil, S.A. (*)	BRASIL	KPMG	Promoção, construção e exploração de instalações de energia elétrica	51,00%
Corporación Electrade				
Electrade Investment, Ltda (*)	BARBADOS	***	Venda de materiais	100,00%
Deimos Space, S.L.U.				
Deimos Space UK, Limited (*)	INGLATERRA	KPMG	Análise, engenharia e desenvolvimento de missões espaciais e software	100,00%
S.C. Deimos Space, S.R.L. (*)	ROMÊNIA	***	Análise, engenharia e desenvolvimento de missões espaciais e software	100,00%
Elecnor FINANCIERA, S.L.				
Parque Eólico Malpica, S.A. (*)	Corunha	Deloitte	Construção e exploração de instalações de aproveitamento energético	87,80%
Elecnor Australia				
Green Light Contractors PTY, LTD (*)	AUSTRÁLIA	ESV	Construção de um parque fotovoltaico	100,00%
Elecnor, INC				
Belco Elecnor Electric INC (*)	EUA	RP&B	Instalações elétricas	100,00%
Elecnor Hawkeye, LLC (*)	EUA	***	Instalações elétricas	100,00%
Electrol, S.A.				
Zogu, S.A. (*)	EQUADOR	Atig Auditores	Construção e montagem	100,00%
ENERFIN ENERVENTO EXTERIOR, S.L.U				
Ventos do Sul S.A. (*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80,00%
ENERFIN DO BRASIL - SDAD DE ENERGIA LTDA				
Ventos de Cabo Verde I, S.A. (*)	BRASIL	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Ventos de Cabo Verde II, S.A. (*)	BRASIL	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Ventos de Cabo Verde III, S.A. (*)	BRASIL	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Ventos de Granja Vargas Energia, S.A. (*)	BRASIL	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%

EXERCÍCIO DE 2016	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta
Ventos de Granjas Vargas II Energía, S.A. (*)	BRASIL	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Parques Eólicos Palmares, S.A. (*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de concessões de serviços transmissores de energia elétrica	80,00%
Ventos da Lagoa, S.A. (*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80,00%
Ventos do Litoral Energía,S.A. (*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80,00%
ENERFIN ENERGY CO OF CANADA, INC				
LAMBTON ENERWIND LIMITED PARTNERSHIP (SEC) (*)****	CANADÁ	***	Promoção de parques eólicos	100,00%
LAMBTON ENERWIND GENERAL PARTNER INC (GP) (*)****	CANADÁ	***	Administração e assessoria	100,00%
Investissements Eoliennes de L'Érable, SEC. (*)	CANADÁ	***	Administração e assessoria	100,00%
Investissements Eoliennes de L'Érable, INC. (*)	CANADÁ	***	Administração e assessoria	100,00%
ENERFIN ENERGY COMPANY OF AUSTRALIA PTY, LTD				
Bulgana Wind Farm PTY LTD (*)	AUSTRÁLIA	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
ENERFIN ENEVENTO EXTERIOR				
GUAJIRA EOLICA, S.A.S. (*)	COLÔMBIA			100,00%
ENERFIN SOCIEDAD DE ENERGÍA,S.L.				
Muiño do Vicedo, S.L. (*)	Corunha	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	94,00%
Enerfera, S.R.L. (*)	ITÁLIA	***	Construção, exploração e aproveitamento dos recursos eólicos	100,00%
Enerfín Rodonita Galicia, S.L. (*)	Corunha	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80,00%
Parque Eólico Cofrentes, S.L.U. (*)	Valência	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Enerfín Energy Company, INC (*)	EUA	***	Promoção e direção de atividades eólicas	100,00%
Zaragua 2005, S.L.U. (*)	Saragoça	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Enerfín Québec Services, INC (*)	CANADÁ	***	Promoção e direção de atividades eólicas	100,00%
Enerfín Energy Company of Australia PTY, LTD (*)	AUSTRÁLIA	***	Promoção e direção de atividades eólicas	100,00%
Enerfín Developments British Columbia Inc (*)	CANADÁ	***	Promoção e direção de atividades eólicas	100,00%
Enerfín Energy Company of Canada, INC (*)	CANADÁ	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Elecnor Financiera, S.L. (*)	Bilbau	Deloitte	Administração e assessoria	100,00%
Enerfín Enervento,S.A. (*)	Madrid	Deloitte	Gestão e administração de empresas	70,00%
Enerfín do Brasil Sociedad de Energía LTDA (*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de concessões de serviços transmissores de energia elétrica	100,00%
Enerfín Enervento Exterior, S.L.U. (*)	Madrid	***	Gestão e administração de empresas	100,00%
ENERFIN, ENERVENTO, S.A.				
Galicia Vento II, S.L. (*)	Lugo	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	69,44%
Aerogeneradores del Sur, S.A. (*)	Sevilha	Deloitte	Construção, exploração e aproveitamento dos recursos eólicos	76,00%
Eólica Montes de Cierzo , S.L. (*)	Tudela	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	70,00%

EXERCÍCIO DE 2016	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta
Eólica Páramo de Poza, S.A.(*)	Madrid	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	55,00%
Galicia Vento, S.L. (*)	Lugo	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	69,44%
Enervento Galicia, S.L	Corunha	***	Construção, instalação, venda e gestão de parques e usinas eólicas na Galiza	58,80%
ENERVENTO EXTERIOR, S.L.				
RIO SUL 1 ENERGIA,LTDa (*)****	BRASIL	Deloitte	Gestão e administração de empresas	100,00%
RIO SUL 2 ENERGIA,LTDa (*)****	BRASIL	***	Gestão e administração de empresas	100,00%
EOLIENNES DE L'ÉRABLE COMANDITAIRE, INC				
EOLIENNES DE L'ÉRABLE COMMANDITE INC (*)	CANADÁ	***	Administração e assessoria	100,00%
Eoliennes de L'Érable, SEC. (*)	CANADÁ	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	51,00%
Helios Inversión Y Promoción Solar,S.L.U.				
Celeo Fotovoltaico, S.L.U. (*) ****	ESPAÑA	KPMG	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100,00%
Zinertia Renovables Elc S.L.U. (*)	Madrid	***	Promoção, construção e exploração parques fotovoltaicos	100,00%
Zinertia Renovables Aascv, S.L.U. (*)	Madrid	***	Promoção, construção e exploração parques fotovoltaicos	100,00%
Zinertia Renovables Aascv 2, S.L.U. (*)	Madrid	***	Promoção, construção e exploração parques fotovoltaicos	100,00%
Zinertia Antequera,S.L.U. (*)	Madrid	***	Promoção, construção e exploração parques fotovoltaicos	100,00%
Zinertia Renovables Hae,S.L.U. (*)	Madrid	***	Promoção, construção e exploração parques fotovoltaicos	100,00%
Siberia Solar,S.L. (*)	Madrid	KPMG	Promoção, construção e exploração parques fotovoltaicos	100,00%
Helios Almussafes, S.L.U. (*)	Valência	***	Exploração de instalações de energias renováveis	100,00%
Helios Almussafes II, S.L.U. (*)	Valência	***	Exploração de instalações de energias renováveis	100,00%
Hidroambiente, S.A.U.				
Everblue Private Limited (*)	ÍNDIA	***	Atividades de meio ambiente	100,00%
Sdad Aragonesa De Estaciones Depuradoras,S.A. (*)	Saragoça	KPMG	Construção e exploração de usinas do plano especial de depuração	60,00%
INVESTISSEMENTS EOLIENNES DE L'ÉRABLE SEC				
EOLIENNES L'ÉRABLE COMMANDITAIRE INC (*)	CANADÁ	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
RIO SUL 1				
VENTOS DOS INDIOS ENERGIA,S.A. (*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80,00%
Zogu,S.A.				
CLN,S.A. (*)	VENEZUELA	***	Sem atividade	100,00%

EXERCÍCIO DE 2016	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta
-------------------	------	---------	-----------	--------------------------------------

Sociedades participadas consolidadas
Pelo método de equivalência patrimonial (Nota 10)

Controlada da: Elecnor, S.A.

Sdade. Aguas Residuales Pirineos, S.A.	Saragoça	***	Construção e exploração de usinas do plano especial de depuração	50,00%
Gasoducto de Morelos, S.A.P.I.(Sdad Anónima Promotora de Inversión) de C.V.	MEXICO	Deloitte	Exploração e manutenção do gasoduto Morelos	50,00%
MORELOS EPC S.A.P.I. de CV	MEXICO	Deloitte	Construção, engenharia e fornecimento do gasoduto Morelos	50,00%
MORELOS O&M, SAPI, CV	MEXICO	***	Mantenimiento Gasoducto Morelos	50,00%
Cosemel Ingenieria, Aie	Madrid	***	Promoção, comercialização e desenvolvimento de atividades de instalações e eletrificações ferroviárias de alta velocidade	33,33%

CELEO REDES BRASIL, S.A.

Brilhante Transmissora De Energia SA (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	25,50%
Brilhante II Transmissora De Energia SA (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	25,50%
Jauru Transmissora De Energia, S.A. (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	16,99%

Celeo Termosolar, S.L.

Dioxipe Solar, S.L. (*)	Madrid	KPMG	Desenvolvimento, construção e exploração de usinas de energia solar termoeletrica	55,00%
Aries Solar Termoeletrica, S.L. (*)	Madrid	KPMG	Desenvolvimento, construção e exploração de usinas de energia solar termoeletrica	55,70%

Elecnor FINANCIERA, S.L.

Parque Eólico La Gaviota, S.A. (*)	Canárias	Ernst & Young	Exploração de instalações de aproveitamento energético	34,53%
------------------------------------	----------	---------------	--	--------

ENERFIN, ENERVENTO, S.A.

Consortio Eólico Marino Cabo de Trafalgar, S.L. (*)	Corunha	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	35,00%
Ventos do Faro Farelo, S.L. (*)	Galiza	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	37,50%

(*) Sociedades participadas indiretamente pela Elecnor, S.A.

(***) Sociedades não obrigadas legalmente a submeter as suas demonstrações financeiras a auditoria.

(****) Sociedades incorporadas ao perímetro de consolidação no Exercício de 2016.

Relação de UTEs Integradas

[Milhares de euros]

	2017		2016		
	Porcentagem de participação	Produção realizada	Carteira não ocorrida	Produção realizada	Carteira não ocorrida
UTE PUENTE MAYORGA	50,00%	--	--	--	--
UTE ELNR-CONSTUCSA E. HIDROGENO	50,00%	--	--	--	--
UTE PARQUESUR OCIO	90,00%	--	--	--	--
UTE INSTALACIONES ELECTRICAS SINCROTRON ALBA	50,00%	--	--	--	--
UTE CAMPO ARAÑUELO	50,00%	--	--	--	--
UTE ZONA 07 A	60,00%	--	--	--	--
UTE MUVIM	30,00%	--	--	--	--
UTE ROTA HIGH SCHOOL	50,00%	--	--	--	--
UTE Elecnor OSEPSA	50,00%	--	--	--	--
UTE CAN COLOMER	50,00%	--	--	--	--
UTE SAN JOSE TECNOLOGIAS - Elecnor	50,00%	--	--	--	--
UTE VILLASEQUILLA - VILLACAÑAS	21,00%	--	218	--	--
UTE AVELE	22,00%	--	--	(6)	--
UTE AVELE 2	22,00%	--	--	5	--
AEROPUERTO LANZAROTE SAMPOL-Elecnor UTE	50,00%	--	--	--	--
UTE NIÑO DE ORO	100,00%	--	--	--	--
UTE RED ENERGIA AT	70,00%	--	--	--	--
UTE EUROCAT SUR AV	41,20%	--	--	(12)	--
UTE AVESUR	12,00%	--	--	347	--
UTE INSTALLACIONS TECNOCAMPUS	50,00%	--	--	--	--
UTE EXPLOTACION ZONA 07-A	60,00%	947	--	945	--
CONSORCIO Elecnor DYNATEC	100,00%	400	6.628	--	--
UTE DEMOLICION CINE INVIERNO	100,00%	--	--	--	--
UTE EDIFICIO ESTANCIA DIURNA	100,00%	--	--	--	--
UTE ZONA P-2	50,00%	--	--	--	--
UTE LA HARINERA	100,00%	--	--	--	--
UTE SUBESTACION JUNCARIL	50,00%	--	--	209	--
UTE AEROPOLIS	50,00%	--	--	--	--
UTE CASA DE LAS ARTES	50,00%	--	--	--	--
UTE 2ª FASE NIÑO DE ORO	100,00%	--	--	--	--
UTE NAVE LOGISTICA DEL CTMS	100,00%	--	--	--	--
UTE SSAA EIX DIAGONAL	50,00%	--	--	--	--
UTE MARINA BAIXA	40,00%	--	--	92	--
UTE AUDIO BARAJAS	50,00%	--	--	--	--
UTE RED DE TELECOMUNICACIONES	50,00%	--	--	--	--
UTE LOS CARAMBOLOS	100,00%	--	--	--	--
UTE CENTRO DE PROSPECTIVA RURAL	100,00%	--	--	--	--
UTE CENTRO MAYORES BAENA	100,00%	--	--	--	--
UTE TARAZONA	100,00%	--	--	--	--
UTE TERMINAL DE CARGA	50,00%	--	--	--	--
UTE PCTH	100,00%	--	--	--	--

	2017			2016	
	Porcentagem de participação	Produção realizada	Carteira não ocorrida	Produção realizada	Carteira não ocorrida
UTE LED MOLLET	70,00%	--	--	--	--
UTE RED.ES	100,00%	--	--	--	--
UTE VIA LA CARTUJA	20,00%	--	--	--	--
UTE SANCHO ABARCA	100,00%	--	--	--	--
UTE GALINDO	100,00%	--	--	1.139	--
UTE LABORATORIO AITEX-ITE	100,00%	--	--	--	--
UTE DESVIOS LAV Sevilla	28,85%	734	--	77	227
UTE MTO. SEG. Y EMERG. MADRID	100,00%	--	--	--	--
UTE EDIFICIO 7000	100,00%	--	--	--	--
UTE AMPLIACION MUSEO MORERIA	100,00%	--	--	8	--
UTE BIBLIOTECA CASTELLDEFELS	100,00%	--	--	--	--
UTE EQUIPAMIENTO AMPLIACION T2 VALENCIA	100,00%	--	--	--	--
UTE EQUIPAMIENTO TERMINAL GRAN CANARIA	100,00%	--	--	--	--
UTE MOBILIARIO TERMINAL GRAN CANARIA	100,00%	--	--	--	--
UTE FIGUERES WIFI	50,00%	7	--	7	7
UTE PLANTA RSU ACAHUALINCA	70,00%	--	--	--	--
UTE CENTRO OCUPACIONAL FERROL	50,00%	--	--	--	--
UTE Elecnor ONILSA	85,00%	--	--	--	--
UTE SAN CRISPIN	100,00%	305	305	304	--
UTE UBE LA ISLA	100,00%	103	103	106	--
UTE RECINTOS FERIALES	100,00%	--	--	--	--
UTE AEROPUERTO VIGO BANCADAS	100,00%	--	--	--	--
UTE EXPLOTACION ZONA P2	50,00%	592	600	621	--
UTE AS SOMOZAS	50,00%	1	--	66	--
UTE SAN JERONIMO	100,00%	107	107	103	--
UTE JARDINES MOGAN	100,00%	1.069	1.069	1.057	--
UTE URTEGI	60,00%	--	--	362	--
UTE ABASTECIMIENTO PEDRAZA	100,00%	--	--	299	619
UTE URBANIZACION PEDRO III	100,00%	--	--	2	--
UTE AYTO SEGURA DE LA SIERRA	100,00%	--	--	--	--
UTE Elecnor-ONDOAN SERVICIOS	50,00%	789	--	827	--
UTE IMDEA MOBILIARIO LOTE 2	100,00%	--	--	--	--
UTE Elecnor – DEIMOS SIPA	100,00%	204	--	1.479	--
UTE COMUNICACIONES SANT CUGAT	100,00%	--	--	68	--
UTE FORNILLOS	100,00%	--	--	--	--
UTE CALANDA	100,00%	--	--	--	--
UTE VALDESPARTERA	100,00%	--	--	--	--
UTE VENCILLON	100,00%	--	--	--	--
UTE PIF ALGECIRAS	100,00%	18	--	11	--
UTE PATRIMONIO SEGURIDAD	66,66%	395	--	372	--
UTE ESPACIOS VERDES SAN VICENTE DEL RASPEIG	100,00%	812	--	925	--
UTE CINTAS	100,00%	--	--	--	--
UTE PLAZAS COMERCIALES T4	100,00%	--	--	--	--
UTE BT HOSPITAL DE ZAMORA	50,00%	276	297	108	573
UTE TRANVIA OUARGLA	48,23%	33.547	24.303	57.961	57.850
UTE ENERGIA GALICIA	20,00%	4.727	46.690	14.304	51.416
UTE AEROPUERTO DE PALMA	100,00%	13	--	250	12
UTE VALDELINARES	100,00%	--	--	--	--

	2017			2016	
	Porcentagem de participação	Produção realizada	Carteira não ocorrida	Produção realizada	Carteira não ocorrida
GROUPEMENT INTERNATIONAL SANTE POUR HAITI	100,00%	10.178	3.700	21.611	9.766
UTE MANCOMUNIDAD DE DURANGO	60,00%	19	--	18	--
UTE ENERGIA GRANADA	33,34%	32	418	1.532	450
UTE MOBILIARIO HUCA	100,00%	--	--	5	--
UTE ANILLO GALINDO	25,00%	2.213	--	8.261	874
UTE SICA BCN	100,00%	644	--	853	--
UTE HORMIGONES MTNEZ-Elecnor, CASCO ANTIGUO ALICANTE	30,00%	--	55	--	55
UTE DEINOR NOAIN	100,00%	--	--	--	--
Consorcio Nueva Policlínica De Chitre	100,00%	985	2.459	2.312	3.392
Consorcio Nueva Policlínica De Chepo	100,00%	1.024	1.522	1.932	2.587
UTE ADEC LOCALES CERCANIAS	100,00%	--	--	278	--
UTE CRA ENAGAS	100,00%	--	--	106	--
UTE CAMPO DE VUELO VIGO	100,00%	--	--	49	--
UTE CAMPO DE VUELO VIGO	100,00%	--	102	67	102
UTE MATIKO	20,00%	4.609	--	4.820	3.375
UTE VOPI4-ELNR CA L'ALIER	50,00%	2.222	1.638	--	3.497
UTE MONTES SEVILLA SUR	100,00%	--	--	--	--
UTE REUBIC EQUIP NAV BARAJAS	100,00%	--	38	110	38
UTE MANTENIMIENTO AVE ENERGIA	12,37%	15.720	118.935	15.623	134.656
UTE CAUCES CORDOBA	50,00%	--	--	--	--
UTE ASEGOP IBIZA	65,00%	1.437	92	1.169	1.529
UTE Elecnor BUTEC BELLARA	60,00%	49.106	90.638	13.265	139.744
UTE AVELE3	22,00%	--	--	--	--
UTE AVELE4	22,00%	--	--	--	--
UTE EDARES SEGOVIA	70,00%	144	--	1.550	--
UTE VIGILANCIA BOADILLA	100,00%	--	--	166	--
UTE SICA	100,00%	1.178	496	601	1.674
UTE CASTELFLORITE	100,00%	--	135	1.103	135
UTE AEROPUERTO DE PALMA	50,00%	1.795	250	1.604	29
UTE CUETO DEL MORO	25,00%	--	--	--	12
UTE Elecnor ALGHANIM	60,00%	2.822	3.287	14.241	2.165
UTE MANTENIMIENTO VALEBU	50,00%	350	2.453	445	2.803
UTE EMBARQUE DESEMBARQUE T4	100,00%	--	20	35	31
UTE CONTAR	100,00%	118	40	194	157
UTE INST. RECERCA SANT PAU	50,00%	3.852	532	730	4.384
UTE AEROPUERTO DE VALENCIA	100,00%	0	1.259	45	1.259
UTE INST. MERCAT DE SANT ANTONI	60,00%	6.284	606	2.408	6.891
UTE TUNELES ABDALAJIS	100,00%	450	927	589	1.350
UTE TORRENTE - XATIVA	50,00%	1.294	--	8.067	1.102
UTE EMPALME II	50,00%	14.991	43.014	81.725	58.005
UTE CENTRO LOG. IBEREBRO	41,90%	1.880	--	29.818	636
UTE AEROPUERTO TERUEL	50,00%	--	--	1.350	--
UTE NAVE SESTAO	50,00%	492	--	3.446	245
UTE ENERGIA GALICIA MANTENIMIENTO	20,00%	1.562	48.698	1.288	50.260
UTE URDULIZ BARRIA	50,00%	609	33	74	642
UTE TERMINAL DE CARGA TF NORTE	50,00%	1.483	166	766	1.649
UTE URBANIZADORA RIODEL	50,00%	--	--	194	--

	2017		2016		
	Porcentagem de participação	Produção realizada	Carteira não ocorrida	Produção realizada	Carteira não ocorrida
UTE TERMINAL DE CARGA TF NORTE	100,00%	5.722	--	5.181	4.689
UTE FIRA PAVELLO 2	70,00%	20	8	1.096	29
Elecnor TARGET LLC, JV	60,00%	27.284	10.362	16.783	37.646
UTE LINEA 1	20,00%	1.345	--	11.845	1.316
UTE INSTALACIONES LOIOLA	50,00%	531	4	226	535
UTE CEIP SOBRADIEL	100,00%	2.167	459	--	2.626
UTE TERMINAL E	50,00%	13.631	1.805	1.409	15.436
UTE QUEVEDO	50,00%	160	55	144	215
UTE HERNANI-IRUN	50,00%	758	4.134	1	4.892
UTE ACTUAC ETAPS CYII LOTE2	50,00%	155	304	36	459
UTE CARPIO Y POLLOS	50,00%	125	212	38	337
UTE METRO SAN INAZIO	100,00%	--	--	43	--
UTE CAMPO DE VUELOS ASTURIAS	100,00%	346	1.302	2	1.648
UTE BIOMASA HUERTA DEL REY	50,00%	1.524	612	--	2.136
UTE MOPAEL	40,00%	2.897	6.103	--	--
UTE OFICINAS GENCAT	60,00%	7.488	1.584	--	353
UTE UYUNI-YUNCHARA	49,00%	25.339	55.521	--	--
UTE MEGAFONIA AENA	70,00%	390	33	--	--
UTE MANTENIMIENTO SIGMA AENA	100,00%	213	448	--	--
UTE LINEA 8	20,00%	1.094	--	--	--
UTE RENFE AGENTE UNICO	100,00%	1	2.387	--	--
UTE RENFE CCTV	100,00%	2	5.020	--	--
UTE UCA	100,00%	1	3.049	--	--
UTE RENFE CCTV	100,00%	1	2.116	--	--
JV Elecnor AL OWN	70,00%	18.857	14.682	--	--
UTE BILBOPORTUA	50,00%	314	760	--	--
UTE BIZKAIKO ARGIAK	23,00%	3.700	457	--	--
Elecnor AND RAY, J.V.	60,00%	6.536	778	--	--
UTE MANTENIMIENTO LOTE 1	50,00%	896	2.235	--	--
UTE ILSSA Elecnor	100,00%	1.217	--	--	--
UTE Elecnor - EIFFAGE	50,00%	4.027	43.973	--	--
UTE LINEA 5	20,00%	6.833	247	--	--
UTE TIL TIL	50,00%	59.527	21.277	--	--
UTE EDAR LAGUNA DE NEGRILLOS	80,00%	242	487	--	--
UTE CIP ARCOSUR	100,00%	784	1.115	--	--
UTE PORTUKO ARGIAK	23,00%	2	1.888	--	--
UTE E&C M.I. BUSTURIA AUXILIAR	51,00%	612	642	--	--
UTE PARQUE FOTOVOL. CARRODILLA	100,00%	148	269	--	--
UTE URBANITZACIÓ MERCAT DE SANT ANTON	60,00%	165	2.656	--	--
UTE ING PUY DU FOU	50,00%	81	459	--	--
UTE ALSTOM RENOVABLES-Elecnor II	25,64%	--	--	--	--
UTE OVERTAL - Elecnor	24,00%	53	--	308	52
UTE S´OLIVERA COMASA-Elecnor	33,33%	--	--	--	--
UTE ENERGÍA LÍNEA 9	20,00%	5.795	1.150	4.629	--
UTE REMOLAR	23,51%	--	--	--	--
UTE CAL PARACUELLOS	50,00%	--	--	--	--
UTE AGENTE URBANIZADOR SECTOR 13 DE LA PLAYA DE TAVERNES	50,00%	--	--	--	--

	2017			2016	
	Porcentagem de participação	Produção realizada	Carteira não ocorrida	Produção realizada	Carteira não ocorrida
UTE SERRANO - Elecnor CANSALADES	40,00%	--	114	--	114
UTE Elecnor GONZALEZ SOTO	50,00%	12	--	75	--
UTE VILLAGONZALO, Z - 3	35,00%	--	--	--	--
UTE LLANERA Elecnor SECTOR TULELL	50,00%	--	--	--	--
UTE TARAGUILLA	25,00%	--	--	--	--
UTE COMASA - Elecnor IES SAN AGUSTI	50,00%	--	--	8	--
UTE Binaced	50,00%	--	--	--	--
UTE SAICA	50,00%	--	--	15	--
UTE AMC5 EHISA	50,00%	--	--	--	--
UTE ROEA EBRO	34,00%	--	--	--	--
UTE Caleta Olivia	100,00%	1.248	--	--	115
UTE Enarsa Ear-Bmsa	50,00%	38	--	--	--
CONSORCIO UTE ELECDOR ELECTROL	100,00%	--	--	12.964	(904)
CONSORCIO ELECVEN ELECDOR	100,00%	16.109	1.919	2.618	18.431
UTE AERONAVE TIERRA	20,00%	--	--	--	300
UTE MELIALABS	55,00%	--	--	--	75
AUCOSTA CONSERVACION UTE	50,00%	1.360	1.215	2.436	--
CONSERVACIÓN MAQUEDA UTE	50,00%	1.984	1.678	2.916	4.479
CORDOBA NORTE II UTE	50,00%	995	1.693	2.393	1.409
CORDOBA NORTE UTE	50,00%	--	--	162	--
HUELVA SURESTE II UTE	50,00%	1.230	1.196	2.266	4.853
MADRID NOROESTE UTE	50,00%	(8)	--	--	--
MANZANARES UTE	60,00%	3.380	808	3.750	4.338
PONTESUR UTE	50,00%	1.750	3.131	--	--
PONTEVEDRA SUR UTE	50,00%	(17)	--	3.694	9.763
PUERTO GANDIA UTE	50,00%	44	--	138	60
ACCIONA INFRAESTRUCTURAS-Elecnor HOSPITAL DAVID, S.A.	25,00%	19.218	6.408	33.145	25.626
PROYECTOS ELECTRICOS AQUAPRIETA, SAPI DE CV	50,00%	11.014	(3.792)	--	(10.218)
DUNOR ENERGIA	50,00%	119.762	57.644	--	107.342
LEÓN-3 UTE	80,00%	2.708	1.680	2.394	2.809
UTE MURCIA-SAN JAVIER	50,00%	302	102	557	519
SMA OLVEGA UTE	60,00%	607	5.000	487	9.097
GUADIX-BAZA UTE	51,00%	526	1.498	160	3.967
UTE SIERRA ESPUÑA	65,00%	287	--	--	--
UTE SIERRA BURETE	65,00%	167	15	--	--
UTE HOSPITAL REINA SOFIA	20,00%	230	2.653	--	--
C.S. ANTONIO GARCÍA	20,00%	--	408	--	--
RIBERAS II UTE	50,00%	21	--	--	--

Elecnor, S.A. E SOCIEDADES CONTROLADAS

Informação Financeira Resumida das sociedades consolidadas pelo método de equivalência patrimonial 31 de dezembro de 2017 (Contravalor em Milhares de euros)

	Gasoducto de Morelos, S.A. Promotora de Inversión de C.V.	Dioxipe Solar, S.L.	Aries Solar Termoeléctrica, S.L.	Brilhante Transmissora de Energia, S.A.	Jauru Transmissora de Energia, S.A.	Morelos EPC, S.A.P.I. de CV
Información del estado de situación financiera						
Activos no corrientes	278.851	255.529	473.085	80.185	134.849	-
Informação da demonstração da situação financeira						
Ativos não circulantes	278.851	255.529	473.085	80.185	134.849	-
Passivos não circulantes	198.731	218.714	416.312	19.799	53.226	42
Passivos financeiros não circulantes (*)	134.198	216.087	409.016	15.929	51.541	-
Total ativos líquidos não circulantes	80.120	36.815	56.773	60.386	81.623	(42)
Ativos circulantes	65.574	12.611	17.110	3.493	6.414	34.612
Numerário e equivalentes ao numerário	21.808	5.592	3.532	1.270	1.788	3.656
Passivos circulantes	120.142	19.661	22.711	4.617	12.861	10.387
Passivos financeiros circulantes (*)	5.309	10.542	17.938	2.858	5.313	-
Total ativos líquidos circulantes	(54.568)	(7.050)	(5.601)	(1.124)	(6.447)	24.225
Ativos líquidos	25.552	29.765	51.172	59.262	75.176	24.183
Porcentagem de participação	50%	55%	56%	50%	33%	50%
Participação em ativos líquidos	12.776	16.371	28.503	29.631	24.808	12.092
Fundo de comércio	-	-	-	-	-	-
Valor contábil da participação (**)	13.776	27.309	40.112	32.043	23.652	12.091
Informação da conta de resultados						
Receitas ordinárias	36.616	26.949	60.511	15.082	17.846	9.616
Depreciação e amortização	(13.124)	(11.581)	(24.992)	(3.099)	(4.046)	-
Receitas por juros	-	-	-	335	902	-
Despesas por juros	(11.711)	(11.581)	(25.415)	(2.104)	(6.130)	-
Despesa (receita) por imposto sobre os ganhos	(6.889)	(771)	(2.014)	(1.369)	(1.008)	(3.202)
Resultado do exercício das atividades contínuas	1.079	(3.395)	(7.086)	3.282	1.957	(481)
Despesa (receita) por imposto sobre os ganhos das atividades interrompidas	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício das atividades interrompidas	-	-	-	-	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.079	(3.395)	(7.086)	3.282	1.957	(481)
OUTRO RESULTADO GLOBAL	(1.050)	(5.705)	(10.966)	-	-	-
RESULTADO GLOBAL TOTAL	29	(9.100)	(18.052)	3.282	1.957	(481)
Dividendos recebidos	-	-	-	3.060	-	7.165

Elecnor, S.A. E SOCIEDADES CONTROLADAS

Informação Financeira Resumida das sociedades consolidadas pelo método de equivalência patrimonial 31 de dezembro de 2016 (Contravalor em Milhares de euros))

	Gasoducto de Morelos, S.A. Promotora de Inversión de C.V.	Aries Solar Dioxipe Solar, S.L.	Brilhante Termoeléctrica, S.L.	Jauru Transmissora de Energia, S.A.	Transmissora de Energia, S.A.	Morelos EPC, S.A.P.I. de CV
Informação da demonstração da situação financeira						
Ativos não circulantes	297.821	268.739	498.980	93.131	135.663	2
Passivos não circulantes	218.444	230.477	453.319	22.852	64.107	-
Passivos financeiros não circulantes (*)	218.444	228.400	447.586	21.221	63.556	-
Total ativos líquidos não circulantes	79.377	38.262	45.661	70.279	71.556	2
Ativos circulantes	55.566	8.928	16.737	6.852	13.348	44.730
Numerário e equivalentes ao numerário	47.900	2.342	3.514	11	41	11.454
Passivos circulantes	106.123	19.622	19.357	6.274	8.208	8.899
Passivos financeiros circulantes (*)	10.268	10.708	11.471	3.266	6.052	-
Total ativos líquidos circulantes	(50.557)	(10.694)	(2.620)	578	5.140	35.831
Ativos líquidos	28.820	27.568	43.041	70.857	76.696	35.833
Porcentagem de participação	50%	55%	55,7%	50%	33%	50%
Participação em ativos líquidos	14.410	15.162	23.974	35.429	25.310	17.917
Fundo de comércio	-	-	-	-	-	-
Valor contábil da participação (**)	13.762	25.490	36.880	37.212	24.194	17.914
Informação da conta de resultados						
Receitas ordinárias	29.068	26.949	54.912	11.122	15.037	21.443
Depreciação e amortização	(10.761)	(12.114)	(25.061)	(2.885)	(3.776)	-
Receitas por juros	-	-	-	338	1.251	-
Despesas por juros	(11.704)	(13.128)	(26.565)	(2.229)	(6.673)	-
Despesa (receita) por imposto sobre os ganhos	(974)	(350)	(1.033)	(1.195)	(488)	(3.268)
Resultado do exercício das atividades contínuas	2.108	(6.911)	(12.813)	1.810	889	7.591
Despesa (receita) por imposto sobre os ganhos das atividades interrompidas	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício das atividades interrompidas	-	-	-	-	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.108	(6.911)	(12.813)	1.810	889	7.591
OUTRO RESULTADO GLOBAL	1.444	(573)	(2.974)	-	-	-
RESULTADO GLOBAL TOTAL	3.552	(7.484)	(15.787)	1.810	889	7.591
Dividendos recebidos	-	-	-	485	-	2.504

RELATÓRIO DE GESTÃO 2017 GRUPO ELECNOR



Relatório de Gestão 2017

Correspondente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017

1. INTRODUÇÃO

Os resultados do exercício de 2017 do Grupo Elecnor se enquadram num entorno econômico de crescimento da economia mundial. Este crescimento se apoia especialmente na política econômica das economias desenvolvidas, que conseguiram recuperar o investimento, a demanda e o comércio global.

Neste âmbito, Elecnor alcança uma **cifra de negócios** no encerramento do exercício de **2 bilhões 316 milhões e 800 mil euros**, que representam um **aumento de 14%** com relação aos 2 bilhões 35 milhões e 100 mil euros alcançados em 2016.

A Elecnor continua seu processo de internacionalização, mantendo sua posição de liderança no mercado nacional, no qual continua sendo uma empresa de referência nos setores em que opera. Com isso, na composição da citada cifra de negócios, 59% tem sua origem no exterior. Seguindo esta tendência, a **carteira de contratos pendente de executar** que chega a 2 bilhões e 161 milhões de euros tem 81% de sua origem no exterior.

No que diz respeito aos resultados, o **lucro líquido consolidado** ascendeu a **71,2 milhões de euros**, o que representa um aumento de **4 %** com relação ao exercício anterior (68,5 milhões de euros).

Este progresso se fundamentou na favorável evolução dos negócios de infraestruturas e concessão do Grupo, apoiado na importante valorização da taxa de câmbio média do real com relação ao exercício anterior, com impacto nos resultados dos projetos e filiais que o Grupo mantém no país. O aumento dos resultados se baseou tanto na contribuição positiva da matriz do Grupo, Elecnor, S.A. através de seus estabelecimentos permanentes, como na de suas filiais, que operam nos mercados exteriores.

Em termos de **EBITDA normalizado**, calculado a partir do EBITDA consolidado e neutralizando o efeito da aplicação da CINIIF 12, relativa a Contratos de Concessão de Serviços às linhas de transmissão operadas pelo Grupo no Brasil, o Grupo Elecnor alcançou **326,5 milhões de euros**, o que representa um crescimento de 12 % em relação ao EBITDA normalizado alcançado em 2016.

Quanto à dívida, o exercício de 2017 foi encerrado com uma **Dívida Financeira Líquida Corporativa de 222,7 milhões de euros**, face aos 272 do exercício passado, e com um **coeficiente de Dívida Financeira Líquida/EBITDA do Grupo Restrito de 1,31**, muito abaixo dos limites estabelecidos pelos acordos financeiros.

Se analisarmos o coeficiente da **Dívida Financeira Líquida/EBITDA** sem excluir do cálculo do mesmo os valores correspondentes a projetos e tomando como referência o EBITDA normalizado, ficaria um **índice de 3,88**.

Durante o exercício se produziu uma série de fatos relacionados com a contratação e financiamento, e sem a sua consideração a visão geral do Grupo ficaria incompleta.

Entre as principais contratações do Grupo se destacam:

- A adjudicação de uma concessão elétrica no Brasil através da filial Celeo Redes, que contempla a construção, operação e manutenção de 414 km de linhas de transmissão, a construção de três novas subestações e a ampliação de outras quatro existentes, nas que se investirá 248 milhões de euros. Elecnor, por sua vez, realizará o contrato chave na mão (EPC) associado a este investimento por um valor de 215 milhões de euros.
- A obtenção da adjudicação de um contrato para a construção de uma planta solar fotovoltaica no Chile pelo valor de 117 milhões de dólares, assim como de outra planta solar fotovoltaica em Bungala (Austrália) pelo valor de 189 milhões de dólares australianos.
- A adjudicação da construção chave na mão de um parque eólico no término de Larimar, República Dominicana, por 89 milhões de dólares.
- A obtenção, em junho de 2017, de um contrato de construção de duas plantas de biomassa em Portugal. Terão 15 MW

de potência cada uma e serão alimentadas com combustível florestal. A soma dos dois projetos alcança o valor de 78 milhões de euros, e o período de execução será de 24 meses.

Quanto à estratégia financeira do Grupo:

- Elecnor assinou uma novação do Contrato de Financiamento Sindicado que formalizou no ano 2014, e que já possuía duas novações nos anos de 2015 e 2016 que ampliaram o prazo e melhoraram as condições originais. A novação estende o vencimento em um ano, até julho de 2022, e melhora novamente as condições de margens. Por outro lado, Elecnor decidiu reduzir em 100 milhões de euros a parte de crédito, para adequá-la a suas necessidades financeiras, e com isso poderá somar à economia em margens aquela proporcionada pela redução em comissões de disponibilidade. O financiamento passa a ter um limite de 500 milhões de euros, repartidos entre uma parte de empréstimo de 300 milhões e uma parte de crédito de 200 milhões de euros. A novação foi subscrita por todas as entidades participantes no financiamento.
- Elecnor renovou o seu programa de notas promissórias no Mercado Alternativo de Renda Fixa (MARF), aumentando o seu limite de 200 para 250 milhões de euros. Com este programa Elecnor mantém uma fonte de financiamento alternativa ao financiamento bancário, com custos vantajosos com relação a ele. O objetivo é continuar impulsionando os seus projetos nas áreas de engenharia, desenvolvimento e construção de infraestruturas, energias renováveis e novas tecnologias, tanto na Espanha como nos mercados internacionais.
- Elecnor, através de sua filial chilena Celeo Redes Operación Chile, realizou uma emissão de bônus de projeto destinada às suas linhas de transmissão no Chile por um total de 594 milhões de dólares e com vencimento a 30 anos, que inclui duas partes:
 - Uma parte internacional em dólares no valor de 379 milhões de dólares, a uma taxa de juros anual de 5,2%, emitida e amparada pela regulamentação dos Estados Unidos da América, que foi admitida para cotação na Bolsa da Irlanda.
 - Uma parte local chilena em Unidades de Fomento (UF) no valor de UF 5.410.500 (214 milhões de dólares, aproximadamente) e com uma taxa de juros anual de aproximadamente 3%.

Os fundos provenientes desta colocação contam com a garantia dos projetos e foram destinados ao cancelamento antecipado do financiamento existente e ao novo financiamento dos projetos de linhas de transmissão no Chile, e o restante, para outros fins corporativos da sociedade emissora ou de seus acionistas.

2. MODELO DE NEGÓCIO E CONTEXTO

2.1. Modelo de negócio

A Elecnor é uma corporação espanhola de caráter global, que está presente em mais de 50 países, com dois grandes negócios que se complementam e enriquecem mutuamente:

- **Infraestruturas:** execução de projetos de engenharia, construção e serviços, com atividade especial nos setores de eletricidade, geração de energia, telecomunicações e sistemas, instalações, gás, construção, manutenção, meio ambiente e água, ferrovias e espaço.
- **Concessional:** operação de serviços, através do investimento em energia eólica, sistemas de transporte de energia e outros ativos estratégicos.

2.2. Contexto econômico

2.2.1. Economia global

A economia mundial mostra um fortalecimento no ano 2017. A previsão de **taxa anual de crescimento mundial** (de

acordo com o relatório de Perspectivas da economia mundial do FMI, com data de 22/01/2018) para o exercício 2017 se estima em 3,7%, cifra superior à previsão estabelecida no primeiro trimestre, embora não alcance a dos períodos expansivos anteriores à crise. As previsões para 2018 e 2019 também foram aumentadas para 3,9%.

Os países da zona do euro, Japão, China, os países emergentes da Europa e a Rússia superaram as expectativas de crescimento. Por outro lado, tiveram um crescimento abaixo do esperado Estados Unidos, Reino Unido e Índia. No entanto, o próprio FMI reconhece que a recuperação não é total porque o crescimento continua sendo fraco em numerosos países. As perspectivas das economias avançadas melhoraram, sobretudo na zona do euro, mas em muitos países a inflação continua lenta e as perspectivas de aumento do PIB per capita se veem prejudicadas pela fraca expansão da produtividade e o aumento dos coeficientes de dependência da velhice.

A **inflação** avançou ligeiramente nos últimos meses do ano, devido fundamentalmente ao encarecimento dos combustíveis. Os preços do petróleo bruto subiram em 20% entre agosto e dezembro de 2017. No entanto, a inflação dos salários e a inflação subjacente dos preços continuam sendo atenuadas.

Após o aumento da **taxa de juros** decidido pelo FED no mês de dezembro de 2017, os mercados esperam um aumento gradual nos próximos dois anos. O Banco Central Europeu anunciou que em janeiro começaria a reduzir lentamente as compras líquidas de ativos, mas mantendo as taxas de juros nos níveis atuais até terminar o programa de compra de ativos. Se a inflação não tivesse alcançado os níveis desejados, o BCE poderia continuar com uma política monetária pouco rigorosa.

No **mercado de moedas** destaca-se a desvalorização do dólar frente ao euro (aproximadamente 13% desde o começo do ano), a libra esterlina desvalorizou cerca de 4% no exercício, apesar da valorização dos últimos meses devido ao aumento das taxas de juros praticadas pelo Banco da Inglaterra em novembro e às expectativas de um acordo sobre o Brexit. No México, a moeda desvalorizou cerca de 5% devido à incerteza que rodeia as negociações atuais sobre o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA, na sigla em inglês). O real brasileiro também desvalorizou aproximadamente 15% entre o encerramento de 2016 e o de 2017, embora a taxa média de 2017 tenha sido cerca de 7% superior à de 2016.

2.2.2. Principais mercados estratégicos da Elecnor

2.2.2.1. Espanha

As previsões do FMI para a Espanha indicam que o PIB desacelerará o seu crescimento dos 3,2% em 2017 (terceiro ano consecutivo acima de 3%) para 2,5% em 2018 e 2,2% em 2019. No último trimestre de 2017 o dinamismo da atividade econômica absorveu o impacto da crise política catalã, embora o crescimento, a criação de postos de trabalho e a redução do déficit público tenham desacelerado.

Os efeitos benéficos da combinação do crescimento com a redução do déficit público viram-se refletidos nas taxas de emprego: no fechamento do ano, a economia espanhola tinha criado mais de 600.000 postos de trabalho, os melhores números da União Europeia. Com isso, a taxa de desemprego reduziu de 18,4% no encerramento de 2016 para 16,6% no encerramento de 2017.

Quanto ao preço médio do mercado diário no **mercado elétrico espanhol**, correspondente ao ano de 2017, este passou a 52,24 EUR/MWh (aumento de 32% em relação ao exercício anterior). Os preços médios mensais oscilaram entre 71,49 Eur/MWh no mês de janeiro e os 43,19 Eur/MWh no mês de março.

2.2.2.2. América Latina

América Latina e Caribe, cujo PIB recuou quase 1% em 2016, encerrou 2017 com um crescimento de 1,2%, e as previsões do FMI mostram um progresso de 1,9% para 2018.

O crescimento se mantém estável na América Central e se consolida no Caribe, mas a procura interna continua abaixo das expectativas.

O **Brasil** encerrou 2017 com um crescimento de 0,7%. Para 2018 se prevê que chegue a 1,5%. O restabelecimento gradual da confiança à medida que se apliquem as reformas críticas para garantir a sustentabilidade fiscal podem acrescentar cerca de 2% ao crescimento a médio prazo.

No **México**, o crescimento desceu para 2,1% em 2017 e ficará em 1,9% em 2018. Apesar da incerteza que rodeia o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio e a revisão da redução da atividade econômica dos Estados Unidos, estima-se que a economia mexicana poderia crescer a médio prazo em torno de 2,7% se se cumprirem os planos de reformas estruturais.

Chile viu um encerramento de 2017 com um aumento do PIB de 1,4% em meio ao fraco investimento privado, produção mineira e consumo público. A previsão para 2018 é de um crescimento de 2,5% graças à maior confiança, à subida dos preços do cobre e às reduções das taxas de juros realizadas nos últimos meses de 2017. Continuam as expectativas sobre o programa “Energia 2050”, orientado para o desenvolvimento das medidas necessárias para que as energias renováveis componham 60% da geração elétrica no ano 2035 e pelo menos 70% em 2050.

Na **Venezuela** o aumento da crise política continua sendo um fardo muito pesado para a atividade econômica. Em 2017, segundo os últimos dados do FMI, a economia sofreu um retrocesso superior a 10%, em um contexto de diminuição da produção de petróleo e de mais incertezas.

2.2.2.3. América do Norte

Segundo o FMI, a economia americana fechou o ano de 2017 com um crescimento de 2,2% que alcançará 2,3% em 2018. A projeção deste crescimento ininterrupto reflete condições financeiras muito propícias (a redução de impostos para as empresas foi aprovada) e uma firme confiança entre empresas e consumidores. A um prazo mais longo, o crescimento dos **Estados Unidos da América**, segundo os especialistas do FMI, se moderaria. O crescimento potencial está estimado em 1,8%.

Canadá: O crescimento das economias avançadas exportadoras de petróleo se recuperará. O país encerrou 2017 com um crescimento próximo a 3%. Este aumento reflete a diminuição dos efeitos negativos gerados pela queda dos preços do petróleo e do gás. Os observadores analisam a evolução do setor das energias renováveis, no qual o país espera alcançar um parque de 55.000 MW em 2025.

2.2.2.4. África

O relatório do FMI de janeiro de 2018 prevê uma reativação do crescimento na África subsaariana (de 2,7% em 2017 a 3,3% em 2018 e 3,5% em 2019), e uma leve melhoria das perspectivas de crescimento da **Angola**. Este país encerrou 2017 melhor do que o previsto, uma vez que o PIB cresceu 1,5% diante do 1,3% inicialmente estimado. O aumento do preço do petróleo ajudará a melhorar a situação do país, embora a inflação, segundo o FMI, se manterá em dois dígitos como consequência do impacto das sucessivas desvalorizações.

2.2.2.5. Austrália

Na **Austrália** a economia continuou mostrando bons sinais, apesar de que o crescimento moderou provisoriamente, estabelecendo-se em 2,2% em 2017. As perspectivas para 2018 apontam para um crescimento do PIB próximo a 3%, respaldado pelos planos de expansão em infraestruturas e energias renováveis em que o país está imerso. Os analistas continuam advertindo sobre a tendência para uma demanda interna fraca, um elevado nível de endividamento das economias privadas e um consumo com facilidade para retroceder.

3. ANÁLISE DOS PRINCIPAIS VALORES DO PERÍODO

3.1. Dados consolidados

Grupo Elecnor

Em 31 de dezembro de cada ano e em milhões de Euros

Patrimônio líquido	2017	2016	Var. (%)
Patrimônio líquido	904,1	980,0	-8 %
Volume de negócio			
Vendas	2.316,8	2.035,1	14 %
Nacional	938,5	915,8	2 %
Internacional	1.378,3	1.119,3	23 %
Dados sobre resultados			
EBITDA	275,6	244,3	13 %
EBITDA NORMALIZADO (1)	326,5	291,7	12 %
Resultado operacional	181,7	166,7	9 %
Resultado antes de impostos	131,3	129,3	2 %
Resultado atribuível Sociedade Controladora	71,2	68,5	4 %

(1) Excluído o efeito de aplicar CINIIF 12 em Concessões Brasil

Grupo Elecnor – Informação por Segmentos

Em 31 de dezembro de cada ano e em milhões de Euros

Volume de negócio	2017	2016	Var (%)
Negócio de Infraestruturas	2.119,4	1.891,9	+12 %
Negócio Patrimonial	232,0	211,2	+10 %
Corporação	0,0	0,2	-
Operações entre Segmentos	(34,6)	(68,2)	-49 %
Vendas	2.316,8	2.035,1	+14 %

Dados sobre resultados	2017	2016	Var (%)
Negócio de Infraestruturas	62,3	53,0	+18 %
Negócio Patrimonial	24,0	19,8	+21 %
Corporação (*)	(15,1)	(4,9)	-208 %
Operações entre Segmentos	0,0	0,6	-
Resultado atribuível Sociedade Controladora	71,2	68,5	+4 %

(*) Em 2016 se atribuíram parte das mais valias da venda do Parque Eólico de Villanueva, compensando assim parte dos custos da Corporação.

3.1.1. Volume de negócio

O volume de vendas conseguido pelo Grupo Elecnor em 2017 foi de **2,316,8 bilhões de euros**, o que, em comparação com os 2,035,1 bilhões alcançados no ano anterior, representa um aumento de 14%. Entre os fatores que explicam este crescimento se destacam:

O bom comportamento do **Negócio de Infraestruturas** no mercado exterior se explica fundamentalmente por:

- O crescimento do negócio da construção de projetos de transmissão no **Brasil** e a valorização do real em relação ao exercício anterior. Entre os principais projetos estão: o desenvolvimento da linha de transmissão e subestação de Cantareira, a linha de transmissão de Mata Santa Genebra e a obra de distribuição de gás de Cluster Caboclo.
- A construção do parque fotovoltaico na **Austrália** que a Elecnor contratou sob a modalidade “chave na mão” (EPC). É o maior projeto fotovoltaico desenvolvido até então nesse país e será o maior executado por Elecnor com esta tecnologia de geração elétrica.
- As tarefas de construção de uma planta solar fotovoltaica na **Bolívia**.
- As tarefas de construção de uma planta solar fotovoltaica no **Chile**, que incluem a engenharia, o fornecimento da montagem e a colocação em funcionamento, assim como as infraestruturas de evacuação de Alta Tensão.
- A ampliação do parque eólico que Elecnor está construindo para o **Ministério de Energia jordaniano**.
- A melhoria da atuação em países nos quais a presença do Grupo é relativamente recente, como no caso da filial americana **Hawkeye**.
- Os trabalhos de construção e colocação em funcionamento de uma central de ciclo combinado em Güiria (Venezuela), que após mais de cinco anos desde o seu início, estão enfrentando a reta final.

Tudo isso junto com a evolução favorável do mercado espanhol de infraestruturas que vem sendo observando nos últimos exercícios.

Também se observa um aumento na cifra de vendas do **Negócio Concessional**. No mercado espanhol o aumento se deve fundamentalmente ao maior preço médio do pool da energia. No mercado internacional o aumento se dá pela maior produção e pela evolução do real brasileiro em relação ao ano anterior.

Quanto à distribuição do volume de negócios por áreas geográficas, o mercado externo representa **59%** do total, e o nacional **41%**. Estes dados confirmam a aposta do Grupo Elecnor nos mercados exteriores como motor de crescimento para os próximos exercícios, mercados nos quais cresceu cerca de 23%. Tudo isso mantendo a nossa posição de liderança no mercado espanhol.

3.1.2. EBITDA

Em termos do EBITDA consolidado, o Grupo Elecnor alcançou **275,6 milhões de euros**, o que representa um **crescimento de 13%** em relação ao EBITDA do exercício precedente (244,3 milhões de euros). Para estes dados positivos contribuíram, fundamentalmente, os mesmos fatores anteriormente descritos na evolução das vendas.

Em termos de **EBITDA normalizado**, calculado a partir do EBITDA consolidado e neutralizando o efeito da aplicação da CINIIF 12, relativa a Contratos de Concessão de Serviços às linhas de transmissão operadas pelo Grupo no Brasil, o Grupo Elecnor alcançou **326,5 milhões de euros**, o que representa um **crescimento de 12%** em relação ao EBITDA normalizado alcançado em 2016 (291,7 milhões de euros). Com base nessa interpretação, são reconhecidas como receitas de exploração apenas as relativas aos serviços de manutenção e exploração das referidas linhas de transmissão, motivo pelo qual, para utilizar um dado sem o efeito originado pela CINIIF 12 para esse valor, esse EBITDA foi contabilmente eliminado.

3.1.3. Lucro líquido

O **lucro depois de impostos** alcançado pelo Grupo Elecnor em 2017 foi de **71,2 milhões de euros**, o que representou um **acréscimo de 4%** em relação ao exercício anterior (68,5 milhões de euros). Este aumento foi fundamentado tanto no Negócio de Infraestruturas do Grupo (fundamentalmente nos projetos destacados no artigo anterior de vendas) quanto no Concessional.

A este respeito cabe destacar que o crescimento observado no Resultado de exploração e no EBITDA normalizado consolidados (9% e 12%, respectivamente) não se refletiu no crescimento do resultado líquido do Grupo (4%) devido às diferenças de câmbio que tiveram que ser assumidas na demonstração de resultados, derivadas das posições abertas em moeda estrangeira que a Elecnor manteve no encerramento do exercício, principalmente em dólares, moeda que se desvalorizou frente ao euro em aproximadamente 13% durante o exercício.

Adicionalmente, enquadrada dentro da atividade ordinária do Negócio Concessional, cabe destacar a venda da promoção para um parque eólico em Bulgana (Austrália).

Por último, e como parte de sua estratégia, o Grupo mantém uma constante política de contenção e controle de gastos que, no atual momento, está reforçada pelo desenvolvimento de diversos projetos de digitalização para a melhoria da eficiência dos processos de negócio, alguns dos quais serão colocados em andamento nos próximos meses, dos quais se esperam retornos em um curto período de tempo.

3.1.4. Resultado da sociedade controladora do Grupo, Elecnor, S.A.

Quanto à sociedade controladora do Grupo, a Elecnor, S.A., em 2017 viu um aumento de 35% em seu lucro depois de impostos, estabelecendo-se em **48,5 milhões de euros** (35,8 milhões de euros em 2016). Este fato se deve fundamentalmente a um maior resultado de exploração derivado dos projetos executados no exterior, realizados através de Estabelecimentos Permanentes, e ao recebimento de mais dividendos, 26 milhões de euros frente a 21 milhões de euros em 2016. Por outro lado, as diferenças de câmbio, fruto das posições devedoras abertas em dólares, assim como no Grupo Consolidado, representam um menor resultado.

3.1.5. Carteira

No encerramento de 2017, a carteira de contratos pendente de executar se elevava a **€2.161.000.000**. Por mercados, a carteira de origem internacional se situou em **1.746.000.000 (81% do total)**, enquanto a contabilizada no mercado nacional é de **€414.000.000**, isto é, 19% da carteira total.

3.2. Cifra de Negócio por atividades

Grupo Elecnor

Em 31 de dezembro de cada ano e em milhões de Euros

Áreas Geográficas	2017	2016	Variação
Nacional	938,5	915,8	+2%
Internacional	1.378,3	1.119,3	+23%
	2.316,8	2.035,1	+14%
Atividades	2017	2016	Variação
Eletricidade	758,1	651,9	16%
Geração de Energia	683,0	452,9	51%
Telecomunicações	255,0	261,0	-2%
Construção, meio ambiente e água	189,6	198,4	-4%
Manutenção	151,7	146,8	3%
Instalações	132,3	165,8	-20%
Gás	107,8	112,0	-4%
Ferrovias	39,3	46,2	-15%
	2.316,8	2.035,1	14%

Mais uma vez a atividade principal em termos de cifras de negócios foi a **Eletricidade**, com 758 milhões de euros, cerca de 16% superior a 2016, devido fundamentalmente às filiais nos EUA. Seguindo de perto está a **Geração de Energia**, com 683 milhões de euros, cerca de 51% superior a 2016, graças à execução de grandes projetos de plantas desenvolvidos no mercado internacional (fotovoltaicos de Chile, Bolívia, o parque eólico na Jordânia e o projeto de Biomassa de Portugal).

4. INFORMAÇÃO BURSÁTIL

	2017	2016
Preço da ação na data de encerramento (€)	13,29	8,98
Volume total títulos (milhões)	9,5	4,4
Total efetivo negociado (milhões €)	109,0	34,4
Número de ações (milhões)	87,0	87,0
Capitalização bursátil (milhões €)	1.156,2	781,3
PER	16,2	11,4
Rentabilidade por dividendo	3,1%	3,2%

Os títulos da Elecnor fecharam com um preço de **13,29 euros por ação**, o que representa um aumento de 48,0% em relação ao final de 2016, um desempenho melhor do que o observado no Ibex-35, que aumentou 7,40%. O volume efetivamente negociado ascendeu a €109.000.000. A capitalização bursátil, por sua vez, situou-se em €1.156.000.

No que diz respeito à rentabilidade por dividendos, esta chegou a **3,1%**, em comparação com os 3,2% de 2016.

5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DO CAPITAL

Como parte fundamental de sua estratégia, a Elecnor mantém uma política de prudência financeira. A estrutura de capital é determinada pelo compromisso de solvência e pelo objetivo de maximizar a rentabilidade do acionista.

6. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A Elecnor está exposta a determinados riscos financeiros, que gere através do agrupamento de sistemas de identificação, medição, limitação de concentração e supervisão. O gerenciamento e a limitação dos riscos financeiros são efetuados coordenadamente entre a Diretoria Corporativa e as diversas Unidades de Negócio e Filiais que compõem o Grupo. As operações ligadas à gestão dos riscos financeiros são aprovadas ao mais alto nível de decisão e conforme as normas, políticas e procedimentos estabelecidos.

6.1. Risco de mercado (fundamentalmente por risco de taxa de câmbio, taxa de juros e outros riscos de preço)

6.1.1. Risco de taxa de câmbio

O risco de mercado pelo risco de taxa de câmbio é consequência das operações que o Grupo efetua nos mercados internacionais no decorrer dos seus negócios. Uma parte das receitas e custos com aprovisionamentos está denominada em moeda diferente da moeda funcional. Por esse motivo, poderia existir o risco de as flutuações nas taxas de câmbio destas moedas em relação a moeda funcional afetarem os resultados do Grupo.

Com o objetivo de gerir e minimizar este risco, a Elecnor utiliza estratégias de cobertura, dado que o objetivo é gerar lucros apenas através do desenvolvimento das atividades ordinárias que ela desempenha, e não através da especulação sobre as flutuações na taxa de câmbio.

Os instrumentos utilizados para conseguir essa cobertura são, basicamente, o endividamento indexado na moeda de cobrança do contrato, seguros de câmbio e operações de permuta financeira, através das quais a Elecnor e a Instituição Financeira trocam as correntes de um empréstimo expresso em euros pelas correntes de outro empréstimo expresso em outra moeda, bem como a utilização de “cesta de moedas” para cobrir financiamentos mistos indexados em diferentes moedas.

6.1.2. Risco da taxa de juros

As variações nas taxas de juros alteram o valor justo daqueles ativos e passivos nos quais incide uma taxa de juros fixa, bem como os fluxos futuros dos ativos e passivos indexados a uma taxa de juros variável. A Elecnor dispõe de financiamento externo para a realização das suas operações, fundamentalmente no que respeita à promoção, construção e exploração dos parques eólicos, projetos termossolares e concessões de infraestruturas elétricas, e que são realizadas sob a modalidade de “Project Finance”. Este tipo de contratação exige que sejam fechados contratualmente os Riscos de Juros através da contratação de instrumentos de cobertura de taxas.

Tanto para os financiamentos do tipo “Project Finance” como para os financiamentos corporativos o endividamento é em sua maioria contratado a taxas de juros variáveis, utilizando, nesse caso, instrumentos de cobertura para minimizar o risco de juros do financiamento. Os instrumentos de cobertura, que se destinam, especificamente, a dívida financeira e que têm, no máximo, os mesmos valores nominais e as mesmas datas de vencimento que os elementos cobertos, são, basicamente, swaps de taxas de juros (IRS), cuja finalidade é ter um custo de juros fixo para os financiamentos inicialmente contratados a taxas de juros variáveis. De qualquer modo, as coberturas de taxa de juros são contratadas com um critério de eficiência contábil.

6.2. Outros riscos de preços

Do mesmo modo, o Grupo está exposto ao risco de que os seus fluxos de caixa e resultados sejam afetados, entre outras questões, pela evolução do preço da energia. Nesse sentido, para gerir e minimizar este risco, o Grupo utiliza, pontualmente, estratégias de cobertura.

6.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é mitigado mediante a política de manter tesouraria e instrumentos altamente líquidos e não especulativos no curto prazo, como a aquisição temporária de Letras do Tesouro com pacto de recompra não opcional e depósitos em dólares em muito curto prazo, através de instituições de crédito importantes para poder cumprir seus compromissos futuros, bem como a contratação de facilidades creditícias comprometidas por um valor suficiente para suportar as necessidades previstas.

6.4. Risco de crédito

O principal Risco de Crédito é atribuível às contas a cobrar por operações comerciais, na medida em que uma contraparte ou um cliente não responder às suas obrigações contratuais. Para mitigação deste risco, opera-se com clientes com um apropriado histórico de crédito; além disso, dada a atividade e os setores nos quais opera, a Elecnor

conta com clientes de alta qualidade creditícia. No entanto, em vendas internacionais a clientes não recorrentes, são utilizados mecanismos como a carta de crédito irrevogável e a cobertura de apólices de seguros para garantir a cobrança. Adicionalmente, é efetuada uma análise da solidez financeira do cliente e são incluídas no contrato condições específicas, que visam garantir a cobrança do valor.

No caso dos parques eólicos, a energia gerada, de acordo com o quadro regulatório elétrico em vigor, é vendida no Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL), cobrando as receitas do operador do mercado OMIE, com um sistema de garantia de pagamentos e da Comissão Nacional de Energia e proficiência (CNMC), entidade reguladora dos mercados energéticos da Espanha, dependente do Ministério da Indústria. Por sua vez, as empresas Ventos do Sul Energia, S.A., Parques Eólicos Palmares, S.A., Ventos da Lagoa, S.A., Ventos do Litoral Energía, S.A. E Ventos dos Índios, S.A. e Ventos do Litoral Energia, S.A. (Brasil) assinaram contratos de venda da energia elétrica que gerarão por um período de 20 anos com as companhias de distribuição elétrica brasileiras correspondentes. Do mesmo modo, Eóliennes de L'Érable tem celebrado um contrato de venda da energia elétrica que gerar por um período de 20 anos a companhia elétrica canadense Hydro-Québec.

Por sua vez, quanto às linhas de transmissão, mais especificamente as que prestam seus serviços no Brasil em regime de concessão, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) tem a responsabilidade de coordenar as cobranças e pagamentos do sistema, e indica mensalmente à Concessionária as sociedades que deverão pagar-lhe: geradoras, grandes consumidoras e transmissoras conectadas ao sistema. Essas sociedades depositam, previamente à sua conexão ao sistema, uma garantia que será executada em caso de não pagamento, sendo imediatamente desconectadas do sistema, e a obrigação de pagamento é, neste momento, distribuída entre o resto de usuários do sistema. Deste modo, a concessionária tem a cobrança garantida pelo sistema elétrico nacional. A respeito disso, nos anos durante os quais o Grupo operou nestas linhas, não se produziu nenhuma falta de pagamento por parte dos usuários das linhas.

Em relação às linhas de transmissão do Chile, estas pertencem ao sistema de transmissão nacional (antes denominado troncal), no qual o Coordenador Elétrico Nacional (CEN) é o responsável por coordenar o fluxo de pagamentos às empresas transmissoras. Até dezembro do ano 2018 se aplicará o regime atualmente vigente, no qual as responsáveis por efetuar o pagamento às empresas transmissoras são as empresas geradoras. A partir do ano 2019 se incorporarão as empresas distribuidoras às responsáveis por efetuar os pagamentos, pelo que a partir dessa data se contará com uma carteira de pagadores mais diversificada. A garantia de cobrança do sistema de transmissão nacional se sustenta em um Procedimento do CEN que estabelece que, diante de eventuais faltas de pagamento por parte de um coordenado (empresa sujeita a coordenação por parte do CEN), esse incumpridor é desligado do sistema, repartindo a obrigação de pagamento pelas demais empresas coordenadas.

Elecnor trata sempre de tomar todas as medidas que vêm sendo adotadas para mitigar esse risco, e realiza análises periódicas da sua exposição ao risco creditício, realizando as correspondentes correções valorativas por depreciação.

6.5. Risco Regulatório

Quanto ao Risco Regulatório e, particularmente, àquele que diz respeito às energias renováveis, a Elecnor faz um acompanhamento pormenorizado que visa registrar adequadamente seu impacto nas contas de resultados consolidadas.

7. MEIO AMBIENTE

O compromisso com a proteção e respeito ao meio ambiente e a eficiência no consumo de recursos energéticos são denominadores comuns nas atividades da Elecnor, fazendo parte da cultura e dos valores da organização.

Os mecanismos de controle ambiental implantados atualmente na companhia se baseiam em Sistemas de Gestão Ambiental e Gestão Energética certificados por AENOR de acordo com as Normas ISO 14001:2004 e ISO 50001. Estes sistemas trazem aspectos muito positivos, entre os quais se destaca a análise e a mitigação de riscos ambientais.

Em termos globais, a nossa estratégia em matéria de Gestão Ambiental se rege pelos seguintes princípios de atuação:

- A busca permanente do equilíbrio entre a rentabilidade econômica e a proteção do Meio Ambiente, propiciando enfoques para que ambos os conceitos se reforcem mutuamente.
- Considerar o aspecto ambiental nas decisões quanto a investimento em novos projetos e atividades que o Grupo esteja estudando fazer.
- O envolvimento dos funcionários, através das devidas ações de formação e de sensibilização.
- Promover também o envolvimento dos demais grupos de interesse (acionistas, clientes, fornecedores e a sociedade em geral) na procura conjunta de soluções úteis para o desafio da preservação do meio ambiente e dos recursos energéticos.

8. RECURSOS HUMANOS

Quadro de funcionários Grupo Elecnor

Em 31 de dezembro de cada ano	2017	2016	Variação
Nacional	8.130	7.866	3%
Internacional	5.014	5.539	-9%
	13.144	13.405	-2%

As pessoas constituem o principal ativo de Elecnor, que baseia sua estratégia geral em valores como o talento, a transparência e o trabalho em equipe em condições de máxima segurança. Por isso, a prevenção de riscos no trabalho é um denominador comum em todas as atividades que são realizadas no Grupo. O compromisso com a prevenção faz parte da sua cultura. É um compromisso que vai além das normas legais e das exigências dos clientes, com objetivos exigentes e muito claros: zero acidentes e zero tolerância quanto à falta de cumprimento das medidas preventivas estabelecidas pela empresa.

No encerramento do exercício de 2017, o quadro de funcionários do Grupo havia diminuído em 261 pessoas (-2%), até ficar situado em 13.144 funcionários. A redução é proveniente do mercado exterior, que diminuiu em 525 pessoas devido principalmente à finalização de projetos na América Latina e Angola. Pelo contrário, no mercado espanhol, o quadro de funcionários aumentou em 264 pessoas graças à atividade de Manutenção e Infraestruturas de Telecomunicações.

9. PD&I

As iniciativas desenvolvidas ao longo de 2017 se centraram na melhoria contínua das ferramentas corporativas e em incrementar o componente inovador dos projetos executados. A finalidade de essas ações é trazer melhorias aos atuais serviços, produtos e processos da Elecnor, assim como explorar novos modelos de negócio. Algumas das iniciativas implementadas ao longo do ano foram:

- Implementação e consolidação de uma sistemática de Inteligência Competitiva centrada na análise dos principais concorrentes e mercados.
- Mantêm-se os certificados UNE 166.002 para os Sistemas de Gestão da PD&I de Elecnor e Audeca.
- Realização de uma oficina técnica com a Siemens sobre armazenamento energético.
- Atualização das linhas estratégicas de PD&I com o objetivo de aumentar o número de projetos inovadores centrados em melhorias construtivas e na gestão de plantas.

Entre as melhorias a serem implementadas no próximo ano se encontram:

- Lançamento da edição 2018 da convocatória interna de financiamento de projetos INNOVA.
- Realização de novas oficinas técnicas em colaboração com empresas tecnológicas.
- Aumento do número de projetos com clientes e colaboradores.

10. FATOS SIGNIFICATIVOS POSTERIORES AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Entre 31 de dezembro de 2017 e a formulação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas não houve fatos que pudessem representar uma alteração significativa na imagem fiel dessas demonstrações financeiras.

11. PERSPECTIVAS DO EXERCÍCIO DE 2018

11.1. Contexto econômico

As previsões apontam a que o crescimento global se acelerará ligeiramente nos próximos dois anos, baseadas fundamentalmente no crescimento previsto para EUA, China e a zona do Euro. Este crescimento já se observou nos últimos meses do ano, e será acentuado pelas medidas econômicas tomadas nas duas primeiras áreas. Também se espera na **América Latina** uma recuperação em 2018 devido ao aumento da demanda global e do preço das matérias primas.

Nos **Estados Unidos**, o aumento do preço do petróleo e a desvalorização do dólar impulsionaram os investimentos, e a maior demanda global favoreceu as exportações. A recentemente aprovada reforma fiscal impulsionará o crescimento em 2018.

Na **África** se prevê uma leve melhoria das perspectivas de crescimento, apoiada no crescimento do preço do petróleo.

Na **zona do Euro** se prevê um crescimento moderado, e apesar de terem sido dissipadas determinadas incertezas políticas, ainda há riscos como a definição do projeto europeu e o final das negociações do Brexit.

Na **Espanha** se espera um crescimento moderado, menor do que o observado desde o início da recuperação, devido à moderação da política monetária expansiva e ao esgotamento da demanda nacional, fatores que tinham contribuído para o crescimento até este ano. Se soma a estes fatores a incerteza da política econômica derivada do ambiente político catalão e a trajetória na direção do aumento do preço do petróleo.

11.2. Grupo Elecnor

Para o exercício de 2018, partindo da hipótese de que o quadro regulatório se mantém estável tanto para as energias renováveis quanto em matéria fiscal, está previsto que o Grupo Elecnor continue no caminho do crescimento sólido e sustentado dos últimos anos. Ao longo dos últimos exercícios, foram assinados acordos que incluem a entrada de parceiros em alguns dos projetos de concessão que visam promover esses negócios, mitigar os riscos inerentes aos mesmos e gerar recursos que contribuam para melhorar a posição financeira do Grupo. Pelo contrário, a diminuição da percentagem de participação do Grupo sobre estes ativos tem afetado o resultado líquido atribuído consolidado, o qual foi compensado com um melhor desempenho do negócio de infraestruturas do Grupo.

A Elecnor mantém sua aposta no crescimento nos mercados internacionais, baseado nos projetos que tem em carteira nos mesmos, mas que exigem um período de amadurecimento plurianual. Por sua vez, e com a prudência a que obriga a atual situação, a recuperação do mercado nacional parece confirmar-se, o que deveria contribuir para cumprir os objetivos de crescimento estabelecidos. Diante desse cenário, o Grupo prossegue com a melhoria contínua de suas estruturas gerais e produtivas, adequando-as ao volume de atividade dos diferentes negócios desenvolvidos na Espanha e no exterior, o que aumentará a rentabilidade, produtividade e competitividade dos referidos âmbitos.

Com tudo isso, e apoiados na sólida carteira de projetos pendentes de executar explicado no ponto 3.1.4., o Grupo Elecnor encara o exercício de 2018 com o propósito de obter valores, tanto de volume de negócio quanto de resultados, superiores aos conseguidos ao longo do exercício de 2017.

11.3. Entrada em vigor da nova norma

IFRS 9 Instrumentos financeiros

Esta norma, que substitui parcialmente a NIC 39, simplifica os critérios de reconhecimento e avaliação dos instrumentos financeiros, conservando um modelo misto de avaliação e estabelecendo apenas duas categorias principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. O critério de classificação é fundamentado no modelo de negócio da entidade e nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Do mesmo modo, simplifica e confere maior flexibilidade para a contabilização de coberturas.

O Grupo Elecnor estima que esta norma não representará um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas tendo em conta o seguinte:

- Em relação aos novos critérios de classificação e medição dos ativos financeiros, a maior parte deles continuará sendo avaliada por seu custo amortizado, com exceção apenas dos instrumentos financeiros derivados, que serão avaliados por um valor justo.
- Em relação ao cálculo da depreciação de valor dos ativos financeiros, o Grupo aplicará a abordagem simplificada, que considera as perdas creditícias esperadas durante toda a vida do ativo. Devido à alta qualidade creditícia dos ativos financeiros do Grupo, estima-se que a probabilidade de não pagamento aplicável a eles não será significativa. O impacto estimado pelo Grupo em relação a este ponto é de aproximadamente 5 milhões de euros como maior depreciação de valor das contas a receber.
- É permitido aplicar a contabilidade de coberturas às coberturas econômicas que, sob a atual NIC 39, não cumprem os requisitos de cobertura: principalmente a cobertura de componentes de risco de contratos não financeiros e a consideração de item coberto para a combinação de um derivado e de um elemento que poderia cumprir com as características de um item coberto. Não se produz um impacto significativo no patrimônio do Grupo por este conceito.

Por outro lado, a IFRS 9 estabelece que, se a Sociedade revisar as suas estimativas de pagamentos de um passivo financeiro, se ajustará o valor do passivo financeiro para refletir os novos fluxos descontados à taxa de juros efetiva original, reconhecendo o efeito no resultado do exercício. Isto representa uma diferença em relação ao critério seguido até agora, pelo qual, nos passivos financeiros nos quais a modificação não fosse substancial, se modificava a taxa de juros efetiva futura sem registrar nenhum impacto nas demonstrações de resultados nesse momento determinado.

Esta modificação representará um impacto positivo no patrimônio líquido do Grupo de entre 10 - 15 milhões de euros, a ser registrada na epígrafe de "Dívida financeira" do passivo não circulante e "Investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial" do ativo não circulante (pelos refinanciamentos das sociedades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial).

NIIF 15 Rendimentos de contratos de clientes

A IFRS 15 "Receitas ordinárias procedentes de contratos com clientes" determina os critérios para o reconhecimento de receitas ordinárias procedentes de contratos com os clientes. Esta norma substitui a NIC 18 "Receitas ordinárias" e a NIC 11 "Contratos de construção".

A nova norma estabelece que as receitas ordinárias se reconhecem em função do valor que se espera receber do cliente quando se produz a transferência do controle de um bem ou serviço para o cliente. A transferência de controle pode ocorrer em um momento determinado ou ao longo do tempo. Quando um único contrato incluir mais de uma obrigação de cumprimento para com o cliente, a receita será reconhecida com base nos preços de venda independente relativos das diferentes obrigações de cumprimento.

A principal mudança nas políticas contábeis que o Grupo Elecnor estima que esta nova norma produzirá nas suas demonstrações financeiras consolidadas corresponde à mudança do critério de reconhecimento de receitas procedentes de modificações de contratos e transações sujeitas a contraprestação variável.

Com relação a isso, no caso de receitas procedentes de modificações de contrato, a IFRS 15 requer aprovação por parte do cliente, critério mais exigente que os requisitos de probabilidade e confiabilidade na estimativa da atual norma (NIC 11 e NIC 18) e, do mesmo modo, nas transações sujeitas a contraprestação variável, estabelecem-se requisitos mais exigentes para o reconhecimento de receitas, incluindo requisitos de alta probabilidade.

O Grupo Elecnor adotou a IFRS 15 utilizando a forma retroativa, o que implica a realização de um ajuste contra reservas pelo efeito cumulativo no exercício de 2018.

O Grupo Elecnor avaliou o impacto desta alteração normativa, estimando que este ascenderá a aproximadamente 24 milhões de euros de ajuste negativo do patrimônio líquido do Grupo, com crédito a Devedores comerciais e outras contas a receber.

12. CAPITAL SOCIAL E AQUISIÇÃO DE AÇÕES PRÓPRIAS

Em 31/12/2017 o capital social da Elecnor, S.A. está representado por 87 milhões de ações de 10 cêntimos de euro cada uma, integralmente subscritas e pagas, o que representa um capital social de 8,7 milhões euros.

As ações da Elecnor, S.A. têm cotação na modalidade SIBE (Sistema de Interconexão Bursátil) do mercado contínuo, que é onde se concentra a negociação das ações das empresas mais representativas da economia espanhola e com maior volume de contratação.

Em 31 de dezembro de 2016 a Elecnor contava com uma carteira com 2.464.032 ações próprias. Ao longo do ano de 2017 foram adquiridos 275.341 títulos, tendo-se procedido à alienação de outros 428.723. Com tudo isso, em 31 de dezembro de 2017 se chegou a um total de 2.310.650 ações próprias, o que representa uma porcentagem de carteira de ações próprias de 2,7%.

13. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No que respeita à informação relativa às operações com partes relacionadas, reportamo-nos ao discriminado nas notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017, conforme estabelecido no artigo 15 do Real Decreto 1362/2007.

14. RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A falta de cumprimento das obrigações legais e a partir do modelo circularizado pela CNMV, o Conselho de Administração da Elecnor, S.A. elaborou um Relatório Anual de Governança Corporativa correspondente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esse documento está disponível no site da Comissão Nacional do Mercado de Valores.

15. INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA

1. Introdução

A Elecnor nasceu com a missão de contribuir para o progresso econômico e tecnológico, para o bem estar social e para o desenvolvimento sustentável dos mercados em que opera. Para isso, o Grupo busca consolidar-se como empresa líder, altamente competitiva, em contínuo crescimento e com presença internacional. Aspirando a ser reconhecidos pela qualidade de sua equipe humana, responsabilidade social, vocação de serviço ao cliente, solvência técnica e financeira, e por valores como a integridade, rentabilidade e sustentabilidade.

A visão da sustentabilidade da Elecnor, sintetizada no lema “Pensamos em um mundo melhor”, se vê plasmada nas atuações que o Grupo realiza. Neste sentido, as questões ambientais e sociais, assim como as relacionadas ao pessoal, ao respeito dos direitos humanos e à luta contra a corrupção e o suborno, se encontram integradas na gestão e estratégia da companhia, tal como se descreve ao longo deste relatório.

A Elecnor conta com um Sistema Integrado de Gestão que engloba os aspectos de Meio Ambiente, Qualidade, Prevenção de Riscos Laborais, Gestão Energética e Gestão de PD&I. Neste sentido, a companhia atualizou a sua Política Integrada para sua adaptação às mais recentes modificações das normas ISO 9001:2015 e 14001:2015. Trata-se de um certificado único para todas as organizações da Elecnor Infraestructuras que contém a abrangência das diferentes atividades e de todos os centros de trabalho que até agora estavam certificados em cada uma delas de forma individual.

Este sistema de gestão se rege por três grandes critérios, a partir dos quais se estabelecem compromissos e linhas de ação específicas por âmbitos:

- O conhecimento preciso da natureza e a magnitude dos impactos ambientais, os requerimentos dos clientes e os riscos para o trabalhador das atividades e produtos da Elecnor.
- O cumprimento estrito da legislação vigente aplicável e outros requisitos que a Elecnor subscrever nos mercados em que atua.
- A melhoria da competitividade através da PD&I que permite agregar valor e diferenciar-se da concorrência.

A Política do Sistema Integrado de Gestão se encontra disponível na Web corporativa www.elecnor.com.

Como é habitual desde 2012, no primeiro trimestre de 2018 se publicará o Relatório de Sustentabilidade do Grupo Elecnor, que abarcará a informação completa sobre todas as atividades e principais impactos sociais, econômicos e ambientais de todo o Grupo durante o exercício de 2017, assim como os aspectos considerados relevantes para os principais grupos de interesse da companhia. Este relatório, assim como os anteriores, se realizará seguindo os requisitos do padrão internacional Global Reporting Initiative para garantir a sua qualidade.

2. Gestão ambiental

O compromisso com a proteção e respeito ao meio ambiente e a eficiência no consumo de recursos energéticos são denominadores comuns nas atividades da Elecnor, fazendo parte da cultura e dos valores da organização.

Os mecanismos de controle ambiental implantados atualmente na companhia se baseiam em Sistemas de Gestão Ambiental e Gestão Energética certificados por AENOR de acordo com as Normas ISO 14001:2004 e ISO 50001. Estes sistemas trazem aspectos muito positivos, entre os quais se destaca a análise e a mitigação de riscos ambientais. Este aspecto também está amparado por um Seguro de Responsabilidade ambiental para todas as atividades da Elecnor e de suas sociedades filiais.

Elecnor adaptou em 2017 a Certificação Multisite de seus Sistemas de Gestão Ambiental, e mantém os certificados das seguintes filiais: Audeca, Elecnor Deimos, Hidroambiente, Enerfín e Jomar Seguridad.

Do mesmo modo, se certificou o Sistema Integrado de Gestão na Elecnor do Brasil para Qualidade e Meio Ambiente nas atividades de Linhas de Transmissão e Subestações >66 Kv, ampliando assim a sua certificação existente na atividade de Gás.

Durante este exercício, a Elecnor renovou o Certificado AENOR Meio Ambiente CO₂ Verificado segundo a norma ISO 14064-1. Através dessa verificação, o Grupo obtém um apoio independente e rigoroso da quantificação de suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) em suas atividades, visando melhorar sua gestão ambiental e energética.

Por outro lado, consolidou-se a implantação e a certificação pela AENOR do Sistema de Gestão Energética (GE-2013/0033) segundo a norma UNE-EN ISO 50001:2011, reforçando-se, assim, o compromisso do Grupo com a sustentabilidade.

Em todo este âmbito é importante destacar que uma parte relevante das atividades da Elecnor tem como objetivo a proteção do ambiente, a geração de energias renováveis, o tratamento e reciclagem da água e a eficiência no consumo de recursos energéticos.

O Grupo Elecnor tem um papel importante na busca por uma sociedade com baixo nível de carbono através das energias renováveis, uma vez que executa projetos nas áreas da energia eólica, energia solar fotovoltaica e termoelétrica, e centrais hidroelétricas. A geração de eletricidade através de fontes renováveis evita a emissão de gases de efeito estufa, principais causadores das mudanças climáticas.

No que se refere à filial eólica do Grupo, Enerfín, se estima que com os valores de produção de energia eólica de 2017 (para Espanha, Brasil e Canadá), conseguiu-se evitar a emissão de 515.241 tCO₂.

Luta contra a mudança climática

A mudança climática é um desafio sobre o qual a Elecnor vem trabalhando principalmente na área da mitigação, através do cálculo da pegada de carbono de acordo com padrões reconhecidos internacionalmente, e por meio da implementação de atuações de redução de emissões de GEE em seu âmbito de atuação.

A Elecnor desenvolveu em 2017 uma análise de risco climático que lhe permitirá, junto com a pegada de carbono, definir uma estratégia de mudança climática para reduzir o seu impacto, aumentar a sua resiliência e aproveitar as oportunidades que resultarem das mudanças climáticas, para com isso crescer como Grupo de maneira sustentável.

Para avaliar o risco climático que se enfrenta, a Elecnor seguiu uma metodologia baseada nos conceitos enunciados no relatório AR5 do IPCC, que define o risco ou oportunidade climática em função da interação das ameaças ou perigos climáticos com a vulnerabilidade e a exposição da área geográfica.

Para identificar a vulnerabilidade à mudança climática, a Elecnor analisou quais são as ameaças climáticas que a afetam e os impactos potenciais derivados delas. As ameaças climáticas se referem a acontecimentos derivados da mudança climática que podem impactar de uma maneira ou de outra sobre o Grupo. Alguns exemplos são o aumento da temperatura, as ondas de calor, a diminuição das precipitações, as secas, as inundações, o aumento do nível do mar, entre outros.

A análise de oportunidades relacionadas com a mudança climática para o negócio de infraestruturas depreende que a eletricidade, o gás, as ferrovias, a construção e as telecomunicações serão as áreas que apresentarão maiores danos climáticos, e por isso a Elecnor terá maior demanda de serviços nelas.

Do mesmo modo, a Elecnor conta com uma ferramenta para o cálculo da pegada de carbono que permite a cada organização relatar os dados necessários para obter as emissões de gases de efeito estufa associadas com a sua atividade. Cada organização informa sobre o consumo de eletricidade, consumo de combustíveis e uso de refrigerantes, detalhados por escritórios, armazéns, obras e plantas.

A Elecnor obteve em 2015, 2016 e 2017 o Certificado AENOR Meio Ambiente CO₂ Verificado segundo a norma ISO 14064-1, pelo cálculo da pegada de carbono dos anos 2014, 2015 e 2016.

Um dos marcos de 2016 foi o registro da pegada de carbono da Elecnor no Registro Nacional de Pegada de Carbono, compensação e projetos de absorção de dióxido de carbono implementados desde o Departamento Espanhol de Mudança Climática (OECC - Oficina Española de Cambio Climático) do Ministério de Agricultura, Alimentação e Meio Ambiente (MAGRAMA), tendo sido obtido o certificado de inscrição nesse Registro.

Até à data do presente relatório não estavam disponíveis os dados sobre emissões dos gases de efeito estufa (GEE). Se detalharão no Relatório de Sustentabilidade que o Grupo publicará no primeiro trimestre de 2018.

Informação sobre o Relatório de Sustentabilidade 2016

	2015	2016	Variação
Emissões totais (t)	55.149	57.896	+5%
kgCO ₂ e/hora	2,59	2,49	-4%

Iniciativas de redução de emissões

Elecnor conta com um plano de redução de emissões de GEE para o período 2017-2019. O objetivo deste plano é a redução das emissões de GEE totais (dimensão 1 e 2) da Elecnor em 1% anual com relação ao ano precedente durante o período 2017 - 2019. Assim, o propósito deste plano é que as emissões de GEE de Elecnor se reduzam de maneira gradual, de forma que as emissões por hora trabalhada sejam reduzidas de 2,44 a 2,37 kgCO₂e/hora.

A seguir se especificam algumas medidas contempladas nesse Plano:

Sistema de controle de combustível	Melhoria do registro nos dados de consumo de combustível, por atividade, equipe, época do ano, etc.	2016 - 2017
Otimização de rotas de serviço	Redução do número de km realizados nos principais serviços.	2016 - 2017
Treinamento em condução eficiente	Redução do consumo por 100 km nos veículos da frota.	2016 - 2017
Gratificações por redução do consumo de combustível	Redução do consumo por 100 km nos veículos da frota.	2016 - 2017
Plano de conscientização e economia energética	Redução do consumo de energia e de papel nos diversos centros.	2016 - 2019
Sistema de controle e regulação do consumo	Controle e regulação automática do sistema de refrigeração, calefação e iluminação em função do horário laboral e da área ocupada.	2016 - 2019
Otimização do consumo elétrico para a iluminação	Redução do consumo energético pelo uso de sistemas mais eficientes e a melhoria das práticas referentes à iluminação.	2016 - 2019
Instalação de telas antirradiação	Otimização do consumo dos sistemas de climatização.	2016 - 2019
Gestão de veículos e maquinário	Melhorar a gestão da frota e com isso ajustar os consumos de veículos e maquinário.	2016 - 2019
Controle do consumo de papel	Redução dos kg de papel consumido e incentivo do uso de papel reciclado em vez do normal.	2016 - 2019
Redução da espessura do vidro dos módulos fotovoltaicos	Otimizar a pegada de carbono do módulo fotovoltaico Atersa.	2017
Revisão energética do centro de conservação	Redução do consumo energético por meio de uma auditoria energética.	2017
Economia de combustível na sinalização luminosa	Redução do consumo de combustível nos trabalhos de sinalização e balizamento dos trabalhos que se realizam nas calçadas.	2017
Substituição dos veículos da frota	Reduzir o consumo por 100 km nos veículos da frota.	2017
Utilização de uma nova etapa no módulos fotovoltaicos	Otimizar a pegada de carbono do módulo fotovoltaico Atersa.	2017 - 2018

Utilização de células fotovoltaicas mais eficientes	Otimizar a pegada de carbono do módulo fotovoltaico Atersa.	2017 - 2018
Campanha de reflorestamento	Contribuir para a absorção de CO ₂ com a plantação de novos árvores.	2017 - 2019

Indicadores ambientais

Consumos	2016	2017
Eletricidade (kWh)	34.644.898	40.666.077
Combustíveis (litros)	15.048.625	16.694.341
Água (m ³)	2.214.973	1.615.048
Papel normal (kg)	49.179	35.214
Papel reciclado (kg)	38.710	47.252
Resíduos não perigosos	23.845.409	39.218.605
Resíduos perigosos	217.450	220.360

Iniciativas de economia e eficiência energética

No ano de 2013, com o objetivo de obter a certificação ISO 50001, se incluiu dentro de sua abrangência o edifício da rua Maestro Alonso (Madrid), o que obriga a cumprir uma série de diretrizes centradas em todos os âmbitos possíveis da gestão energética (conhecer, controlar e agir com medidas com e sem investimento com margens de rentabilidade ótimas). Anualmente são enviados os projetos que estão dentro do alcance para analisar os resultados obtidos por meio de auditorias internas e externas, com o objetivo de conseguir uma melhoria contínua.

Uma vez certificados, podemos destacar os seguintes pontos de melhoria introduzidos nas instalações de Maestro Alonso:

- Instalação de equipamentos de medição para conhecer o comportamento das diversas instalações.
- Implantação de um sistema de controle para a correta gestão do sistema de climatização.
- Reforma das instalações de iluminação interior substituindo a iluminação atual por iluminação LED.
- Otimização das condições tarifárias na fatura de eletricidade.

Ao longo de 2017 foram implementadas outras atuações dirigidas à economia e eficiência energética. A seguir são detalhadas algumas das realizadas por empresas do Grupo como Audeca, Atersa ou Enerfín.

- Substituição da frota, incorporando à organização novos caminhões que contam com uma tecnologia que permite a economia de combustível e, portanto, as emissões de CO₂.
- Incorporação de telemetria de controle aos novos veículos para melhorar o uso da tecnologia e a forma de condução. Através deste programa se obterá um relatório que determinará a categoria energética de cada motorista.
- Programa de mentoring de condução.
- Compra centralizada de energia.
- Substituição da iluminação convencional por leds na fábrica de Almussafes.
- Na climatização, foi substituída uma máquina de 30 kW com gás R-22 por outra de 30 kW com gás R-410, muito mais eficiente.
- Plano de conscientização e economia energética com o objetivo de estimular hábitos responsáveis. Concretamente, em 2017 se reduziu o consumo energético em 17% nos escritórios de Cuzco IV de Enerfín.
- Aquisição de veículo híbrido plugável para utilização no parque eólico de Faro-Farelo.
- No complexo eólico de Osório foram substituídas 66,22% das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED.

Projetos de energias renováveis

A Elecnor contribui para uma sociedade com menores índices de carbono através de projetos de energia renovável. Destacamos a seguir alguns projetos significativos de 2017.

Projetos Fotovoltaicos:

- Ungala 1. Austrália. Potência: 137 MWp.
- Bungala 2. Austrália. Potência: 137 MWp.
- Santiago Solar. Chile. Potência: 115 MWp.
- Plantas de Uyuni e Yunchará. Bolívia. Potência: 60 MW e 5 MW, respectivamente.
- MAF Parking Lot. Omán. Potência: 5,9 MWp.

Com os projetos conseguidos neste exercício, se estima que se deixou de emitir 375.000 toneladas de CO₂.

Projetos eólicos:

- Larimar II. República Dominicana. Potência: 50 MW.
- Tegui. Lanzarote. Potência: 9,2 MW.
- Foram realizadas as obras de repotenciação do projeto de Malpica de Enerfín, na Galiza, de 16,8 MW.

Projetos de biomassa:

A Elecnor se atribuiu a construção de duas plantas de biomassa em Portugal, localizadas em Viseu e Fundão. Terão 15 MW de potência cada uma e serão alimentadas com combustível florestal. Uma vez finalizadas, se evitará a emissão de 88.400 toneladas de CO₂ por ano.

Projeto hidroelétrico:

A Elecnor está coordenando e executando a montagem eletromecânica da central hidroelétrica de 2.073 MW de Laúca, em Angola. Depois de entrar em operação, se converterá na maior central de produção de energia do país.

Gestão da biodiversidade e proteção do meio natural

As atuações do Grupo Elecnor são realizadas de acordo com estritos critérios ambientais, em linha com os princípios de atuação estabelecidos na Política de Gestão Ambiental. Em termos gerais, as atividades desenvolvidas por Elecnor não geram impactos significativos sobre a biodiversidade, exceto os projetos que se desenvolvem em áreas protegidas e que podem afetar espécies animais e vegetais. Nestes casos, se cumpre com as diferentes legislações dos países onde trabalha o Grupo. Adicionalmente, em algumas ocasiões e dependendo das dimensões da obra, a execução conta com um plano de vigilância ambiental associado que inclui controles periódicos dos impactos e as medidas preventivas tomadas para reduzi-los. Além disso, existem iniciativas ou medidas corretivas para reduzir o impacto associado ao projeto como plantações, períodos de repouso biológico, colocação de ninhos, etc.

Desde o ponto de vista da preservação de espaços protegidos e conservação do meio natural, o Grupo opera, principalmente, através de Audeca e Elecnor Medioambiente, organizações responsáveis pela atividade ambiental do Grupo. Se destacam a seguir algumas atuações realizadas em 2017:

- Restauração ambiental do Depósito de Cortes, em Burgos.
- Exploração das EDAR com macrófitas e outros tratamentos verdes.
- Atuações de conservação no Parque Nacional da Serra de Guadarrama.
- Serviço de extinção de incêndios com brigadas providas de helicópteros em Bodón.
- Atuações incluídas no LIFE DESMANIA. Programa para a recuperação e conservação de *galemys pyrenaicus* e seu habitat em Castela e Leão e na Extremadura.
- Atuações para a conservação da perdiz cinzenta por meio da diversificação do seu habitat.
- Serviço de funcionamento do centro de recuperação de animais silvestres de Segóvia.
- Serviço de manutenção de espaços naturais de Segóvia e Ávila.

Por outro lado, o parque eólico de Malpica, na Corunha, se localiza parcialmente sobre a Rede Natura, tendo sido executadas durante 2017 as obras de repotenciação deste, uma vez obtidas as autorizações pertinentes. Dentro das atuações levadas a cabo pela filial eólica, Enerfín, destacam-se as seguintes, ainda em fase de obras:

- Plano de acompanhamento de ruído: especialmente centrado em períodos de atividades máximas de obra e dinamitações.
- Plano de acompanhamento hídrico com o objetivo de assegurar o correto funcionamento da rede hidrográfica.
- Plano de acompanhamento de fauna avícola e morcegos: busca de ninhos antes do começo das obras, censos de populações de aves, estações de observação de rapinas, acompanhamento de nidificação e cria, detecção de morcegos, etc.
- Plano de restauração morfológica, edáfica e vegetal: centrado em assegurar que a regeneração da cobertura vegetal é a ideal.

Por sua vez, o impacto mais significativo da filial concessional do Grupo, Celeo, no Chile está associado às atividades de corte, poda e roçada da vegetação ligadas ao processo de construção do projeto Charrúa - Ancoa 2x500 kV. Tal impacto foi avaliado no processo de tramitação ambiental do projeto em uma fase anterior à construção. Nesse processo, se estabeleceram as medidas corretivas e compensatórias que mitigam esses impactos.

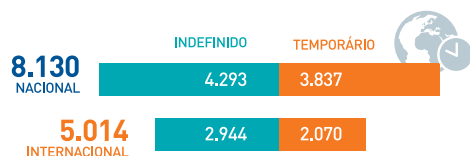
3. Gestão de pessoas

No Grupo Ecnor contamos com um perfil internacional, multicultural e diverso, formado em 31 de dezembro de 2017 por 13.144 pessoas, com mais de 50 nacionalidades, o que oferece à organização uma riqueza de conhecimentos, enfoques e cultura de grande valor.

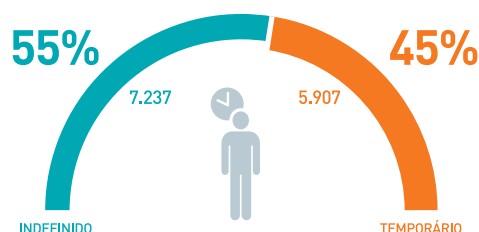
Na Espanha, 100% do quadro de funcionários está coberto pelos convênios coletivos existentes no país. Nos restantes países onde o Grupo está presente, só existe legislação comparável na Argentina, Brasil, Estados Unidos, Uruguai, Jordânia e Itália, sob as quais estão amparadas as nossas pessoas.

Perfil do Grupo Ecnor

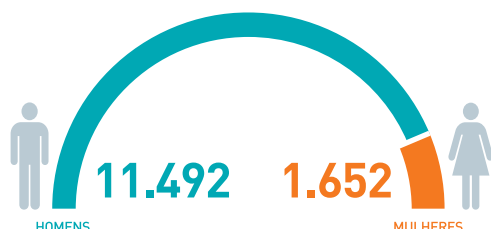
MODELO POR TIPO DE CONTRATO E MERCADO



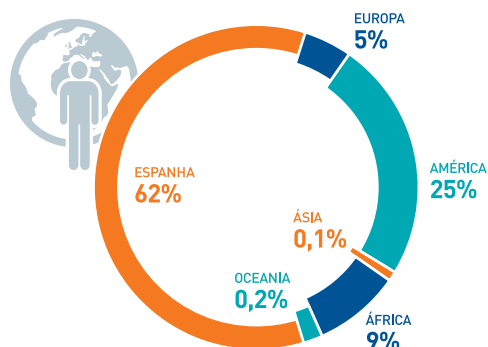
MODELO POR TIPO DE CONTRATO



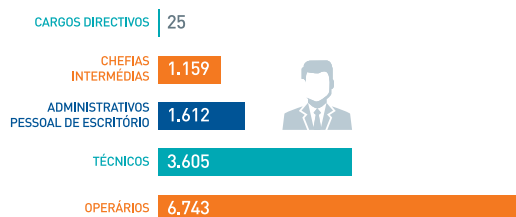
MODELO POR GÊNERO



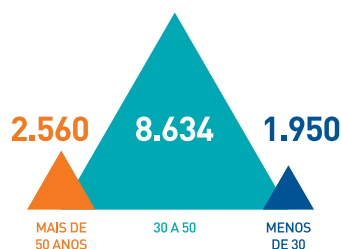
MODELO POR ÁREA GEOGRÁFICA



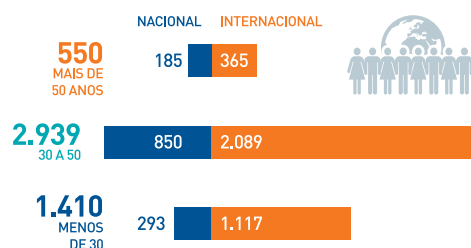
CATEGORIAS PROFISSIONAIS



PIRÂMIDE DE IDADE



NOVAS CONTRATAÇÕES POR INTERVALO DE IDADE E MERCADO



Gestão integral dos recursos humanos

Elecnor vem há vários anos trabalhando no desenvolvimento das ferramentas que compõem a gestão integral dos recursos humanos: seleção e mobilidade interna, gestão do desempenho, itinerários de treinamento, etc.

Neste sentido, o Grupo tem-se focado na Gestão do Desempenho a fim de alinhar o desempenho e os resultados com a estratégia, assegurar que o modelo de competências seja a “forma de fazer”, proporcionar um canal direto de comunicação entre o avaliador e avaliado, estimular uma cultura de excelência, orientação a resultados e melhoria contínua, e ser fonte de informação objetiva e rigorosa que assegure a equidade nas decisões.

Além disso, a política de seleção e mobilidade interna foi atualizada, foram implementados os primeiros módulos de diferentes itinerários de treinamento e realizadas as jornadas “People first!”, cujo objetivo é levar a essência, cultura e valores do Grupo para as recentes incorporações.

Indicadores de Treinamento

A aposta do Grupo pelo treinamento tem se mantido ao longo dos anos. Estes são os principais indicadores neste aspecto:

Índices de Treinamento	2017
Investimento em treinamento (euros)	4.731.255
Total, horas de treinamento	271.615
Nº de participantes	32.697
Horas treinamento/funcionário	16,43

Igualdade de gênero

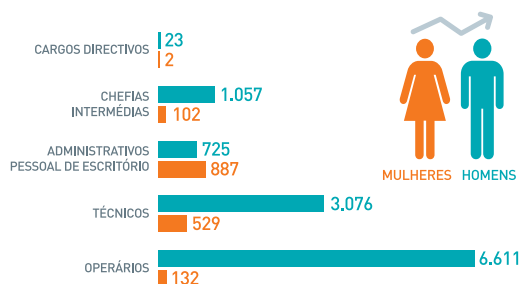
O Grupo conta com um Plano de Igualdade que reflete o seu compromisso com a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e a não discriminação nos seus princípios de atuação. O compromisso gira em torno de oito eixos: gestão, treinamento, promoção, remuneração, comunicação, retenção, conciliação e proteção laboral e social.

Com isso, neste exercício se determinou como objetivo continuar com o acompanhamento dos objetivos estabelecidos no Plano e ir aumentando a presença de mulheres no Grupo e sua incorporação em cargos de responsabilidade.

Além disso, está disponível o endereço para correspondência igualdad@elecnor.com para que os funcionários possam enviar qualquer tipo de sugestão ou solucionar um conflito, entre outras questões.

Por último, cabe mencionar que o salário base para cada categoria profissional é o mesmo para homens e mulheres, superando o salário mínimo interprofissional. Do mesmo modo, não existem diferenças entre a remuneração de homens e mulheres nas distintas categorias profissionais.

CATEGORIAS PROFISSIONAIS POR GÊNERO



Deficiências

Neste tema devemos assinalar que integram a Elecnor um total de 40 pessoas com algum tipo de deficiência. Paralelamente, e em cumprimento da Lei Geral de Direitos das Pessoas com Deficiência e de sua Inclusão Social (Ley General de Derechos de las Personas con Discapacidad y de su Inclusión Social, LGD), a Elecnor, S.A. renovou o certificado de excepcionalidade com o qual cumpre com os requisitos da legislação vigente através da contratação de diferentes serviços no valor de 2.189.091 euros, superando em mais de 186 mil euros a quantia exigida.

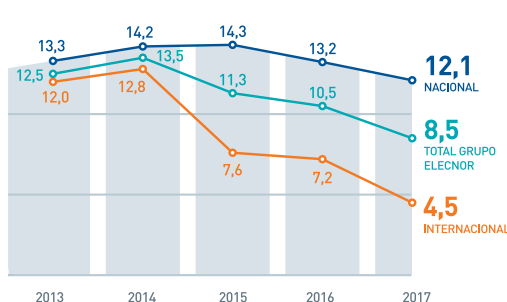
Prevenção de Riscos Laborais. Saúde e Segurança

Em 2017, a Elecnor continuou reforçando as suas estratégias voltadas a atingir o seu objetivo de “zero acidentes”.

Do ponto de vista estatístico, neste exercício se conseguiu o melhor índice de frequência de acidentes da Espanha desde 1967, ano em que se começaram a elaborar os indicadores de prevenção. Concretamente, o índice de frequência de acidentes (que relaciona o número de acidentes com o número de horas trabalhadas) foi de 12,1, frente a 13,2 em 2016. No mercado internacional, o valor alcançado foi de 4,5, dado que também melhora notavelmente o alcançado em 2016, que foi de 7,2.

Com isso, o valor global para todo o Grupo do índice de frequência foi de 8,5, o melhor desde que começaram a ser incluídos os dados do mercado internacional.

ÍNDICE DE FREQUÊNCIA



Foram realizadas no total 903 auditorias internas de obra, como medida de controle por parte de um Departamento de Auditorias Internas de Obra independente que permite realizar una análise profunda da situação de segurança das obras.

Além disso, foram feitas mais de 52.300 inspeções de segurança em todo o Grupo, que resultaram em mais de 21.100 medidas corretivas com o fim de melhorar as condições de segurança.

Conscientes da importância do treinamento e a sensibilização nesta matéria, se continuou com as atividades programadas:

- 422 pessoas realizaram o curso de nível básico com um total de 25.320 horas ministradas.
- 3.156 pessoas assistiram ao Programa “El Factor Riesgo” de conscientização (“O fator de risco”), com um total de 19.413 horas ministradas.
- 1.018 pessoas assistiram ao curso de Primeiro ciclo da TPC, com um total de 8.144 horas ministradas.
- 1.410 pessoas realizaram cursos de trabalhos em altura, com 11.708 horas ministradas.
- 901 pessoas realizaram o curso de espaços confinados com um total de 7.668 horas ministradas.
- 786 pessoas realizaram o curso de primeiros socorros, com um total de 4.019 horas ministradas.

Como nos anos anteriores, desenvolveu-se uma campanha de comunicação específica por ocasião do Dia Internacional da Segurança e Saúde no Trabalho, para conscientizar e divulgar o compromisso da Elecnor neste âmbito.

Por último, se está trabalhando em duas grandes linhas de atuação que permitirão seguir avançando até o objetivo de “zero acidentes”:

- Projeto “Excelência em Segurança”, com o objetivo de avaliar continuamente a situação em matéria de segurança e implementar as melhores ferramentas para reduzir o índice de acidentes.
- Projeto de “Transformação Digital”, no que se refere à Prevenção, que permitirá melhorar o trabalho do dia a dia, eliminando tarefas burocráticas e permitindo aos técnicos de segurança e às áreas de liderança dedicar esse tempo a ter mais presença na obra, etc.

4. Gestão ética

O Grupo Elecnor, desde a sua fundação há quase 60 anos, promove de forma permanente que todas as ações se realizem com os mais elevados padrões de ética. Este compromisso tem o seu máximo expoente no Código de Ética do Grupo.

A Elecnor aplica o princípio de tolerância zero diante das más práticas em matéria de ética e integridade, e espera de seus funcionários e pessoas com as que se relaciona uma conduta alinhada com os princípios deste Código, normas em que se baseia e políticas e procedimentos que o desenvolvem. Neste sentido, através do Código, o Grupo Elecnor e cada um de seus funcionários assume o compromisso de desenvolver as suas atividades de acordo com as leis em vigor nos territórios e países nos que atua, assim como o cumprimento e a defesa dos direitos humanos e o respeito aos direitos laborais, atuar com diligência e profissionalismo, integridade, qualidade, cuidado do meio ambiente, prevenção de riscos laborais e responsabilidade social.

O Sistema de Conformidade do Grupo Elecnor se enquadra nos mencionados princípios e valores desde a fundação da companhia e na permanente melhoria de suas práticas e procedimentos de gestão, com o objetivo de reforçar a sua Governança Corporativa.

O alcance deste Sistema é o conjunto de países em que a Elecnor e suas sociedades filiais e participadas atuam, sem prejuízo das adaptações necessárias em função das singularidades existentes nesses países.

Os principais elementos deste Sistema são os seguintes:

- Código de Ética
 - O Código de Ética do Grupo Elecnor estabelece expressamente que todos os funcionários têm a obrigação de informar sobre todas as práticas irregulares das que tenham tido conhecimento ou foram testemunhas, e coloca à sua disposição um Canal do Código de Ética específico para o envio dessas comunicações.
 - O Manual do Sistema de Gestão da Conformidade, publicado na Intranet corporativa, desenvolve de forma pormenorizada todas as fases do processo de resposta a cada comunicação recebida através deste canal.
- Política de Conformidade
 - Última atualização realizada em 2017.
 - Se apresenta como um desenvolvimento parcial do Código de Ética e como o eixo de referência do Sistema de Conformidade.
 - Determina os comportamentos esperados dos funcionários da Elecnor e das pessoas físicas ou jurídicas que se relacionam habitualmente com a companhia para garantir a plena conformidade com a legalidade.
- Manual do Sistema de Gestão da Conformidade
 - Documento interno que regula o funcionamento do Sistema de Conformidade e que ampara o seu projeto e estrutura.
 - Identifica e estabelece as distintas responsabilidades, objetivos e atuações de prevenção, resposta, monitoração e relatório no âmbito da Conformidade.

- Comitê de Conformidade
 - Órgão colegiado em dependência orgânica e funcional da Comissão de Auditoria.
 - Tem entre suas atribuições a supervisão, vigilância e controle do Sistema de Conformidade e, em suma, de assegurar o seu correto funcionamento.
 - Mais especificamente e entre outras funções, revisa periodicamente os distintos aspectos do Sistema, responde às comunicações de possíveis descumprimentos, gerencia o treinamento de funcionários em matéria de Conformidade, revisa o Catálogo de Delitos e Comportamentos de Risco e Controles, e atende aos requerimentos de informações sobre o Sistema por parte de terceiros.
 - A Comissão de Auditoria supervisiona a eficácia do Sistema por meio de suas reuniões com os representantes do Comitê de Conformidade e a aprovação do Relatório Anual sobre Conformidade.
- Catálogo de Delitos e Comportamentos de Risco e Controles
 - Relação estruturada dos comportamentos de risco identificados que podem ocasionar a execução de um delito ou descumprimento e dos procedimentos, protocolos e controles estabelecidos para sua prevenção e gestão adequadas.
- Serve de base para a revisão e atualização permanentes do Sistema de Conformidade.
 - Relatório Anual de Conformidade
 - Relatório anual elaborado pelo Comitê de Conformidade acerca da situação do Sistema, atuações desempenhadas, etc.

A Elecnor adotou um procedimento que permite a todos os seus funcionários comunicar confidencialmente, de boa fé e sem medo de retaliação, condutas irregulares nas matérias contempladas no Código, normas em que se baseia, políticas e procedimentos que o desenvolvem ou na legislação vigente. Os funcionários da organização podem também fazer uso do procedimento para esclarecer dúvidas ou propor melhorias nos sistemas de controle interno existentes na organização. Durante 2017, foram recebidas quatro denúncias, que estavam solucionadas e encerradas no encerramento do exercício.

Principais atuações realizadas no ano de 2017 no âmbito da Conformidade

- No início de 2017 a Elecnor firmou o Pacto Mundial das Nações Unidas, reconhecendo o seu compromisso com os 10 Princípios do Pacto Mundial nas áreas de Direitos Humanos, Normas Laborais, Meio Ambiente e Luta contra a Corrupção.
- Foram reforçadas as capacidades do Comitê de Conformidade com a incorporação de um novo membro.
- Trabalhou-se para adequar o Sistema de Conformidade aos requerimentos estabelecidos pela norma ISO 37001 – “Anti-bribery Management Systems”, padrão internacional visto como a expressão mais moderna e rigorosa a nível global de sistemas de gestão para a prevenção do suborno e compliance em geral, tendo sido obtida em janeiro de 2018 a Certificação do Sistema de Gestão Anti-Suborno/Corrupção da Elecnor, S.A. por AENOR Internacional.
- No âmbito de treinamentos, nos meses de outubro e novembro os membros do Comitê de Conformidade, com a colaboração de assessores externos, ministraram um total de 12 sessões presenciais de treinamento específico em matéria de Conformidade a um grupo de 200 pessoas, aproximadamente, relacionadas com a equipe executiva do Grupo. Foi também iniciada a concepção do Plano de Treinamento em Conformidade para o ano 2018, no qual se espera levar o treinamento nesta matéria a um público mais amplo.
- Em novembro e por ocasião das jornadas de treinamento para as recentes incorporações ao Grupo, membros do Comitê de Conformidade compartilharam com esse grupo os principais elementos do Sistema de Conformidade, e as principais mensagens, princípios e valores do Grupo.
- Atualização e publicação na Intranet corporativa da modificação da norma interna sobre tramitação de solicitações de UTE e Consórcios para melhorar a adequação do processo de solicitação de UTE-Joint Ventures-Consórcios e a gestão destas no entorno atual em matéria de Conformidade e Medidas Anticorrupção.
- Constituição do Comitê de Coordenação Global de Conformidade.
- Deu-se continuação ao processo de implementação do Sistema de Conformidade nas distintas filiais do Grupo no exterior e, em particular, foi concluída em 2017 na Elecnor do Brasil e se encontra em etapas muito avançadas na Elecnor do Chile e Enerfín do Brasil.

5. Compromisso com a sociedade

O Grupo Elecnor é consciente do impacto de suas atividades na vida das pessoas e na sociedade, e que, neste sentido, cada projeto que realiza contribui para o progresso social de cada comunidade em que trabalha. A Elecnor sabe que é parte da solução e protagonista da mudança. Seus projetos de infraestruturas, energia, água, meio ambiente na indústria espacial servem para combater os desafios globais, como as mudanças climáticas, a redução da banda proibida ou o acesso a recursos de primeira necessidade, como a energia e a água. Além disso, conta com a Fundação Elecnor, através da qual conduz os seus programas de voluntariado corporativo e de investimento nos países mais desfavorecidos onde está presente.

Em 2017 as atuações da Fundação estiveram orientadas a dar continuidade a seus projetos de infraestrutura social e a distintas iniciativas de formação e investigação, assim como à participação na sociedade civil.

Cabe destacar que, ao longo do exercício, continuou-se trabalhando nos seguintes projetos de infraestrutura social, cujos principais dados se encontram no relatório elaborado anualmente pela Fundação Elecnor.

- Projeto Luzes para Aprender, no Uruguai
- Projeto Sinergia, no Chile
- Projeto H2OMe, na Angola
- Projeto com Plano Internacional, na Nicarágua

Junto ao importante trabalho realizado desde a Fundação Elecnor, há também muitas iniciativas de caráter social executadas nas comunidades onde o Grupo está presente, destacando as iniciativas desenvolvidas pelas filiais Enerfín e Celeo.

Integração e respeito pelo entorno

Em 2017 a Elecnor continuou executando projetos em áreas próximas a comunidades indígenas, em zonas de grande riqueza natural e ambiental ou com diversidade dos públicos envolvidos. Neste contexto, o diálogo, o respeito e uma adequada gestão dos impactos são essenciais para manter a legitimidade social e garantir a boa conclusão dos projetos. Durante o exercício, no que diz respeito às comunidades indígenas, destacamos várias iniciativas da Enerfín:

- Como parte das atividades de promoção de seus projetos na província de Saskatchewan (Canadá), foram celebradas reuniões com 2 nações autóctones com potenciais interesses na área, nas que participaram tanto os chefes respectivos de cada nação, como conselheiros e comitês de desenvolvimento econômico. Esses encontros permitiram recolher os comentários de cada uma das nações sobre os projetos, bem como analisar as possibilidades de colaboração neles, tanto como possíveis prestadores de serviços nas fases de desenvolvimento, construção e operação, quanto como possíveis investidores com participação econômica.
- Em 2016, Enerfín assinou na Colômbia pré-acordos de arrendamento com 5 comunidades indígenas localizadas na Península de La Guajira. Nesses pré-acordos se determinaram medidas sociais para melhorar as condições de vida das distintas comunidades.

Por exemplo, na comunidade Indígena da área Buenavista (Manauare, Alta e Média Guajira) foi acordado o desenvolvimento de obras para benefício da comunidade baseadas na melhoria do poço de água, início de projeto piloto para cultivo hidropônico e cultivo aquícola.

Durante o ano de 2017 continuou-se trabalhando pela consecução dessas medidas sociais.

Por sua parte, Celeo, no âmbito da tramitação ambiental de seus projetos, um dos órgãos consultados foi a Corporação Nacional de Indígenas, tendo como resultado dessa consulta que nenhum dos projetos desenvolvidos em 2017 afeta ou se encontra na área de influência de uma comunidade indígena.

6. Diversidade nos Órgãos de Governança

A Elecnor tem como valor a igualdade de oportunidades e evitar qualquer tendência implícita destinada a obstaculizar a eleição de Conselheiras. No entanto, com relação à procura deliberada de mulheres, se considera que a nomeação de Conselheiros deve estar presidida por méritos objetivos, tais como a experiência e a competência profissional, e tudo isso com base na igualdade de gêneros, sem que se considere adequado favorecer entre os critérios de busca e seleção de candidatos o enquadramento em um determinado gênero.

Conselho de Administração	Número	% total do Conselho
Conselheiros Executivos	1	7,14%
Conselheiros Dominicales	10	71,44%
Conselheiros Independentes	2	14,28%
Conselheiros Externos	1	7,14%
Conselheiras	1	7,14%

INFORMAÇÃO ECONÔMICA DA ELEC NOR, S.A. 2017



Demonstração da Situação Financeira

em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Milhares de euros)

ATIVO	2017	2016
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.026.229	1.013.775
Ativo intangível	3.593	2.466
Concessões administrativas	41	43
Fundo de comércio	825	928
Software	2.727	1.474
Outros ativos intangíveis	-	21
Imobilizado	55.177	49.472
Terreno e edificações,	18.789	17.751
Instalações e outro imobilizado	36.388	31.721
Participações em empresas relacionadas	922.556	935.238
Instrumentos de capital	887.477	895.248
Créditos a empresas relacionadas	35.079	39.990
Investimentos temporários a longo prazo	4.072	2.862
Créditos a terceiros	12	18
Derivados	1.036	523
Outros ativos financeiros	3.024	2.321
Impostos diferidos ativos	40.831	23.737
ATIVO CIRCULANTE:	800.189	858.675
Ativos não circulantes mantidos para a venda	131	9.348
Estoque	23.842	15.257
Matérias-primas e outros aprovisionamentos	3.025	4.048
Produtos acabados de ciclo curto	1.324	978
Adiantamento a fornecedores	19.493	10.231
Devedores comerciais e outras contas a receber	661.201	720.137
Clientes para vendas e serviços	588.893	647.348
Clientes, empresas do grupo e associadas	46.616	51.543
Devedores diversos	5.188	5.071
Pessoal	33	32
Ativos por imposto corrente	5.295	6.640
Outros valores a receber de administrações públicas	15.176	9.503
Investimentos em empresas do grupo e associadas	45.203	38.643
Créditos a empresas	42.936	32.384
Outros ativos financeiros	2.267	6.259
Investimentos financeiros de curto prazo	5.901	1.323
Derivados	563	76
Outros ativos financeiros	5.338	1.247
Acréscimos de curto prazo	674	377
Caixa e equivalentes de caixa	63.237	73.590
Caixa	62.549	70.604
Outros equivalentes de caixa	688	2.986
TOTAL ATIVO	1.826.418	1.872.450

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO	2017	2016
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	570.050	537.585
Fundos Próprios	573.849	547.685
Capital Social	8.700	8.700
Capital subscrito	8.700	8.700
Reservas	542.484	529.626
Reserva Legal y estatutário	1.743	1.743
Outras reservas	540.741	527.883
Ações próprias	(21.232)	(21.989)
Lucro do exercício	48.508	35.829
Dividendo por conta do exercício	(4.611)	(4.481)
Ajustes de avaliação patrimonial		
Operações de cobertura	(3.799)	(10.100)
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	373.326	313.081
Dívidas de longo prazo	369.611	307.191
Dívidas de instituições de crédito	357.726	292.056
Credores por arrendamento financeiro	5.233	5.644
Derivados	6.652	9.491
Dívidas de empresas do grupo e associadas	-	2.000
Impostos diferidos passivos	3.715	3.890
PASSIVO CIRCULANTE	883.042	1.021.784
Provisões de curto prazo	44.529	26.267
Dívidas de curto prazo	126.351	90.554
Obrigações ou outros títulos	99.423	72.628
Dívidas com instituições de crédito	21.419	7.243
Credores por arrendamento financeiro	394	373
Derivados	1	4.563
Outras dívidas financeiras	5.114	5.747
Dívidas de empresas do grupo e associadas	17.771	7.325
Credores comerciais e outras contas a pagar	692.812	897.161
Fornecedores	298.958	307.564
Fornecedores, empresas do grupo e associadas	6.173	3.383
Vários credores	33.796	31.102
Pessoal	20.497	25.005
Passivos por impostos correntes	-	1.319
Otras dívidas com administrações públicas	41.481	32.774
Adiantamentos de clientes e faturamento antecipado	291.907	496.014
Acréscimos de curto prazo	1.579	477
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO	1.826.418	1.872.450

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

CONTAS DE RESULTADOS

CORRESPONDENTES AOS EXERCÍCIOS EM 31 DEZEMBRO 2017 E DE 2016

(Milhares de euros)

	2017	2016
OPERAÇÕES CONTINUADAS		
Valor líquido do volume de negócio	1.373.615	1.184.245
Vendas	1.373.615	1.184.245
Variação do estoque de produtos acabados	346	(382)
Trabalho realizado pela entidade e capitalizados	2.409	1.706
Aprovisionamentos	(732.287)	(635.594)
Compras de matérias-primas e outros aprovisionamentos	(283.919)	(277.747)
Trabalho realizado por outras entidades	(448.368)	(357.847)
Outras receitas operacionais	5.995	6.451
Receitas acessórias	5.367	5.603
Subvenções oficiais ao resultado	628	848
Despesas com pessoal	(377.371)	(341.487)
Salários e ordenados	(295.865)	(269.387)
Despesas sociais	(81.506)	(72.100)
Outras despesas operacionais	(200.746)	(162.606)
Serviços de terceiros	(170.757)	(154.255)
Tributos	(5.691)	(12.832)
Perdas por deterioro e variação de provisões por operações comerciais	(21.888)	6.616
Outras despesas operacionais	(2.410)	(2.135)
Depreciação do activo imobilizado	(6.790)	(5.840)
Deterioro e ganhos na transferencia de imobilizado	(63)	(317)
Resultados nas transferencias e outros	(63)	(317)
LUCRO OPERACIONAL	65.108	46.176
Receitas financeiras	40.438	30.392
De participações em instrumentos financeiros		
- Em empresas do grupo e associadas	26.272	20.783
De títulos e valores mobiliários e outros instrumentos financeiros		
- Em empresas do grupo e associadas	2.954	3.826
- Em terceiros	11.212	5.783
Despesas financeiras	(13.955)	(15.043)
Por dívidas com empresas do grupo e associadas	(231)	(269)
Por dívidas com terceiros	(13.724)	(14.774)
Diferenças de câmbio	(39.722)	1.433
Deterioração e resultado por alienação de instrumentos financeiros	1.382	(13.409)
Deterioro e prejuízos	(1.635)	(13.409)
Resultado por alienação e outras	3.017	
LUCRO FINANCEIRO	(11.857)	3.373
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	53.251	49.549
Impostos sobre lucros	(4.743)	(13.720)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	48.508	35.829
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCICIO	48.508	35.829

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.



